

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**NILSON BINDA**

**COOPERATIVISMO AGRÍCOLA:  
ESFERA PÚBLICA, PARTICIPAÇÃO E SUSTENTABILIDADE.**

**Porto Alegre  
2014**

**NILSON BINDA**

**COOPERATIVISMO AGRÍCOLA:  
ESFERA PÚBLICA, PARTICIPAÇÃO E SUSTENTABILIDADE.**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Ivaldo Gehlen

**Série PGDR – Tese nº 71  
Porto Alegre  
2014**

## DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Binda, Nilson

Cooperativismo agrícola: esfera pública,  
participação e sustentabilidade / Nilson Binda. -  
2014.

269 f.

Orientador: Ivaldo Gehlen.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural,  
Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. Cooperativismo. 2. Esfera pública. 3.  
Participação. 4. Sustentabilidade. I. Gehlen,  
Ivaldo, orient. II. Título.

**Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

**NILSON BINDA**

**COOPERATIVISMO AGRÍCOLA:  
ESFERA PÚBLICA, PARTICIPAÇÃO E SUSTENTABILIDADE**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 20 de janeiro de 2014.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Ivaldo Gehlen – Orientador  
UFRGS

---

Prof. Dr. Cesar Hamilton Brito Goes  
UNISC

---

Prof. Dr. José Odelso Schneider  
UNISINOS

---

Prof. Dr. Lovois de Andrade Miguel  
UFRGS

## DEDICATÓRIA

À  
*Maria Ângela,  
ao João Pedro,  
à Maria Paula e  
ao Esdras.*

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho acadêmico é resultado de ações explícitas ou não de inúmeras pessoas. A todas quero agradecer sinceramente. Meu desejo é nomeá-las, todas, assim como as que eu cumprimentei nos caminhos por onde andei. Diante da impossibilidade disso, nomeio algumas com quem mais convivi nesses últimos quatro anos de doutorado. Diante da probabilidade de ter olvidado alguém, que não poderia, antecipo minhas escusas, confiante na gratidão anônima.

Agradeço aos meus irmãos e irmãs – especialmente à Celi –, aos sobrinhos e sobrinhas que contribuíram para que esse momento acontecesse. Agradeço à minha mãe, Maria Ângela, ao lado de meu pai João (*in memoriam*) ela compartilhou as duras lidas do campo. João Pedro, meu filho, eu agradeço a ti que sem ter o desejo do distanciamento soube compreendê-lo sensivelmente pelo amor existe em nós. À Paula agradeço de coração pela acolhida e amor compartilhado e ao Esdras pela compreensão de minhas ausências, mesmo quanto eu estava aí presente. Amo vocês!

Ao professor Dr. Ivaldo Gehlen, um agradecimento especial pelo incentivo e orientação acadêmica, concedidos em meio a tantas compreensões e algumas incompreensões teóricas sentidas, que me fizeram crescer. Suas contribuições foram decisivas para a concretização desta obra. Obrigado!

Agradeço sinceramente ao Professor Erlon Roberto Adam, pela dedicação e paciência em dedicar-se ao texto nas tramas da complexa língua portuguesa e à bibliotecária Vívian, pela formatação conforme as normas da FCE e ABNT.

Agradeço a todos os professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), pelas contribuições científico-acadêmicas nas relações de amizade construídas. Agradeço especialmente pelo estímulo desafiante de sempre buscar mais conhecimento, praticidade e realizações e por terem proporcionado as condições necessárias para a realização dos estudos para este estudo.

Aos colegas e alunos do Plageder pela oportunidade que tive de aprender e ensinar à distância, pela Universidade Aberta do Brasil, valiosa experiência, que jamais esquecerei.

Aos Doutores Paulo Dabdab Waquil, Glauco Schultz, do PGDR, e ao Dr. José Odelso Schneider, da Unisinos, pela leitura, análise crítica e decisivas contribuições no exame de qualificação do projeto de tese e em outros momentos de prosas. Aos doutores membros da banca de defesa da tese: Dr. Cesar Hamilton Brito Goes, Dr. José Odelso Schneider e Dr.

Lovois de Andrade Miguel agradeço pelas contribuições disponibilizadas para aperfeiçoar a forma e o conteúdo ora apresentados.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudos, com a qual foi possível a dedicação para a realização deste estudo.

Agradeço aos agricultores associados às cooperativas agrícolas que abriram as porteiças de suas propriedades e portas de suas casas para que eu pudesse entrar e conversar, de onde saí carregando na bagagem o conhecimento de suas experiências e de seus saberes. Agora, essas experiências podem ser partilhadas a fim de construir novos conhecimentos, novos saberes. Sou grato também aos que me conduziram pelas estradas vicinais tramadas no interior dos municípios da pesquisa, especialmente ao Augusto, Cilanda, Clélio, Jorge (‘branquinho’), Marcelo, Ramir, Sinval e outros. Em meio às suas lidas e entre lindas paisagens contamos e ouvimos belas e interessantes histórias vividas.

Aos diretores das cooperativas investigadas, pelo tempo dispensado às entrevistas e pela indicação dos melhores caminhos de acesso às propriedades dos associados, especialmente dos mais distantes recheadas de significativas informações.

Aos técnicos das cooperativas agrícolas investigadas, pela franqueza e abertura com que me receberam e pelas contribuições valiosas para compreender melhor as ações das cooperativas e de seus associados.

Agradeço aos informantes qualificados entrevistados, *experts* do cooperativismo pelo tempo dedicado, prestando informações pertinentes à pesquisa e à produção do conhecimento em torno do cooperativismo. Destaca-se o reconhecimento de um informante de que “tivemos um processo importante de democratização das cooperativas no Rio Grande do Sul que passaram a responder à lógica do pequeno agricultor” (homem, entrevista n. 55) graças às reações desses profissionais e às ações dos agricultores.

Aos colegas da turma de Doutorado 2010, especialmente ao Jairo Bolter, pelo companheirismo nos estudos e pelo estímulo à pesquisa e ao aperfeiçoamento do conhecimento humano e científico. Aos colegas da turma de Mestrado 2010, pelo convívio e aprendizado compartilhado nas aulas, especialmente nas manhãs de Terças-feiras.

Por fim, a todos que contribuíram para que esse momento acontecesse, meus sinceros agradecimentos. Aos quais replico como epígrafe a mensagem de José Graziano da Silva, da FAO pronunciada na Conferência dos países Latino-americanos, Caribe e União Europeia.

*Não haverá desenvolvimento sustentável no mundo enquanto milhões de pessoas passarem fome. Os países aqui reunidos têm a oportunidade de manifestarem claramente seu apoio a esta mensagem e de proporem juntos caminhos em direção a um futuro sustentável, ambiental, social e economicamente mais justo, que é o que todos nós queremos, (CELAC-EU, Santiago, Chile, 26/01/2013).*



## RESUMO

Esta tese é resultado da investigação em dez cooperativas agrícolas do estado do Rio Grande do Sul (RS) realizada entre dezembro de 2011 e fevereiro de 2013. O foco da análise consistiu a participação dos associados na esfera pública relacionada à sustentabilidade social, econômica e ambiental do cooperativismo agrícola no contexto da Agricultura Familiar. Historicamente, o cooperativismo agrícola se desenvolveu no RS mais na dimensão econômica, sendo importante espaço de socialização dos agricultores. Recentemente, ele desenvolve ações também na dimensão ambiental, estimulando o desenvolvimento sustentável. O estudo problematizou a relação entre a participação dos associados na esfera pública e a sustentabilidade do cooperativismo agrícola nas dimensões social, econômica e ambiental. Foram analisados os discursos e as ações práticas de associados, dirigentes, agentes externos e de informantes qualificados. Para a explicação, serviu de referencial teórico a teoria da ação comunicativa orientada pelo entendimento, de Habermas, e as abordagens tramadas pela racionalidade ambiental, de Leff. A esfera pública constituiu-se a categoria analítica. O objetivo geral foi analisar a sustentabilidade do cooperativismo agrícola nas dimensões social, econômica e ambiental vinculada à participação dos agricultores na esfera pública. A pesquisa ancorou-se na metodologia qualitativa, seguindo o método interpretativo de ações dos atores sociais. O procedimento metodológico consistiu em captar dados empíricos por meio da técnica de entrevistas e da análise documental. O estudo testou duas hipóteses: uma, de que a sustentabilidade social, econômica e ambiental do cooperativismo agrícola está relacionada à participação dos agricultores associados na esfera pública, e a outra deu conta de que a racionalidade ambiental é determinante para a realização de ações comunicativas na esfera pública cooperativa, repercutindo nas práticas agrícolas sustentáveis dos agricultores familiares. As práticas confrontam ações instrumentais e comunicativas, além das limitações estruturais que podem ser mitigadas mediante a participação de associados, especialmente das mulheres e dos jovens, na esfera pública cooperativa e noutros espaços públicos da sociedade civil. A racionalidade ambiental tornou-se determinante para o equilíbrio de investimentos nas dimensões social, econômica e ambiental, bem como as políticas públicas e os programas governamentais e de Estado. Esses programas revelaram-se fundamentais para o desenvolvimento sustentável do cooperativismo agrícola no contexto da Agricultura Familiar no estado RS.

**Palavras-chave:** Cooperativismo agrícola. Esfera pública. Participação. Sustentabilidade.

## RESUMEN

Esta tesis presenta los resultados de la investigación en diez cooperativas agrícolas en el estado de Rio Grande do Sul (RS) realizada de dezembro de 2011 a fevereiro de 2013. El foco del análisis constituyó la participación de los miembros en la esfera pública, relacionada con la sostenibilidad social, económica y ambiental de las cooperativas agrícolas en el contexto de la Agricultura Familiar. Históricamente, el cooperativismo agrícola se desarrolló en RS más en la dimensión económica y como espacio de socialización importante para los agricultores. Recientemente, el también desarrolla acciones en la dimensión ambiental y el fomento del desarrollo sustentable. El estudio problematiza la relación entre la participación de los miembros en la esfera pública y la sostenibilidad de las cooperativas agrícolas en las dimensiones sociales, económicas y ambientales. Se analizaron los discursos y prácticas de asociados, directivos, agentes externos y informantes calificados. Para la explicación, sirvió de marco teórico la teoría de la acción comunicativa guiada por el entendimiento, de Habermas, y los enfoques tramados de la racionalidad ambiental, de Leff, siendo la categoría analítica la esfera pública. El objetivo general fue evaluar la sostenibilidad de las cooperativas agrícolas vinculada a la participación del agricultor en la esfera pública en las dimensiones sociales, económicas y ambientales. La investigación fue anclada en la metodología cualitativa, siguiendo el método de las acciones interpretativas de los actores sociales. El enfoque metodológico consistió en la captura de los datos empíricos a través de entrevistas y análisis documental. El estudio probó dos hipótesis: una, que la sostenibilidad social, económica y ambiental de las cooperativas agrícolas se relaciona con la participación de los agricultores asociados en la esfera pública, y la otra dio cuenta de que la racionalidad ambiental es vital para el logro de las acciones comunicativas en esfera pública cooperativa impactar en las prácticas agrícolas sostenibles de los agricultores. Prácticas enfrentan acciones instrumentales y de comunicación, además de las limitaciones estructurales que podrían ser mitigados por la participación de los miembros, especialmente las mujeres y los jóvenes, en la cooperativa esfera pública y otros espacios públicos de la sociedad civil. La racionalidad ambiental se convirtió en crucial para el equilibrio de la inversión en las dimensiones sociales, económicas y ambientales, así como las políticas públicas y los programas de gobierno y de estado. Estos programas revelaram-se esenciales para el desarrollo sustentable de las cooperativas agrícolas en el contexto de la agricultura familiar en el estado de RS.

**Palabras clave:** Las cooperativas agrícolas. Esfera pública. Participación. Sostenibilidad.

## LISTA DE FIGURAS

|   |     |
|---|-----|
| Figura 1 – Mesorregiões do estado RS e localização dos municípios-sede das cooperativas . | 36  |
| Figura 2 – Apresentação sintética do referencial teórico habermasiano.....                | 103 |
| Figura 3 – Estrutura Organizacional da Comacel.....                                       | 115 |
| Figura 4 – Estrutura Organizacional da Coafan .....                                       | 118 |
| Figura 5 – Estrutura Organizacional da Coopar .....                                       | 120 |
| Figura 6 – Estrutura Organizacional da Cooperac.....                                      | 122 |
| Figura 7 – Estrutura Organizacional da Cootap .....                                       | 125 |
| Figura 8 – Estrutura Organizacional da Cotrimaio.....                                     | 127 |
| Figura 9 – Estrutura Organizacional da Ecovale.....                                       | 129 |
| Figura 10 – Estrutura Organizacional da Cooperativa Sítio Pé na Terra.....                | 132 |
| Figura 11 – Estrutura Organizacional da Cooperativa ‘Piá’ .....                           | 134 |
| Figura 12 – Estrutura Organizacional da Sul Ecológica.....                                | 136 |
| Figura 13 – Modo da captura das manifestações dos atores sociais na EPC .....             | 150 |
| Figura 14 – Estrutura representativa dos Grupos Gestores da Cootap .....                  | 152 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|  |    |
|--|----|
| Gráfico 1 – Cooperativas agrícolas do Rio Grande do Sul: número de empregados por ramo de atividade..... | 61 |
| Gráfico 2 – Cooperativas agrícolas: distribuição no Rio Grande do Sul.....                               | 63 |

## LISTA DE QUADROS

|   |     |
|---|-----|
| Quadro 1 – Cooperativismo agrícola no Rio Grande do Sul: problemas e indicativos de solução.....                            | 64  |
| Quadro 2 – Referencial teórico conceitual: abordagens e principais autores referenciados..                                  | 109 |
| Quadro 3 – Caracterização das cooperativas na relação com a produção e comercialização agrícola.....                        | 187 |
| Quadro 4 – Utilização de insumos pelos produtores orgânicos e convencionais.....  | 192 |
| Quadro 5 – Resumo dos enfeixes internos e externos de ações na esfera pública cooperativa e principais entraves .....       | 211 |
| Quadro 6 – Potencialidade da participação das mulheres e dos jovens agricultores familiares em cooperativas agrícolas ..... | 217 |

## LISTA DE TABELAS

|   |     |
|---|-----|
| Tabela 1 – Cooperativas agrícolas estudadas, municípios abrangidos pelas entrevistas e mesorregiões rio-grandenses .....  | 35  |
| Tabela 2 – Composição dos entrevistados do campo empírico.....  | 38  |
| Tabela 3 – Utilização das terras nos estabelecimentos da agricultura familiar do Rio Grande do Sul, 2006.....   | 46  |
| Tabela 4 – Evolução comparativa do número de associados à cooperativas agrícolas no estado Rio Grande do Sul e no Brasil e sua proporção percentual: de 1940 a 2009 .....               | 57  |
| Tabela 5 – Cooperativas por ramo de atividade: Rio Grande do Sul, 2011.....   | 62  |
| Tabela 6 – Jovens residentes no estado do Rio Grande do Sul, 2010.....  | 73  |
| Tabela 7 – Dados das cooperativas agrícolas: Entidade-rede, ano de fundação, apoio na fundação, município-sede, número de associados e principais produtos, mercados e atividades ..... | 111 |
| Tabela 8 – Cooperativas agrícolas selecionadas e número de entrevistas .....  | 112 |
| Tabela 9 – Entrevistas com Informantes Qualificados e suas entidades .....  | 112 |
| Tabela 10 – Dados das Cooperativas de crédito rural: Entidade-rede, ano de fundação, apoio na fundação, município-sede, número de associados e principais atividades.....               | 143 |
| Tabela 11 – Dados das Entidades-rede: Entidade-rede, ano de fundação, apoio na fundação, município-sede, número de cooperativas filiadas e principais atividades .....                  | 149 |
| Tabela 12 – Escolaridade dos entrevistados: ensino fundamental, ensino médio e ensino superior.....   | 163 |
| Tabela 13 – Estrato e tamanho das propriedades dos associados entrevistados .....   | 172 |

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABCOOP – Aliança Brasileira de Cooperativistas.

ACI – Aliança Cooperativa Internacional

AF – Agricultura Familiar

ANCOSOL – Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito de Economia Solidária.

APACO – Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense.

APP – Área de Preservação Permanente.

BANCOOB – Banco Cooperativo do Brasil SA.

BANSICREDI – Banco Cooperativo Sicredi SA.

BCB – Banco Central do Brasil.

CA – Conselho de Administração (ou Administrativo).

CAI – Complexo Agroindustrial.

CAMP – Centro de Assessoria Multiprofissional.

CAPA – Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor.

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base.

CEF – Caixa Econômica Federal.

CERTEL – Cooperativa Regional de Desenvolvimento Teutônia – RS.

CETANP – Centro de Treinamento de Nova Petrópolis – RS.

CETAP – Centro de Tecnologias Alternativas e Populares.

CF – Constituição Federal do Brasil.

CMDR – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

CMMAD – Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento.

COCEARGS – Central das Cooperativas em Assentamentos do Estado do Rio Grande do Sul

COMACEL – Cooperativa Agrícola Mista Linha Cereja Ltda. – Arroio do Tigre/RS.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento.

CONCRAB – Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária.

CONFESOL – Confederação Nacional das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária.

COOAFAN – Cooperativa de Agricultores Familiares Nortenses Ltda.

COOPAR – Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul LTDA.

COOPERAC – Cooperativa dos Grupos de Agroindústrias de Agricultores Familiares de Constantina e Região Ltda.

COOPERHAF – Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares.

COOPLIB – Cooperativa de Profissionais Liberais do Brasil.

COOTAP – Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre.

COPTEC – Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos Ltda.

CORLAC – Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos.

COTRIEL – Cooperativa Tritícola de Espumoso Ltda.

COTRIMAIO – Cooperativa Agropecuária Alto Uruguai Ltda.

CPA – Cooperativa de Produção Agropecuária.

CPT – Comissão Pastoral da Terra.

CREHNOR – Cooperativa de Crédito Rural Horizontes Novos.

CRESOL – Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária.

CUT – Central Única dos Trabalhadores.

DAF – Departamento da Agricultura Familiar.

DCOOP – Departamento de Cooperativismo da SDR/RS.

DDT – Dicloro-Difenil-tricloroetano.

ECOCERT – Certificadora de Produtos Orgânicos.

ECOVALE – Cooperativa Regional de Agricultores Familiares Ecologistas.

ECOVIDA – Rede Ecovida de Agroecologia.

EMATER – Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

EPC – Esfera Pública Cooperativa.

ESCOOP – Faculdade de Tecnologia do Cooperativismo (SESCOOP/OCERGS).

FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (Food and Agriculture Organization of the United Nations).

FEPAM – Fundação Estadual de Proteção Ambiental.

FMI – Fundo Monetário Internacional.

FRENCOOP – Frente Parlamentar do Cooperativismo.

FURG – Universidade Federal de Rio Grande.

GEA – Grupo de Estudos Rurais.

GG – Grupo Gestor.

GT – Grupo de Trabalho.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas.

ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.



IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.

IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.

IMO – Instituto de Mercado Ecológico (*Institut für Marktökologie*).

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

IQ – Informantes Qualificados.

IUCN – International Union for the Conservation of Nature.

JAF – Jovens Agricultores Familiares.

JUCERGS – Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul.

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário.

MEC – Ministério da Educação.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

NEI – Nova Economia Institucional.

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras.

OCERGS – Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul.

OCS – Organismo de Controle Social.

OGM – Organismos Geneticamente Modificados (transgênicos).

ONG – Organização Não Governamental.

ONU – Organização das Nações Unidas.

OPAC – Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade da Produção Orgânica.

PA – Projeto de Assentamento.

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos.

PEP – Planejamento Estratégico Participativo.

PGDR – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Piá – Nome Fantasia da Cooperativa Agropecuária Nova Petrópolis Ltda.

PIB – Produto Interno Bruto.

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar.

PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural.

PNUMA – Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente.

PPL – Pastoral Popular Luterana.

PPO – Programa de Produção Orgânica (Cotrimaio).

PROGASA – Produtos Gaúchos S/A (empresa liquidada).

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

PSH – Programa Social de Habitação.

RL – Reserva Legal.

RS – Estado do Rio Grande do Sul.

SAU – Superfície Agrícola Útil.

SC – Estado de Santa Catarina.

SDR/RS – Secretaria de Desenvolvimento Rural, Cooperativismo e Pesca do Estado RS.

SEFAZ/RS – Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.

SESCOOP/RS – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Estado RS.

SICOOB – Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil.

SICREDI – Sistema de Crédito Cooperativo.

SISORG – Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica.

SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural.

SPG – Sistema Participativo de Garantia da Qualidade Orgânica.

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

SUL ECOLÓGICA – Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda.

TAC – Teoria da Ação Comunicativa.

UAC – Unidade de Atendimento Cooperativo.

UBS – Unidade de Beneficiamento de Sementes.

UFPA – Unidade Familiar de Produção Agrícola.

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

UNASCO – União Nacional das Associações Cooperativas.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

UNICAFES – União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária.

UNICAFES/RS – União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Rio Grande do Sul.

UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – RS/BR.

UNISOL Brasil – Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil.

URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões, RS.

## SUMÁRIO

|          |  |            |
|----------|--|------------|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>22</b>  |
| 1.1      | A ESFERA PÚBLICA COOPERATIVA E O ESPAÇO RURAL.....   | 24         |
| 1.2      | O PROCEDIMENTO METODOLÓGICO .....  | 30         |
| <b>2</b> | <b>AGRICULTURA FAMILIAR, COOPERATIVISMO E SUSTENTABILIDADE.....</b>                                | <b>39</b>  |
| 2.1      | AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ABORDAGEM EVOLUTIVA E SUA INTERFACE NO RIO GRANDE DO SUL.....            | 39         |
| 2.2      | O COOPERATIVISMO MODERNO.....  | 47         |
| 2.2.1    | Enfoque histórico-evolutivo do cooperativismo: dos pioneiros ao cooperativismo agrícola no RS..... | 48         |
| 2.2.2    | Cooperativa: alternativa socioeconômica para os agricultores.....                                  | 52         |
| 2.3      | A PARTICIPAÇÃO COMO PRAXE DA DEMOCRACIA.....   | 65         |
| 2.3.1    | Os níveis de participação e o cooperativismo.....  | 66         |
| 2.3.2    | Por uma nova esfera pública: a participação na esfera pública cooperativa.....                     | 67         |
| 2.4      | SUSTENTABILIDADE: O DESAFIO DO SÉCULO.....   | 77         |
| 2.4.1    | Sustentabilidade: do discurso à ação comunicativa .....  | 77         |
| 2.4.2    | A inovação, o crescimento econômico e a preservação do meio ambiente. ....                         | 83         |
| <b>3</b> | <b>A ESFERA PÚBLICA, O AGIR COMUNICATIVO PELO ENTENDIMENTO E A RACIONALIDADE AMBIENTAL .....</b>   | <b>86</b>  |
| 3.1      | A ESFERA PÚBLICA E A TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DE JÜRGEN HABERMAS .....  | 86         |
| 3.1.1    | O mundo da vida: espaço de ações comunicativas espontâneas.....                                    | 92         |
| 3.1.2    | A esfera pública burguesa e a esfera pública cooperativa .....                                     | 95         |
| 3.2      | A AÇÃO SOCIAL E A RACIONALIDADE AMBIENTAL: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DE ENRIQUE LEFF .....            | 103        |
| <b>4</b> | <b>AS MANIFESTAÇÕES DA ESFERA PÚBLICA COOPERATIVA.....</b>   | <b>110</b> |
| 4.1      | A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DAS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS ...  | 113        |
| 4.1.1    | Cooperativa Agrícola Mista Linha Cereja Ltda.....  | 113        |
| 4.1.2    | Cooperativa de Agricultores Familiares Nortenses Ltda .....  | 116        |
| 4.1.3    | Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul Ltda .....                               | 119        |

|          |  |            |
|----------|--|------------|
| 4.1.4    | Cooperativa dos Grupos de Agroindústrias dos Agricultores Familiares de Constantina e Região Ltda..... | 120        |
| 4.1.5    | Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre .....                               | 123        |
| 4.1.6    | Cooperativa Agropecuária Alto Uruguai Ltda.....  | 125        |
| 4.1.7    | Cooperativa Regional de Agricultores Familiares Ecologistas .....                                      | 129        |
| 4.1.8    | Cooperativa Sítio Pé na Terra.....   | 131        |
| 4.1.9    | Cooperativa Agropecuária Nova Petrópolis Ltda .....  | 133        |
| 4.1.10   | Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda .....  | 135        |
| 4.1.11   | Considerações sobre a estrutura organizacional das cooperativas agrícolas.....                         | 137        |
| 4.2      | OS IMPULSOS VITAIS DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO RURAL.....  | 137        |
| 4.2.1    | Cooperativa de Crédito Rural Horizontes Novos.....   | 139        |
| 4.2.2    | Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária.....  | 141        |
| 4.3      | OS ENFEIXES DE AÇÕES DAS ENTIDADES-REDE DE COOPERATIVAS ....   | 143        |
| 4.3.1    | Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul.....  | 143        |
| 4.3.2    | Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul.....                                       | 146        |
| 4.3.3    | União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Rio Grande do Sul .....         | 147        |
| <b>5</b> | <b>MANIFESTAÇÕES DOS ASSOCIADOS EM SITUAÇÕES DE FALA NA ESFERA PÚBLICA COOPERATIVA.....</b>            | <b>150</b> |
| 5.1      | MANIFESTAÇÕES EM RELAÇÃO ÀS AÇÕES NAS PROPRIEDADES RURAIS E NAS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS .....           | 151        |
| 5.1.1    | <b>As manifestações na dimensão social.....</b>  | <b>151</b> |
| 5.1.1.1  | <i>Estrutura organizacional das cooperativas.....</i>  | <i>151</i> |
| 5.1.1.2  | <i>Em relação à participação .....</i>   | <i>156</i> |
| 5.1.1.3  | <i>Em relação às práticas coletivas especiais de participação.....</i>                                 | <i>161</i> |
| 5.1.1.4  | <i>Em relação à escolaridade .....</i>   | <i>162</i> |
| 5.1.1.5  | <i>Em relação à qualificação.....</i>  | <i>163</i> |
| 5.1.1.6  | <i>Em relação à participação externa.....</i>  | <i>167</i> |
| 5.1.2    | <b>As manifestações na dimensão econômica .....</b>  | <b>171</b> |
| 5.1.2.1  | <i>Em relação ao patrimônio .....</i>  | <i>172</i> |
| 5.1.2.2  | <i>Em relação à mão de obra.....</i>   | <i>174</i> |
| 5.1.2.3  | <i>Em relação à inovação tecnológica.....</i>  | <i>176</i> |
| 5.1.2.4  | <i>Em relação à destinação da produção.....</i>  | <i>179</i> |
| 5.1.3    | <b>As manifestações na dimensão ambiental .....</b>  | <b>183</b> |

|          |   |            |
|----------|---|------------|
| 5.1.3.1  | <i>As ações nos estabelecimentos das cooperativas agrícolas</i> .....   | 183        |
| 5.1.3.2  | <i>Em relação à destinação dos resíduos</i> .....   | 189        |
| 5.1.3.3  | <i>Em relação à utilização dos insumos</i> .....  | 190        |
| 5.1.3.4  | <i>Em relação ao manejo do solo</i> .....   | 193        |
| 5.2      | OS JOVENS AGRICULTORES FAMILIARES E A SUCESSÃO NAS PROPRIEDADES RURAIS .....  | 194        |
| <b>6</b> | <b>COOPERATIVISMO AGRÍCOLA: ESFERA PÚBLICA, PARTICIPAÇÃO E SUSTENTABILIDADE</b> .....                                       | <b>204</b> |
| 6.1      | A SUSTENTABILIDADE E A PARTICIPAÇÃO: ENFEIXES DE AÇÕES COMUNICATIVAS E A ESFERA PÚBLICA COOPERATIVA.....                    | 205        |
| 6.2      | A RACIONALIDADE AMBIENTAL E OS IMPULSOS VITAIS DA ESFERA PÚBLICA COOPERATIVA À SUSTENTABILIDADE.....                        | 225        |
| 6.3      | COOPERATIVISMO AGRÍCOLA: ESFERA PÚBLICA DA SOCIEDADE CIVIL MEDIADORA DE PROCESSOS ECONÔMICOS E AMBIENTAIS SUSTENTÁVEIS..... | 232        |
| <b>7</b> | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....   | <b>236</b> |
|          | <b>REFERÊNCIAS</b> .....  | <b>244</b> |
|          | <b>APÊNDICE A - IDENTIFICAÇÃO DOS ENTREVISTADOS</b> .....   | <b>257</b> |
|          | <b>APÊNDICE B - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS INDIVIDUAIS (AGENTES EXTERNOS)</b> .....   | <b>259</b> |
|          | <b>APÊNDICE C - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS INDIVIDUAIS (DIRIGENTES)</b> 260   |            |
|          | <b>APÊNDICE D - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS NAS FAMÍLIAS (ASSOCIADOS)</b> .....  | <b>261</b> |
|          | <b>APÊNDICE E - ROTEIRO PARA COLETA DE INFORMAÇÕES NAS COOPERATIVAS</b> .....   | <b>262</b> |
|          | <b>APÊNDICE F - DIMENSÕES, VARIÁVEIS, INDICADORES E SUBINDICADORES DE ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE</b> .....                 | <b>263</b> |
|          | <b>APÊNDICE G - QUADRO SÍNTESE DA PESQUISA</b> .....  | <b>264</b> |
|          | <b>ANEXO A - UNICAFES/RS: RELAÇÃO DAS COOPERATIVAS E SEUS RESPECTIVOS MUNICÍPIOS-SEDE</b> .....                             | <b>265</b> |

|   |            |
|---|------------|
| <b>ANEXO B - COCEARGS: RELAÇÃO DAS COOPERATIVAS FILIADAS E SEUS<br/>RESPECTIVOS MUNICÍPIOS-SEDE.....</b>            | <b>267</b> |
| <b>ANEXO C - COMPARATIVO DO PIB <i>PER CAPITA</i> E IDH DOS MUNICÍPIOS-SEDE<br/>DAS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS.....</b> | <b>268</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

O sociólogo e filósofo alemão Jürgen Habermas dedicou-se ao estudo da evolução da esfera pública burguesa na Europa moderna. O resultado desse estudo encontra-se condensado na sua obra genuína intitulada *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa* (HABERMAS, 2003), publicada pela primeira vez em 1961. Os argumentos de Habermas fundamentaram-se especialmente em torno do relacionamento entre o Estado e a sociedade civil; e entre o sistema político e o sistema econômico estabelecidos na Europa. As suas análises abarcaram o período compreendido entre o início do século XVIII até meados do século XX.

Fundamentado na categoria analítica esfera pública de Habermas, este estudo que ora apresenta-se é resultado da investigação sobre a evolução da esfera pública cooperativa que foi estabelecendo-se no espaço rural do estado do Rio Grande do Sul, desde o final do século XIX até o início do século XXI. O estudo da evolução do cooperativismo agrícola ocorreu a partir de análises dos discursos e das práticas de associados, dirigentes e agentes externos de cooperativas agrícolas e por meio de argumentos construídos em torno da relação entre a participação na esfera pública e a sustentabilidade, nas dimensões social, econômica e ambiental.

A análise da sustentabilidade vinculada à participação dos associados na esfera pública ocorreu a partir dos dados de dez cooperativas agrícolas do estado do Rio Grande do Sul (ver Tabela 1, página 35). Nelas, analisaram-se as ações práticas e os discursos de associados, dirigentes e agentes externos, enquanto atores sociais. O estudo contou com as contribuições de *experts* do cooperativismo, denominados aqui de Informantes Qualificados (IQ). Na literatura sociológica, eles são atores sociais identificados como pessoas-fonte, por sua história e experiência pessoal de vida em determinados temas e realidades, que nesse estudo refere-se ao cooperativismo agrícola.

Nesta introdução, num primeiro momento apresentam-se alguns aspectos da esfera pública cooperativa relacionada ao espaço rural, *lócus* onde concentram-se as ações dos atores sociais engajados no mundo da vida e o campo empírico de realização da pesquisa. Depois, num segundo momento encontra-se o procedimento metodológico. Nele, estão condensados o tema, a problemática, a justificativa, os objetivos e as hipóteses da pesquisa realizada para a explicitação do fenômeno social investigado. A explicitação realizou-se após o esforço do

debate sobre o cooperativismo, a participação e a sustentabilidade na esfera pública cooperativa.

O segundo capítulo apresenta, num primeiro momento, breve contextualização da evolução da Agricultura Familiar (AF) no Brasil, e sua interface no estado do Rio Grande do Sul. Depois, num segundo momento construíram-se alguns elementos fundamentais sobre o cooperativismo, a participação e a sustentabilidade, desde sua manifestação como alternativa socioeconômica, no início do século XX, até chegar aos desafios hodiernos da inovação tecnológica para o crescimento econômico e a preservação do meio ambiente, perpassados pela observação da participação dos associados.

O capítulo três condensa o referencial teórico esboçado a partir das contribuições teóricas de Jürgen Habermas em diálogo com a teoria da racionalidade ambiental e as contribuições da epistemologia ambiental de Enrique Leff. Esses autores construíram suas teorias fundamentadas no pensamento sociológico clássico, especialmente na racionalidade compreensiva de Max Weber, a fim de manifestar a importância de as ações sociais serem objetivamente analisadas num espaço público de motivações subjetivas orientadas por determinados fins.

De modo descritivo-analítico, o capítulo quarto apresenta as manifestações capturadas na esfera pública cooperativa por meio da técnica da entrevista semiestruturadas e levantamento de dados documentais. Nele, destacam-se a estrutura organizacional das cooperativas agrícolas investigadas, os impulsos vitais das cooperativas de crédito rural e os enfeixes de ações ordenadas pelas Entidades-redes de cooperativas no estado RS. O capítulo quinto condensa as manifestações dos associados capturadas em situações de fala na esfera pública cooperativa. Nele, estão condensadas as manifestações dos associados, dirigentes e agentes externos das cooperativas, bem como as manifestações de IQ e de Jovens Agricultores Familiares (JAF) atuantes nas Entidades-rede de cooperativas do estado. As manifestações foram analisadas em três dimensões – social, econômica e ambiental – e referenciadas ao problema da sucessão nas propriedades rurais familiares. As manifestações foram analisadas a partir dos dados das cooperativas agrícolas estudadas, bem como das unidades familiares de produção agrícola dos associados entrevistados.

O capítulo seis condensa as explicitações sociológicas em torno do cooperativismo agrícola, enquanto esfera pública de participação e sustentabilidade engajada no espaço rural do estado, no mundo da vida dos agricultores familiares. A explicitação levou em conta o referencial teórico construído e arguido a partir da categoria analítica esfera pública conectada



às ações comunicativas, em diálogo com a racionalidade ambiental. Ao mesmo tempo em que as ações comunicativas foram enfeixadas em debates na esfera pública, elas repercutiram nas práticas dos agricultores, em suas unidades familiares de produção agrícola, onde ocorrem as relações de intimidade na esfera privada. Alguns entraves identificados, que agem como barreiras à participação, especialmente das mulheres e dos JAF, apresentam-se como desafios para a esfera pública cooperativa, bem como para as esperas públicas especializadas e política. Potencialmente, a participação das mulheres e dos jovens nas cooperativas agrícolas tende a ampliar as perspectivas da sustentabilidade. Entretanto, sua participação é relativamente baixa, requerendo ações específicas. A sustentabilidade do cooperativismo agrícola mediante investimentos equilibrados nas dimensões social, econômica e ambiental depende da disseminação da racionalidade ambiental entre os agricultores, dirigentes e agentes das cooperativas agrícolas. Afinal, conforme Leff (2000), a racionalidade ambiental ultrapassa os limites da dimensão econômica, sendo construída bastante a partir do conjunto de princípios da Agroecologia.

A amostra intencional não probabilística adotada não teve a pretensão de ser representativa do universo das cooperativas agrícolas do estado RS, mas, somente das cooperativas agrícolas estudadas. Essas cooperativas são de cinco mesorregiões do estado onde historicamente ocorreu significativa atuação do cooperativismo no contexto da AF (Centro Oriental, Metropolitana, Nordeste, Noroeste e Sudeste). As mesorregiões Centro Ocidental e Sudoeste, marcadas pelo menor nível de protagonismo do cooperativismo, não foram contempladas, embora se reconheça nelas ações cooperativas. Conforme Caldas (2013), na geografia gaúcha, a AF teve menor nível de protagonismo nessas duas últimas mesorregiões, bem como o cooperativismo agrícola.

### 1.1 A ESFERA PÚBLICA COOPERATIVA E O ESPAÇO RURAL

As objeções de Habermas ao conceito de sociedade moderna, composta por sistemas parciais autônomos e estruturada corporativamente, apontam para a “integração de uma sociedade altamente complexa que ignora o poder comunicativo do público cidadão” (1997, p. 84). Constituem essa sociedade moderna o sistema econômico, estruturado em empresas, e o sistema político, estruturado no Estado. Esses sistemas são imprescindíveis para o funcionamento da sociedade moderna. Nessa sociedade, cada sistema constitui-se de

subsistemas a partir de duas ações fundamentais: a ação instrumental técnica e a ação comunicativa. Entre o sistema econômico e o político está a sociedade civil, as esferas públicas e o mundo da vida, nos quais a linguagem desempenha papel integrador. No mundo da vida ocorrem espontaneamente interlocuções consensuais, podendo chegar à esfera pública política pelas esferas públicas da sociedade civil. O cooperativismo constitui uma esfera pública na sociedade civil vinculada ao mundo da vida, capaz de tomar decisões e influenciar a opinião pública por meio de ações comunicativas. Nessa sociedade, desenvolve-se o cooperativismo agrícola, enquanto esfera pública em situações de fala e se estabelecem questões do mundo da vida no espaço rural.<sup>1</sup>

O cooperativismo agrícola insere-se no contexto da AF, sendo que seus associados são majoritariamente agricultores familiares<sup>2</sup>. No Brasil, a AF está consolidada, contando com Programas Oficiais para seu fortalecimento, dependendo de investimentos em longo prazo para garantir a sustentabilidade da agricultura de base familiar, bem como o cooperativismo agrícola e as populações dos ecossistemas. Essa situação potencializou as condições ideais de fala dos agricultores na esfera pública cooperativa. Os temas aqui tratados vão além dos negócios de compra e venda de produtos e insumos, uma vez que são problematizados e debatidos na esfera pública, considerando as dimensões social, econômica e ambiental.

A inferência realizada nas cooperativas agrícolas investigou a sustentabilidade vinculada à participação dos associados na esfera pública. A investigação buscou responder as seguintes questões problematizadas: As cooperativas agrícolas são sustentáveis? Em que dimensões e em que medida os associados executam práticas sustentáveis em suas propriedades? Em que medida pode-se associar a sustentabilidade à participação na esfera pública? Qual racionalidade orienta as ações das cooperativas agrícolas? Quais as expectativas dos associados em relação ao cooperativismo e à agricultura face às políticas públicas e ao mercado?

---

<sup>1</sup> Ao invés do uso de termos como ‘rural’, ‘meio rural’, ‘zona rural’, ‘mundo rural’, etc. optou-se pela expressão ‘espaço rural’, no seu sentido plural e multifuncional. Portanto, ela não é utilizada somente na dimensão econômico-produtivista. Espaço rural é o espaço das paisagens, da agricultura, dos agricultores familiares e das cooperativas agrícolas em interação com o meio ambiente e em constante transformação (COSTA BEBER, 2012).

<sup>2</sup> A Lei 11.326/2006 considera agricultor familiar aquele que não detenha área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais, utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, tenha percentual mínimo de renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006). A Instrução Normativa N. 20 do Incra estabelece o tamanho dos módulos fiscais em hectares para os municípios brasileiros (INCRA, 1980).

A categoria analítica da esfera pública auxiliou o entendimento das ações para a explicação sociológica do problema delimitado às cooperativas agrícolas. Nelas, identificaram-se os impulsos vitais de sustentabilidade, como a participação das mulheres e dos JAF na esfera pública. Alguns impulsos vitais remeteram ao problema da sucessão nas propriedades rurais dos agricultores familiares. Diante da complexa realidade instaurada recentemente no espaço rural, o estudo aponta algumas ações para as cooperativas investigadas ampliarem as perspectivas de sustentabilidade, que podem ser úteis ao cooperativismo agrícola e aos gestores públicos do Estado.

O cooperativismo contribui, desde o final do século XIX, para o desenvolvimento socioeconômico do estado RS. As cooperativas agrícolas configuraram-se os braços fortes desse desenvolvimento, recebendo incentivos Estatais e governamentais. “A partir de 1955 até o final dos anos 70, o cooperativismo experimenta um processo de ampla expansão e transformação, perdendo sua dinâmica de movimento e adquirindo traços essencialmente empresariais, articulado à lógica capitalista assumida pelo Estado Brasileiro” (ICAZA, 2004, p. 23). Consolidadas nas décadas de 1960 e 1970, as cooperativas induziram os agricultores à revolução verde, contribuindo para a modernização da agricultura por meio de programas governamentais e créditos subsidiados para aquisição de insumos agroquímicos, maquinaria e equipamentos agrícolas. A revolução verde inseriu a agricultura brasileira na lógica instrumental do mercado e do capital internacional, inclusive cooperativismo agrícola, conforme Duarte (1986). Entrementes, houve a ampliação de desigualdades sociais e a ocorrência de desequilíbrios ambientais. As cooperativas agrícolas empresariais inseridas na lógica instrumental do mercado investiram intensamente na dimensão econômico-produtivista, estimulando os associados à modernização na agricultura (DUARTE, 1986). A intensificação da revolução verde nas décadas de 1960 e 70 transformou o cenário da agricultura brasileira, por meio da difusão de tecnologias inovadoras no espaço rural, colonizando inúmeras práticas e saberes tradicionais. Esse período caracterizou-se como a fase do cooperativismo empresarial. Os saberes tradicionais resistentes puderam ser associados às novas tecnologias pelas técnicas da retroinovação (STUIVER, 2011). Essas técnicas associam os saberes tradicionais às novas tecnologias, gerando novas práticas produtivas e conservacionistas do meio. As cooperativas agrícolas podem provocar essas novas práticas, tornando-as sustentáveis nas dimensões social, econômica e ambiental.

Desde a década de 1980, com o fim das fontes de recursos governamentais e das políticas de subsídios, cresce a busca por alternativas de desenvolvimento menos dependente

dos agroquímicos. Algumas cooperativas agrícolas constituídas no período anterior executam práticas alternativas; entretanto, são as cooperativas constituídas a partir da década de 1980 que mais investem em alternativas, especialmente as cooperativas ecológicas. Inclusive, existem cooperativas ecológicas desenvolvendo processos de certificação de produtos orgânicos. Nesse contexto, ocorreu a investigação das cooperativas, nas quais se observaram os discursos e as práticas dos atores sociais nelas envolvidos.

Uma das questões em debate na história recente consiste em melhorar a compreensão da complexa relação entre a humanidade e a biosfera. Essa relação se expressa na interação homem-ambiente, conforme Ostrom e Moran (2009), nos diferentes ecossistemas. Até meados do século XX, os efeitos causados à natureza raramente eram investigados. A partir desse momento histórico, intensificaram-se as pesquisas dos efeitos negativos do desenvolvimento econômico à natureza. O crescimento na opinião pública da preocupação com os impactos ambientais negativos causados pelo desenvolvimento econômico legitima esses estudos da sustentabilidade, nos quais as cooperativas agrícolas também estão inseridas.

Há milhares de anos, a humanidade explora a natureza a favor da sua sobrevivência sobre a terra. Essa exploração se intensifica no período neolítico (há 10.000 anos aproximadamente), quando ocorre a primeira revolução agrícola, a domesticação de plantas, animais e o desflorestamento para a formação dos sistemas agrários, modificando profundamente a maior parte dos ecossistemas do planeta (MAZOYER; ROUDART, 2010). Até o final da Idade Média, o desenvolvimento dos sistemas agrários ocorreu lentamente, se disseminando rapidamente por todos os continentes com a revolução industrial, sem que fossem debatidos os problemas relacionados ao meio ambiente.

A interação homem-ambiente, segundo Ostrom e Moran (2009), passou a ter amplo debate especialmente na esfera internacional em meados do século XX. Inúmeras pesquisas foram realizadas e documentos oficiais publicados com o intuito de planificar a interação homem-ambiente. No início da década 1960, Carson publicou o livro *Primavera Silenciosa*, em 1962, chamando a atenção para os efeitos nocivos dos agrotóxicos. No início da década 1970, o Clube de Roma divulgou o *Relatório Meadows* (MEADOWS et al., 1972), na Conferência da ONU realizada em Estocolmo, em 1972, fazendo referências aos limites do crescimento econômico. Durante a década de 1980, a ONU divulgou em 1987 o relatório *Nosso futuro comum* (CMMAD, 1991), propondo estratégias ambientais para o desenvolvimento sustentável. No início da década de 1990, a Conferência da ONU Rio-92, divulgou a *Agenda 21* (ONU, 1992), propondo ações sustentáveis para o ecodesenvolvimento,

com o intuito de alargar a consciência ecológica entre as nações. A Conferência Rio+20, realizada no Rio de Janeiro, em 2012, introduziu o debate em torno da economia verde (ONU, 2012). Nesse sentido, a ONU, ao promulgar 2012 o ano internacional de cooperativas reforçou o sétimo princípio cooperativo de defender os interesses da comunidade para construir um mundo melhor sustentável. Entre outras publicações e diante da gama de divulgação a favor da sustentabilidade, tornou-se fundamental obter informações sobre o mundo da vida dos agricultores familiares, suas práticas e sobre as cooperativas agrícolas. Essas informações provocam debates na academia e na esfera pública cooperativa, podendo repercutir nos gestores públicos do Estado e nas ações dos agricultores.

Nesse contexto, a ONU (2011), reconheceu o cooperativismo um promotor da participação das pessoas, de homens, de mulheres e de jovens para o desenvolvimento econômico e social, podendo contribuir para o desenvolvimento sustentável. Entretanto, essas ações merecem ser investigadas cientificamente, para aprimorar a relação homem-ambiente. A produção acadêmica nessa área ainda é pouco explorada, apesar de relevante para a sociedade. Este estudo propõe-se debater a sustentabilidade, compreendendo melhor as ações do cooperativismo agrícola, enquanto espaço público de participação, de tomada de posições e de deliberações de ações comunicativas.

O estudo problematizou a sustentabilidade em cooperativas agrícolas relacionada à participação na esfera pública como uma forma de democracia (BOBBIO, 1997). A participação constitui um indicador da variabilidade das práticas sustentáveis. Os diversos níveis de participação revelam diferentes indicativos para diminuir os problemas sociais, econômicos e ambientais no espaço rural. Em nível global, a ONU orienta os chefes das nações para conter os crescentes problemas ambientais em várias partes do planeta, embora nem todas as nações signatárias realizem satisfatoriamente suas ações. Em nível local, o agir comunicativo em diferentes esferas públicas diminuem os efeitos negativos da ação instrumental técnica de empresas mercantis ainda resistentes a deliberar ações de contenção dos problemas ambientais neste início do século XXI.

Talvez seja porque no decorrer do século XX, o desenvolvimentismo equiparava o desenvolvimento ao crescimento econômico. Nesse período, as cooperativas agrícolas contribuíram significativamente para o desenvolvimento socioeconômico do estado do RS, principalmente a partir da década de 1950 no binômio trigo e soja. A partir da década 1980, o paradigma do desenvolvimento sustentável amplia as ações comunicativas, aumentando as chances da sustentabilidade ambiental dos empreendimentos rurais, inclusive os cooperativos.

Em toda parte existem condições para inovar, ou retroinnovar com ações que processem as culturas e os saberes tradicionais aliados às inovações tecnológicas modernas sustentáveis. Em cooperativas agrícolas, isso implica observar a doutrina e princípios cooperativos, sem descuidar do meio ambiente. Dessa forma, é possível influenciar a opinião pública, bem como as esferas públicas especializadas e políticas, que têm poderes de legitimar as ações sustentáveis.

O objetivo geral que orienta a tese é analisar a sustentabilidade do cooperativismo agrícola nas dimensões social, econômica e ambiental vinculada à participação dos agricultores na esfera pública, observando os discursos e as práticas de associados e de agentes externos implicados no desenvolvimento sustentável.

Foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos. O primeiro é investigar os principais discursos e ações práticas dos associados e dos agentes externos na esfera pública cooperativa, relacionados à sustentabilidade nas dimensões social, econômica e ambiental das cooperativas agrícolas. O segundo, averiguar a estrutura organizacional das cooperativas agrícolas e seus mecanismos de participação nos processos administrativos e decisórios internos. O terceiro, analisar a participação dos homens, das mulheres e dos JAF na esfera pública cooperativa e a implicação no processo sucessório nas propriedades rurais. O quarto, assinalar a participação externa dos associados e dirigentes das cooperativas agrícolas na esfera pública da sociedade civil. O quinto, apontar as contribuições da inovação tecnológica para a sustentabilidade social, econômica e ambiental das cooperativas agrícolas. E o sexto, identificar as expectativas dos associados em relação ao cooperativismo e à agricultura.

Esse é o esforço do debate sobre o cooperativismo, a participação e a sustentabilidade construído na esfera pública cooperativa. Nele, há o reconhecimento da diversidade da AF, bem como do cooperativismo agrícola em ações comunicativas para elevar as condições de vida dos agricultores familiares no espaço rural e melhorar a relação homem-ambiente.

As diferenças entre as cooperativas agrícolas e seus posicionamentos frente às questões sociais, econômicas e ambientais potencializaram delinear duas hipóteses para este estudo das cooperativas enquanto esferas públicas. A primeira é de que há uma relação entre a sustentabilidade social, econômica e ambiental do cooperativismo agrícola e a participação dos agricultores associados na esfera pública da sociedade civil. Hipoteticamente, quanto mais participação dos agricultores na esfera pública maior será a sustentabilidade social, econômica e ambiental das cooperativas. A estrutura organizacional das cooperativas agrícolas interfere

no nível de participação dos homens, mulheres e dos jovens associados, bem como na sustentabilidade. A baixa participação de JAF nas UFPAs tem gerado indefinições no processo sucessório das propriedades rurais e pouca presença deles na EPC, configura-se um dos elementos de risco da sustentabilidade. A segunda hipótese deu conta de que a racionalidade ambiental é determinante para a realização de ações comunicativas na esfera pública cooperativa com repercussão nas práticas agrícolas de associados realizadas nas unidades familiares de produção agrícolas dos agricultores familiares. A racionalidade econômica centrada na ação instrumental técnica tende ao colonialismo das ações no mundo da vida. Isso desaloja as práticas e os saberes tradicionais, enquanto que a racionalidade ambiental tende à realização de práticas sustentáveis por meio de técnicas da retroinovação e de ações comunicativas dos atores sociais que se mantêm engajados em esferas públicas da sociedade civil.

A elaboração desta tese inclui-se no contexto de carência de estudos acadêmicos focados na sustentabilidade relacionada à participação na esfera pública. Nessa relação, as cooperativas agrícolas manifestam-se como esferas públicas, por meio do agir comunicativo de seus associados, diretores e agentes externos. A análise dessas manifestações revelaram variações da sustentabilidade nas dimensões social, econômica e ambiental. O agir comunicativo, a partir da racionalidade ambiental, provoca o equilíbrio de ações comunicativas nas três dimensões, a partir de investimentos planejados. A contribuição desta tese se manifesta, portanto, nas expectativas dos agricultores familiares com relação ao cooperativismo e à agricultura, podendo os agentes das cooperativas, bem como os gestores de políticas públicas valerem-se dos resultados. A seguir, detalha-se o procedimento metodológico utilizado na captura e análise dos dados para a demonstração das hipóteses.

## 1.2 O PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

O método em pesquisa social se refere à escolha de procedimentos sistemáticos para a reconstrução, compreensão e explicação de determinados fenômenos sociais. Ele serve como uma espécie de fio condutor na construção do conhecimento mediante a inferência<sup>3</sup> em

---

3 Inferência: “conjunto de procedimentos graças aos quais se chega a proposições mais gerais, ou seja, aquelas que não estavam nos dados, mas, que podem ser extraídos, deduzidos ou induzidos a partir deles de forma legítima” (PINTO; GUAZZELLI, 2008, p. 128). Pela inferência “se admite uma proposição em virtude de sua ligação com outras proposições” (PEREIRA, 1998, p. 99).

determinada realidade social, em interface com determinada teoria explicativa reconhecida pelos pares responsáveis pelo acúmulo do conhecimento científico. Desse modo, a construção do conhecimento científico busca a ruptura com as pré-noções estabelecidas, seguindo as evidências empíricas, mediante a investigação metódica e objetiva da realidade.

O procedimento metodológico utilizado no desenvolvimento deste estudo procurou ser coerente com o referencial teórico do agir comunicativo orientado pelo entendimento, de Habermas (2012; 2012a), em diálogo com a abordagem teórica da racionalidade ambiental, a partir da epistemologia ambiental de Enrique Leff (2010b). Com esses aportes teóricos, foi possível construir a proposta explicativa da sustentabilidade vinculada à participação na esfera pública, observando as práticas e os discursos de atores sociais engajados no cooperativismo agrícola. Conforme a orientação metodológica construída por Bourdieu,

não é a descrição das atitudes, opiniões e aspirações individuais que tem a possibilidade de proporcionar o princípio explicativo do funcionamento de uma organização, mas, a apreensão da lógica objetiva da organização é que conduz ao princípio capaz de explicar as atitudes, opiniões e aspirações (BOURDIEU, 1999, p. 29).

Seguindo essa orientação metodológica, o presente estudo apresenta a descrição do campo empírico, não se atendo demasiadamente às atitudes, opiniões e aspirações individuais dos atores sociais investigados. De forma investigativa, o estudo empenhou-se na busca pela apreensão da lógica objetiva presente na esfera pública cooperativa capaz de explicar as ações discursivas e práticas e as expectativas de seus associados, na tentativa de explicitar sociologicamente seu funcionamento a partir das manifestações de associados e agentes externos em situações de fala.

Conforme Bourdieu et al. (1999), a construção do trabalho científico segue diversas etapas remetidas a uma hierarquia necessária entre os momentos epistemológico, teórico, metodológico e técnico. Entretanto, esses quatro elementos não são estanques na realidade investigativa durante o processo da produção do conhecimento científico. A produção do conhecimento do presente estudo contempla esses quatro momentos, observando também a orientação estabelecida por Durkheim (1978), em sua obra *As regras do método sociológico*, de buscar estabelecer sistematicamente rupturas com as pré-noções construídas sobre a realidade social determinada para a investigação. Para operacionalizar esses elementos metodológicos, este estudo se desdobra a partir de três dimensões, social, econômica e ambiental. Em cada dimensão, variáveis, indicadores e subindicadores serviram para estabelecer as rupturas necessárias ao conhecimento proposto.



A construção dos indicadores apoiou-se em pressupostos teórico-sociológicos e em conceitos de participação e de sustentabilidade, com o intuito de capturar as ações significativas da realidade investigada. A maior parte das informações da realidade inferida foi obtida por meio da técnica da entrevista. Também foram utilizados dados estatísticos de fontes secundárias. A pesquisa visou explicitar a amplitude do conceito de sustentabilidade aplicado às cooperativas agrícolas nas dimensões social, econômica e ambiental, a partir de indicadores e subindicadores. A inferência realizada no campo empírico foi calcada no raciocínio dedutivo, intercalado com instrumentos da indução. Os dois raciocínios não são, segundo Pereira (1998, p. 99), “pares opostos de procedimentos, mas o conhecimento científico combina o raciocínio indutivo e o raciocínio dedutivo”; concomitantemente válidos para a realização de inferências investigativas.

A abordagem qualitativa é, conforme Creswell (2010, p. 200), “uma forma de investigação interpretativa em que os pesquisadores fazem uma interpretação do que enxergam, ouvem e entendem”. Nessa abordagem qualitativa, este estudo optou pelo método hermenêutico-compreensivo, isto é, interpretativo e compreensivo da realidade, a fim de explicitar sociologicamente as ações manifestadas nas situações de fala. A abordagem interpretativa possibilitou a compreensão do fenômeno social delimitado e suas relações de sentido. Essa abordagem possibilita construir o olhar científico, indo além das interpretações empiristas ou das pré-noções, por meio da utilização de métodos e técnicas adequados relacionados ao problema de pesquisa. O referencial teórico-conceitual construído conferiu o sentido hermenêutico à construção social da realidade.

O método compreensivo tem como preocupação primeira, conforme Parra Filho (2001, p. 93) “o estudo do fato social, principalmente no que diz respeito à forma. Esse método dá grande importância ao conteúdo das ações sociais, ao significado e aos motivos.” O método compreensivo possibilitou demonstrar a associação entre o problema de pesquisa formulado, os objetivos propostos e o referencial teórico-conceitual, construídos para a explicação sociológica. Por meio dele, compreendeu-se a vinculação entre sustentabilidade e participação nas ações fáticas e discursivas dos atores sociais engajados na esfera pública cooperativa. O método compreensivo possibilitou ainda interpretar o sentido, as motivações e aspirações das ações comunicativas desses atores. Essa interpretação compreensiva possibilitou a explicação sociológica do problema formulado, a partir da inferência nas cooperativas agrícolas selecionadas.

Para a coleta de dados foi construída a mostra intencional não probabilística qualitativa,<sup>4</sup> sem o objetivo de “estimar o comportamento da população total, a partir dos resultados obtidos da pesquisa” (PINTO; GUAZZELLI, 2008, p. 77). A amostra intencional permitiu a inferência analítica em cooperativas agrícolas. Considerando que o objetivo da pesquisa qualitativa seja o de “provocar o esclarecimento de uma situação para uma tomada de consciência pelos próprios pesquisados dos seus problemas e das condições que os geram, a fim de elaborar os meios e as estratégias de resolvê-los” (CHIZZOTTI, 2008, p. 104), o presente estudo constitui um instrumento de legitimação das ações das cooperativas agrícolas, podendo impactar positivamente no cooperativismo, bem como na esfera pública política. Dessa forma, o papel da academia em mostrar aos próprios pesquisados como proceder em determinadas situações, em parte pode ser concretizado. Para complementar a realização da coleta dos dados empíricos de campo, realizaram-se estudos bibliográficos em torno da temática do cooperativismo, da participação e da sustentabilidade, bem como de conceitos pertinentes ao referencial teórico.

A estratégia de pesquisa adotada, com base em evidências empíricas, permitiu optar pelos seguintes recursos metodológicos:

- a) leitura e análise de documentação das cooperativas agrícolas, Centrais, Confederações, Organizações e Sistemas Cooperativos, bem como de entidades a eles relacionadas. Esse recurso acompanhou todo o processo de desenvolvimento da pesquisa. A leitura de relatórios, atas das diretorias e de textos publicados, as informações de pessoas que prestam assessoria às cooperativas agrícolas também compõem as fontes documentais básica de dados do estudo;
- b) leitura e análise de abordagens bibliográficas e de dados secundários censitários disponíveis em publicações que tratam do cooperativismo agrícola no estado RS;
- c) roteiro de entrevista (ver apêndices) utilizado na coleta dos dados empíricos de associados, dirigentes e técnicos das cooperativas agrícolas selecionadas, bem como de informantes qualificados, *experts* do cooperativismo. O roteiro de entrevista, além de fornecer dados empíricos para a compreensão das ações dos atores sociais e sobre o mundo da vida permitiu também compreender as

---

<sup>4</sup> A amostra intencional, ou de seleção racional, constitui um tipo de amostragem não probabilística, convencional (CRESWELL, 2010) e consiste em selecionar um subgrupo da população com base nas informações disponíveis (PRODANOV; FREITAS, 2009, p. 109). A opção por essa amostragem evitou que se fizesse a amostragem aleatória, que exigiria maior frequência de casos. Os selecionados foram suficientes para alcançar os objetivos propostos para este estudo.

crenças, atitudes, valores e as motivações para a apreensão da lógica objetiva das cooperativas agrícolas. A entrevista semiestruturada configurou-se a principal técnica utilizada no campo para a coleta dos dados empíricos;

- d) roteiro para coleta de dados informativos contidos nas cooperativas, quanto às ações e à participação dos associados nos eventos das cooperativas, assembleias, pré-assembleias, etc. mediante análise documental e entrevista com administrador ou secretário da cooperativa selecionada.

Considerados os objetivos do presente estudo, optou-se por investigar cooperativas agrícolas, com diferentes estruturas organizacionais, tamanho e modo de exercer as atividades. De cada cooperativa foi entrevistado um número variado de famílias de associados, um dirigente e um agente externo.<sup>5</sup> Também foram entrevistados três dirigentes das três Entidades-rede de cooperativas do estado: Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul (Coceargs), Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul (Ocergs) e União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Rio Grande do Sul (Unicafes/RS). Diante da não presença de jovens nas entrevistas nas famílias, optou-se por entrevistar três jovens atuantes nessas Entidades-rede. Além desses, prestaram entrevista dois dirigentes de duas cooperativas de crédito rural e três *experts* em cooperativismo. Como afirma Chizzotti (2008, p. 17), “o testemunho oral das pessoas presente em eventos, suas percepções e análises podem esclarecer muitos aspectos ignorados e indicar fatos inexplorados do problema investigado”; isso foi o que se pretendeu alcançar com as entrevistas com os IQ. Ao total, foram realizadas sessenta e nove entrevistas, a fim de assegurar a variabilidade da participação relacionada à sustentabilidade.

Antes de realizar a coleta dos dados do campo empírico, testou-se a aplicação do roteiro de entrevistas e efetuou-se o levantamento das cooperativas agrícolas do estado do RS para proceder à seleção das cooperativas. As informações foram obtidas nas Entidades-rede de cooperativas do estado, na Coceargs, na Ocergs e na Unicafes/RS e na Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural (SDR/RS). Também foram obtidos os dados da Junta Comercial do estado RS (Jucergs). De posse dessas informações, delimitou-se o universo da pesquisa à realidade de dez cooperativas agrícolas do estado. Considerados o número de associados e a estrutura física, as cooperativas foram classificadas em dois grupos: das cooperativas grandes (Comacel, Coopar, Cotrimaio, Piá), com mais de mil associados, e das cooperativas pequenas

---

<sup>5</sup> A cooperativa Sul Ecológica teve maior número de entrevistados em relação às outras devido ao fato de as primeiras entrevistas não apresentarem dados significativos, no entanto, foram mantidas.

(Cooafan, Cooperac, Cootap, Ecovale, Sítio Pé na Terra e Sul Ecológica), com menos de trezentos associados. Considerados os modos de produção agrícola dos associados, as cooperativas agrícolas foram classificadas em convencionais (Comacel, Cooafan, Cooperac, Cotrimaio e Piá) e em Ecológicas (Cootap, Ecovale, Sítio Pé na Terra e Sul Ecológica). Os associados entrevistados das cooperativas selecionadas têm seus estabelecimentos rurais em vinte e um municípios situados em cinco mesorregiões<sup>6</sup> que historicamente mais concentraram ações do cooperativismo agrícola no RS no contexto da AF, como se observa na tabela a seguir.

**Tabela 1 – Cooperativas agrícolas estudadas, municípios abrangidos pelas entrevistas e mesorregiões rio-grandenses**

| <b>Cooperativas</b>  | <b>Municípios</b>  | <b>Mesorregiões</b>                                   |
|----------------------|--|---|
| 1. Comacel           | Arroio do Tigre<br>Estrela Velha                                 | Centro Oriental                                       |
| 2. Ecovale           | Santa Cruz do Sul<br>Candelária<br>Venâncio Aires<br>Vale do Sol |   |
| 3. Cooperac          | São Lourenço do Sul<br>Cristal                                   |   |
| 4. Sul Ecológica     | Pelotas, São Lourenço do Sul,<br>Canguçu, Morro Redondo.         | Sudeste   |
| 5. Cooafan           | São José do Norte  | Metropolitana de Porto Alegre                         |
| 6. Cootap            | Eldorado do Sul, Nova Santa Rita                                 |   |
| 7. Sítio Pé na Terra | Novo Hamburgo  | Metropolitana de Porto Alegre,<br>Nordeste e Noroeste |
| 8. Piá               | Nova Petrópolis, Feliz, Caxias do<br>Sul, Gramado                |   |
| 9. Cooperac          | Constantina  | Noroeste  |
| 10. Cotrimaio        | Três de Maio   |   |
| <b>Total</b>         | <b>21</b>  | <b>5</b>  |

Fonte: Cooperativismo agrícola: esfera pública, participação e sustentabilidade.

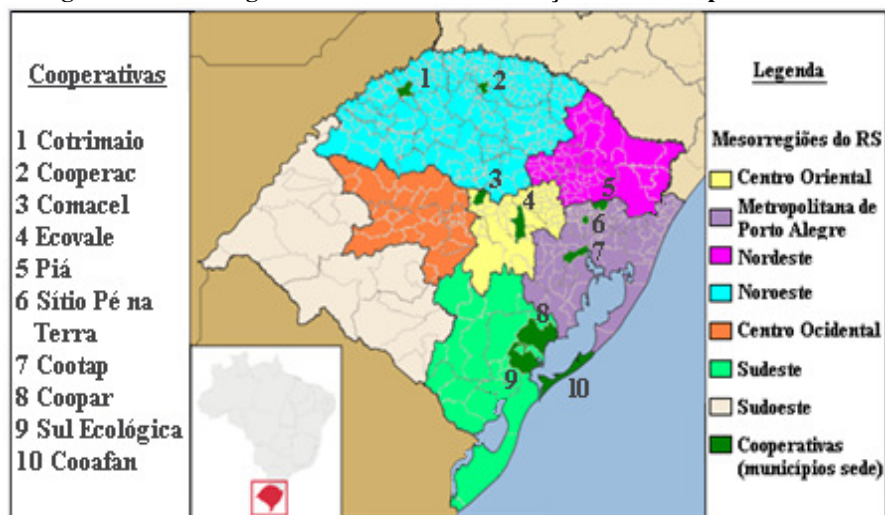
Elaboração: Nilson Binda, PGDR/UFRGS (2013).

As mesorregiões Centro Ocidental e Sudoeste não foram contempladas na pesquisa por não apresentam significativa presença histórica do cooperativismo agrícola no contexto da AF; que concentrou-se mais nas outras mesorregiões. Na figura a seguir, estão identificados no mapa os municípios-sede das cooperativas agrícolas selecionadas para o estudo e suas respectivas mesorregiões. Observa-se que a cooperativa Piá, com sede na mesorregião

<sup>6</sup> Mesorregião, uma subdivisão das Unidades Federativas criada pelo IBGE para fins estatísticos. Ela congrega diversos municípios com similaridades econômicas, naturais e sociais regionais. O Rio Grande do Sul possui sete Mesorregiões: Centro Ocidental, Centro Oriental, Metropolitana de Porto Alegre, Nordeste, Noroeste, Sudeste e Sudoeste (FEE, 2012).

Metropolitana de Porto Alegre, Município de Nova Petrópolis, também atua nas mesorregiões Nordeste e Noroeste rio-grandenses.

Figura 1 – Mesorregiões do estado RS e localização dos municípios-sede das cooperativas



Fonte: [www.fee.rs.gov.br](http://www.fee.rs.gov.br)

Elaboração: Nilson Binda, PGDR/UFRGS (2013).

A dimensão social foi construída a partir das seguintes variáveis, indicadores e subindicadores, observando, sempre que possível, a presença de homens, mulheres e jovens: variáveis:

- a) estrutura organizacional das cooperativas, indicadores: assembleia, pré-assembleias, grupos, núcleos, setores; variável;
- b) participação interna, indicadores: motivo, participação de mulheres e participação de jovens; variável;
- c) escolaridade, indicadores: não alfabetizado, ensino fundamental, médio e superior, com os subindicadores: completo e incompleto; variável;
- d) qualificação, indicadores: cursos, encontros, reuniões, seminários, assistência técnica, dias de campo; variável e
- e) participação externa, indicadores: movimento sindical e social, esfera cultural/educacional, saúde, lúdica, férias, festas, esportes, com os subindicadores de participação frequente, raramente, nunca.

A dimensão econômica foi construída a partir das seguintes variáveis, indicadores e subindicadores: variáveis:

- a) patrimônio, indicadores: tamanho da propriedade em hectares, com os subindicadores: 0-10, 11-50, 51-100, 101 ou mais; bens: equipamentos, máquinas, com os subindicadores: próprio e alugado; variável;
- b) mão de obra, indicadores: familiar, com o subindicador: mútua-ajuda e contratada, com os subindicadores, permanente ou temporária; variável;
- c) inovação, indicador: tecnológica, subindicador: genética; variável e
- d) mercado, destino da produção, indicadores: convencional, seletivo: feiras, casas especializadas, institucional e consumo de alimentos próprios, com os subindicadores: até a metade e mais da metade.

A dimensão ambiental foi construída a partir das seguintes variáveis, indicadores e subindicadores: variáveis:

- a) ação das cooperativas, indicadores: reciclagem nas suas dependências, cursos, treinamentos para seus associados e informações sobre a legislação ambiental;
- b) ação nas propriedades, indicadores: área de mata nativa, áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal (RL), nascentes e córregos d'água, com os subindicadores: protegido, não protegido;
- c) destinação dos resíduos, indicadores: doméstico e agrícola, subindicadores: coleta pública, recicla, enterra, queima;
- d) insumos, indicadores: sementes e mudas, substratos e fertilizantes, controladores de ervas e insetos, com os subindicadores: convencional e orgânico e
- e) manejo do solo, indicadores: rotação de culturas no mesmo canteiro, pousio de mais de um ano, plantio direto e adubação orgânica, ou verde, com os indicadores: utiliza e não utiliza.

As informações referentes às dimensões, variáveis, indicadores, subindicadores contidas no texto acima estão relacionadas de modo sintético no quadro disposto no final do trabalho (ver apêndice F, página, 263).

Durante a aplicação das técnicas de pesquisa, contou-se com o auxílio de instrumentos complementares de investigação: caderno de anotações, gravador, filmadora e máquina fotográfica digital. Esses instrumentos auxiliaram o registro dos dados na observação das ações e reações dos agricultores, bem como das manifestações dos entrevistados durante a realização da pesquisa. Esses dados serviram para a análise posterior e incorporação das ações mais relevantes para a interpretação e compreensão sociológica. Os dados das entrevistas foram transcritos, classificados e analisados a fim de comporem a argumentação explicativa.

A tabela a seguir apresenta a composição dos entrevistados organizada para a coleta dos dados do campo empírico nas cooperativas, nas propriedades rurais, bem como com os informantes qualificados e jovens.

**Tabela 2 – Composição dos entrevistados do campo empírico**

| Cooperativas         |            | Entrevistas |            |                          |                          |        |
|----------------------|------------|-------------|------------|--------------------------|--------------------------|--------|
| Forma de organização | Quantidade | Dirigentes  | Associados | Técnicos / profissionais | Informantes qualificados | Jovens |
| Regional             | 4          | 4           | 15         | 4                        | -                        | -      |
| Grupo                | 4          | 4           | 16         | 4                        | -                        | -      |
| Outra                | 2          | 2           | 6          | 2                        |                          |        |
| Soma                 | 10         | 10          | 37         | 10                       | 8                        | 4      |
| <b>Total</b>         |            |             |            | <b>69</b>                |                          |        |

Fonte: Cooperativismo agrícola: esfera pública, participação e sustentabilidade.  
Elaboração: Nilson Binda, PGDR/UFRGS (2013).

A análise dos dados ocorreu a partir das informações obtidas em entrevistas gravadas e transcritas. Foram analisados os discursos e as práticas manifestadas em situações de fala, objetivando a interpretação compreensiva, bem como a explicação sociológica da realidade estudada. Os dados foram classificados a partir das três dimensões analíticas em interface ao referencial teórico-conceitual. Para a explicação sociológica, confrontaram-se os resultados aos objetivos, a fim de submeter à demonstração das hipóteses enunciadas e formular conclusões pertinentes. Nesta tese, foram caracterizadas as informações mais significativas das cooperativas estudadas, pois as interpretações dos dados empíricos abrem possibilidades de novas análises mediante a operacionalização de investigações replicadas. As informações aqui presentes são relevantes para contribuir no processo de transformação do espaço rural de modo eficaz a ponto de assegurar sua sustentabilidade.

Até aqui, o capítulo introdutório discorreu sobre os elementos do procedimento metodológico da pesquisa. A seção a seguir pondera sobre alguns elementos contextualizadores da AF, do cooperativismo moderno, da participação e da sustentabilidade, relacionados ao desenvolvimento sustentável e a competitividade no espaço rural.

## 2 AGRICULTURA FAMILIAR, COOPERATIVISMO E SUSTENTABILIDADE

Este capítulo disserta sobre três temas contextualizadores da pesquisa realizada. Num primeiro momento, disserta-se sobre a evolução da AF no Brasil e sua interface no estado do Rio Grande do Sul. Depois, trata-se de um enfoque histórico-evolutivo do cooperativismo moderno e seu desenrolar no estado RS. Nessa parte, também são observados os níveis de participação e a evolução do conceito de sustentabilidade. Ao final do capítulo, apresentam-se alguns enfoques sobre a importância da inovação tecnológica e da competitividade para o cooperativismo agrícola e para a AF.

### 2.1 AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ABORDAGEM EVOLUTIVA E SUA INTERFACE NO RIO GRANDE DO SUL

A explicitação da sustentabilidade relacionada à participação de associados a cooperativas agrícolas na esfera pública requereu, ainda que brevemente, uma abordagem da evolução da AF no Brasil e sua interface no RS; dada sua relevância histórico-social, especialmente para o espaço rural. A bibliografia sobre a AF é relativamente vasta e contemporânea, tratando das mais diversas formas o seu desenvolvimento. Ela manifesta as diversas facetas dessa categoria social recentemente reconhecida pela academia e também pelo poder público. Autores e obras da sociologia rural, como: Jean (1996), Jollivet (1988), Lamarche (1993; 1998), Mendras (1984), Schneider (2003), Wanderley (1998), etc. demonstraram as diferenciações com o modo camponês de produção e os posicionamentos face aos mercados, identificando as práticas de uma gestão patrimonial familiar dos recursos naturais e das atividades agrícolas. O poder público brasileiro, por sua vez, reconheceu a AF como uma importante categoria social do espaço rural, e sob a pressão dos agricultores organizados criou uma política de Estado, específica para a AF e programas governamentais destinados a atender às demandas dos subgrupos dessa categoria social (SCHNEIDER, 2009).

A origem da AF no estado RS remonta ao processo de ocupação pela colonização com os imigrantes de origem alemã, em 1824, conforme Schneider (2006). Entretanto, a agricultura no estado é anterior a esse processo, por isso, convém relatar alguns dados de seus antecedentes históricos, ocorridos antes da chegada dos imigrantes alemães.



Conforme o historiador Paulo Zarth (2002), o extremo Sul do Brasil passou praticamente despercebido durante os primeiros séculos da colonização portuguesa. As condições geográficas e climáticas não eram propícias para atender aos interesses mercantis da época. Foram os padres jesuítas vindos do lado oeste, dos espanhóis, que ocuparam o interior do estado, no início do século XVII, fundando sete reduções jesuíticas. Nessas reduções, os indígenas dedicavam-se à aprendizagem de novas técnicas de cultivo aplicadas à agricultura, ao conhecimento das artes, à religião, etc. As reduções organizadas coletivamente tiveram êxito durante um século e meio. A fim de fazer valer o Tratado de Madrid, a partir de 1754, as várias incursões das forças imperiais portuguesas e espanholas sobre os Sete Povos das Missões destruíram as Reduções Jesuíticas no estado. “Aos 7 de fevereiro de 1756 foi abatido o bravo e destemido comandante indígena Sepé José Tiaraju, na Batalha de Caaibaté [...] Aos 17 de maio do mesmo ano entraram em São Miguel e logo os Sete Povos se renderam e foram, aos poucos, deportados para a margem ocidental do rio Uruguai” (BRUXEL, 1978, p. 148-149). Os índios praticamente foram dizimados pelas forças imperiais e os padres jesuítas expulsos do Brasil, em 1771. O império brasileiro passou, então, a conceder terras especialmente a militares em regime de sesmarias (ZARTH, 2002). As sesmarias eram grandes extensões de campo onde estabeleciam-se as estâncias para a criação de gado e defesa do território. Mas, não somente para isso.

Durante o século XVIII, no RS, grande parte das estâncias possuía algum tipo de plantação, pois os estancieiros não dedicavam-se somente às lidas do gado. Mais que isso, conforme Osório (2006, 153), “os lavradores eram a maior parte dos produtores rurais, suplantando em número os criadores de gado [...] que, muitas vezes eram pastores com pequenos rebanhos”. Neste período, na estrutura agrária que ia se desenhando no estado predominavam as unidades produtivas mistas de cultivo agrícola e rebanhos de até duzentas cabeças de gado; raras eram as estâncias com mil ou mais cabeças. A mão de obra escrava presente nas grandes estâncias, também se fazia presente nas lidas campeiras e domésticas das estâncias entre os pequenos e médios criadores de gado com mão de obra de cunho familiar, conforme Osório (2006). É importante destacar que no período colonial, a forma legal de possuir terras era baseada no sistema jurídico português, de concessão régia de sesmarias, concedia três léguas quadradas, “equivalente a uma légua de frente e três de fundo (cerca de 13.000 ha), o que significa que era comum a posse de áreas com essas dimensões” (ZARTH, 2002, p. 110), as quais se espalharam no RS especialmente pelas regiões de campanha e fronteira, mais ao Sul.

Entretanto, a ocupação do território do RS até os inícios do século XIX não trazia tranquilidade e segurança aos colonizadores, nem ao império instituído em 1822. A chegada das primeiras 43 famílias de imigrantes procedentes da Alemanha, em 1824, a São Leopoldo começou a provocar inúmeras alterações nas estratégias de apropriação da terra e nas formas sociais de produção agrícola. A ocupação do espaço servia de escudo defensor do território. Essas estratégias foram continuadas pelos descendentes dos pioneiros alemães, bem como por outros imigrantes, especialmente de origem italiana, a partir de 1875. Esses estabeleceram-se mais ao Norte, nas colônias das Encostas Superior da Serra do Nordeste e, mais tarde, na região do Planalto Médio, da mesorregião Noroeste. Conforme Schneider (2006), a chegada dos imigrantes alemães demarcou o início do processo de ocupação espacial, promovido pela colonização, originando os agricultores familiares que, ao longo do tempo, metamorfosearam-se e vindo a constituir a AF.

No período de imigração, a terra deixara de ser regimento concedida em forma de sesmarias, passando a ser vendida aos colonos, conforme determinava a Lei de Terras, número 601, de 1850. Os imigrantes espalharam-se em grandes linhas traçadas nos terrenos acidentados em meio às matas nativas que deveriam ser arroteadas pelos colonos. Em condições precárias, os colonos constituíram suas famílias, organizaram a produção e comercialização dos excedentes agrícolas, inclusive de modo coletivo, em forma de cooperativas, como se verá mais adiante.

Ao longo do século XX, os descendentes dos imigrantes europeus, imigrantes de outras nações, mais os lavradores nacionais residentes (caboclos, quilombolas, etc.), estabeleceram-se em praticamente todo o território do estado RS, especialmente na sua metade Norte. Aos poucos, eles foram revestindo-se das características de agricultor familiar, metamorfoseando-se, conforme Schneider (2006), contribuindo significativamente para o desenvolvimento socioeconômico do estado, bem como para a modernização da agricultura brasileira.

Conforme Wanderley (1998), internamente às famílias, a definição construída da categoria AF no Brasil pode ter suas raízes conceituais nas contribuições analíticas de Alexander Chayanov. Esse autor “elaborou uma proposta teórica original de compreensão dos processos internos de funcionamento das unidades familiares de produção na agricultura, e ele o fez baseado em uma intensa atividade de pesquisa sobre o campesinato russo” (WANDERLEY, 1998, p. 29). Chayanov, ao pesquisar o campesinato na Rússia pela Escola da Organização e Produção, não pretendeu simplesmente conhecer a realidade da agricultura

tradicional russa, mas, explicitar as potencialidades do campesinato construído sobre a produção de base familiar. Para Chayanov, o produtor agrícola efetua um balanço entre o trabalho e o consumo, ou seja, entre o esforço exigido para a realização do trabalho e a satisfação das necessidades de cada membro da família, que ocorre resumidamente do seguinte modo.

A relação entre o trabalho e o consumo é definida internamente na própria composição da família. Com efeito, a família camponesa nunca é igual ao longo de sua existência começa com um casal que em geral trabalha; amplia-se com crianças pequenas, que consomem, mas, não trabalham; ao crescerem, os filhos vão progressivamente participando da atividade produtiva, até o momento da saída de cada um para constituir uma nova família/empresa. O casal se reencontra, no final, porém com uma capacidade de trabalho bem reduzida [...] Chayanov considerava a diferenciação demográfica mais significativa do que a diferenciação social, entendida esta como o processo de decomposição do campesinato (WANDERLEY, 1998, p. 32).

Dessa forma relativamente autônoma, em cada momento da evolução da família, o agricultor determina a capacidade da força de trabalho disponível e as necessidades de consumo. Cabia ao homem, chefe da família, a responsabilidade de avaliar e definir a intensidade da exploração da força de trabalho. Essa compreensão de Chayanov das famílias camponesas da Rússia não permaneceu limitada àquela realidade, sendo replicada para o entendimento de processos sociais que ocorrem na agricultura de outros países. Nesse sentido, esse instrumental de análise pode ser aplicado em unidades familiares de produção agrícola no Brasil, para compreender o modo de satisfação das necessidades de consumo, a estrutura da família, a dinâmica do mercado, bem como a evolução da AF no Rio Grande do Sul. No caso brasileiro, no contexto da AF admite-se que os membros familiares assumem o trabalho necessário à produção que se orienta para a satisfação das necessidades de consumo, bem como a troca entre vizinhos e à venda de produtos agrícolas, sejam eles na forma de matéria prima ou processados em agroindústrias familiares.

De modo geral, a referência à produção familiar na agricultura remete às pequenas unidades familiares de produção agrícola, ou à pequena produção. Inúmeras delas continuam tecnicamente atrasadas e outras modernizaram-se, ampliando a capacidade produtiva. A modernização, especialmente pela mecanização, especialização de atividades e mercantilização dos produtos, diminuiu a ocupação a mão de obra. Isso ocasionou, no Brasil, a diminuição da população rural, e o espaço rural tornou-se um fornecedor de mão de obra para as indústrias urbanas. Entretanto, é importante destacar, a produção agrícola familiar se reproduziu no contexto da agricultura modernizada, constituindo-se um novo agente social, uma nova categoria social diferente do campesinato tradicional, estudado por Chayanov. Essa

agricultura modernizada tem “uma dupla característica: a sua integração, sob formas diversas, aos mecanismos de mercado e aos processos de reprodução do capital e, a abertura do mundo rural ao modo de vida moderno”, como afirma Wanderley (1998, p. 44). A integração aos mecanismos do mercado pode ser compreendida também como subordinação ao capital e às empresas mercantis bem como a abertura do mundo rural à adoção de características urbanas pelos agricultores familiares. Houve, nesse sentido, uma metamorfose da situação de colonos para a de agricultores familiares.

Até a década de 1990, os estudos da agricultura geralmente recorriam aos termos, ‘colonos’, ‘pequena produção’ para referenciar os processos agrícolas familiares em lotes pequenos de terra. Como afirma Wilkinson (2008, p. 152), “no Brasil, um investimento político e acadêmico nada desprezível conseguiu transformar a ‘pequena produção’ em ‘agricultura familiar’, afirmando, com isto o seu lugar como componente dinâmico da modernização especialmente do sistema agroalimentar”. Embora tardiamente, se comparada à tradição dos estudos sobre esse tema nos países desenvolvido, mais precisamente,

a expressão ‘agricultura familiar’ emergiu no contexto brasileiro a partir de meados da década de 1990. Neste período ocorreram dois eventos com impacto social e político significativos no meio rural. De um lado, no campo político, a adoção da expressão parece ter sido encaminhada como uma nova categoria-síntese pelos movimentos sociais do campo [...] a incorporação e a afirmação da noção de agricultura familiar mostrou-se capaz de oferecer guarida a um conjunto de categoriais sociais, como, por exemplo, assentados, arrendatários, parceiros, integrados à agroindústrias. De outro lado, a afirmação da agricultura familiar no cenário social e político brasileiro está relacionada à legitimação que o Estado lhe emprestou ao criar, em 1996, o Pronaf (SCHNEIDER, 2006, p. 15).

Com isso, a categoria agricultura familiar metamorfoseou-se e na relação direta com o sistema agroalimentar, tanto na produção como na sua distribuição ao mercado. Ela está estritamente relacionada ao contexto social e político, especialmente às políticas públicas do Estado e os programas específicos para a AF. Portanto, a categoria agricultura familiar serviu de apoio institucional Estatal aos pequenos produtores rurais, historicamente aliadas das políticas públicas, e de afirmação dos agricultores familiares no espaço rural pela diversificação produtiva e organizativa legítimas.

Nessa afirmação, a agricultura familiar brasileira caracteriza-se pela produção diversificada de alimentos em propriedades multifuncionais e pluriativas. Conforme Schneider (2006, p. 2), “a pluriatividade refere-se a situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas cada vez menos executadas na unidade de produção”. Portanto, a produção de escala, comumente realizada em grandes

propriedades, tende a expulsar a agricultura familiar das posições conquistadas nos modernos mercados de commodities, onde ela tinha forte participação, especialmente na produção de milho, trigo e soja, por agregação à cooperativas (WILKINSON, 2008). Em contraposição à escala, que se traduz em volume de produção em função da potencialização dos insumos e da maquinaria moderna, a agricultura familiar, em pequenas propriedades, “talvez pudesse mais seguramente exercer sua competitividade num setor caracterizado pela intensidade no uso de mão de obra familiar e da terra [...] em níveis mínimos de escala que apontam para formas de associativismo e patamares inéditos de qualidade” (WILKINSON, 2008, p. 153). De um lado, os aspectos do associativismo, que envolve as cooperativas agrícolas, e da qualidade dos produtos e serviços, que envolve as certificações, por exemplo, podem concentrar as estratégias cujas vantagens evidenciam-se em mercados locais de redes curtas, de venda direta aos consumidores, acompanhados de políticas locais demandadas pelos próprios agricultores familiares. De outro lado, a agricultura familiar também pode ter vantagens pelos seus aspectos tradicionais, que se transformam em valores de mercado. Conforme Wilkinson, essas vantagens incluem,

desde a superioridade de atividades artesanais, a identificação do *small farmer* [pequeno agricultor] com a preservação do meio ambiente, em todas as suas múltiplas formas, e da biodiversidade [...] os produtos orgânicos é um componente chave destes novos mercados, sendo objeto ávido de novos entrantes e palco de embates em torno da certificação, que revelam valores radicalmente distintos para definir a qualidade específica deste mercado (WILKINSON, 2008, 155).

Essa identificação da agricultura familiar com a imagem do pequeno agricultor tradicional particularmente integrado à natureza como estratégia de mercado requer certas reinvenções das tradições, como a adoção de novas práticas inovadoras e retroinovadoras condizentes com a modernidade, a fim de garantia de qualidade dos produtos, por meio de certificação ou qualidades especiais identificadas a um determinado local de origem. Em razão disso, os fatores de produção, a rotulagem de origem e a certificação dos produtos oriundos da AF infundem a qualidade, a procedência e sua inserção econômica no mercado.

Mesmo com essas vantagens em relação à forma de comercialização de seus produtos, a AF caracteriza-se basicamente por dois aspectos fundamentais. O primeiro refere-se ao aprofundamento na relação de dependências dos agricultores familiares em relação ao mercado, especialmente aqueles integrados a alguma agroindústria de empresas mercantis, cuja autonomia deixou de existir. O segundo refere-se a sua capacidade de desenvolver atividades diversas em suas pequenas propriedades, valorizando a multifuncionalidade da propriedade e a estratégica da pluriatividade em atividades agrícolas e não agrícolas.

Portanto, objetivamente, pode-se indagar sobre a possibilidade de se afirmar que o colono imigrante de antigamente é o agricultor familiar de hoje, pela similitude das características socioculturais. Entretanto, do ponto de vista analítico e conceitual, eles formam duas categorias distintas.

Embora mantenham semelhanças objetivas entre si como a propriedade de um pequeno lote de terra, o uso predominante do trabalho da família na consecução das tarefas produtivas, o acesso à terra mediante a herança, a manutenção de vínculos sociais assentada em relações de parentesco, entre outras; o traço fundamental que distingue os agricultores familiares dos colonos assenta-se no caráter dos vínculos mercantis e das relações sociais que estas unidades passam a estabelecer à medida que se intensifica e se torna mais complexa a sua inserção na divisão social do trabalho (SCHNEIDER, 2006, p. 8).

O maior envolvimento social, econômico e mercantil dos agricultores familiares tornou-os mais integrados e dependentes da sociedade capitalista moderna, ou seja, do mercado, distanciando-os daquela relativa autonomia camponesa em que as atividades centravam-se na subsistência familiar, pelo equilíbrio entre trabalho e consumo. Nesse envolvimento, os agricultores metamorfosearam-se a fim de viabilizar o desempenho das atividades agrícolas, especialmente na dimensão econômica de afirmação social. A partir desses dados teórico-conceituais, ainda que de maneira sintética, apresentam-se algumas informações relacionadas à AF no Brasil e no RS, sob os critérios estabelecidos pela Lei 11.326/2006. Detalhes dessa lei (ver nota 2, página 25).

Conforme o Censo Agropecuário de 2006, 5.175.489 era o número total de estabelecimentos rurais no Brasil naquele ano. Desse total, 4.367.902, ou seja, 84,4% eram estabelecimentos da AF, ocupando 24,3% do total da área destinada à agricultura. Nessa área, os agricultores familiares produziram, em 2006, 87,0% da mandioca; 70,0% do feijão; 59,0% dos suínos; 58,0% do leite; 50,0% das aves; 46,0% do milho; 34,0% do arroz em casca; 30,0% de bovinos e 21,0% do trigo (IBGE, 2009). O estado do Rio Grande do Sul possuía, naquele ano, 378.546 estabelecimentos da AF (IBGE, 2009), correspondendo a 30,6% da área total da agricultura; seis pontos percentuais a mais em comparação à ocupação da AF a nível nacional. Entretanto, a sua produção vegetal correspondia a 92,0% da mandioca, 84,2% do feijão, 66,5% do milho em grão, 35,7% da soja e 23,1% do trigo. Quanto à pecuária, ela detinha 84,7% da produção de leite de vaca, 80,0% das aves, 70,3% da produção de suínos, 56,3% da produção do leite de cabra e 36,3% da produção de bovinos (GRANDO, 2012).

**Tabela 3 – Utilização das terras nos estabelecimentos da agricultura familiar do Rio Grande do Sul, 2006**

| Tipos de utilização das terras  | Área (ha)         |                      | Agricultura Familiar no RS (%) |  |
|---|-------------------|----------------------|--------------------------------|--|
|   | Total             | Agricultura Familiar | Participação na Área total     | Participação por tipo de utilização das terras da AF |
| <b>Total</b>  | <b>20.199.489</b> | <b>6.171.622</b>     | <b>30,6</b>                    | <b>100,0</b>   |
| <b>Lavouras</b>   |                   |                      |                                |  |
| Permanentes   | 294.187           | 215.227              | 73,2                           | 3,5  |
| Temporárias   | 6.347.494         | 2.459.011            | 38,7                           | 39,8   |
| Área plantada com forrageiras para corte  | 260 793           | 79 243               | 30,4                           | 1,3  |
| Área para cultivo de flores <sup>(1)</sup>  | 3.108             | 1.653                | 53,2                           | 0,0  |
| <b>Pastagens</b>  |                   |                      |                                |  |
| Naturais  | 8.252.504         | 1.700.992            | 20,6                           | 27,6   |
| Plantadas, degradadas   | 95.378            | 26.400               | 27,7                           | 0,4  |
| Plantadas em boas condições   | 858.752           | 190.454              | 22,2                           | 3,1  |
| <b>Matas e/ou florestas</b>   |                   |                      |                                |  |
| Naturais, de preservação permanente ou reserva legal                                | 878.908           | 305.940              | 34,8                           | 5,0  |
| Naturais, exceto de preservação permanente e em sistemas agroflorestais             | 1.181.029         | 526.898              | 44,6                           | 8,5  |
| Plantadas com essências florestais  | 778.524           | 196.276              | 25,2                           | 3,2  |
| <b>Sistemas agroflorestais</b>  |                   |                      |                                |  |
| Área cultivada com espécies florestais <sup>(2)</sup>                               | 209.397           | 75.210               | 35,9                           | 1,2  |
| Tanques, lagos, açudes e/ou área para águas públicas para exploração da aquicultura | 197.511           | 37.943               | 19,2                           | 0,6  |
| Construções, benfeitorias ou caminhos   | 401.327           | 201.935              | 50,3                           | 3,3  |
| Terras degradadas <sup>(3)</sup>  | 27.583            | 9.981                | 36,2                           | 0,2  |
| Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária <sup>(4)</sup>                  | 416.211           | 147.307              | 35,4                           | 2,4  |

Fonte: Grando (2012, p. 163): IBGE, Censo Agropecuário 2006.

<sup>(1)</sup> Inclusive hidroponia e plasticultura, viveiros, estufas e casas de vegetação. <sup>(2)</sup> Também usada para lavouras e pastejo de animais. <sup>(3)</sup> Erodidas, desertificadas, salinizadas, etc. <sup>(4)</sup> Pântano, areais, pedreiras, etc.

Elaboração: Nilson Binda, PGDR/UFRGS (2014).

Observando a relação dos dados da tabela acima, percebe-se que a AF gaúcha, ocupa 38,7% da área agrícola, participando de 39,8% da utilização dessa área para as culturas temporárias, em 2006. O Censo Agropecuário desse ano referia-se à produtividade da terra de alguns produtos selecionados da agricultura familiar comparada à produtividade da agricultura não familiar, em toneladas por hectare. Enquanto a AF produziu 5,8 toneladas de arroz em casca, a agricultura não familiar produziu 6,3, oito por cento a mais; enquanto a AF produziu 3,8 toneladas de milho em grão, a agricultura não familiar produziu 4,8, oito por cento a mais; enquanto a AF produziu 2,1 toneladas de soja, a agricultura não familiar produziu 2,2; enquanto a AF produziu 1,4 toneladas de trigo, a agricultura não familiar produziu 1,7, oito por cento a mais. Inúmeros fatores contribuíram para essa produtividade relativamente inferior da AF, entre eles, os investimentos em inovação tecnológica.

Esse retrato da AF gaúcha com relação ao tipo de utilização das terras para a produção agrícola pelos agricultores familiares demonstra que a utilização de inovações tecnológicas é um fator que implica o rendimento agrícola. Note-se, por exemplo, que a desvantagem entre os produtos selecionados é menor em relação à produtividade da soja cultivada, certamente pelo maior investimento tecnológico na produção.

Conforme considerou Maurício Lopes em 2013, presidente da Embrapa, “um grande número de agricultores ainda está à margem do processo de desenvolvimento e as cooperativas são um caminho seguro para que as inovações tecnológicas cheguem aos agricultores” (SESCOOP, 2013, p. 5), especialmente aos agricultores familiares. Essa manifestação revela a relevância das inovações e das ações cooperativas para seus associados e comunidades em que estão inseridas. A seguir, detalham-se alguns elementos histórico-evolutivos do cooperativismo moderno, com ênfase no cooperativismo agrícola no RS.

## 2.2 O COOPERATIVISMO MODERNO

A revolução industrial iniciada no século XVIII na Europa instaurou significativos avanços tecnológicos para toda humanidade. Esses avanços foram acompanhados de pequenas revoluções de camponeses e de trabalhadores no intuito de solucionar os grandes problemas sociais gerados pela industrialização. Neste contexto, como resposta formal associativa de enfrentamento dos problemas socioeconômicos, surge o cooperativismo moderno que se



constituiu entre trabalhadores urbanos, disseminando-se também no espaço rural entre os camponeses, tornando-se importante ferramenta de organização social produtiva.

Conforme Gólikov (1976), a cooperativização impulsionou a agricultura nos países da extinta URSS, por meio dos *kolkozés*, cooperativas de camponeses para administrar a produção agrícola com base na socialização dos meios de produção e no trabalho coletivo. Essa região já contava com manifestações de cooperação por meio do antigo sistema comunal de posse coletiva da terra e de administração local denominado *mir*. A seguir, traz-se uma breve visão do processo histórico-evolutivo do cooperativismo moderno, desde os utópicos e pioneiros de Rochdale até às cooperativas agrícolas estabelecidas no estado RS.

### **2.2.1 Enfoque histórico-evolutivo do cooperativismo: dos pioneiros ao cooperativismo agrícola no RS**

O cooperativismo moderno nasceu entre os trabalhadores urbanos na Inglaterra, em meados do século XIX. Conforme Hobsbawm (1977, p. 230), “a própria novidade e a rapidez da mudança social que os envolvia, encorajavam os trabalhadores a pensar em termos de uma sociedade totalmente diversa, baseada na sua experiência e em suas ideias, em oposição às de seus opressores”. No final da década de 1840, o cooperativismo era um “silencioso processo de auto-organização” e rapidamente se espalhou nas cidades industriais. A revolução industrial provocou a necessidade de mobilização permanente em sindicatos, sociedade cooperativa ou mútua, etc. Ricciardi (2000, p. 52) considera o cooperativismo como “resposta socioeconômica a um problema socioeconômico”. Depois de tentativas utópicas de precursores do cooperativismo,<sup>7</sup> tecelões formalizam a primeira cooperativa de consumo em 1844, no Beco dos Sapos, em Rochdale, Manchester, Inglaterra. Eles basearam-se em alguns princípios,<sup>8</sup> identificados pelos cooperativistas “as regras de ouro” do cooperativismo, e em

---

<sup>7</sup>Entre os precursores utópicos destacam-se: Robert Owen (1771-1858), François Marie Charles Fourier (1772-1837), Philippe Joseph Benjamin Buchez (1796-1865), Louis Blanc (1812-1882). Suas contribuições consistiam em disseminar a livre iniciativa, a cooperação e a prestação de serviços sem interesse de lucrar. Mais detalhes em Pinho (1977).

<sup>8</sup>Os pioneiros fundamentaram-se nos seguintes princípios: 1. Democracia, 2. Adesão livre, 3. Livre saída, 4. Compras e vendas à vista, 5. Juros limitados ao capital e retorno, 6. Universalidade e intercooperação. Sobre esses princípios, ver Bogardus (1964). Desde 1995, as cooperativas adotaram o sétimo princípio: interesse pela comunidade (*Concern for community*), na perspectiva do desenvolvimento sustentável, pensando nas gerações atuais e futuras. Uma análise da evolução em Schneider (1999) e atuais em ICA (2012). O sétimo princípio assim foi justificado no Congresso de 1995, em Manchester, no centenário a ICA. As cooperativas trabalham pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades através de políticas aprovadas por seus membros (ICA, 2012).

alguns valores coletivos.<sup>9</sup> A cooperativa foi alternativa encontrada pelos trabalhadores para suprir a carência de suprimentos básicos à sua sobrevivência. Nas origens do cooperativismo, “a exploração e a pobreza dos operários era tão grande que mesmo uma cooperativa rudimentar lhes proporcionava enormes serviços” (SCHNEIDER, 1999, p. 182). O economista francês Charles Gide (1931) foi pioneiro ao organizar a doutrina do cooperativismo moderno, compilando-a e publicando-a em seu compêndio.<sup>10</sup> O movimento cooperativo multiplicou-se em todo mundo, garantindo provimentos aos trabalhadores urbanos e rurais, tanto no regime de exploração capitalista quanto no socialista.

Houve ampliação do movimento cooperativo moderno em diversos ramos de atividades em países além da Europa, cruzando fronteiras geopolíticas, sociais e culturais. Em 1895, esse movimento criou na Inglaterra a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), atualmente com sede em Genebra, Suíça. Ela é a esfera internacional representativa das cooperativas, guardiã dos princípios e valores cooperativistas. Embora o cooperativismo seja regido por um conjunto doutrinário de princípios e valores cooperativos, ele não é uníssono em todos os lugares. A literatura reconhece a capacidade de as cooperativas se adaptarem aos diversos contextos, na multiplicidade de ações práticas, no eterno *devir* cooperativo. Como afirma Schneider (1994, p. 8), “a doutrina cooperativa situa-se na linha do dever-ser, não numa dimensão impositiva, mas, participativa”. Nas cooperativas existem dois centros de decisão e de poder: um, refere-se aos fins, sob a responsabilidade dos associados em assembleia e conselhos e, o outro, refere-se aos meios, que envolve especialmente as decisões técnicas, sob responsabilidade do quadro executivo-técnico (SCHNEIDER, 1999). Nisso consiste o comprometimento dos associados e dirigentes cooperativos, como opção de vida no sistema administrativo autônomo, democrático e participativo.

Desde os pioneiros de Rochdale, o cooperativismo moderno cresce pelo mundo. Estima-se que um sexto da população mundial esteja ligado ao cooperativismo, uma vez que a cifra de associados ultrapassou um bilhão.<sup>11</sup> Sua atuação ocorre em todos os setores da sociedade, sendo alternativa socioeconômica para inúmeros trabalhadores urbanos e rurais,

---

<sup>9</sup>Conforme Rech, as cooperativas baseiam-se nos valores de “ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade [...] e nos valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação pelos demais integrantes” (2000, p. 23).

<sup>10</sup> Sobre a doutrina do cooperativismo, ver: Gide (1931), Mladenatz (1969), Schneider (1994).

<sup>11</sup> Segundo o estudo *Global Business Ownership 2012* realizado pela Co-operatives UK Limited, o número de pessoas associadas a algum tipo de cooperativa no mundo inteiro ultrapassa a cifra de um bilhão (CO-OPERATIVES UK, 2012).

bem como para profissionais liberais. Ele está inserido em todas as nações, gerando empregos e trabalho às pessoas em todos os continentes.

A ONU (2011), ao reconhecer que as cooperativas promovem a participação de todas as pessoas no desenvolvimento social e econômico, incluindo as mulheres, os jovens, os idosos, as pessoas com necessidades especiais, os indígenas, proclamou o ano de 2012, Ano Internacional de Cooperativas. O slogan do ano internacional: *Cooperativas constroem um mundo melhor*<sup>12</sup> compromete as cooperativas e seus associados para contribuírem na construção de um mundo sustentável e equitativo. Desde 1995, a partir do sétimo Congresso da ACI realizado em Manchester, as cooperativas têm o sétimo princípio intitulado ‘Preocupação pela Comunidade na perspectiva do desenvolvimento sustentável’, defendendo interesses que estão além dos limites dos associados. Esse princípio é indispensável para as cooperativas agrícolas agirem em prol da sustentabilidade ambiental. Se, no passado recente, elas propagaram os produtos agroquímicos sintetizados entre os agricultores no momento auge da revolução verde, atualmente elas também difundem os princípios da Agroecologia, especialmente as cooperativas ecológicas, como se verá adiante. Nesse sentido, o cooperativismo brasileiro, em particular o agrícola pode investir em ações comunicativas que superem esse passado, promovendo o desenvolvimento de modo participativo e sustentável.

A inserção do movimento cooperativo no Brasil não tem data e local precisos. Há relatos históricos de inúmeras experiências cooperativas, ou pré-cooperativas, como denomina Pinho (2004), em diversos locais e períodos da história brasileira. Oficialmente, o cooperativismo moderno começa no Brasil em 1889, com o registro da Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, conforme Pinho (2004). Portanto, o cooperativismo não ocorre pioneiramente no espaço rural brasileiro e sim entre trabalhadores urbanos. Em meio a crises, ele se difundiu tanto no espaço urbano quanto no rural ao longo do século XX, assumindo distintas expressões ideológicas.

Ao nível nacional criaram-se duas entidades de representação, a Aliança Brasileira de Cooperativistas (Abcoop) e a União Nacional das Associações Cooperativas (Unasco), ambas em 1956. Durante o período do Regime Militar, no IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo realizado em 1969 foi criada a OCB, substituindo a Abcoop e a Unasco, estabelecendo-se como a única esfera nacional representativa das cooperativas do Brasil<sup>13</sup>. A

---

<sup>12</sup> Organização das Nações Unidas, pela Resolução 64/136/2009, publicada dia 11/02/2010, institui 2012, Ano Internacional de Cooperativas (ONU, 2011).

<sup>13</sup> Desde 2005, com a criação da Unicafe, a OCB deixou de ser a única Entidade-rede representativa das cooperativas. Outras redes, como a Concrab, a Anteag, a Unisol Brasil estão em processo de constituição.

partir da OCB, foram criadas as organizações representativas estaduais, como a Ocergs. A partir dessas esferas autônomas, difundiram-se especialmente a doutrina e os princípios do cooperativismo.

O cooperativismo brasileiro tem duplo caráter que lhe é peculiar e o distingue dos demais empreendimentos econômicos, sendo sociedade de pessoas e empresa, ao mesmo tempo, como define a Lei 5764/71 em seu artigo 4º. Essa peculiaridade se encontra enfatizada nos estudos do cooperativismo brasileiro sob duas perspectivas analíticas. Na primeira, o cooperativismo aparece como modelo econômico alternativo, posicionado entre o capitalismo e o socialismo (DUARTE, 1986, p. 13). Nessa perspectiva, encontram-se as análises de Pinho (1980), em sua obra *O Estado brasileiro e o cooperativismo*, bem como em outras obras e autores que caracterizam as cooperativas como empresas e sociedade de pessoas a partir de seus desempenhos internos e formalidades para o mercado. A segunda perspectiva analisa o cooperativismo em processos de transformação do contexto social em que está inserido. Nessa perspectiva estão obras de Sorj (1980), *Estado e classes sociais na agricultura brasileira* e de Coradini e Fredericq (1981), *Agricultura, cooperativas e multinacionais*. Essas obras analisam o cooperativismo em relação aos agentes organizacionais e institucionais de expansão do capitalismo na agricultura brasileira. Com a necessidade de se adaptar às exigências do mercado no período desenvolvimentista,<sup>14</sup> o cooperativismo empresarial, conforme Coradini e Fredericq (1981, p. 51), entrou em “choque com a difusão da ideologia cooperativista, gerando dificuldades de o agricultor se identificar com sua cooperativa”. Entretanto, o cooperativismo se expandiu em todos os setores da economia.

De acordo com Duarte (1986), no contexto desenvolvimentista, o cooperativismo agrícola moderno enfrentava um dilema. De um lado, tirar partido e se ajustar às condições estruturais, quando essas favorecem o desenvolvimento e a expansão da organização enquanto empresa, configurando a primazia da lógica instrumental e do econômico sobre o social. De outro, revelar-se incapaz de neutralizar os condicionamentos estruturais hostis da atuação compatível com o conteúdo social da doutrina e dos princípios em que se apoia. Sabe-se que o cooperativismo surgiu não explicitamente para ser uma resposta ao sistema capitalista, mas, na sua proposta organizacional é mutualista, associativista e não individualista. Entretanto, recentemente, dentro do paradigma do desenvolvimento sustentável, ele enfrenta também o

---

<sup>14</sup> Período entre as décadas 1940-1980, em que no Brasil “o desenvolvimento poderia ser promovido mediante a industrialização por substituição de importações [...] Seria necessária a liderança do Estado para proteger a indústria nascente, estimular segmentos prioritários (mediante a concessão de crédito oficial, subsídios e incentivos fiscais) e suprir certos bens e serviços ‘estratégicos’ via empresas estatais” (NÓBREGA, 2009, p. 178). Nesse período, a ideia de desenvolvimento equiparava-se a de crescimento econômico.

dilema de assumir cooperativamente a sustentabilidade ambiental. Esse paradigma requer a eficiência econômica com a preservação da natureza, devendo equilibrar investimentos nas dimensões social, econômica e ambiental. Para atingir os objetivos nessas dimensões, as cooperativas agrícolas assumem a configuração de empresa, não em busca do lucro, mas da melhoria da qualidade dos serviços e produtos, e de sociedade de pessoas, visando atender às necessidades dos associados, da comunidade e a preservação do meio ambiente.

Se, em geral, o desenvolvimento sustentável é considerado por Veiga (2010) o *desafio do século XXI*, particularmente, ele deveria estar na ordem do dia das cooperativas agrícolas neste início do século. A constituição de cooperativas agrícolas fortalece a sociedade civil estabelecida no espaço rural em condições de viabilizar a sustentabilidade da AF. Ela também fortalece a democratização da sociedade civil, ampliando os espaços de participação dos agricultores organizados em grupos, núcleos, setores, etc. O cooperativismo, quando bem administrado, é uma escola de democracia. Como consequência, afirma-se a cidadania. A criação de novas sociedades cooperativas induzidas por ONGs, Movimentos Sociais ou por iniciativa popular e sindical, tendeu a combinar a viabilidade econômica e o processo de inclusão social dos agricultores. Seguindo a doutrina e os princípios cooperativos ela pode contribuir também na sustentabilidade ambiental dos agricultores, com tecnologias inovadoras, competitividade produtiva e responsabilidade socioambiental.

### **2.2.2 Cooperativa: alternativa socioeconômica para os agricultores**

No final do século XIX, no estado RS, as pequenas unidades de produção agrícola e o baixo volume de recursos financeiros, somados a ausência de políticas públicas destinadas aos agricultores imigrantes e a imponência das ações mercantis dos comerciantes, suscitaram entre os agricultores a necessidade da organização social e econômica com condições de articulá-los pelas colônias. No período compreendido entre 1892 e 1902, estabeleceram-se os primórdios do cooperativismo no Brasil. A cooperação constituiu a organização adequada, visto que estava disseminada na Europa a mais de meio século, tornando-se referência socioeconômica para os agricultores imigrantes estabelecidos no RS. Seus objetivos versavam sobre a promoção de mudanças sociais, assegurando o avanço econômico dos colonos recém-assentados nas terras do Sul do Brasil.

A formalização da primeira cooperativa agrícola<sup>15</sup> no estado do RS ocorreu em 1892, em Nova Veneza (hoje município de Antonio Prado), abrangendo também o município de Alfredo Chaves (hoje Veranópolis), intitulada *Società Cooperativa delle Convenzioni Agricoli Industriali*, por um grupo de imigrantes italianos. Foi idealizador Vicente Monteggia, “reunindo cerca de setecentos associados” (KLOES, 1983, p. 44). Dez anos depois, “fundou-se a primeira cooperativa de crédito rural do sistema Raiffeisen, por iniciativa do padre suíço Theodoro Amstad” (SCHNEIDER, 1999, p. 290). A organização de cooperativas no estado foi a alternativa socioeconômica encontrada pelos colonos para sublimar a ação dos comerciantes que retinham a maior parte do resultado de seus trabalhos, em troca de algumas poucas mercadorias. Essas cooperativas tinham como características serem mistas, comunitárias dentro dos limites municipais. Comercializavam os produtos excedentes dos colonos, possibilitando-lhes o acesso aos produtos que não produziam na propriedade (SCHNEIDER, 1999).

No III Congresso de Agricultores Gaúchos em Feliz, em 1900, o cooperativista Theodor Amstad<sup>16</sup> denunciava a situação dos agricultores, incentivando-os à organização em cooperativas. Assim ele se pronunciou.

Com a carroça cheia e os burros carregados de fruto de pesado trabalho e do resultado de amargos suores, o colono se dirige à casa comercial, mas, as bugigangas estrangeiras que recebe em troca para levar para casa, ele facilmente pode colocar debaixo do braço. Por isso a queixa que hoje se ouve com frequência: pelas nossas coisas nada recebemos, mas pelo que compramos devemos pagar o valor duplo ou triplo. Por isso estareis de acordo comigo se eu digo: a dependências econômica na qual atualmente nos encontramos em relação a outros países, é na verdade uma nova escravatura que está ameaçando o nosso país: e como foi um ponto de honra abolir a escravatura, assim agora para o verdadeiro brasileiro é um dever de honra afastar com mão firme esta nova escravatura do nosso querido Brasil. Devemos produzir mais, exportar mais e importar menos, senão nos endividaremos sempre mais. Prefiram os produtos nacionais aos estrangeiros. [...] Se uma grande pedra se atravessa no caminho e vinte pessoas querem passar, não o conseguirão, se um por um a procurar remover. Mas se as vinte pessoas se unem e fazem força ao mesmo tempo sob o comando de um deles, mais facilmente conseguirão afastar a pedra e abrir o caminho para todos (KLOES, 1983, p. 38).

---

<sup>15</sup> Cooperativa agrícola neste estudo refere-se a uma entidade autonomamente formalizada legalmente. A cooperativa agrícola agrega agricultores para prestar-lhes os serviços de crédito, transporte, armazenagem, classificação, padronização e comercialização da produção agrícola, conforme Oliveira (1984). Enquanto esfera pública assume o papel de intermediação entre o mundo da vida do agricultor e o comerciante, consumidor e a esfera pública política.

<sup>16</sup> O padre jesuíta suíço Theodor Amstad foi incansável na difusão do cooperativismo no interior do RS e em outros estados da região Sul do Brasil, tornando-se conhecido como ‘Pai dos Colonos’. Ele foi pioneiro na organização do cooperativismo de crédito, ao fundar a Caixa de Economias e Empréstimos, em 1902, em Nova Petrópolis. Por esse fato, o município de Nova Petrópolis recebeu, pela Lei Ordinária 12.205/10, o título de Capital Nacional do Cooperativismo (BRASIL, 2010).

Os pioneiros do cooperativismo agrícola no estado RS buscavam eliminar os comerciantes intermediários, propondo a organização de cooperativas como alternativa socioeconômica, que logo se disseminou nos estados das regiões Sul e Sudeste, principalmente, sob o austero trabalho de divulgação de alguns cooperativistas como Theodor Amstad, Stéfano Paternó e Vicente Montéggia.

Na região da Encosta Superior da Serra do Nordeste do RS,<sup>17</sup> o cooperativismo agrícola cresceu a partir de 1911 incentivado por Stéfano de Paternó e a Igreja Católica. A Cooperativa de Laticínios União Colonial, fundada em 1912, foi pioneira na região.<sup>18</sup> Até a década de 1930, segundo Schneider (2006), diversas iniciativas cooperativas não alcançaram êxito na organização econômica devido à baixa oferta de produtos coloniais e a falta de estímulo por parte do Estado no período coronelista. Entretanto, o aumento da produção agrícola registrado na década de 1930 e os incentivos governamentais impulsionaram a formalização de cooperativas mistas, vinícolas e de leite nessa região do estado RS.<sup>19</sup> Dessa maneira, o número de formalizações de cooperativas cresceu, acompanhando o crescimento socioeconômico do RS.

A partir da década de 1930, as cooperativas agrícolas do RS acompanharam o crescimento econômico do país, muito pelos estímulos do Governo Federal, inicialmente do governo de Getúlio Vargas. O número de cooperativas aumentou lentamente, tendo poucas alterações significativas até a década de 1950. Nessa década, constituíram-se as cooperativas tritícolas empresariais voltadas para a armazenagem e para o mercado; as políticas oficiais fomentaram o cooperativismo.<sup>20</sup> O dinamismo da agricultura que se modernizava exigiu empreendimentos mais ágeis. Os estímulos governamentais oportunizaram aos triticultores a formalização de cooperativas tritícolas. Conforme Brum (1988), só na região do Planalto rio-grandense, mesorregião Noroeste, no ano de 1957 foram formalizadas 20 cooperativas tritícolas. Entretanto, nas décadas seguintes, 1960 e 1970, ainda conforme Brum (1988, p. 78), “a soja foi a principal cultura a receber estímulos oficiais e, em torno dela, se ampliou e se consolidou a agricultura”, bem como as cooperativas agrícolas empresariais no estado RS. A

---

<sup>17</sup> Região dos municípios de Bento Gonçalves, Veranópolis, Garibaldi, Farroupilha, Carlos Barbosa, etc. onde se concentrou mais os imigrantes italianos, desde 1875.

<sup>18</sup> Fundada por trinta e dois agricultores tornou-se tradicional no estado, sobrevivendo às crises. Em 1977, a Assembleia Geral alterou a razão social para Cooperativa Santa Clara Ltda., de Carlos Barbosa. Detalhes em Carlotto; Galioto (2000).

<sup>19</sup> Em 1931, em Bento Gonçalves, surge a Cooperativa Vinícola Aurora, em 1936, em Veranópolis, a Cooperativa Agrícola Alfredochavense de Vinhos, em 1939, em Garibaldi, formalizou-se a Cooperativa Vinícola Garibaldi, entre outras de menor porte (SCHNEIDER, 2006).

<sup>20</sup> Mais detalhes em Benetti (1982), sobre a origem e formação do cooperativismo empresarial no estado do Rio Grande do Sul.

esfera pública política e a opinião pública da época percebiam as cooperativas como relevantes instâncias de desenvolvimento econômico.

Em relação às cooperativas agrícolas não ocorreu a especialização de cultivos, como nos empreendimentos mercantis privados e não cooperativos,. Conforme Coradini e Fredericq (1981, p. 33), “o cooperativismo mais empresarialmente desenvolvido, adota uma posição abertamente contrária à monocultura.” A tendência era a uma relativa e gradativa diversificação de cultivos, impulsionada pelas cooperativas até onde essas podiam orientar a produção a seus associados. As cooperativas, ainda conforme Coradini e Fredericq (1981, p. 55), também serviram para o governo “racionalizar e controlar a produção e a comercialização agrícola”. Noutro aspecto, conforme demonstrou o estudo *Sociologia Crítica*, de Pedrinho Guareschi (1999, p. 130), o governo militar também utilizou-as como “aparelhos ideológicos” . Entretanto, elas, por imposição do sistema de mercado, se especializaram em alguns produtos, a partir do cultivo de grãos no RS, primeiro do trigo e depois da soja.

Nas décadas de 1960 e 1970, a prioridade do governo federal foi a de modernizar a agricultura; para isso, criou condições especiais de crédito (taxas de juros negativos) para a agricultura. Embora as cooperativas contribuíssem no processo de indução da modernização agrícola, os maiores investimentos e volume de crédito foram destinados aos Complexos Agroindustriais (CAIs), incentivando a produção agrícola para abastecimento do mercado interno e para exportação, principalmente da soja, em grão ou em farelo. Conforme Duarte (1986), naquele momento histórico, as cooperativas agrícolas e de comercialização se fortaleciam como instrumentos de desenvolvimento do capitalismo no estado RS. Coradini e Fredericq (1981, p. 52) ressalva que o cooperativismo agrícola “assumiu o caráter de uma das formas por meio das quais o Estado e suas bases sociais atuam no sentido de desenvolver forças produtivas e conter as tensões e os conflitos sociais”, catalisando as tensões sociais. Como alavanca de crescimento e indutoras da modernização agrícola, elas passaram a representar a parte principal e mais moderna na agricultura do Rio Grande do Sul nesse período.

As cooperativas foram a mais importante alavanca do crescimento e da modernização das atividades agrícolas no Estado na década de 60 e, principalmente, na de 70, podendo se afirmar que elas passaram a representar a parte principal e mais moderna das atividades primárias desenvolvidas no Estado [...] não apenas em razões econômicas (BENETTI, 1985, p. 23).

As cooperativas agrícolas, apesar de nem sempre coerentes com a doutrina e os princípios cooperativos, serviram de amparo para grande contingente de pequenos e médios



proprietários rurais. Nas décadas de 1960 e 1970, elas consistiram estratégias de resistência e de viabilização econômica para inúmeros agricultores permanecerem no campo. Cada cooperativa reunia um número limitado de produtores, criando e recriando formas de solidariedade social autônoma. Mas, para exercê-la, necessitava que houvesse capacitação e educação cooperativa, o que não ocorreu em escala, somente em algumas situações pontuais do estado. Nessas duas décadas, inúmeras pequenas cooperativas agrícolas e de crédito, não sendo prioridade de governo, entram em processo de liquidação, prevalecendo as grandes cooperativas agrícolas empresariais, algumas se tornando verdadeiros complexos agroindustriais.

No decorrer do século XX, à medida que ocorria a diminuição da população no espaço rural, inversamente, com altos e baixos, ocorreu o crescimento do número de cooperativas agrícolas e de associados. Segundo Sabourin (2009), ao longo desse século houve assimetria no desenvolvimento entre as regiões brasileiras, implicando-se nela o capital social. Enquanto que na região Nordeste, em que não ocorreu o fenômeno recente de imigração europeia, persistiu as formas camponesas de cooperação agrícola, por meio de mutirões de entreajuda, como analisou Caldeira (1956), já nas regiões Sul e Sudeste, onde se concentraram os imigrantes europeus, formalizaram-se inúmeras cooperativas sob os ideais cooperativos vindos principalmente como bagagem cultural dos imigrantes italianos e alemães. Especificamente, na região Sul, inúmeros agricultores, além de associados a cooperativas, eles aderiram também à lógica da agricultura integrada de empresas mercantis, especialmente para a produção de aves, de suínos e de fumo.

Na obra *Cooperativismo Nacional*, o autor José Rêgo focaliza as cooperativas agrícolas brasileiras nas dimensões política e econômica. Sua ênfase na cooperativa agrícola visa à “participação mais efetiva da população rural” no processo de desenvolvimento brasileiro, manifestando a necessidade de fazer com que o cooperativismo seja considerado “instrumento desconcentrador de renda” (RÊGO, 1984, p. 22). O autor chama a atenção para o fato de que no Brasil as cooperativas nasceram no meio urbano e somente na década de 1960 as cooperativas agrícolas passaram a “sobrepular as cooperativas urbanas” em dinamismo inovação, capacidade de organização, importância econômica e mesmo quanto ao número de cooperativas e de associados. Entretanto, elas não desconcentraram a renda nacional, a não ser dos associados. Hoje, no Brasil existem mais de vinte e quatro mil cooperativas constituídas, seis mil e oitocentas estão filiadas à OCB e mil e cem na União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), as outras

cooperativas atuam de forma independente (UNICAFES, 2013). A tabela a seguir mostra a evolução do cooperativismo agrícola no RS e no Brasil, desde 1940 até o ano 2009.

**Tabela 4 – Evolução comparativa do número de associados à cooperativas agrícolas no estado Rio Grande do Sul e no Brasil e sua proporção percentual: de 1940 a 2009**

| Ano  | RS         | %     | Brasil      |
|------|------------|-------|-------------|
| 1940 | 19.613     | 41,82 | 46.890      |
| 1950 | 35.505     | 24,46 | 145.142     |
| 1960 | 124.880    | 30,72 | 406.486     |
| 1975 | 275.579    | 34,66 | 794.911     |
| 2009 | (*)311.374 | 33,04 | (**)942.147 |

Fonte: Schneider; Lauschner (1980), <sup>(\*)</sup>OCERGS (2009) e <sup>(\*\*)</sup>OCB (2011).

Elaboração: Nilson Binda, PGDR/UFRGS (2013).

Conforme dados da Ocergs (2011), o RS no cenário nacional está entre os estados com maior presença do cooperativismo, com quase dois milhões de associados, mais de um sexto da população total do RS.<sup>21</sup> Desses, um sexto são associados a cooperativas do ramo agropecuário, que no ano de 2011 gerou 56,26% do total de empregos do setor cooperativo no estado (ver Gráfico 1, página 61).

Até a década de 1970, as cooperativas agrícolas empresariais centravam suas energias basicamente em atividades econômicas produtivistas. Assim como as empresas mercantis, as cooperativas não tinham a preocupação com questões relacionadas ao meio ambiente e nem amplos investimentos na dimensão sociocultural. O período desenvolvimentista induzia ao progresso, à produção e à modernização. As cooperativas agrícolas do RS estavam inseridas nesse contexto empresarial. Suas práticas buscavam a eficiência econômica e mercantil, construindo mercado para os produtos de seus associados, bem como para a aquisição de insumos agrícolas em maior quantidade a fim de diminuir os custos da transação comercial e de produção.

Nesse sentido, o cooperativismo agrícola no RS no decorrer do século XX, segundo Duarte (1986), ampliou a exploração capitalista no campo, bem como a venda de insumos agroquímicos. Dessa forma, as cooperativas agrícolas atuaram mais como empresas mercantis na lógica instrumental técnica do que empresas socializantes, no sentido apresentado por Limberger (1996), na lógica substantiva. Esse fenômeno Büttendender (2011) investigou em cooperativas agrícolas da região Noroeste do estado. A sua investigação reconheceu o

<sup>21</sup> Em 2010, a população total residente no estado RS era de 10.693.929. Nesse ano, 85,10% da população, ou seja, 9.100.291 residiam no espaço urbano e 14,90%, que correspondia a 1.593.638 pessoas, residiam no espaço rural (IBGE, 2011).

fortalecimento das cooperativas com motivos e estratégias predominantemente econômicos por parte dos agricultores e de marketing social, por parte das empresas cooperativas. No mesmo sentido Oliveira (2007), ao investigar o comprometimento dos associados com as cooperativas na região Central do estado concluiu que os agricultores daquela região percebem as cooperativas como empresas econômicas da qual eles tendem a obter vantagens econômicas e fiscais. Esse comportamento dos associados tende a reproduzir a centralidade da cooperativa na dimensão econômica, tangenciando os princípios e valores cooperativos noutras dimensões.

Adriano Lago (2009), ao estudar os fatores condicionantes do desenvolvimento de relacionamentos intercooperativos no cooperativismo agropecuário no estado RS, identificou alguns entraves históricos do cooperativismo agrícola marcado por más gestões administrativas, fato que, segundo ele, pode ter afastado inúmeros agricultores dos processos cooperativos. Entrementes, até o final da década 1970 o volume de recursos governamentais para o financiamento da agricultura era grande e a juros baixos, inclusive para as cooperativas.

Na década de 1980, com as altas taxas de inflação e elevado déficit público fiscal, o Brasil encontrava-se em crise econômica. Os juros da dívida externa estavam aumentando enquanto os organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), controlava os ajustes fiscais das dívidas dos países em desenvolvimento. Nessa década, houve “queda na participação do Governo no financiamento da agricultura, que reduziu os subsídios e o volume de recursos para o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), principalmente devido às pressões do FMI” (MASSUQUETTI; MIELITZ, 2000, p. 2). Em meio a tantos conflitos por terra e crédito, assim como em mobilizações dos movimentos sociais rurais, as Cooperativas de Produção Agrícola (CPA) tiveram relativa influência na organização social e produtiva dos agricultores no estado, gestando as formas coletivas de produção e comercialização agrícola. A partir da década seguinte, o cooperativismo de crédito rural fortificou-se (VENTURA, 2010) entre os agricultores familiares. Com isso, implantou-se a diversidade de associações e do cooperativismo entre os agricultores, originando linhas de créditos do Estado com destinação orientada para categorias sociais específicas, como para os agricultores familiares do Pronaf A, C, D e E. Os créditos não mais eram destinados por produtos, como nas décadas anteriores, e sim por categoria social. As ações das cooperativas agrícolas orientavam-se então para obtenção desses créditos visando aumentar a produção e a produtividade, possibilitando aos agricultores o acesso às novas tecnologias em termos de

insumos, maquinaria e técnicas produtivas. Nesse período, inúmeras cooperativas da região Sul do Brasil rumaram às novas fronteiras agrícolas, nas regiões Centro-Oeste e Norte.

Ainda na década de 1980, com as perdas das condições especiais (taxas de juros reduzidas) de créditos destinados ao financiamento da agricultura delinear-se novos processos de produção e de relações de trabalho no espaço rural. Isso fragmentou as formas habituais de intervenção do Estado, acentuando, sobremaneira, a crise no padrão de acumulação na agricultura baseado na modernização agrícola. A partir dessa década, as cooperativas agrícolas executaram novos projetos socioeconômicos de infraestrutura nos estabelecimentos rurais, em Assentamentos da RA,<sup>22</sup> em reassentamentos de agricultores atingidos pelas barragens, com algumas características distintas das cooperativas empresariais do período anterior. Embora nem todas as cooperativas fossem constituídas a partir dos ideais cooperativos, como demonstraram Marcos e Fabrini (2010). As chamadas “cooperativas de produção agropecuária tornaram-se o modelo de organização da produção, sob o argumento de que constituiriam uma etapa superior de cooperação e nova mentalidade empresarial a ser implantada nos assentamentos” (CAUME, 2006, p. 66). A cooperação agrícola era discutida como forma de viabilidade econômica e incorporava outros objetivos estratégicos, como “a produção de um novo homem e de uma nova mulher” (CAUME, 2006, p. 67), na busca do modelo alternativo de vida no campo dentro do paradigma do desenvolvimento sustentável. Elas eram concebidas pelas lideranças dos movimentos como instrumentos de transformação social. Nesse período surgiam as primeiras cooperativas ecológicas, destinadas a produzir e comercializar produtos orgânicos, seguindo os princípios da Agroecologia.

Atualmente, as cooperativas agrícolas não são mais identificadas como aparelhos ideológicos do Estado, (GUARESCHI, 1999), e sim, esferas autônomas, isto é, autogestionárias. Elas se consolidaram como instrumentos alternativos de desenvolvimento, mobilizando os agricultores à participação, à assistência técnica. Elas também intermedeiam no repasse de recursos públicos aos agricultores, viabilizando o mercado convencional e o institucional de governo, esse, especialmente a partir da década 2000. Recentemente, algumas cooperativas participam dos processos de certificação de produtos orgânicos na modalidade dos Sistemas Participativos de Garantia (SPG).

---

<sup>22</sup> Conforme dados da pesquisa sobre *Qualidade de vida, produção e renda nos Assentamentos*, dois em cada três assentados participam de associações ou cooperativas. Desses, 51,9% dizem que participam frequentemente das reuniões e 16% dizem participar regularmente (INCRA, 2012). Nesta tese o termo Assentamento(s) se refere ao Projeto de Assentamento (PA), enquanto que assentamento se refere ao ato de assentar.

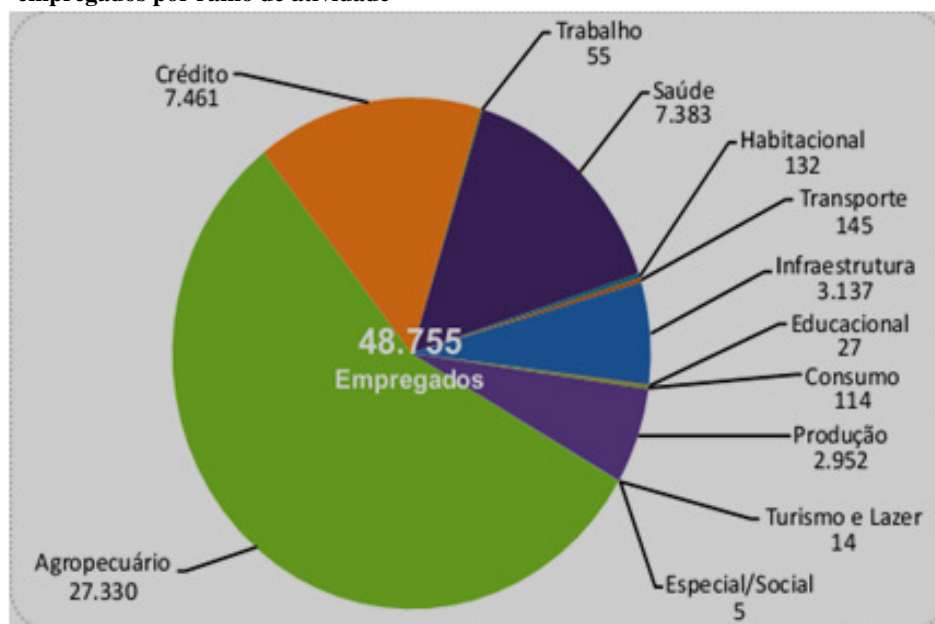
Durante as décadas de 1980 e 1990, a organização das cooperativas agrícolas no RS decorreu das ações de transformação da pequena agricultura desenvolvidas a partir de quatro esferas públicas principais. A primeira, da Igreja, especialmente da Católica e de Confissão Luterana. A Católica, por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e das (Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a Luterana, por meio da Pastoral Popular Luterana (PPL) e do Centro do Pequeno Agricultor (Capa). Agentes pastorais dessas Igrejas reuniam-se, mobilizando os agricultores em encontros massivos, romarias, reuniões, etc. motivando-os, pela fé, que ingressassem na luta pela terra, nos STR e nas cooperativas agrícolas, compondo chapas de oposição para ocupar espaços nas direções políticas. A segunda ação era a do Grupo Estudos Agrícolas (GEA), constituído de profissionais autônomos residentes em Porto Alegre que se deslocavam para o interior do estado, como Educadores Sindicais, capacitando agricultores para integrarem chapas de oposição a fim de assumirem cargos diretivos nos STRs e nas cooperativas. “O que a gente mais estimulava era um processo de democratização das cooperativas e de maior controle das cooperativas pelos próprios agricultores” (homem, entrevista n. 55). O GEA atuou mais na mesorregião Noroeste do estado. A terceira ação desenvolveu-se no interior do Partido dos Trabalhadores, por meio da Secretaria Agrária e do Departamento Rural da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Os agentes dessas esferas reuniam-se com os agricultores para que atuassem como agentes sindicais e políticos. A quarta ação era articulada pelos Movimentos Sociais Rurais, especialmente pelo Movimento dos Trabalhadores dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que constituía CPAs nos Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária, para servirem de modelo de produção agrícola coletiva. Agiam, dando apoio a essas ações, o Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP), localizado em Porto Alegre, e o Centro de Tecnologias Alternativas e Populares (CETAP), localizado em Passo Fundo, entre outros.

O Trabalho popular dessas ações articuladas resultou em inúmeros agricultores assumindo cargos nas diretorias de sindicatos de trabalhadores rurais e de cooperativas agrícolas. A ocupação desses cargos canalizou as lideranças para representarem os agricultores nas esferas políticas municipal, estadual e federal. As ações articuladas visavam melhorar as condições de vida e do trabalho dos agricultores e a transformação social a partir da organização dos atores sociais no espaço rural. Entretanto, as nascentes questões relacionadas à problemática ambiental ainda não eram abordadas amplamente nessas ações, estando ainda restritas a algumas iniciativas localizadas.

Na esfera cooperativa do estado, as ações preocupadas com as questões ambientais nasceram em meados da década de 1970. Conforme Schneider (2011), “a Cooperativa Regional de Desenvolvimento Teutônia (Certel) foi a primeira cooperativa a criar uma consciência ecológica junto às escolas de sua área de atuação, inclusive elaborando material específico para isso”. Note-se, essa cooperativa é de eletrificação, de geração e transmissão de energia. Após esse pioneirismo, as cooperativas agrícolas também investiram em ações agroecológicas, especialmente partir da década de 1980, incentivadas por agentes externos. De um lado, pela crescente consciência ecológica de lideranças inseridas em projetos alternativos de sustentabilidade ambiental e, de outro, por conta dos imperativos legais da Constituição Federal de 1988 e de órgãos fiscalizadores, como a FEPAM no estado RS.<sup>23</sup>

Portanto, o cooperativismo do RS constitui importante esfera de desenvolvimento socioeconômico, atuando em diversos ramos de atividades, seja no setor primário, secundário e de serviços, inclusive com ações de enfrentamento aos problemas ambientais. Ressalta-se que, o ramo agropecuário é o que mais gera empregos e possui o maior número de cooperativas e de associados.

**Gráfico 1 – Cooperativas agrícolas do Rio Grande do Sul: número de empregados por ramo de atividade**



Fonte: OCERGS, 2011.

Elaboração: Nilson Binda, PGDR/UFRGS, (2013).

<sup>23</sup> A Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) é a Fundação pública responsável pelo licenciamento ambiental no estado do RS. Fundada em 04 de Junho de 1990, desde 1999 está vinculada à Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Suas principais atividades são fiscalizar e monitorar a qualidade ambiental no estado RS.

Conforme dados da SDR/RS, em 2011 existiam 5.514 estabelecimentos cooperativos ativos registrados na Jucergs<sup>24</sup>. Desses, 287 era empreendimentos cooperativos agropecuários, exercendo atividades na agricultura, pecuária, produção florestal, aquicultura e pesca (JUCERGS, 2012, p. 4). Conforme dados da Ocergs (2011, p. 10), as cooperativas movimentaram 21 bilhões de reais no faturamento anual de 2010, garantindo 48.755 mil empregos diretos (ver Gráfico 1, acima). O ramo agropecuário filiado à Ocergs representa, em números absolutos, 170 cooperativas do total de cooperativas, gerando diretamente 27.330 empregos diretos, o que representa mais da metade do total de empregados nas cooperativas.

**Tabela 5 – Cooperativas por ramo de atividade: Rio Grande do Sul, 2011**

|    | <b>Ramo</b>     | <b>Cooperativas</b> | <b>%</b>      |
|----|-----------------|---------------------|---------------|
| 1  | Agropecuário    | 170                 | 30,91         |
| 2  | Trabalho        | 64                  | 11,64         |
| 3  | Crédito         | 102                 | 18,55         |
| 4  | Saúde           | 62                  | 11,27         |
| 5  | Habitação       | 39                  | 7,09          |
| 6  | Transporte      | 36                  | 6,55          |
| 7  | Educação        | 21                  | 3,82          |
| 8  | Infraestrutura  | 22                  | 4,00          |
| 9  | Consumo         | 14                  | 2,55          |
| 10 | Produção        | 10                  | 1,82          |
| 11 | Turismo e Lazer | 4                   | 0,73          |
| 12 | Especial/Social | 3                   | 0,55          |
| 13 | Mineral         | 3                   | 0,55          |
|    | <b>Total</b>    | <b>550</b>          | <b>100,00</b> |

Fonte: Ocergs, 2011.

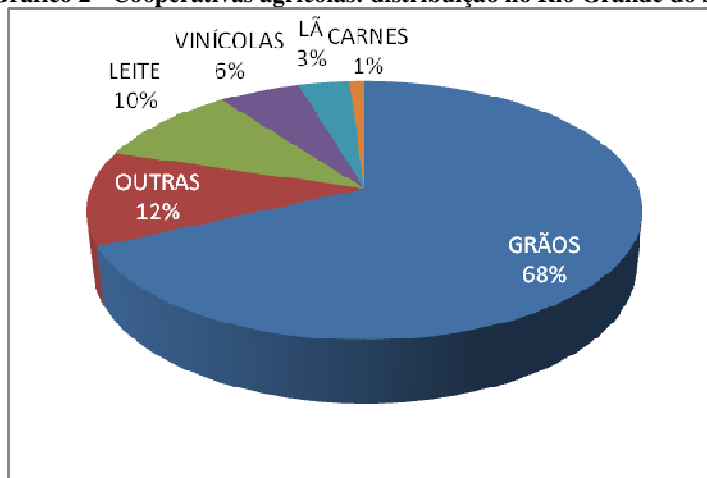
Elaboração: Nilson Binda, PGDR/UFRGS (2013).

Conforme levantamento de dados elaborado por Krug (2008) é possível observar como se encontrava a distribuição das cooperativas agrícolas no estado RS. Das 287 cooperativas agrícolas registradas na Junta Comercial (Jucergs), 195 eram cooperativas com atividade específica de setor de grãos (especialmente da soja, trigo, milho), representando 68% do total. Somando essas cooperativas as cooperativas do setor lácteo, que representam dez por cento do total, alcança-se a cifra de 78% das cooperativas agropecuárias atuando no cooperativismo agrícola do estado. As cooperativas agrícolas proporcionaram resultados econômicos positivos aos seus associados em economia de escala no estado RS, gerando impostos ao Estado e a inclusão social de inúmeros agricultores. Conforme assinala Krauze (2011), a autonomia financeira, a liquidez e a capitalização interna constituem fatores

<sup>24</sup> Alguns desses empreendimentos continuam com o registro ativo, entretanto, inúmeros deles podem ter sido liquidados, faltando dar baixa. De 2003 a 2011, 187 cooperativas foram liquidadas no RS (JUCERGS, 2012).

positivos de desempenho global em cooperativas agropecuárias. Entretanto, os resultados econômicos positivos nem sempre foram acompanhados por resultados positivos na dimensão ambiental, fato que as tornou bastante semelhante às empresas mercantis. Durante as décadas de 1960 e 70, as cooperativas agrícolas grandes, de características empresariais, produzindo em escala contribuíram para a indução da modernização agrícola entre os agricultores e causaram desequilíbrios ambientais, pelo intenso uso de agroquímicos sintetizados. Note-se, que nessas décadas, as decisões nas cooperativas geralmente eram tomadas pelas diretorias. Não raro ocorriam eleições de chapas únicas indicadas pela administração vigente. Essas ações colocavam em risco o princípio cooperativo da democracia bem como a difusão da ideologia cooperativista. Observando os dados do Gráfico 2, abaixo, é possível perceber a pujança que representava as atividades das cooperativas agrícolas, especialmente no setor de grãos para o mercado, para o Estado e para os agricultores.

**Gráfico 2 - Cooperativas agrícolas: distribuição no Rio Grande do Sul**



Fonte: Krug, 2008.

Elaboração: Nilson Binda, PGDR/UFRGS (2012).

Se nas décadas de 1960 e 70, a ênfase do cooperativismo empresarial era para a produção de escala, para o mercado, a partir da década de 1980, a diversidade de atividades agrícolas possibilitou a atuação em nichos de produção. As cooperativas agrícolas pequenas, especialmente aquelas com a produção orgânica de base Agroecológica e as cooperativas processadoras em pequenas agroindústrias familiares caracterizam-se pela produção em nichos, centradas em alguns produtos, geralmente identificados a algum local de origem.

Entretanto, apesar dos avanços socioeconômicos registrados nos últimos anos, as cooperativas apresentam problemas estruturais e demandam pessoal qualificado,



principalmente na área da gestão administrativa. Mesmo nessas condições, as atividades das cooperativas agrícolas representaram, em 2011, 11,3% do PIB do estado RS (SESCOOP/RS, 2012). A atividade mais relevante das cooperativas agrícolas continua sendo a produção de grãos, como mostra o Gráfico 2, acima. Essa produção, no ano 2008, representou mais de um terço do volume total de produção no estado, ainda conforme SESCOOP/RS.

Além desses problemas, a baixa adesão de JAF aos quadros sociais das cooperativas agrícolas também é um problema a ser considerado. Ele decorre da diminuição da população rural, que oblitera a sucessão nas propriedades rurais e provoca a baixa adesão aos quadros sociais das cooperativas agrícolas. No quadro a seguir, alguns dos principais problemas e indicativos de soluções organizados por Krug (2008).

**Quadro 1 – Cooperativismo agrícola no Rio Grande do Sul: problemas e indicativos de solução**

| <b>Problemas</b>   | <b>Indicativos de soluções</b>  |
|--|---|
| Falta de intercooperação e integração dos negócios                               | Unir o sistema cooperativo visando à intercooperação  |
| Pouca fidelidade do associado e pequena participação nas decisões da cooperativa | Criar “massa crítica” para encontrar alternativas à baixa fidelidade e participação   |
| Falta de profissionalização  | Implantar plano integrado de qualificação profissional e de formação e educação cooperativa   |
| Elevado endividamento  | Tornar viáveis, por meio dos Governos Federal e Estadual, amparo político e financeiro específicos ao cooperativismo agrícola.  |
| Alto custo social e de assistência técnica                                       | Aplicar a nova lei geral das cooperativas com revisão tributária, incentivos fiscais e apoio financeiro para assistência técnica ou dedução no ICMS das cooperativas agrícolas. |
| Ambiental  | Desonerar e agilizar as licenças nos municípios   |

Fonte: Krug, 2008.

Elaboração: Nilson Binda, PGDR/UFRGS (2013).

Ao lado desses problemas e indicativos de solução identificados por Krug (2008), as Entidades-rede e as cooperativas agrícolas promovem ações específicas para aproximar os jovens aos ideais cooperativistas. A Ocergs realiza cursos, encontros de jovens, festivais e mantém o site Geração Cooperação, com objetivo de mostrar aos jovens o cooperativismo caracterizado por espírito colaborativo pela atual cultura digital (OCERGS, 2012). Em face desses problemas, a Coceargs e a Unicafes/RS também desenvolvem ações motivadoras para despertar nos jovens o interesse de trabalhar na agricultura e participar do cooperativismo agrícola, por meio de encontros, setores, etc. Inúmeras esferas de debates de questões relacionadas a esses problemas já ocorreram na tentativa de encontrar as soluções adequadas. Entre elas, está a *Carta da Juventude Rural* (ESTADO/RS, 2012), elaborada pelo conjunto de

atores sociais envolvidos no contexto da AF e entregue ao governador do estado RS. Como resposta imediata, o governo criou Grupo de Trabalho (GT) para elaborar políticas públicas estaduais específicas e atacar os problemas, sendo que as cooperativas integram esse GT.

### 2.3 A PARTICIPAÇÃO COMO PRAXE DA DEMOCRACIA

O termo participação acomoda diferentes interpretações. A participação tem a conotação de conquista, conforme Demo (1999) em sua obra que trata as noções de política social participativa. Nesta tese, o uso do termo participação “reflete as *praxes*, as orientações e os processos típicos das democracias de países ocidentais”, de acordo com Bobbio, Matteucci e Pasquino (1997, p. 888). Portanto, pode-se participar ou tomar parte nalgum evento público de modo bem diverso, desde a condição de simples espectador, mais ou menos marginal, à de protagonista de destaque no processo decisório e deliberativo. A participação também significa o “envolvimento mental e emocional das pessoas em situações de grupo que as encorajam a contribuir para os objetivos do grupo e a assumirem a responsabilidade de alcançá-los” (CHIAVENATO, 1994, p. 58). A participação é, desse modo, o processo compartilhado entre pessoas motivadas e responsáveis. Nesse processo, elas livremente podem questionar e modificar propostas ou projetos da organização na qual participam. Ressalta-se que a participação em cooperativas ocorre em níveis facilmente percebíveis.

Schneider (1999), na construção da relação de dependência entre democracia, participação e autonomia cooperativa, aprofunda a análise da participação, identificando níveis que se manifestam nas cooperativas. A origem latina do termo participação, *partemcapere*, traduz a ideia de cada pessoa “assumir responsabilmente sua parte no processo de decisão e de produção e de distribuição da série de bens e serviços presentes numa determinada sociedade” (SCHNEIDER, 1999, p. 221). Ou, no mesmo sentido aplicado por Habermas (2012, p. 207), a participação pressupõe “ser-parte”, de maneira intrínseca. Portanto, a participação na esfera pública cooperativa não assume aquele sentido de somente receber, *partem recepere*, na conotação passiva do ato de participar, na condição de simples espectador, desfrutando daquilo que os outros definem ou decidem, mas, de assumir responsabilmente posição, tomando parte do processo de decisão. Nesse sentido refere-se o significado e a validade da participação na esfera pública.

### 2.3.1 Os níveis de participação e o cooperativismo

Antes de detalhar os níveis de participação nas cooperativas é pertinente que se observe os níveis de participação política solidificados na modernidade, nas democracias ocidentais. Conforme Schneider (1999, p. 217), “é muito difícil, se não impossível, o funcionamento da democracia e da participação cooperativa num contexto político, social e cultural autoritário, paternalista e centralizador”. Portanto, o contexto político, social e democrático pode proporcionar o exercício da participação na esfera pública cooperativa. Esse é o contexto histórico recente do Brasil após abertura política ocorrida em 1984.<sup>25</sup>

O primeiro nível de participação política característico da modernidade consiste na legitimação ou no consenso. Na perspectiva sociológica, a legitimidade constitui-se no fundamento do poder político. Max Weber, em *Economia e Sociedade* “amplia a noção de legitimidade para compreender os fenômenos sociopolíticos. Para ele, são três as fontes de legitimidade: a) a tradicional, b) a carismática e c) a racional legal”, conforme Schneider (1999, p. 223). Portanto, no sentido weberiano, a legitimidade do fundamento do poder político se encontra na crença de que aquele que manda tem poder de mando consentido pelos súditos que obedecem, prevalecendo a vontade consentida de uns sobre outros. Nisso consiste o primeiro nível de participação.

O segundo nível de participação incide por meio do exercício do voto, ou seja, por meio de sufrágios legitimados que ocorrem de tempos em tempos. “Esse nível tem evoluído no decorrer da modernidade, passando do ‘só homens podiam votar’ para todos acima de determinada idade estipulada” (SCHNEIDER, 1999, p. 224). O voto, obrigatório ou não, consiste uma das características principais da democracia nos mais diferentes países ocidentais.

O terceiro nível, mais aprofundado, encontra-se na participação das decisões políticas de forma autêntica. Há, pois, envolvimento na maneira de distribuir os benefícios e de fiscalizar a execução das decisões tomadas coletivamente. Esse nível de participação, conforme Schneider (1999, p. 227), “implica o próprio processo de elaboração de decisões e no controle sobre a execução das mesmas [...] permite amplas conquistas econômicas e sociais e diminui a oscilação entre avanços e recuos do processo democrático”. Isso demanda

---

<sup>25</sup> Durante os anos 1964-1984 o governo brasileiro foi constituído pelo Regime Militar, intervindo em diversas áreas, inclusive nas cooperativas. A abertura política na década de 1980 proporcionou oportunidades de participação na esfera política. O Artigo 5º, inciso XVIII da Constituição Federal de 1988 dá autonomia às cooperativas elegerem seus representantes.

a participação qualificada permanente em todo processo de decisões, facultando a inclusão de novas temáticas que brotam do seio da sociedade, como a ambiental.

No avanço do processo democrático-participativo na sociedade moderna, legitimada pelo Estado Democrático de Direito, verifica-se a tendência à reivindicação legítima dos agentes sociais para a realização dos direitos, não só políticos, mas, também econômicos, sociais, ambientais e dos animais, esses dois últimos recentemente legitimados. Essa tendência é assumida dentro do novo projeto de sociedade, utópico, que tem a função pedagógica de impulsionar a sociedade naquela direção. Todavia, “a participação de todos depende de um logo prazo e persistente esforço educacional, extensivo a todos os campos”, continua Schneider (1999, p. 229). Nesse nível aprofundado, a participação serve para manter o controle permanente de todas as atividades e proposições, manifestando a democracia participativa.<sup>26</sup>

A participação induz ao comprometimento dos associados no processo decisório e deliberativo e na condução administrativa das organizações estruturadas na sociedade civil, no sistema político. Por meio da participação, tende-se à eliminação de atitudes paternalistas e/ou autoritárias nos processos sociais e políticos, mas isso exige a contrapartida dos beneficiados, nem sempre correspondida. A presença física só não é suficiente, a qual caracterizaria a participação passiva, *partem recepere*, pois tem de participar direta e ativamente, contribuindo com ideias, bens e prestação de serviços. E mais, “a participação não se reduz somente ao processo produtivo, implica também participar no usufruto daquilo que é produzido” (SCHNEIDER, 1999, p. 233). Posta essa conotação da participação, cabe apresentar como podem ocorrer os níveis de participação na esfera pública cooperativa.

### **2.3.2 Por uma nova esfera pública: a participação na esfera pública cooperativa**

Na cooperativa, a participação no nível da legitimidade, como afirma Schneider (1999, p. 236), “se processa através do exercício do poder que se expressa na fidelidade a seus valores e objetivos de associação de pessoas e empresa”, concomitantemente. Sob o prisma de associação de pessoas, a esfera pública cooperativa tende a seguir os princípios que visam fortalecer a ordem social, a solidariedade, a cooperação, a equidade e a democracia, afirmando-se como canal de manifestação linguística dos agricultores, em situações de fala.

---

<sup>26</sup> Conforme Bobbio; Matteucci; Pasquino (1997), existem duas formas de manifestação da democracia: a representativa, pela qual é eleita uma minoria representativa, e a participativa, que envolve maior número de membros em todas as etapas dos processos administrativos.

Nesse sentido, cada membro associado é valorizado indiscriminadamente, primando o trabalho sobre o capital e colocando em primeiro lugar as pessoas. Sob esse prisma, pode-se acrescentar também o respeito à natureza, por meio de ações de preservação dos recursos naturais, visando melhorar a qualidade de vida das populações dos ecossistemas.

Sob o prisma de empresa, a cooperativa tende a viabilizar os diversos fatores de produção (matéria-prima, capital, trabalho, tecnologia) para melhorar a qualidade dos produtos destinados ao mercado e dos serviços prestados aos associados e à comunidade. Nesse sentido, o dirigente da cooperativa é legitimado pelos associados na medida em que consegue conduzir as atividades econômicas com eficiência e uso planejados dos recursos naturais e artificiais. Ele é legitimado por ser “bom administrador de empresas” (SCHNEIDER, 1999, p. 236). Isso implica ter equilíbrio administrativo e financeiro a fim de legitimar na esfera pública cooperativa investimentos também na dimensão ambiental.

A participação no nível do voto é a mais comum, sendo amplamente disseminada na esfera pública cooperativa. Essa forma de participação está nos princípios cooperativos, desde os pioneiros, com a norma de “um homem, um voto”, evoluindo também para a participação de mulheres. A diferenciação do capital social na cooperativa não provoca nenhuma diferença nesse nível de participação. Conforme Schneider (1999, p. 239), “a participação pelo voto permite a escolha dos dirigentes da cooperativa e expressa de fato quem é ‘dono’ efetivo da organização”. Na cooperativa, os donos são todos os associados. Entretanto, a cooperativa, como qualquer outra organização social regida por princípios democráticos, também pode ser manipulada, permanecendo fora do controle dos associados. As cooperativas com baixa participação dos associados em nível do voto, por não despertarem o interesse deles em participar, geralmente, apresentam sucessivas chapas únicas nas eleições, cujos dirigentes que já estão no poder as compõem. Além do mais, o nível de participação do voto é influenciado pelo desnível de conhecimento entre os dirigentes eleitos da cooperativa e o quadro executivo ou técnico contratado. Esse desnível gera a situação em que, de acordo com Schneider (1999, p. 240), “devido ao pouco conhecimento técnico e administrativo dos dirigentes eleitos, esses podem ser facilmente manipulados pelos executivos contratados que não têm compromissos diretos com os associados”. Na cooperativa, além do mais, o compromisso com os associados é de responsabilidade dos eleitos pelo voto de sua base.

O nível de participação mais aprofundado é aquele em que os associados colaboram no processo de elaboração das decisões e no controle sobre as deliberações e sobre a execução das atividades propostas. Esse nível faculta campo novo e mais amplo de participação, cada

vez mais indispensável na esfera pública cooperativa. Conforme Schneider (1999, p. 240), este nível expressa a participação “permanente ou pelo menos mais frequente nos atos administrativos”. As cooperativas pequenas, com menor número de associados possibilitam a realização do nível de participação mais aprofundado, pois os associados se conhecem em nível relacional mais profundo de proximidade. Conforme Schneider (1999, p. 188), “quando se trata de uma cooperativa pequena, geralmente, os problemas são mais simples e de mais fácil solução, e os associados mais facilmente compreendem a natureza dos problemas e de suas soluções.” Por isso, os associados têm as condições de decidirem no nível mais aprofundado de participação, em democracia direta ou participativa.

Com novas tecnologias administrativas de participação, o pequeno grupo tende a valorizar mais as pessoas. Ele identifica mais claramente os problemas para tematizá-los na esfera pública cooperativa ou no seu núcleo executivo, qualificando a busca eficaz da solução. As cooperativas pequenas tendem a contar criativamente com outras formas de participação para auxiliar na administração e no compartilhamento de responsabilidades.

A progressiva expansão organizacional e a integração das cooperativas estão cada vez mais exigindo, segundo Schneider (1999, p. 243), “um quadro dirigente especializado, executivo e técnico com formação profissional cada vez mais especializada que pode conduzir a cooperativa ao que Galbraith denominou de tecnoestrutura empresarial”. Isso pode concentrar um volume cada vez maior de informações e de decisões nas mãos de tecnocratas, a fim de deixar aos dirigentes eleitos somente as funções de definição de diretrizes políticas e suas prioridades. Essa concentração requer esforço especial e uma maior participação dos associados no processo de controle e fiscalização das cooperativas. Porém, a informação e a transparência administrativa frente aos associados produzem efeito benéfico à condução eficiente dos negócios da cooperativa, enquanto associação de pessoas e empresa.

Entretanto, para desenvolver ações práticas de sustentabilidade social, econômica e ambiental de forma equilibrada, não é suficiente a participação dos associados na cooperativa agrícola nos dois primeiros níveis de participação. Igualmente, não basta apenas permanecer no terceiro nível de participação, embora este seja mais profundo em termos de legitimação e participação dos associados. Para expressar a participação aprofundada nos rumos da sustentabilidade, é indispensável também a participação em espaços públicos responsáveis por aquelas questões fundamentais da condição humana, participação na rede responsável pela educação e produção do conhecimento, participação nos conselhos da saúde, nos órgãos de proteção do meio ambiente, etc. São nesses espaços públicos, verdadeiros fóruns de debates e

deliberações, que percorre a seiva que alimenta a sustentabilidade na dimensão social, econômica e ambiental. Quanto mais participação nessa esfera pública, maiores são as chances de se efetivar a sustentabilidade de forma equilibrada e multidimensional.

Um argumento frequentemente presente na esfera pública cooperativa refere-se às dificuldades de haver a efetiva participação dos associados nos processos decisórios. Diante desse argumento, não raro, dirigentes gerenciam as cooperativas como se fossem meras empresas mercantis, olvidando a dimensão de caráter socializante. Historicamente, a pouca transparência administrativa das cooperativas desestimulou a participação dos associados, descaracterizando, em parte a natureza social da cooperativa. Essa forma administrativa esconde o despreparo dos dirigentes eleitos e inibe a participação dos associados. Conforme Oliveira (2007, p. 48), a participação “é o principal fator de eficiência empresarial sob o ponto de vista político-social nas cooperativas, na tomada de decisão sob as condições da democracia. Sua solidez e comprometimento social são infinitamente maiores”. Os erros administrativos no passado das cooperativas empresariais têm, conforme Lago (2009), desestimulado os associados à participação. Entretanto, a participação é fundamental para a cooperativa manter sua natureza associativa e para legitimar suas ações face às demandas sociais, econômicas e ambientais no espaço rural.

Na perspectiva da democracia participativa, para Bordenave (1983, p. 34), “a participação é decisória, acabando com a divisão de funções entre os que planejam e decidem lá em cima e os que executam e sofre as consequências das decisões cá embaixo”. Em inúmeras comunidades rurais, no passado recente, até a década de 1980, poucos agricultores participavam do processo de melhoramento das condições locais de vida. Recentemente, percebe-se o aumento na participação em processos reivindicatórios e propositivos de ações coletivas. A abertura política da década de 1980 e os espaços públicos de participação estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 contribuem para a constituição do que Bordenave, (1983, p. 36), denomina de “sociedade participativa”. A ação de participar na cooperativa em nível mais aprofundado e a cooperação entre os associados expressam o agir comunicativo, transformando a cooperativa em nova esfera pública engajada no mundo da vida estabelecido na sociedade civil. Ali pode ser debatido um sem-número de assuntos de várias dimensões, condensados e canalizados para o sistema político e econômico instituídos na sociedade moderna.

A investigação do cooperativismo agrícola concebido como uma esfera pública requereu a observação da participação das mulheres e dos JAF. Historicamente, tanto as

mulheres quanto os jovens sempre participaram ativamente, *pari passu* aos homens das atividades agrícolas nas propriedades rurais. Entretanto, a sua participação nas cooperativas agrícolas ainda é bastante diferenciada.

Quanto à participação das mulheres, apesar de estatisticamente diminuir o número de mulheres jovens agricultoras, as mulheres participam relativamente mais da esfera pública cooperativa, tanto no quadro social quanto nas coordenações de grupos/setores/núcleos; bem como nalguns cargos eletivos. A participação da mulher tornou-se ponto de pauta na ordem do dia do cooperativismo agrícola. Ela se constitui desafio assumido recentemente na história do cooperativismo e somente aconteceu após as mobilizações feministas. Em nenhum relato histórico do cooperativismo moderno consultado, foram constatados debates sobre essa questão ainda pouco debatida na esfera pública cooperativa.

As mulheres integraram-se ao movimento cooperativo moderno depois das manifestações de movimentos feministas a partir da década de 1960. Entretanto, somente na década de 1980, a questão da participação efetiva da mulher nas cooperativas teve maior espaço nos debates. Sua maior inserção ocorreu por meio de estímulos dos agentes externos ligados a entidades religiosas, como o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (Capa),<sup>27</sup> o MST, o Movimento Sindical e o Movimento Popular. O Capa, conforme Sighard Harmony (entrevista n. 20), “desde o início de suas atividades de apoio aos agricultores familiares e às cooperativas agrícolas incentiva a participação das mulheres, não só nas cooperativas em todos os espaços públicos da sociedade civil”. Entrementes, essa participação efetiva sempre encontra resistência advinda de questões não formais – não ditas – que consistem os tabus incrustados no mundo da vida, com fortes determinações tradicionais, étnicas e religiosas. Apesar do avanço histórico da presença e atuação da mulher nos diversos setores da sociedade, o debate de sua participação no cooperativismo agrícola é recente. As mulheres estão mais presentes nas cooperativas, mas, ainda em alguns setores restritos, basicamente em funções de burocráticas de secretaria e de recepção. Em cargos eletivos e em posições decisórias há déficit de sua participação devido a tabus socialmente construídos de origem diversa. Conforme Castro (2009, p. 140), “o pano de fundo é a desconstrução de paradigmas historicamente construídos, em que a figura feminina é sempre referenciada à esfera privada, ao trabalho doméstico e à determinação de espaço social separado do de homens”. No espaço

---

<sup>27</sup> O Capa é uma Organização Não-Governamental (ONG) vinculada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Ele presta assistência técnica a agricultores familiares com recursos próprios, públicos e de cooperação internacional. Conforme Almeida (1999), o Capa foi fundado no Brasil a partir de uma motivação de ordem teológica e da preocupação da IECLB em relação ao êxodo rural. Segundo Schultz (2006, p. 134), “o principal foco de atuação [do Capa] é a Agroecologia”.



rural, há determinação das mulheres no processo de luta por direitos, como da titulação da terra no nome delas e para o reconhecimento de suas organizações sociais. Entretanto, as duas principais reivindicações das organizações sindicais e de mulheres rurais que surgiram nas décadas de 1980 e 1990 foram para o reconhecimento delas como trabalhadoras rurais e a consequente luta pelo acesso aos direitos trabalhistas, como o direito a se sindicalizarem (CASTRO, 2009). O movimento sindical rural foi quem mais ordenou essas reivindicações.

Quanto à participação dos JAF, até recentemente eles permaneceram na invisibilidade social. Mas esse quadro se reverteu com a mobilidade dos jovens do espaço rural para os centros urbanos, que ocorreu basicamente pela busca da escolaridade. Uma característica da mobilidade é que as jovens mulheres migram mais cedo e em maior quantidade que os jovens, configurando “um predomínio juvenil e feminino no processo migratório rural-urbano” (WEISHEIMER, 2005, p. 9). Em trinta anos, a população jovem do campo sofreu redução de 25,93%. Em 1979, havia no Brasil 8,1 milhões de jovens no espaço rural, em 2009, essa população era de seis milhões, decréscimo de 2,1 milhões. A faixa etária que sofreu a maior pressão para deixar o campo vai dos 14 aos 19 anos (POCHMANN, 2011). É nessa faixa etária que se encontra a busca pela escolaridade.

Na década de 1980, as cooperativas empresariais entraram em crise devido ao déficit da economia brasileira e à redução de investimentos federais no setor. Esse período também demarcou o pico do processo migratório do êxodo rural, iniciado na década de 1950, que contribuiu para a diminuição da população no espaço rural brasileiro.<sup>28</sup> Na década 1980, as cooperativas agrícolas do estado RS estimuladas por agentes externos incentivaram os jovens rurais a aderir o quadro social e funcional. Inúmeros jovens agricultores, ao participar de cursos, grupos, pastorais sociais, partidos políticos assumiram cargos eletivos nalgumas cooperativas, com o objetivo de transformar a agricultura no espaço rural.

Dados do IBGE, Censo 2000, referentes ao conjunto dos jovens no espaço rural brasileiro e do RS revelam situações migratórias para os centros urbanos das grandes regiões brasileiras. Em 2000, havia no Brasil 34.081.330 jovens com idade entre 15 e 24 anos, sendo que 18% deles residiam no espaço rural. Nesse mesmo ano, no RS havia 1.830.039 jovens entre 15 e 24 anos. Dez anos depois, conforme dados do censo demográfico de 2010, os jovens de 15 a 24 anos de idade no espaço rural do Rio Grande do Sul estavam assim distribuídos.

---

<sup>28</sup> Em 1950 a população residente no espaço rural correspondia a 63,8% da população brasileira, em 2000 essa proporção caiu para 18,8% e em 2010 ainda mais, para 14% (IBGE, 2011).

**Tabela 6 – Jovens residentes no estado do Rio Grande do Sul, 2010**

| <b>Idade</b> | <b>Rural</b> | <b>%</b> | <b>Urbano</b> | <b>%</b> | <b>Total</b> |
|--------------|--------------|----------|---------------|----------|--------------|
| 15 a 19      | 127.489      | 14,56    | 748.113       | 85,44    | 875.602      |
| 20 a 24      | 105.166      | 12,07    | 766.050       | 87,93    | 871.216      |
| 25 a 29      | 85.451       | 9,56     | 808.373       | 90,44    | 893.824      |
| 15 a 29      | 318.106      | 12,05    | 2.322.536     | 87,95    | 2.640.642    |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Elaboração: Nilson Binda, PGDR/UFRGS (2013).

Esse processo migratório tem explicação a partir de alguns fatores de atração e de exclusão. De atração, na medida em que ocorre a integração ao mercado de trabalho urbano ou a inserção social via escolarização, ambas vinculadas às expectativas de melhores condições de vida e de oportunidades no meio urbano e, de exclusão, porque que levam em conta as condições precárias de vida e penosidade do trabalho no meio rural (WEISHEIMER, 2009). Embora as cooperativas agrícolas recentemente invistam em ações de estímulo para a permanência dos jovens no espaço rural, elas estão sendo vencidas pelos fatores de atração urbana e de exclusão, restando parcela pequena de jovens na agricultura. Entenda-se que esse processo migratório nem sempre representou mobilidade social verticalizada para os migrantes, e sim, mobilidade horizontal, mantendo as condições sociais semelhantes.

Em estudo realizado na Região Centro Serra do Rio Grande do Sul, Pandolfo (2012) observou o ambiente rural onde as perspectivas de continuidade das atividades agrícolas estão fortemente comprometidas em função da crise na sucessão dos estabelecimentos familiares. Tanto os projetos juvenis quanto as estratégias familiares indicam a busca por melhores condições de vida fora da agricultura. Considerando que a família não possui mais o monopólio do processo de socialização das novas gerações, ela demonstra estar contribuindo para o fluxo migratório juvenil por meio de investimentos na educação formal de seus filhos. Assim sendo, “a escola colabora com o enfraquecimento do tecido social do campo a efetuar um ensino descontextualizado com a realidade rural e que não incentiva a utilização dos conhecimentos transmitidos por ela nos estabelecimentos agrícolas” (PANDOLFO, 2012, p. 4).

O estudo de Weisheimer (2009) sobre as características dos jovens agricultores e seus projetos individuais no Rio Grande do Sul dialogou com quatro abordagens de investigação da participação juvenil nos processos de reprodução social de agricultores familiares.

A primeira destaca o conceito de sucessão geracional na unidade de produção familiar agrícola em que a sucessão nos estabelecimentos agropecuários familiares envolve, necessariamente, a formação de novas gerações de agricultores que requer:

- a) a sucessão profissional, isto é, do poder (e da capacidade) de utilização do patrimônio para a integração dos novos agricultores;
- b) a transferência legal da propriedade da terra e dos ativos existentes;
- c) e aposentadoria da geração atual, transferindo responsabilidades e poder sobre os ativos para a geração seguinte.

A segunda abordagem agrega a noção de projetos individuais, profissional ou de vida, que ocasionaram mudanças e crises recentes no espaço rural. Neste contexto, os jovens são instigados a questionar projetos familiares sustentados na reprodução de modos de vida pautados exclusivamente pela atividade agrícola e passam a reivindicar padrões de vida que incorporem valores e condições materiais urbanos.

A terceira abordagem teórica enfatiza que a reprodução social dos agricultores familiares estaria associada às condições de acesso dos jovens à cidadania. Os jovens, buscando seus direitos transitam por diferentes espaços da sociedade e neles constroem seus projetos de vida. Essa diversidade repercute nas diversas dimensões do processo de desenvolvimento rural, não mais só na econômica.

A quarta abordagem indica que a intensificação dos processos de pluriatividade agrícola tende a favorecer a reprodução social dos agricultores familiares. Essa abordagem argumenta que o espaço rural não se caracteriza exclusivamente como agrícola, comportando também atividades não agrícolas para o seu desenvolvimento. A revitalização do rural, com a ampliação do mercado de trabalho e alternativas de ocupação e renda geradas por atividades não agrícolas, contribui para a elevação da renda dos agricultores e melhoria das suas condições de vida. Por conseguinte, contribui para a permanência dos jovens no espaço rural e para a reprodução das UFPA.

É importante destacar que “além das condições materiais o interesse dos jovens pela ocupação agrícola dependerá ainda de todo um processo de socialização profissional nesta atividade [...] capaz de permitir a conversão do indivíduo numa concepção de si e de mundo” (WEISHEIMER, 2009, p. 27). Entretanto, a partir do foco de análise deste estudo, entende-se que o cooperativismo agrícola também representa alternativa coletiva à permanência dos jovens agricultores no espaço rural, mesmo que não em atividade exclusivamente agrícola, e de reprodução social dos agricultores familiares.

As cooperativas agrícolas e a AF se sustentam no espaço rural com a participação efetiva dos jovens nas unidades familiares de produção agrícola. Entretanto, o estímulo à participação efetiva dos jovens é insuficiente, pois a sustentabilidade das atividades econômicas locais e regionais depende das expectativas de renda. Se elas forem atrativas, os jovens permanecem ativos no espaço rural.

As expectativas individuais dos jovens rurais estão incorporadas às condições evolutivas das famílias. A tendência da pequena unidade familiar de produção agrícola, por sua própria condição, propicia a saída de certo número de seus membros por não poder comportá-los todos no interior de seu estabelecimento familiar nem para sua reprodução. A saída de jovens do sexo feminino tende a crescer, devido àquela visão patriarcal de permanecer na propriedade o filho homem para suceder aos pais na administração e na posse legal do estabelecimento rural. Também nas cooperativas agrícolas, são os associados que herdam as cotas dos pais. Mesmo assim, a realidade das pequenas propriedades não assegura a presença dos filhos no espaço rural, em condições mínimas que assegurassem apenas o casal, geralmente idoso. O arrendamento da área da Superfície Agrícola Útil (SAU) e a permanência na casa do casal de idosos vivendo com a renda previdenciária e da renda do arrendamento tornaram-se fatos comuns no espaço rural de todas as mesorregiões inferidas.

O fato de prevalecerem os projetos individuais dos filhos que saem e dos pais que permanecem dificulta o planejamento de um herdeiro familiar que permaneça e dê continuidade às atividades agrícolas. Essa situação Woortmann (1989, p. 73) detectou ao afirmar que “o coletivismo interno da família tem sido fator de permanência do campesinato na história, mas, hoje ele parece chocar com os projetos individuais,” tanto dos filhos quanto dos pais.

A socialização profissional dos jovens agricultores no interior das unidades familiares de produção não raramente, como afirma o estudo de Weisheimer, “entra em contradição com a socialização obtida através da escolarização formal” (2009, p. 28). Isso torna a escola fator que retira os adolescentes do contexto agrícola. Na escola, eles aprendem conteúdos descontextualizados e são atraídos pelos encantos da cidade, do modo de vida urbano.

Nesse sentido, é necessário considerar que as possibilidades profissionais de trabalho localizadas se encontram, com maior frequência no espaço urbano, fortemente relacionadas às oportunidades advindas do maior nível de escolarização formal. Esta é responsável por agenciar a trajetória profissional individual dos jovens agricultores, enquanto que escolas

agrícolas ou de gestão cooperativa lhes ensinam as práticas agrícolas do espaço rural. Por conta disto, “a própria crise da identidade camponesa está relacionada à imposição da escolarização formal no meio rural e a desqualificação do modo de vida camponês daí advinda” (WEISHEIMER, 2009, p. 27). Portanto, a permanência dos jovens e dos agricultores familiares no espaço rural depende das expectativas de renda e da valorização do modo de vida camponês e da AF. E isso ainda não está suficientemente valorizado na escolarização formal e nem nos programas dos gestores públicos do Estado.

A pesquisa *Perfil dos jovens dos movimentos sociais rurais* (CASTRO, 2009), realizada com grupo seletivo de jovens participantes de eventos ao nível nacional dos movimentos sociais e sindical, constatou que apenas um por cento desses jovens participam ativamente de cooperativas. Esse dado obtido em um grupo seletivo confirma o déficit de participação dos jovens nas cooperativas agrícolas e nas atividades rurais. É importante observar que, conforme Castro (2009, p. 139), “as jovens vivenciam intenso controle social, dentro e fora da família, exclusão dos processos de produção agropecuária, de sucessão e herança, e, ainda, dos espaços de decisão.” Por esses motivos, elas estão indo embora mais cedo do espaço rural para não retornarem. O relatório para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), coordenado por Ricardo Abramovay apontou que as moças deixam o campo antes que os rapazes e em proporção maior, fortalecendo a masculinização do campo.

As moças deixam o campo antes e numa proporção muito maior que os rapazes. Este ‘viés de gênero’ no êxodo rural não parece estar ligado a oportunidades particularmente favoráveis no mercado de trabalho urbano, mas à precariedade das perspectivas assim como ao papel subalterno que continuam ter as moças no interior das famílias de agricultores (ABRAMOVAY, 1998, p. 16).

De acordo com Abramovay (1998), a não participação dos jovens nos processos decisórios é um dos fatores que estimulam o desinteresse deles pelo trabalho agrícola e causa o abandono da atividade. Nos estabelecimentos rurais observa-se a participação dos jovens nas atividades laborais da unidade familiar de produção agrícola, mas o inexpressivo comparecimento deles nas decisões desses estabelecimentos, isso atestam os estudos de Pandolfo (2012) e de Weisheimer (2009).

A abertura das cooperativas agrícolas para ampliar a participação das mulheres e dos jovens, seja no quadro social ou nos cargos administrativos, é fator contribuinte para caracterizá-las com uma nova esfera pública na sociedade civil estabelecida no espaço rural. Essa mudança na concepção sociológica das cooperativas implica perceber a realidade mais

complexa estabelecida no espaço rural, em que novas questões do mundo da vida são demandadas e debatidas recentemente nos espaços públicos, bem como na esfera privada. As respostas satisfatórias de resolução das questões demandadas vão depender da capacidade das cooperativas mobilizarem seus associados para participar nos espaços públicos nos quais são tratados os assuntos relacionados aos problemas enfrentados pelos agricultores familiares em suas propriedades. A resolução desses problemas contribui para a sustentabilidade das cooperativas agrícolas.

## 2.4 SUSTENTABILIDADE: O DESAFIO DO SÉCULO

Em 1970, para mim [Cristovam Buarque] e para quase todos naquele tempo, a Natureza era a despensa – de onde tiraríamos, sem parcimônia, o máximo possível – e o depósito de lixo – onde poderíamos jogar todos os resíduos do processo produtivo (SACHS, 2009, p. 15).

Na tradição econômica, desde os economistas clássicos, a natureza foi concebida como a grande despensa, sem a preocupação com a escassez de recursos naturais. O debate da sustentabilidade centrava-se na dimensão econômica. Poucas teorias chamavam a atenção para a necessidade de inovar o processo produtivo das empresas na perspectiva de internalizar a dimensão ambiental. Alguns economistas da Nova Economia Institucional (NEI) visando internalizar as questões ambientais à dimensão econômica demonstram a carência de mais investimentos na dimensão ambiental por parte das empresas mercantis. Devido aos problemas ambientais, a sustentabilidade passou a ser o desafio do século, conforme Veiga (2010), não somente para os economistas, mas, para a sociedade. E isso deveria estar posto como imperativo para o cooperativismo agrícola. Pois, ninguém está alhures de agir sustentavelmente. Sobre isso se até esta seção, procurando estabelecer vínculos entre os discursos de sustentabilidade e a ação comunicativa de preservação do meio ambiente.

### 2.4.1 Sustentabilidade: do discurso à ação comunicativa

Na obra *A história das agriculturas no mundo*, Mazoyer e Roudart (2010) revelam o período histórico da transição para a agricultura. Conforme esses autores,

[...] em meados do décimo milênio antes de nossa era, as vilas de caçadores-coletores sedentários praticaram ocasionalmente a protocultura e a protocriação, saltaram de uma economia essencialmente baseada na predação a uma economia que

se apoiava numa prática de cultura e de criação bem amplas e bastante sustentáveis, para estimular a domesticação de toda uma série de espécies vegetais e animais (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 106).

Nesse período, a população sedentária residentes nas vilas demandava por maior quantidade de recursos naturais e de alimentos para cada indivíduo. Começou, então, a superexploração do meio de modo mais produtivo do que a simples predação. Esse período marca o início da formação dos sistemas de cultivo agrícola do tipo derrubada-queimada em meios arborizados; depois dos desmatamentos formavam-se os sistemas agrários tipo pós-florestais.

As densidades populacionais que iam aglomerando-se exigiram a ampliação de áreas cultivadas para a produção de alimentos por meio do desflorestamento e do uso do fogo, gerando os primeiros impactos negativos ao meio ambiente causados pelo homem. Até a Idade Média, o aumento da população ocorreu lentamente, bem como a exploração agrícola em sistemas agrários florestais e pós-florestais. Entretanto, o final da Idade Média e o advento da revolução industrial assinalam um aumento abrupto do fabrico de artifícios humanos (instrumentos, máquinas, ferramentas, casas, fábricas, estradas, etc.). Isso demandou mais recursos retirados da natureza. Nesse período, não havia preocupação de recompor os recursos naturais utilizados.

A população também cresceu e de maneira vertiginosa nesse período, especialmente a partir de 1850,<sup>29</sup> demandando o fabrico de mais artifícios e energia, logo, a utilização de mais recursos naturais, fato que ampliou a depredação da natureza. Recentemente, as inovações tecnológicas possibilitaram o avanço na produção agrícola bem como na preservação da natureza. Entretanto, em inúmeros lugares ainda prevalecem o uso de técnicas produtivas associadas a uma racionalidade destrutiva da natureza, sem investimentos na sua recomposição. O crescimento da opinião pública favorável a investimentos em tecnologias ‘limpas’ ampliou a compreensão da sustentabilidade.

Neste estudo, entende-se por sustentabilidade o conjunto de práticas produtivas, racionais e conservacionistas dos recursos naturais em múltiplas dimensões, embasado em Sachs (2009), que busca satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir as suas próprias necessidades (CMMAD, 1991, p. 9). Parte-se do pressuposto de que as múltiplas dimensões estão intrinsecamente ligadas à

---

<sup>29</sup> Conforme Meadows et al. (1972), desde 1650 a população mundial cresce exponencialmente a uma taxa que aumentou século após século. A população calculada em 1970 foi ligeiramente superior à projeção feita em 1958 pela ONU. Da mesma forma, ela estimava uma população de seis bilhões para ano 2000, entretanto, essa cifra foi alcançada um ano antes, em 1999 (ONU, 2013).

eficácia de sua execução coletiva, agenciadas na esfera pública. As cooperativas por sua natureza social tem o compromisso de provocar práticas eficientes “na dimensão econômica sustentável e na dimensão ambiental” (OLIVEIRA, 2007, p. 34) e, por sua natureza empresarial, ela tem o compromisso de estimular o crescimento econômico, equilibrando os investimentos em múltiplas dimensões.

Até meados do século XX, a preocupação com meio ambiente permaneceu incólume e a “relação homem-ambiente” não era questionada amplamente. Foi quando começaram a existir evidências de mudanças ambientais preocupantes em várias partes do planeta que um alerta foi acionado (OSTROM; MORAN, 2009), indicando que algo precisava ser feito. Em 1948, a ONU criou a União Internacional para a Conservação da Natureza e, no ano seguinte, realizou a Conferência Científica das Nações Unidas sobre a Conservação e Utilização de Recursos Naturais. Esse evento reuniu cientistas de diversas nacionalidades e áreas do conhecimento para tratar do uso e conservação da natureza. Conforme Naredo (2001), nessa Conferência foi formada a comissão de cientistas para realizar estudos e pesquisas sobre a temática. O evento é considerado o marco inicial para a consolidação da temática da sustentabilidade nos discursos posteriores da ONU.

Outro marco importante é a publicação do livro *Primavera Silenciosa*, em 1962 (CARSON, 1975), nos Estados Unidos. Essa autora, munida de dados empíricos e testes laboratoriais expôs os efeitos nocivos dos agrotóxicos à base de Dicloro-Difenil-Tricloroetano (DDT) ao meio ambiente. Esses pesticidas foram vastamente utilizados em lavouras agrícolas norte-americanas no período pós-II Guerra Mundial, elevando os danos à natureza. Seus efeitos colaterais matavam pássaros, bem como outros seres, sendo cumulativo nos organismos, provocando doenças, como o câncer. Depois de dez anos da publicação do livro, o produto foi proibido de ser comercializado a partir das pressões da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972. Mas, o marco referencial dessa Conferência constitui a criação do Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (PNUMA). Esse Programa fez ampla divulgação dos limites do crescimento econômico, contidos em Meadows et al. (1972), e das crises ambiental e energética de origem fóssil.

A partir de 1983, a CMMAD aprofundou o debate relacionado às questões ambientais ao publicar o relatório *Nosso futuro comum*, em 1987. A ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland foi relatora na Comissão e o documento passou a ser conhecido como Relatório Brundtland. Esse relatório propõe estratégias ambientais de longo prazo para construir o modelo sustentável de desenvolvimento.



O mesmo relatório institui o termo desenvolvimento sustentável, considerado a partir de três dimensões fundamentais: a econômica, a social e a ambiental; adotadas neste estudo. A partir desse relatório, difunde-se a definição de desenvolvimento sustentável como “desenvolvimento que satisfaz as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações em satisfazer suas necessidades” (CMMAD, 1991, p. 9). Pela primeira vez, incorpora-se a preocupação em garantir hoje condições para as gerações futuras poderem satisfazer suas necessidades.

Na década seguinte, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, a Rio-92, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, elaborou a *Agenda 21*, na qual cada país assumiu a responsabilidade de fazer sua própria agenda ambiental de intersecção dos problemas ambientais para o século XXI. Nessa Conferência foi introduzido o termo ecodesenvolvimento, no sentido de explorar os recursos naturais com conservação do meio ambiente. A Conferência Rio+20, realizada em junho de 2012, no Rio de Janeiro, aprofundou a discussão em torno da economia verde e da necessidade de criar estruturas para sua viabilização.

Na segunda metade do século XX, um sem-número de “aproximações teóricas se proliferaram, variavelmente chamadas de ‘ecologia cultural’, ‘ecologia humana’, ‘ecologia de ecossistema’, ‘etnoecologia’, ‘ecologia política’ e ‘ecologia histórica’” (OSTROM; MORAN, 2009, p. 28) ou economia ecológica na sociedade, conforme Naredo (2001). Essas aproximações teóricas denotam processos de construção de discursos sustentáveis, visando ao crescimento da opinião pública a favor de questões ecológicas. Entretanto, a sua efetivação pressupõe a legitimação de estruturas na perspectiva da sustentabilidade ambiental.

Em referência à teoria habermasiana da ação comunicativa, um conjunto de práticas sustentáveis pode se realizar na medida em que as esferas públicas se municiarem de um “sistema de alarmes dotado de sensores não especializados, porém, sensíveis”, conforme Habermas (1997, p. 91), isto é, de uma estrutura organizacional com mecanismos democráticos de participação. Esses sensores sensíveis são os atores capazes de agir no sentido de perceber os problemas do mundo da vida e do meio ambiente, para identificá-los, tematizá-los, dramatizá-los e problematizá-los no núcleo central da esfera pública. De posse desses problemas, as esferas públicas podem “reforçar a pressão exercida pelos problemas”, conforme Habermas (1997, p. 91). Ou seja, elas não podem se limitar a percebê-los ou identificá-los, devendo também problematizá-los a ponto de influenciar a opinião pública para

melhor conduzi-los à esfera pública política, de onde devem retornar de forma a legitimar as ações sustentáveis.

Entende-se que esses pressupostos da sustentabilidade compõem o processo evolutivo discursivo do desenvolvimento sustentável, baseado em condições locais de ocupação e exploração de ecossistemas e de suas populações. As interações aí formadas resultam na “comunidade de populações de diferentes espécies que dividem o mesmo ecossistema e estão adaptadas para explorá-lo de forma sustentável e responsável” (DAL SÓGLIO, 2009, p. 16). Essa exploração demanda assistência técnica e tecnologias adequadas. Como resultado, há o advento da melhoria na qualidade de vida das populações de todas as espécies, atuais e futuras.

A agricultura brasileira moderna, intensificada nas décadas de 1960-70, não agiu preservando os ecossistemas. Ela se tornou dependente de insumos agroquímicos e dos combustíveis fósseis, contribuindo para o aquecimento global por meio da emissão de gases na atmosfera. As queimadas liberam CO<sub>2</sub> que somados ao gás metano (OSTROM; MORAN, 2009, 20) colocaram o Brasil “num malfadado quinto lugar no ranking mundial das emissões de gases causadores do aquecimento global” (DAL SÓGLIO, 2009, p. 20). Essa situação constitui alerta para a sociedade, para a comunidade científica e para as instituições responsáveis por ações de contenção das emissões.

No estado RS, ações individuais autônomas de pessoas, de ONGs, de movimentos sociais, de associações e de cooperativas contribuíram na elaboração de práticas sustentáveis de produção agrícola. No cooperativismo agrícola empresarial, essas práticas ainda são pouco expressivas. Conforme a SDR/RS (2012), ainda são poucas as cooperativas agrícolas que trabalham dentro do paradigma de desenvolvimento sustentável. O que determina as práticas sustentáveis dos agricultores e das cooperativas agrícolas é o jurídico, ou seja, a lei. Nem sempre a lei contempla os valores culturais, sociais e os saberes locais tradicional. Esses valores podem ser contemplados em debates na esfera pública, por meio do agir comunicativo, aprofundando a racionalidade ecológica no mundo da vida, na perspectiva da sustentabilidade multidimensional.

A dimensão social pressupõe, de um lado, o vínculo com os processos sociais na esfera pública, que se refere às condições de vida, saúde, equidade social, etc. Intervenções nessa dimensão tendem a diminuir a diferenciação social e a pobreza no espaço rural. De outro lado, pressupõe o vínculo ao cultural, à educação, ao conhecimento técnico-científico e

ao cultivo dos saberes tradicional. A dimensão social ainda vincula os valores culturais vigentes na comunidade local, no mundo da vida ontologicamente constituído.

A dimensão econômica da sustentabilidade pressupõe o uso responsável dos recursos naturais e tecnológicos para o desempenho das atividades agrícolas, diminuindo a penosidade das atividades agrícolas e os riscos de perdas, aumentando a eficiência produtiva. Também pressupõe o respeito aos saberes desenvolvido endogenamente pelos agricultores conectados aos avanços tecnológicos pela técnica da retroinovação, Stuver (2011), em que são reutilizadas técnicas milenares simples em sistemas produtivos complexos e modernos em termos de tecnologia e inovação. Os pressupostos da dimensão econômica contribuem para inovações não só da produção agrícola, mas também para prolongar a conservação das características naturais dos produtos.

A dimensão ambiental da sustentabilidade refere-se ao uso responsável dos recursos naturais, ao respeito às áreas destinadas à RL e à APP, com a produção e preservação da natureza, dos córregos d'água, das matas nativas, etc. A sustentabilidade ambiental fundamenta-se no eterno *devoir* da natureza. De acordo com Dal Sóglio (2009, p. 31), a sociedade tem condições de estabelecer um “novo patamar de debates sobre os modelos de desenvolvimento, criando oportunidades para a participação das comunidades na definição de seus rumos e integrando plenamente a dimensão ambiental”. A participação, portanto, é fundamental para que se realizem faticamente ações ambientais de preservação significativas.

Considerando os discursos de sustentabilidade construídos a partir de meados do século XX e a evolução dos termos sustentabilidade e desenvolvimento sustentável compreende-se que o desafio para o século XXI está na acepção dinâmica e multidimensional da sustentabilidade. Esse desafio se traduz em ações comunicativas práticas eficazes, multi, inter e transdisciplinares. De outra forma, não ultrapassaria os limites dos discursos, isto é, do ato de dizer sem o fazer.

A partir da exposição dos pressupostos e das dimensões da sustentabilidade, pode-se partir para a observação do cooperativismo, não só por sua participação nos debates, mas, também por suas ações comunicativas planejadas “em uma rearticulação entre cultura e natureza, a saber, da capacidade criativa do ser humano, da produtividade cultural associada à produtividade ecológica do planeta e de cada um de seus ecossistemas” (LEFF, 2010b, p. 29).

#### **2.4.2 A inovação, o crescimento econômico e a preservação do meio ambiente.**

A atual era de inovação tecnológica afeta todas as esferas da sociedade. As cooperativas agrícolas também afetadas investem em inovação tecnológica para se tornarem cada vez mais competitivas no mercado e crescer economicamente. Entretanto, na atual crise ambiental, mudanças climáticas e de aquecimento global, os investimentos em inovação tecnológica para a preservação do meio são imprescindíveis. Esses investimentos impulsionam tanto o crescimento econômico quanto a preservação do meio ambiente. O atual panorama da agricultura brasileira demanda por investimentos em tecnologias da inovação para aumentar a produtividade aliada à preservação do meio ambiente.

No decorrer da Revolução Industrial, as empresas mercantis investiram em inovação para serem competitivas no mercado e alcançar o lucro desejado. O economista Joseph Schumpeter criou vários conceitos para aprofundar o papel das inovações para o desenvolvimento econômico. “Entre os conceitos chave, está o de novas combinações (as inovações), de empresário inovador, de empreendimento e do processo de destruição criadora” (GAZOLLA, 2012, p. 42). Para Schumpeter, as inovações são realizações de combinações novas, emprego de recursos diferentes para fazer coisas novas, conforme Gazolla (2012). Para os economistas neoschumpeterianos, como Christopher Freeman, a inovação constitui o determinante fundamental da dinâmica econômica, sendo, ao mesmo tempo, fundamental para definir os padrões de competitividade econômica, em especial no atual momento histórico de aumento significativo da competitividade regional e global.

Dessa mesma maneira, a inovação desempenha nas cooperativas o papel fundamental em termos sociais, tecnológicos e ambientais, fortalecendo economicamente os associados. A inovação em tecnologia social implica na gestão e governança participativa das cooperativas, como estratégia de gestão compartilhada com o objetivo de ter mais participação sistemática dos associados nos debates e nas deliberações. As inovações tecnológicas implicam o aumento do volume da produção e da produtividade agrícola com qualidade. Elas também implicam melhoria nas redes de comunicação, internet, telefonia móvel, etc. Tanto as empresas mercantis como as cooperativas têm o desafio de inovar para crescer no mercado e alcançar as metas de sustentabilidade ambiental. Para isso, além dos padrões de competitividade mercantil, a inovação requer os padrões de sustentabilidade ambiental, podendo, para isso, utilizar as técnicas da retroinovação (STUIVER, 2011), que unem os saberes tradicionais às novas técnicas inovadoras.

Se o cooperativismo agrícola empresarial expandiu o capitalismo na agricultura, conforme Duarte (1986), ele também tem pretensões que servem como válvula de escape ao capitalismo, valorizando mais as pessoas ao invés do capital e investindo na comunidade em que atua, com responsabilidade social e ambiental. Essas pretensões funcionam aliadas ao marketing como mecanismos para fortalecer a sua imagem, sua marca no mercado no plano estratégico para a competitividade comercial. A marca do cooperativismo traz algumas vantagens perante as empresas mercantis. Seja qual for o ramo de atividade, o cooperativismo é modelo de economia que procura maximizar o fator trabalho sobre o capital. Lauschner demonstra algumas dessas vantagens do cooperativismo agrícola ante as empresas mercantis. A cooperativa, conforme Lauschner:

1) assegura poder econômico igual para todos, oferecendo um voto por associado (e não um poder de decisão segundo o valor das quotas integralizadas na cooperativa ou segundo o número de ações como nas empresas não cooperativas), 2) opera apenas ao nível dos custos, isto é, elimina todo e qualquer lucro, assegurando que o excedente gerado (depois de pagos os insumos, o fator capital e trabalho e os impostos), seja distribuído segundo as operações dos associados para com a cooperativa (e não segundo o valor das quotas dos mesmos ou segundo as ações nas não cooperativas), 3) assegura remuneração fixa ao capital em forma de juros (com ou sem correção monetária, e não remuneração segundo o excedente gerado), 4) objetiva exclusivamente beneficiar os associados (e não o capital) (LAUSCHNER, 2010, p. 3).

Além dessas vantagens, o cooperativismo, por meio das Entidades-rede e das Frencoops busca diminuir os custos das operações comerciais pela redução ou isenção de impostos, de juros, etc. a fim de obter maior eficiência nas negociações cooperativas. Essas vantagens trazem mais competitividade econômica às cooperativas agrícolas, podendo torná-las mais eficientes também nas ações sociais e ambientais.

Para serem competitivas no mercado, as administrações das cooperativas agrícolas não podem deixar de investir em inovação tecnológica. Essa inovação se refere à capacidade de formular e implantar estratégias concorrenciais que lhes permitam ampliar, ou conservar de forma duradoura, a posição sustentável na dimensão econômica. A dinâmica do processo concorrencial situa-se como referencial para a avaliação da competitividade. Desta maneira, conforme Chalita (2004, p. 4), “se a competitividade depende dos elos mantidos com forças que são externas (concorrentes) [...] a eficiência pressupõe lidar com os limites estruturais, isto é, a capacidade dos agentes em tirar o máximo de proveito do campo onde se estrutura”. A competitividade pressiona a eficiência dentro de certos limites estruturais em que os agentes reagem frente às situações econômicas geradas pelo mercado, frente às situações relacionais no mundo social e em face às situações ambientais também. Nesses limites

estruturais, as cooperativas, por vezes, investem em fusões com o objetivo de manterem-se mais competitivas no mercado. “Algumas cooperativas estão se unindo, em processos de fusão e incorporação, para melhorar sua competitividade no mercado, apesar da crise deflagrada no ano de 2008” (OCB, 2012, p. 6). A competitividade e a eficiência podem desse modo ser consideradas produtos da conectividade das Entidades-rede de cooperativas com a esfera pública política, podendo produzir respostas diferenciadas nos planos da organização.

No mundo da vida dos agricultores, existem inúmeras maneiras de ser competitivo no mercado. A produção em economia de escala, em escopo ou em nichos, manifesta a competitividade econômica relacionada aos limites estruturantes dos empreendimentos rurais. A competitividade produtiva advém do domínio de técnicas dentro de determinados limites estruturais de produção, estocagem e comercialização. Há cooperativas agrícolas estimulando o consórcio de produtos e atividades complementares. Dessa forma, o agricultor competitivo é aquele especializado em determinada cadeia produtiva, como a do leite, suínos, frangos, etc. com atividades produtivas complementares consorciadas. O produtor competitivo utiliza a inovação tecnológica em todas suas atividades, tanto na especializada quanto nas complementares. Para ter desempenho melhor, ele depende da assistência técnica adequada, o que significa acompanhar o mercado, inovar, consorciar atividades complementares nas propriedades e ter assistência técnica adequada.

Contudo, a busca de competitividade não pode permanecer limitada às cooperativas agrícolas. As Entidades-rede, as cooperativas de segundo grau, as Centrais, etc. são esferas públicas elementares de debates para dar um salto qualitativo na busca da competitividade econômica necessária e para a inovação tecnológica adequada à AF e sustentável. A análise de Lago (2009) demonstra a importância das redes de intercooperação para se alcançar a sustentabilidade econômica das cooperativas. Dessa maneira, elas podem ser o esteio da sustentabilidade ambiental, fomentando a inovação tecnológica sustentável nas atividades práticas de seus associados. Portanto, a competitividade em cooperativas agrícolas e a inovação sustentável dependem, não somente da participação física de associados em assembleias, reuniões, etc., mas, especialmente da participação qualificada de técnicos e de administradores qualificados em gestões compartilhadas que se refletem em atividades sustentáveis nas propriedades rurais dos agricultores familiares.

### **3 A ESFERA PÚBLICA, O AGIR COMUNICATIVO PELO ENTENDIMENTO E A RACIONALIDADE AMBIENTAL**

Até o momento, discorreu-se sobre os procedimentos metodológicos aplicados ao estudo da problemática de pesquisa e sobre o processo histórico-evolutivo do cooperativismo moderno no contexto da AF. Também se dissertou acerca dos conceitos de participação e de sustentabilidade relacionados ao de inovação para a competitividade no espaço rural. Agora, este capítulo trata dos conceitos teóricos fundamentais para uma explicação sociológica do fenômeno social recortado. Para isso, desenvolveram-se os conceitos fundamentais em torno da Teoria da Ação Comunicativa (TAC), de Habermas, em diálogo com os conceitos fundamentais da teoria da racionalidade ambiental, de Enrique Leff. É relevante assinalar que esses dois autores referenciaram suas teorias nas contribuições sociológicas de Max Weber. Entrementes, também aparecem alguns conceitos relacionados a outras abordagens teóricas e autores a elas relacionados. A seguir, os conceitos fundamentais da TAC, de Habermas.

#### **3.1 A ESFERA PÚBLICA E A TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DE JÜRGEN HABERMAS**

Por ação comunicativa Habermas entende ser “uma interação simbolicamente mediada, que se orienta por normas obrigatórias que definem expectativas recíprocas de comportamento e que tem que ser entendidas e reconhecidas ao menos por dois sujeitos agentes” (HABERMAS, 1996, p. 27). Essa interação ocorre por meio de palavras, sinais sonoros, gráficos, gestuais, etc., seguindo as normas obrigatórias que definem o comportamento dos agentes comunicativos. As expectativas recíprocas de pelo menos dois sujeitos predispostos a agir devem ser reconhecidas mutuamente e compreendidas para que haja o entendimento ou consenso entre os sujeitos agentes.

Encontrar teorias cientificamente elaboradas que contribuíssem na compreensão da problemática da pesquisa construída e que auxiliassem na explicitação das evidências empíricas constatadas foi um fato de difícil execução. Havia a necessidade de ultrapassar o nível empírico, das pré-noções estabelecidas e encontrar instrumentos teóricos afinados com o objeto investigado. Após várias injunções teórico-metodológicas e conceituais julgou-se pertinente para este estudo investir no diálogo entre a teoria da ação comunicativa, de

Habermas, e as abordagens da racionalidade ambiental, de Leff. Sem elas, seria muito improvável alcançar satisfatoriamente os efeitos conclusivos da explicitação do fenômeno estudado; tão relevante para os tempos hodiernos.

O referencial teórico aporta para conceitos construídos epistemologicamente no contexto das ciências sociais, especialmente da sociologia da sociologia crítica de Habermas. O embasamento teórico serviu de suporte na construção do problema de pesquisa, contribuindo para a explicação sociológica da sustentabilidade focada nas dimensões social, econômica e ambiental relacionada à participação na esfera pública. Além disso, buscou-se o diálogo de duas esferas conceituais do conhecimento científico e sociológico cujo conceito transversal de participação perpassa: a esfera do agir comunicativo orientado pelo entendimento, de Jürgen Habermas (2012) e a esfera do pensamento em torno da racionalidade ambiental, que está sendo construída a partir das abordagens epistemológicas de Enrique Leff (2010b). Dessas duas esferas do conhecimento aporta-se o sentido de provocar ações práticas sustentáveis orientadas pelo entendimento de produzir e preservar concomitantemente.

Para relacionar o problema de pesquisa aos objetivos e às hipóteses construídos, este estudo está centrado no conceito de participação como direito fundamental e dever de todos os indivíduos de “tomar parte no governo” (DALLARI, 1983), isto é, das administrações públicas, tanto na esfera pública política, bem como na esfera pública estabelecida na sociedade civil, na qual estão as cooperativas. Além disso, entende-se por participação as formas de expressão da democracia nas relações internas e externas da esfera pública cooperativa. Dentre as inúmeras formas, optou-se pela participação no intuito de poder explicitar sua vinculação com a sustentabilidade em cooperativas agrícolas. Em torno da sustentabilidade, gravitam os conceitos e teorias sociológicos fundamentais para a explicação da vinculação entre as práticas sustentáveis fáticas dos associados e a participação desses na esfera pública. Conforme Habermas, “a esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomada de posição e opiniões, fluxos comunicacionais a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos” (HABERMAS, 1997, p. 92).

Nesse sentido, a partir das contribuições do pensamento habermasiano, compreende-se a cooperativa agrícola como esfera pública constituída em rede na sociedade civil, não em sistema, na qual são transmitidos conteúdos resultantes de tomadas de posições dos associados a partir de situações de fala e condensados em temas específicos: um desses temas



é a sustentabilidade. A esfera pública cooperativa constitui-se, portanto espaço público de manifestações linguísticas dos agricultores em condições de fala adequadas. Com o propósito de fortalecer esse sentido, a seguir, delineiam-se os conceitos pertinentes a este estudo.

A sociedade ocidental moderna tem os procedimentos administrativos do sistema político centrados em regras da maioria, por meio de pleitos eleitorais periódicos, sistemas de representação política e da divisão em três poderes: legislativo, executivo e judiciário. A teoria democrática deliberativa afirma que o processo de decisão dos governos tende a ser sustentado cada vez mais por meio da deliberação de indivíduos racionais participantes em fórum amplos de debates e negociações em esfera pública.<sup>30</sup> Jürgen Habermas oferece, por meio de suas obras, oportunidade ímpar de compatibilizar os ideais modernos de participação com os problemas existentes no mundo da vida, pela complexidade e pelo pluralismo neles presentes. A esfera pública, desta maneira, constitui-se palco de debates e de deliberações para tomadas de decisões coletivas e para sua legitimação na esfera pública política.

Conforme Habermas (1997), a sociedade moderna é complexa e está estruturada corporativamente na ordem racional-legal integrada por dois sistemas: o político e o econômico. Esses sistemas ontologicamente correlacionados integram ações estruturais, fortalecendo a condição humana que o Estado Democrático de Direito legitima com o compromisso de garantir a integralidade da sociedade. Por vezes, os sistemas confrontam-se na defesa de interesses individuais, privados, ou coletivos, públicos. O conjunto de subsistemas que legitimam ações na sociedade civil, bem como as esferas pública e privada, compõe esse sistema, cujas regras são corroboradas ou não pelos atores sociais no mundo da vida. Diante do colonialismo da ação instrumental gerada no sistema econômico, os atores do mundo da vida engajados na esfera pública reagem, pela ação comunicativa. Isso reforça os problemas individuais e coletivos da esfera privada nas esferas públicas, na tentativa de influenciar a opinião pública e legitimar as ações demandadas.

O direito privado de propriedade constitui o sistema econômico moderno, garantido desde a formulação dos teóricos contratualistas do século XVII, especialmente de Hobbes e Locke, de modo a ir ao encontro das perspectivas egocêntricas do homem moderno, que tem o individualismo como cerne. Esse homem pode ser caracterizado *homo oeconomicus*, uma vez que a racionalidade instrumental o guia e a perspectiva de recompensas futuras o atrai. O

---

<sup>30</sup> É o caso dos orçamentos participativos, dos fóruns, dos conselhos, das conferências, só para citar algumas esferas públicas de debates entre tantas capazes de pautar ações governamentais na esfera pública política.

*médium*<sup>31</sup> dinheiro rege esse sistema, operado em busca do lucro, enquanto o trabalho, capital e mercado, por sua vez, guiam a economia. O seu “núcleo institucional é formado por associações e organizações livres não estatais”, conforme Habermas (1997, p. 99), às vezes estabelecendo relações diretas com o Estado constituído no sistema político. A colonização do mundo da vida pelo sistema econômico é patologia característica da modernidade. Nessa patologia, a forma de ação racional instrumental técnica “vai invadindo os espaços do mundo vivido, desalojando e expulsando a ação comunicativa do seu *habitat* natural” (FEDOZZI, 2000, p. 46). A forma da ação instrumental tende à colonização das ações no mundo da vida, tanto que destroem as relações espontâneas estabelecidas ao longo do tempo baseadas na ação comunicativa endógena, transmitida de geração em geração.

Conforme Habermas (1997, p. 86), o núcleo do sistema político é formado pelos seguintes complexos institucionais: “administração (incluindo o governo), o judiciário e a formação democrática da opinião e da vontade (incluindo as corporações parlamentares, eleições políticas, concorrência entre os partidos, etc.)”. Ramificações de competências formais nas quais são tomadas decisões e legitimadas as ações perfilam o centro do sistema político, onde, em seu interior, segundo Habermas (1997, p. 87), “o complexo parlamentar é o que se encontra mais aberto para a percepção e a tematização dos problemas sociais”. A complexidade das deliberações, por conseguinte, depende da densidade e abrangências dos problemas.

No sistema político moderno, as funções do Estado regido pelo *médium* poder visam ao bem comum de forma simétrica, pelas ações democraticamente constituídas. Neste sistema, há seleção de canais comunicacionais condutores de informações que se conectam com a sociedade civil (como os partidos políticos, por exemplo) e com o sistema econômico, lidando também com a imprevisibilidade dos eleitores. A democracia, assim, forma equilíbrio social do poder de tal modo que a política leve em consideração aquilo que Habermas (1997, p. 60) considera como “amplo leque de interesses simétricos” para toda sociedade civil. O sistema político estruturado no Estado de direito, ainda conforme Habermas (1997, p. 84), “diferencia-se internamente em domínios do poder administrativo e comunicativo, permanecendo aberto ao mundo da vida.” A formação da opinião e da vontade política é abastecida em contextos comunicacionais da esfera pública e privada.

---

<sup>31</sup> Habermas (1997) destaca a expressão *médium* para chamar a atenção de como o dinheiro e o poder influenciam para a reprodução do sistema econômico e político, assim como o agir comunicativo para a reprodução da esfera pública e do mundo da vida. Ele destaca, ainda, a linguagem como *médium* do agir comunicativo orientado pelo entendimento.

A sociedade civil, por sua vez, é formada, basicamente, pelo conjunto de “associações e organizações livres, não estatais e não econômicas, as quais ancoram as estruturas de comunicação da esfera pública nos componentes sociais do mundo da vida” (HABERMAS, 1997, p. 99). Em outras palavras, esferas públicas situadas entre o sistema político, o sistema econômico e o mundo da vida a constituem. Desse modo, na sociedade civil, o conjunto de associações e organizações livres capta os ecos dos problemas sociais que ressoam da esfera privada, decorrentes dos efeitos de situações econômicas insustentáveis. Esses problemas são condensados, às vezes teatralizados na tentativa de influenciar a opinião pública e são transmitidos para a esfera pública política, a fim de legitimação das ações pelo poder público do Estado. As tentativas de transmissões individuais, que visem ao sucesso pessoal oportunista e de maneira direta não alcançam a legitimação, por se afastarem do modo das ações comunicacionais estabelecido na esfera pública. O núcleo da sociedade civil forma uma espécie de associação que institucionaliza os discursos capazes de solucionar problemas e os transforma em questões de interesse geral no quadro de esferas públicas.

Em sua obra *Mudança estrutural da esfera pública* Habermas (2003) afirma que a categoria esfera pública deve ser explorada no vasto campo imputado à política, dentro dos limites de cada disciplina sociológica. Esse autor concebe, em seu objeto de investigação, a evolução da esfera pública burguesa europeia, especialmente a da Inglaterra, como categoria típica de época, na formação da sociedade burguesa em cafés e círculos literários. Inicialmente, ele diferencia o uso corrente dos termos: público e esfera pública, com a sua multiplicidade de significados. Ele define público como correspondente a certos eventos em contraposição às sociedades fechadas da esfera privada. Em seguida, esclarece que prédios públicos referem-se simplesmente aos locais que abrigam instituições do Estado. O Estado, por sua vez é o poder público com o atributo de promover o bem público, o bem comum a todos os cidadãos. Os vários significados correlatos a público remetem ao sujeito da esfera pública. O público enquanto portador da opinião pública tem a função crítica de sua publicidade<sup>32</sup>. Convém mencionar que o referencial histórico básico de esfera pública continua sendo a esfera pública burguesa europeia, na qual tudo se torna visível a todos em redes estabelecidas em espaços públicos.

---

32 A opinião pública consiste nas opiniões sobre os assuntos de interesse de uma Nação livres e publicamente expressas por pessoas não participantes do governo. As opiniões reivindicam para si o direito de influenciar (ou determinar) as ações das pessoas da estrutura de governo (OSBORNE, 2012). Conforme Habermas (2003), a opinião pública está relacionada à publicidade difundida de modo demonstrativo e manipulativo, ambas concorrem na esfera pública e implicam a correlação de processos grupais.

Nessa concepção, conforme Habermas (1997, p. 99), a esfera pública, ou espaço público, pode ser descrita como a “rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomada de posição e opiniões, nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos”. A esfera pública funciona como “caixa de ressonância” dos problemas do mundo da vida que devem ser trabalhados pelo sistema político. Ela se reproduz por meio do agir comunicativo, implicando o domínio da linguagem natural em sintonia com a prática comunicativa cotidiana. A esfera pública constitui, principalmente, a “estrutura comunicacional do agir comunicativo orientado pelo entendimento, enraizado no mundo da vida” (HABERMAS, 1997, p. 92), e está relacionada com o espaço social gerado no agir comunicativo. O entendimento, ou consenso, é necessário para definir os limites do dissenso, evitando que se propague a ponto de dissolver as ações do sistema político e das esferas públicas. Quando ocorrem questões politicamente relevantes, a elaboração especializada é deixada ao cargo do sistema político, cabendo à esfera pública o papel intermediador do princípio organizacional de ordenamento político, canal de comunicação engatado ao mundo da vida e esfera privada.

Habermas diferencia três esferas públicas distintas: a episódica, a de presença organizada e a abstrata. A esfera pública episódica refere-se a eventos sociais de manifestação pública espontânea simples e episódicas; a esfera pública de presença organizada refere-se às reuniões partidárias, sectárias, religiosas, artísticas e científicas e a esfera pública abstrata refere-se aos eventos de presença virtual de leitores situados em lugares distantes, de ouvintes ou espectadores, o que é possível através da mídia, da internet à distância (HABERMAS, 1997). Nas três esferas há aproximações e distanciamento de relações primárias entre os atores, ligados pela linguagem. A esfera de presença organizada cultiva as relações de proximidade, enquanto a esfera abstrata mantém nulas as relações primárias de proximidade, tornando abstrata a estrutura espacial das interações simples. Entretanto, “as esferas públicas ainda estão muito ligadas aos espaços concretos de um público presente” (HABERMAS, 1997, p. 93).

A esfera privada (ou íntima) é o espaço demarcado pelas relações de intimidade. É onde ocorrem as “densas redes de interação da família e do círculo de amigos e os contatos mais superficiais com vizinhos, colegas de trabalho, conhecidos, etc.”, assim denominadas por Habermas (1997, p. 93). Biografias particulares, das pessoas privadas compõem esse espaço. O limiar entre esfera privada e esfera pública é definido por meio de condições de comunicação modificadas, de um lado, assegurando a intimidade das pessoas e, de outro, a

publicidade, como afirma Habermas (1997). Há, contudo, um fluxo contínuo de temas e de problemas entre as esferas, enraizado no mundo da vida.

Habermas na sua obra *Teoria da ação comunicativa* (2012 e 2012a) desenvolve o conceito de racionalidade comunicativa, ambicionando fazer frente às reduções cognitivas da racionalidade instrumental técnica da modernidade. A racionalidade comunicativa tende a resolver as ações da modernidade, no sentido de descolonizar os efeitos das ações desenvolvidas a partir da racionalidade instrumental técnica, dentro do espaço que configura o mundo da vida. Nesse espaço é possível desenvolver ações comunicativas coletivas emancipatórias, ou descolonizadoras, por meio da linguagem, pois, “também o agir comunicativo está embutido num mundo da vida, responsável pela absorção dos riscos e pela proteção da retaguarda de um consenso de fundo” (HABERMAS, 2002, p. 86); que se realiza em situações de fala ali construídas.

### **3.1.1 O mundo da vida: espaço de ações comunicativas espontâneas**

As referências de mundo da vida e os aspectos da racionalidade comunicativa construídos por Habermas (2012) ocorrem a partir da teoria dos três mundos construída por Popper e dos conceitos de ação da tradição sociológica. Karl Popper, em sua obra *Teoria do Conhecimento*, conforme Habermas, assim distingue os três mundos, ou universos.

Primeiro, o mundo dos objetos físicos ou dos estados físicos; em segundo lugar, o mundo dos estados de consciência ou dos estados espirituais, ou talvez o mundo das disposições comportamentais para a ação; e, terceiro, o mundo dos conteúdos objetivos do pensamento, principalmente dos pensamentos científicos e poéticos e das obras de arte (HABERMAS, 2012, p. 149).

A partir dessa distinção dos mundos, Habermas elabora a TAC, ou a racionalidade comunicativa, esclarecendo que os argumentos comunicativos estabelecidos no terceiro mundo, do pensamento, só ocorrem na relação com os outros dois (das disposições comportamentais e dos objetos físicos), por meio de intercâmbios imediatos. Na TAC, Habermas utiliza a terminologia própria referindo-se ao primeiro mundo como mundo objetivo, o segundo como mundo das relações sociais e o terceiro, mundo argumentativo. “O terceiro mundo constitui-se essencialmente de problemas, teorias e argumentos” (HABERMAS, 2012, p 154) relacionados aos outros dois mundos. Na relação ou intercâmbio desses três mundos ocorre a ação comunicativa, seguindo a racionalidade comunicativa em situações de fala.

Para demonstrar os aspectos da racionalidade comunicativa e do agir comunicativo, Habermas recorre a quatro conceitos de ação comumente empregados nas ciências sociais: ação teleológica, ação estratégica, ação normativa e ação dramaturgica. O conceito de agir teleológico ocasiona aos atores sociais a realização de propósitos, ou ocasiona o início de um estado almejado, à medida que escolhem determinadas situações para empregá-los de modo adequado. A decisão, ou a escolha entre diversas alternativas é central para a realização de um propósito determinado. “O agir teleológico pressupõe relações entre um ator e um mundo de estados de coisas existentes [...] que subsistem ou passam a existir ou que podem ser criados por meio de intervenções voltadas a esse fim” (HABERMAS, 2012, p. 167). Pelo agir teleológico, os atores sociais desenvolvem suas intenções e desejos para satisfazê-los.

O modelo teleológico de agir é ampliado a modelo estratégico de agir, quando os atores sociais que atuam orientados a determinados fins revelam-se capazes de integrar os cálculos de êxito ou sucesso das ações às expectativas das decisões tomadas. Conforme Habermas, (2012, p. 164), “esse modelo de ação é frequentemente interpretado de maneira utilitarista”, para a maximização dos objetivos propostos vinculados às decisões eletivas, especialmente pela teoria econômica e pela teoria dos jogos estratégicos.

O terceiro conceito, o de agir regulado por normas se refere a membros de um grupo social que orientam seu agir segundo valores em comum. “o ator individual segue uma norma, tão logo as condições se apresentem em uma dada situação na qual se possa empregá-las. As normas expressam o comum acordo subsistente em um grupo social” (HABERMAS, 2012, p. 164). Todos os membros do grupo social esperam que cada um execute as ações acordadas, pois, o cumprimento das normas significa a satisfação geral.

O quarto conceito, do agir dramaturgico, refere-se aos participantes de uma interação que constituem para um determinado público para os quais se apresentam. Nesse conceito de ação, “o ator suscita em seu público uma determinada imagem, uma impressão de si mesmo [...] todo aquele que age pode controlar o acesso público à esfera de suas próprias intenções, pensamentos, posicionamentos, desejos, sentimentos, etc. à qual ele tem acesso privilegiado” (HABERMAS, 2012, p. 165). No agir dramaturgico, os atores monitoram suas interações, regulando o acesso à subjetividade por meio da autoapresentação controlada. As ações são direcionadas para um público de espectadores para as quais o ator quer chamar a atenção.

Após expor esses conceitos de ação generalizados nas ciências sociais e econômicas, pode-se apresentar o conceito habermasiano de agir comunicativo, que se refere à interação de

pelo menos dois sujeitos capazes de falar e agir, estabelecendo uma relação interpessoal entre eles no mundo da vida por meio da linguagem verbal ou extraverbal. Nesse conceito de ação,

os atores buscam um entendimento sobre a situação da ação para, de maneira concordante, coordenar seus planos de ação e, com isso, suas ações. O conceito central de interpretação refere-se em primeira linha à negociação de definições situacionais passíveis de consenso. Nesse modelo de ação, a linguagem assume uma posição proeminente (Habermas, 2012, p. 166).

O conceito de agir comunicativo tem por pressuposto a linguagem integrada à perspectiva do próprio ator social mediada, especialmente, por atos de fala. No agir comunicativo a linguagem “é assimilada a partir de formas de expressão estilísticas e estéticas como um *médium* de entendimento [...] refere-se simultaneamente a algo no mundo objetivo, social e subjetivo a fim de negociar definições em comum para as situações” (HABERMAS, 2012, p. 184). O entendimento por via linguística é apenas o mecanismo da coordenação da ação e das atividades propostas, integrando cooperativamente os planos e as ações de chegar ao entendimento. Pelo agir comunicativo os atores falantes estabelecem referências ao mundo da vida de maneira reflexiva por meio de exteriorizações interpretadas para o entendimento. As pretensões de validade exteriorizadas podem ser aceitas ou não pelos interlocutores, entretanto, elas incorporam a situação da ação a seu mundo da vida previamente interpretado. As pretensões de validade têm papel central na teoria do agir comunicativo e são passíveis de crítica

Rege basicamente o mundo da vida (*lebenswelt*) a linguagem compreensível entre os atores que interagem e que se compreendem na interlocução pela retaguarda de um consenso de fundo.

Husserl trabalhou durante a sua última fase no conceito mundo da vida. Não vou me deter no conteúdo de Husserl, eu me aproprio do conteúdo material dessas pesquisas, estribando-me na ideia de que também o agir comunicativo está embutido num mundo da vida, responsável pela absorção dos riscos e pela proteção da retaguarda de um consenso de fundo (HABERMAS, 2002, p. 86).

O conceito mundo da vida por Habermas resgata da fenomenologia de Husserl, como pano de fundo cultural que permite aos indivíduos interagirem em um mundo predeterminado. “Ele não se limita apenas à ideia de um pano de fundo cultural, possui, como pano de fundo, normas e experiências subjetivas, assim como práticas e habilidades individuais”, segundo Fedozzi (2000, p. 46). O mundo da vida constitui espaço de ações comunicativas, de linguagem. Desse modo, o mundo da vida é espaço de reflexividade da cultura, das normas e das práticas institucionalizadas. A linguagem, conforme Habermas (1997, p. 85), é o “*médium* do agir comunicativo orientado pelo entendimento, através do qual o mundo da vida se

reproduz e os próprios componentes do mundo da vida se entrelaçam entre si”. Essas funções da linguagem no mundo da vida se traduzem em práticas articuladas, mediante a participação no modo de operar de subsistemas de ação especializados, como a religião, para a transmissão de crenças, a escola, para reprodução cultural e educacional, a família, para a socialização, e o “direito, para a integração social que formaliza as relações reguladas por normas” (HABERMAS, 1997, p. 85). No entrelaçamento desses componentes, é interessante mencionar que ocorrem outras funções relacionadas à totalidade do mundo da vida como pano de fundo cultural.

O agir comunicativo, além de *médium* da reprodução do mundo da vida, também é *médium* para a reprodução da esfera pública na sociedade civil. Ele constitui estratégias adequadas para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões dos atores sociais do mundo da vida engajados na esfera pública. Os agentes sociais, por meio do agir comunicativo, constroem “interpretações negociadas cooperativamente, distinguindo-se daqueles que visam o sucesso” (HABERMAS, 1997, p. 92), como oportunistas. Esse agir reforça os problemas sociais que repercutem nas biografias de pessoas particulares, constrói resistências às imposições de colonização do sistema econômico; seria o que Fedozzi (2000, p. 47) aponta como sendo a “descolonização do mundo da vida e a restauração, nesse mundo, da sociabilidade, da espontaneidade e da solidariedade com base na ação comunicativa”.

O conhecimento instrumental permite ao homem satisfazer as suas necessidades ajudando-o a libertar-se da natureza exterior (por meio da produção), o conhecimento comunicativo o impele a emancipar-se de todas as formas de repressão social (ou de seus representantes intrapsíquicos) (FREITAG; ROUANET, 1980, p. 13).

Portanto, ambas as formas de conhecimento, instrumental e comunicativa, têm as condições de estar a serviço da emancipação das pessoas. Isso porque há o entendimento da forma como se estrutura a sociedade moderna, na ordem racional-legal amplamente expressa no sistema econômico e político, onde a realização fática depende da racionalidade que move o interesse ou o sentido de toda ação social das pessoas engajadas nas esferas públicas.

### **3.1.2 A esfera pública burguesa e a esfera pública cooperativa**

A esfera pública ocupa posição central no processo de fundamentação e nas deliberações em torno da validação de ações da sociedade moderna. Isso porque a aglutinação da vontade coletiva das decisões é nela previamente ajustada e posteriormente deliberada pela



ação comunicativa dos atores. Habermas (1996, p. 27) entende por ação comunicativa “uma interação simbolicamente mediada: se orienta por normas obrigatórias que definem expectativas recíprocas de comportamento e que tem que ser entendidas e reconhecidas ao menos por dois sujeitos agentes” (*tradução livre*). Essa interação mediada e orientada por normas estabelecidas e comportamentais ocorre na esfera pública em meio às expectativas recíprocas e orientadas pelo entendimento entre os agentes. O limiar entre a esfera privada e a esfera pública é definido por meio das condições de comunicação que constantemente se modificam. Nessas condições, a esfera pública retira os problemas da assimilação da vida privada, das biografias particulares de pessoas do mundo da vida, condensando-os em espaços públicos.

Habermas (2003) explicita que a sociedade europeia, desde o início do século XVIII até meados do século XX, paulatinamente constitui a esfera burguesa moderna, esfera das pessoas privadas que reunidas formavam o público, a esfera pública, distinta da esfera política e privada. Historicamente, os nexos entre a esfera privada e a públicas começaram a aparecer nas formas de “reuniões e organização de um público leitor composto por pessoas burguesas, que se aglutinavam em torno de jornais e periódicos”, de acordo com Habermas (1997, p. 98), inicialmente sem a participação da mulher. Os círculos literários constituíram os espaços para a crítica cultural, por meio da “nova racionalidade argumentativa baseada numa comunicação discursiva entre iguais”, segundo Fedozzi (2000, p. 42), social e culturalmente. Entretanto, no decorrer dos séculos XIX e XX, os discursos universalistas dessas pessoas “não conseguiram imunizar-se contra as críticas oriundas de dentro delas mesmas” (HABERMAS, 1997, p. 108). Dessas críticas, constituíram-se movimentos trabalhistas e feministas que permitiam a participação da mulher. Os problemas particulares dessas pessoas na esfera privada tornaram-se problemas sociais condensados nas esferas públicas. Portanto, os canais de comunicação da esfera pública engatam-se na esfera da vida privada de modo a orientar-se pelo entendimento no mundo da vida. As esferas públicas na sociedade civil<sup>33</sup> são canais comunicacionais vinculados aos sistemas político e econômico e ao mundo da vida constituídos na modernidade, são, portanto, esferas intermediadoras de ações comunicativas.

Os argumentos de Habermas orientam-se pelo fenômeno denominado o mundo da vida, não apenas como pano de fundo, mas, como complexo de normas, ações, valores, etc.

---

<sup>33</sup> Para Habermas, a sociedade civil é formada por associações e organizações livres, não estatais e não econômicas, as quais ancoram estruturas de comunicação da esfera pública nos componentes sociais do mundo da vida. “A sociedade civil compõe-se de movimentos, organizações e associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-os e os transmitem, a seguir, para a esfera pública política” (HABERMAS, 1997, p. 99).

Essa expressão Habermas absorveu do filósofo fenomenológico alemão Husserl<sup>34</sup>, cuja esfera pública na sociedade civil aparece como espaço do agir comunicativo, da comunicação social, do direito, da democracia, da participação, da questão normativa da moral, etc. O mundo da vida reproduz-se, então, a partir de “sistemas de ação” e de “saber especializado vinculado”, como é o caso da religião, da escola e da família, bem como da linguagem comum da ciência, da moral e da arte (HABERMAS, 1997, p. 92).

Vinculada a esse mundo, entretanto, a esfera pública não se especializa em nenhuma dessas direções, uma vez que permanece aberta. Ela manifesta seu caráter diferenciado de organização na sociedade civil e na esfera política, através de horizontes abertos, permeáveis e deslocáveis. Além disso, ela desempenha as funções de realizar os interesses da coletividade e de seus membros individuais, de intermediação e de comunicação, bem como de formação de opinião pública entre o sistema político, econômico e os atores sociais engajados no mundo da vida. As investigações de Habermas focam, assim, a sociedade ocidental civil e política, especificamente a europeia, a partir da categoria esfera pública de análise, municiando seu pensamento com argumentos teóricos e metodológicos para compreender diferentes realidades sociais da modernidade.

Conforme Calhoun (1996), a obra *Mudança estrutural da esfera pública* é referência basilar para a compreensão do pensamento habermasiano, pois é a “primeira obra habermasiana”, segundo Fedozzi (2000, p. 42). Ela foi publicada em 1961 e se distancia do pensamento crítico da Escola de Frankfurt, da qual Habermas foi familiar e embasou seu pensamento sociológico ao lado de Horkheimer e Adorno, inserindo análises da formação dessa esfera na Europa até a metade do século XX. “A Inglaterra serviu como modelo de desenvolvimento da esfera pública e do novo estágio de desenvolvimento do discurso público”, conforme Calhoun (1996, p. 14). A obra causou inúmeras reações e controvérsias entre os autores de diversas áreas do pensamento sociológico, especialmente na Europa. De maneira original, ela explicita a formação do pensamento burguês europeu por meio das reuniões em cafés, de obras literárias, jornais, obras de arte, etc.

Habermas analisa a Europa, suas origens modernas, desde meados do século XVIII, perpassando o século XIX até meados do século XX, a partir da categoria de esfera pública burguesa, Sua existência, constituída de atores capazes de estabelecer relações puramente

---

<sup>34</sup> Para Husserl “o mundo da vida está sempre lá [...] sendo para nós de antemão, fundamento para qualquer um, seja na prática teórica ou na práxis extra-teórica. O mundo da vida nos é dado de antemão...” (OLIVEIRA, 2012, p. 2). Habermas sustenta sua produção teórica de caráter multidisciplinar a partir de autores clássicos da filosofia, da sociologia e da psicologia (FEDOZZI, 2000, p. 44).

humanas e críticas, teria favorecido o rompimento com as hierarquias tradicionais, criando condições para a participação política burguesa, segundo Fedozzi (2000, p. 42). Ela foi escrita sob a influência das categorias kantianas e do idealismo alemão, debatendo os problemas de relacionamento entre o Estado e a sociedade civil burguesa, as origens e as perspectivas da democracia moderna e os impactos dos meios de comunicação de massa (CALHOUN, 1996). A referência dos argumentos de Habermas são os problemas de relacionamento entre o Estado e a sociedade civil burguesa, entre o sistema político e o econômico, identificando a esfera pública na sociedade civil vinculada ao mundo da vida. Como referência teórica, essa obra contribui na compreensão da teoria do agir comunicativo orientado pelo entendimento e das ações práticas dos atores engajados na esfera pública, conectados ao mundo da vida. Ela também auxilia na compreensão das ações dos atores sociais engajados em esfera pública específica no interior de organizações da sociedade civil.

Conforme Calhoun (1996, p. 6), “o Estado e a economia são dois sistemas concorrentes na abordagem da esfera pública democrática” (*tradução livre*). Esses dois sistemas concorrentes se inter-relacionam no mundo da vida, intermediados pelas ações da esfera pública. O sistema econômico age pelos pressupostos econômicos da livre concorrência e probabilidade de vantagens – lucro – e o sistema político pelo poder e controle. Entre esses dois sistemas encontram-se a sociedade civil e as esferas públicas com diferentes modos de integração social. A esfera pública é a “terceira arena localizada entre a sociedade civil e a autoridade do Estado”, não sendo, para Fedozzi (2000, p. 40), nem estatal, no sentido de *res publica*, nem privada, no sentido de particular privado. Nela, a linguagem, o discurso público se constitui o modo (*médium*) possível de coordenação da vida humana na esfera privada, assim como o poder constitui-se no Estado e o dinheiro na economia de mercado. O dinheiro e o poder não constituem modos de coordenação da sociedade, mas tendem à dominação em seus sistemas: o dinheiro no sistema econômico e o poder no sistema político. Para alcançar entendimentos possíveis, segundo Calhoun (1996), a esfera pública democrática depende da qualidade do discurso e da quantidade da participação de seus membros. Quanto maior a livre participação dos membros, maior a eficiência e a eficácia administrativas nesse espaço onde os atores sociais com sua capacidade de desenvolver os impulsos vitais, criar ressonâncias e introduzir conflitos para resolver determinados problemas estabelecidos no mundo da vida, orientados pelo entendimento são identificados por Habermas (1997), em *Direito e democracia*. Desse modo, há o estímulo dos atores sociais para a participação e o agir comunicativo.

Habermas trata a esfera pública como estrutura comunicacional enraizada no mundo da vida por meio da sociedade civil, espaço público concebido como caixa de ressonâncias na qual os problemas tematizados encontram eco, podendo ser transmitidos para possíveis soluções em esferas públicas especializadas, como a política. Uma das funções da esfera pública política consiste em captar os problemas da sociedade civil como um todo, manifestado no mundo da vida de formas particulares na vida de seus atores. Na perspectiva da democracia, a esfera pública constitui um sistema de alarmes dotado de sensores sensíveis no âmbito de toda sociedade, especialmente no mundo da vida, com a capacidade de identificar problemas. Ela tende a reforçar a pressão que os próprios problemas exercem sobre determinada realidade e sobre seus membros individualmente, devendo identificá-los, tematizá-los e dramatizá-los de modo eficaz, a ponto de regulamentação legitimada na esfera pública política, parlamentar ou governamental. Nesse contexto, pode-se conceituar a categoria de análise esfera pública, e seus possíveis desdobramentos teórico-práticos a partir das contribuições do pensamento desse autor.

Para Habermas (1997), a esfera pública ou espaço público é um “fenômeno social elementar do mesmo modo que a ação, o ator, o grupo ou a coletividade”, superando a ideia de estrutura normativa. Externamente, esse fenômeno não está arrolado dentre os conceitos tradicionais para descrever a ordem social, mas caracterizado através de horizontes abertos e deslocáveis. Habermas (1997, p. 92) descreve essa esfera como “rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomada de posição e opiniões, nela, os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos”. Esta se reproduz por meio do agir comunicativo e se liga a funções gerais de reprodução do mundo da vida ou a diferentes condições de validade do saber comunicado por meio da linguagem comum. Assim como se constitui em “estrutura comunicacional do agir comunicativo orientado pelo entendimento [...] ela tem a ver com o espaço social gerado pela ação comunicativa, no mundo da vida” (HABERMAS, 1997, p. 92).

Desse modo, o foco central da esfera pública está na orientação pelo entendimento ou consenso, o que permite aos problemas exercer pressões públicas. Ela reflete os sofrimentos contidos nas experiências pessoais da esfera privada. Por pressuposto, ninguém se reúne pela desavença e sim pelo entendimento. Nisso está o cerne da teoria do agir comunicativo, da ação comunicativa. Conforme Habermas (1997, p. 93), há “metáforas arquitetônicas” para caracterizar a infraestrutura das reuniões, organizações, etc., tais como “foros, palco, arenas”, etc. Os atores reúnem-se na esfera pública, atraídos pelo entendimento,

muito embora na tentativa de alcançá-lo ocorrem riscos de inevitáveis conflitos entre as diferentes tomadas de posição e opiniões. Entretanto, o que orienta as suas ações é o entendimento.

Além disso, a esfera pública mantém-se ainda muito ligada aos espaços concretos do mundo da vida e a um determinado público fisicamente presente. Ao desligar-se dos espaços físicos concretos, a esfera pública abstrai-se em generalizações, em conteúdos e tomadas de posição deslocadas e desacopladas dos contextos densos, rumo a anonimatos cada vez mais crescentes, como da *mídia* em massa, os telespectadores, ouvintes, leitores, internautas. Na esfera pública, as informações e os argumentos são elaborados na forma de opiniões focalizadas, localizadas, fornecendo certo reflexo da opinião pública e não refletindo a opinião pública em si, na luta por influência<sup>35</sup> e prestígios públicos. A influência pode ser política e os prestígios podem vir de esfera pública especializada, como da ciência, da religião ou do mundo artístico ou esportivo. Ressalta-se que a influência é a “forma simbolicamente generalizada da comunicação que regula interações através da convicção ou da persuasão” (HABERMAS, 1997, p. 95).

Na esfera pública, os atores sociais são os agentes racionais da ação social. Eles não são atores que representam papéis na sociedade, mas são agentes mobilizadores de convicções individuais e grupais, de ações coletivas com diferentes chances de exercer influência na opinião pública. Geralmente, esses atores são recrutados do meio do próprio público e servem de antenas adequadas para captar e identificar problemas, a fim de tematizá-los para resoluções eficazes. Habermas (1997, p. 97) afirma que “os problemas tematizados na esfera pública política transparecem inicialmente na pressão social exercida pelo sofrimento que se reflete no espelho de experiências pessoais de vida”. À medida que essas experiências encontram expressão na esfera pública, elas podem entrelaçar-se com ações na esfera pública política. Em vários canais comunicacionais, esses problemas ganham expressão: na linguagem da religião, na arte, nas ações dos movimentos sociais ou de um partido político. Há uma especialização na articulação para entrelaçar os problemas sociais e pessoais na esfera pública política. Enfim, os canais de comunicação da esfera pública, conforme Habermas (1997, p. 98), “engatam-se nas esferas da vida privada de tal modo que as estruturas espaciais de interações simples podem ser ampliadas e abstraídas [...] e se desenvolverem em esferas públicas complexas e ramificadas”. Portanto, os problemas particulares da vida privada

---

<sup>35</sup> Habermas (1997, p. 95) adverte que foi Parsons quem introduziu a “influência” como uma forma simbólica de comunicação. Os vários tipos de influência, principalmente a publicitária, são apoiados em convicções públicas, no poder político e no dinheiro.

podem ser conduzidos por canais comunicacionais na esfera pública e ecoarem na esfera pública política, encontrando aí ressonância e o poder de serem institucionalizados para sua resolução.

A partir do paradigma da comunicação, no qual se inclui o agir comunicativo, Habermas interpreta criticamente a sociedade moderna. Seu conceito fundamental, na Teoria da Ação Comunicativa, amarra o paradigma da ação e do sistema. Essa teoria manifesta que a modernidade surgiu do processo de diferenciação mais complexo do que a dualidade Estado/sociedade. De um lado, encontram-se as estruturas do sistema político e econômico, nas quais estão o Estado e o subsistema administrativo e as estruturas do mercado. De outro lado, na relação distinta das estruturas sistêmicas, situa-se “o campo da interação social organizado em torno da ideia de um consenso normativo gerado a partir das estruturas da ação comunicativa”, apontado por Fedozzi (2000, p. 45). Dessa forma Habermas faz distinção fundamental entre duas ações: a ação instrumental e a ação comunicativa.

A ação instrumental é a forma de ação técnica que aplica (racionalmente) os meios para a obtenção de fins. Essa forma de ação é típica da integração sistêmica, institucionalizando-se nos sistemas econômico e político. Já a ação comunicativa se dá numa base interativa dos mundos objetivo, social e subjetivo, permitindo que os atores relacionam-se simultaneamente com: a) os fatos da natureza, b) com as pessoas e c) com suas pulsões interiores, expressando seus sentimentos e vivências (FEDOZZI, 2000, p. 45).

As forças do sistema de mercado, por meio da ação instrumental técnica, inferem no mundo da vida. Além disso, por ela ocorre a colonização, desalojando ações comunicativas endógenas. Nessas inferências, perdem-se valores histórico-culturais e identidades socialmente construídos, que conferem sentido à comunidade local e às subjetividades individuais ali presentes. A esfera pública pode coibir essa colonização, agindo sob uma nova racionalidade que garanta a subjetividade às pessoas pela ação comunicativa emancipadora.

Após a identificação dos sistemas, das formas de ação da esfera pública e do mundo da vida, cabe ressaltar que, para analisar as relações sociais espontâneas e homogêneas, é fundamental o sistema linguístico que permita a realização da ação comunicativa, como ação emancipatória no mundo da vida. Fedozzi identifica que “uma das patologias que caracteriza a modernidade é exatamente a colonização do mundo vivido pelo mundo sistêmico” (2000, p. 46). Ou seja, a ação instrumental técnica do sistema econômico e do sistema político penetrou os espaços desse mundo, desalojando dele aquelas ações comunicativas endógenas, emancipatórias, forçando ações exógenas estranhas a esse mundo. Nesse processo, o mundo da vida perdeu muito da riqueza de seu poder linguístico e de seus valores artístico-culturais.

Os saberes transmitidos de geração a geração também foram desalojados e as pessoas foram assumindo outros saberes de fora.

Isso é perceptível na esfera pública cooperativa na medida em que os diretores das cooperativas agrícolas, geralmente estimulados pela mídia, participam de reuniões, encontros, fóruns, congressos, cursos, etc. absorvendo os elementos cruciais da ação instrumental desenvolvida pelo sistema econômico ou político. Os organizadores desses eventos são pessoas que têm plena identificação com a lógica do mercado, agindo em função da maximização do lucro. Os diretores de cooperativas não têm as condições suficientes para decodificar as informações para a realidade das cooperativas. Isso gera conflitos no interior das administrações cooperativas, pois nem os diretores e nem a equipe de colaboradores consegue decodificar para o mundo cooperativista as informações que lhes foram propostas no interior do sistema econômico.

A redescoberta da sociedade civil e a descrição da esfera pública feitas por Habermas podem conduzir ao que esse mesmo autor denominou de “geração comunicativa do poder legítimo, para qual Hannah Arendt esboçou um modelo normativo, e a obtenção de legitimação pelo sistema político, com o qual o poder administrativo é refletido” (HABERMAS, 1990, p. 108). Nesse processo, observa-se a importância do poder da mídia na formação da opinião pública, tanto para fortalecer as ações instrumentais técnicas, a partir da racionalidade econômica, como para fortalecer as ações comunicativas, a partir da racionalidade ambiental endógena.

Com isso, é possível compreender a posição social que ocupa o cooperativismo agrícola estabelecido na sociedade civil da história recente do estado, na perspectiva do desenvolvimento sustentável. As suas ações se manifestam por meio da estrutura organizacional e da participação dos associados na esfera pública. De um lado, as ações podem reforçar a racionalidade instrumental do sistema econômico no processo que venha a reforçar as patologias modernas pela colonização do mundo da vida, como ocorreu no passado, principalmente com as cooperativas empresariais. De outro lado, podem reforçar as ações comunicativas dos atores sociais engajados na esfera pública, fazendo ressoar os problemas sociais e ambientais, no sentido de “descolonizar o mundo da vida” (FEDOZZI, 2000, p. 46) e emancipar os agricultores, por meio de práticas sustentáveis nas dimensões social, econômica e ambiental.

De sua parte, o governo brasileiro, por meio de ações características realizadas a partir do sistema político manifesta-se favorável ao cooperativismo brasileiro, para esse

demonstrar à sociedade que, “por ser um movimento solidário, é capaz de implantar um modelo com fortes bases calcadas no conceito de sustentabilidade, ou seja, promover o desenvolvimento econômico, respeitando o meio ambiente e inserindo o ser humano na repartição das riquezas” (MAPA, 2012). A seguir, encontra-se a síntese do referencial teórico habermasiano construído para este estudo.

Figura 2 – Apresentação sintética do referencial teórico habermasiano



Fonte: Cooperativismo agrícola: esfera pública, participação e sustentabilidade.

Elaborado pelo autor, PGDR/UFRGS (2013), a partir da exposição acadêmica do professor Dr. José Carlos dos Anjos, UFRGS/PGDR (2011).

### 3.2 A AÇÃO SOCIAL E A RACIONALIDADE AMBIENTAL: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DE ENRIQUE LEFF

Esta parte do texto trata de elementos da ação social orientada pelo sentido e os conceitos fundamentais da teoria da racionalidade ambiental, de Enrique Leff, enquanto imperativo para a efetivação do desenvolvimento sustentável, a partir de investimento equilibrado nas dimensões social, econômica e ambiental, para a geração atual, bem como para as gerações futuras.



Conforme Leff (2010b, p. 110), o conceito weberiano de racionalidade orientada pelo sentido “é um campo fértil para compreender os processos sociais que constituem a racionalidade ambiental”. As categorias formação socioambiental e o saber ambiental correspondem à esfera pública de articulação das relações entre a produção socioeconômica e a produção de conhecimento, induzidas subjetivamente pelos princípios da racionalidade ambiental. Sobre isso, atém-se o texto a seguir, a partir das contribuições teóricas de Enrique Leff.

A referência ao conceito sociológico clássico de racionalidade permite analisar as aproximações e os distanciamentos do conjunto de processos sociais fundamentado nos princípios do desenvolvimento sustentável.<sup>36</sup> Ela também auxilia na sistematização dos princípios materiais e axiológicos do discurso ambientalista e na organização de seus argumentos, permitindo, ainda, analisar a eficácia das ações práticas com base na racionalidade ambiental, que segundo Leff (2001, p. 134), “não é a expressão de uma lógica, mas, o efeito de um conjunto de interesses e de práticas sociais”, articulando ordens materiais diversas que dão sentido e organizam processos sociais por meio de certas regras, meios e fins socialmente construídos. Inserida no pensamento sociológico, a racionalidade ambiental, conforme Leff, (2010b), compõe a epistemologia do saber ambiental em construção em contraposição às ações da racionalidade econômica, ou instrumental técnica.

Como assinalou Habermas (2012, p. 585), em sua crítica aos fundamentos da teoria da ação weberiana, pode-se argumentar no sentido de que há “uma mudança de paradigma, do agir teleológico ao agir comunicativo”, isto é, dos fins subjetivos para a orientação ao entendimento. Conforme Weber e Winckelmann (2000), determinados interesses subjetivos movem o agir teleológico, enquanto que o entendimento de pelo menos dois agentes interlocutores de interesse comum, conforme Habermas (2012) motiva ao agir comunicativo negociado cooperativamente. Essa mudança de paradigma denota ações da racionalidade econômica para a racionalidade ambiental esboçada a partir da perspectiva conceitual do agir comunicativo orientado pelo entendimento de que é necessário produzir e também preservar, ao mesmo tempo. Para Leff (2010b), essa mudança significa passagem para a racionalidade ambiental e social orientada para os objetivos do desenvolvimento sustentável, equitativo e duradouro.

---

<sup>36</sup> Leff (2010b) faz distinção entre o desenvolvimento sustentado (*sostenible*), que geralmente se aplica às perspectivas econômicas da sustentabilidade, e o desenvolvimento sustentável (*sustentable*), aplicado nas perspectivas ecologistas e ambientalistas de sustentabilidade. Por falta de clara distinção terminológica na língua portuguesa que corresponda a essa diferenciação conceitual, o termo desenvolvimento sustentável deve ser compreendido no contexto das argumentações.

A gama de publicações referente à problemática ambiental especialmente a partir da década de 1970 manifestou ao mundo os limites da racionalidade econômica, induzindo às ciências naturais e sociais a internalização do saber ambiental emergente no conjunto de disciplinas científicas. Essa ação indutiva visava, segundo Leff (2010b, p. 109), construir “um saber e uma racionalidade ambiental e social orientados para os objetivos de um desenvolvimento sustentável, equitativo e duradouro”. Um dos fundamentos epistemológicos da racionalidade ambiental emergente pode ser construído, dialogando com o pensamento sociológico clássico de Weber, resgatando a subjetividade motivadora das ações. A racionalidade sociológica weberiana refere-se a um sistema de regras, de pensamentos e de comportamentos subjetivos dos atores sociais, que se estabelecem dentro de determinadas estruturas econômicas, políticas e ideológicas, legitimando ações sociais e conferindo um sentido à organização da sociedade. Essas regras e estruturas orientam as práticas e os processos sociais para determinados fins, por meios socialmente construídos e legitimados, refletindo em normas morais, em crenças, em arranjos institucionais e em padrões de produção (LEFF, 2010b). O processo de construção da racionalidade ambiental ocorre, conforme Leff, imbricando as duas racionalidades: a instrumental e a substantiva.

A racionalidade instrumental permite o controle consciente da realidade por meio da constituição de conceitos e técnicas “cada vez mais precisos e abstratos”, conforme Leff (2010b, p. 121). Ela se reflete na esfera jurídica, nas regras processuais do direito e na economia, determinando as formas sociais de apropriação e de exploração dos recursos naturais. A racionalidade instrumental implica a consecução metódica de determinado fim prático, por meio do cálculo preciso de meios eficazes, como o uso de técnicas eficientes de produção, formas eficazes de controle social e ordenações legais que normatizam as condutas sociais dos indivíduos. A racionalidade substantiva ordena a ação social em padrões baseados em postulados de valores socioculturais ativos nos indivíduos. Essa racionalidade propõe a pensar o pluralismo cultural e a relatividade axiológica dos conflitos sociais. Conforme Leff, conceito clássico de racionalidade abre perspectivas para analisar a problemática ambiental e permite pensar de maneira integrada os diferentes processos sociais, culturais, tecnológicos e naturais. Esses processos dão coerência e eficácia aos princípios materiais e aos valores étnico-culturais que organizam a “formação social ambientalmente sustentável” (LEFF, 2010b, p. 122), seguindo os conceitos constitutivos da racionalidade ambiental.

O pensamento sociológico clássico de racionalidade abre a possibilidade de incorporar a multiplicidade de motivações de ações subjetivas e de sentido ao estudo e

aprofundamento da racionalidade ambiental. Essas motivações dão sentido às ações dos atores na sociedade em transição paradigmática. Nessa transição, constrói-se a sociedade sobre valores e princípios ecológicos do ambientalismo e da equidade social duradoura. A valorização da diversidade étnico-cultural e econômica pelas práticas ambientalmente sustentáveis caracteriza a sociedade em transição. Uma das motivações que dá sentido subjetivo às ações ambientais de indivíduos é melhorar a qualidade de vida. Considerando que a sociedade moderna atual edificou-se a partir da racionalidade instrumental técnica produtivista, de maximização do lucro em termos quantitativos, a sociedade ambiental, a partir da racionalidade substantiva abre caminhos para práticas sustentáveis em termos qualitativos. Essa sociedade ambiental torna-se referência do agir comunicativo de atores sociais engajados no mundo da vida, o qual deva ser explorado a partir da racionalidade ambiental.

Outra motivação que dá sentido subjetivo às ações ambientais é a educação ambiental, correspondente à estratégia do desenvolvimento sustentável. Conforme Leff (2010a, p. 180), a educação ambiental “incorpora os princípios básicos da Agroecologia e do pensamento complexo” da modernidade, pois recupera seu caráter crítico, libertário e emancipatório. A educação ambiental, portanto, não é tão somente um meio de capacitação em novas técnicas e instrumentos para preservar o ambiente e valorizar os bens e serviços ambientais; é o dizer-fazer coerente que proporciona o saber ou racionalidade ambiental, bem como as práticas sustentáveis de preservação produtiva.<sup>37</sup>

A construção da racionalidade ambiental é o processo de produção teórica para o desenvolvimento tecnológico, para as mudanças institucionais e para a transformação social. Isso coloca a necessidade de abordar a relação entre o conhecimento e a problemática ambiental de modo interdisciplinar. Leff (2001, p. 133-144) formulou esse conceito ao incorporar o conjunto de valores e critérios que não pode ser avaliado em termos do modelo de racionalidade econômica, nem reduzido à medida de mercado, mas que se formula mediante a articulação de quatro “níveis de racionalidade” (LEFF, 2001, p. 137): o da racionalidade substantiva, teórica, instrumental e cultural.

A racionalidade substantiva é o sistema axiológico dos valores que normatizam as ações e orientam os processos sociais para a construção de uma racionalidade ambiental fundada nos princípios de um desenvolvimento ecologicamente

---

<sup>37</sup> A bibliografia sobre a educação ambiental para a educação formal, não formal e informal é vasta. A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente – Rio-92 – dedicou o capítulo 36 da *Agenda 21* aos imperativos da Educação Ambiental intitulado: Promoção do ensino, da conscientização e do treinamento (ONU, 1992).

sustentável, socialmente equitativo, culturalmente diverso e politicamente democrático (Leff, 2010b, p. 129).

A partir do nível da racionalidade substantiva, a sustentabilidade ambiental pressupõe alguns processos de desconstrução da racionalidade econômica dominante e produtivista, propõe a necessidade de normatizar o conjunto de processos de produção e de consumo fundado em novos valores e princípios, conjectura o processo de transformação de instituições e dos aparelhos ideológicos do Estado que sustentam e legitimam as ações da racionalidade instrumental produtivista e implica em superar a ideia de que o homem para produzir necessariamente tem de ser destruidor da natureza, como sustentou Arendt (2010). O processo de produção com preservação da natureza a partir da racionalidade substantiva se fundamenta nos seguintes princípios: direitos humanos em ambiente sadio produtivo e direito às comunidades autóctones à autogestão, para satisfazer suas necessidades; valor à diversidade biológica, à heterogeneidade cultural e à pluralidade política; conservação da base dos recursos naturais e dos equilíbrios ecológicos; abertura para a diversidade de estilos de desenvolvimento de cada região; satisfação das necessidades básicas e elevação da qualidade de vida das populações; distribuição da riqueza e do poder, por meio da descentralização econômica e da gestão participativa; fortalecimento da capacidade de autogestão das comunidades; desenvolvimento das capacidades de todos os homens e mulheres e percepção da realidade a partir da perspectiva global, complexa e interdependente.

Esses princípios, para surtirem efeitos práticos a partir da racionalidade ambiental, devem ser articulados em esferas públicas, políticas, especializadas e em processos produtivos no mundo da vida, para a realização do desenvolvimento sustentável em nível local e planetário. Para tanto, eles necessitam da racionalidade teórica, pois, ela

[...] constrói os conceitos que articulam os valores da racionalidade substantiva com os processos materiais que dão suporte a uma racionalidade produtiva fundada numa produtividade ecotecnológica e um potencial ambiental de desenvolvimento (LEFF, 2010, p. 129).

A racionalidade ambiental, portanto, não é definida somente ao nível da racionalidade substantiva. Ela se funda também em princípios materiais e em processos produtivos que dão suporte aos valores qualitativos. A racionalidade ambiental teórica tem o papel de construir conceitos que articule os valores e os princípios com os processos materiais de reconstrução da realidade; como parte das estratégias do ecodesenvolvimento.

Essa racionalidade apresenta-se como “produção conceitual orientada para a construção de uma racionalidade produtiva alternativa [...] em um novo paradigma de

produção fundado na articulação de níveis de produtividade ecológica, cultural e tecnológica”, conforme Leff (2010, p. 132). Tal produção conceitual orienta as práticas de pesquisa, bem como os processos dinâmicos, objetivando alcançar os três níveis de produtividade. Dessa forma, a racionalidade ambiental técnica, ou instrumental, proporciona meios eficazes para a racionalidade teórica ter as condições de gerar as bases conceituais dos instrumentos de avaliação do desenvolvimento diversificado.

A racionalidade técnica ou instrumental produz os vínculos funcionais e operacionais entre os objetivos sociais e as bases materiais do desenvolvimento sustentável através de um sistema tecnológico adequado, de procedimentos jurídicos para a defesa dos direitos ambientais (LEFF, 2010b, p. 130).

Esses vínculos operacionais conferem eficácia à gestão ambiental, com tecnologias ambientais adequadas e instrumentos legais capazes de legitimar as ações necessárias para transformar a racionalidade instrumental econômica dominante. Portanto, o desenvolvimento sustentável pressupõe o planejamento ambiental para executar projetos com novos instrumentos econômicos, técnicos e jurídicos que contemple os métodos de avaliação dos impactos ambientais. Para isso, é imprescindível a intervenção do Estado e a participação dos atores sociais organizados na sociedade civil, fatos que implica a racionalidade ambiental cultural.

A racionalidade cultural, entendida como um sistema de significações que produzem a identidade e integridade internas de diversas formações culturais, dá coerência às práticas sociais e produtivas, estabelecendo singularidade e sentido ao nível das ações locais (LEFF, 2010b, p. 130).

A racionalidade ambiental cultural implica a diversidade ética, a pluralidade cultural e a participação direta dos membros das comunidades na apropriação dos recursos naturais e culturais. Essa racionalidade requer capacitações que considerem as formas diversas de aproveitamento dos recursos naturais e culturais diversificados. Nesse sentido, a racionalidade ambiental cultural confere especificidade ao processo de mediação entre a sociedade e a natureza, da relação homem-ambiente. A resolução dos problemas ambientais, assim corresponde à objetivação do conjunto de processos sociais como:

Incorporação dos valores do ambiente na ética individual [Weber], nos direitos humanos e na norma jurídica dos atores econômicos e sociais, a socialização do acesso e apropriação da natureza, a democratização dos processos produtivos e do poder político, as reformas do Estado que favoreça a gestão participativa e descentralizada dos recursos naturais, o estabelecimento de uma legislação ambiental eficaz, as transformações institucionais, e a reorientação interdisciplinar do desenvolvimento do conhecimento e da formação profissional (LEFF, 2010b, p. 130).

A objetivação desse conjunto requer necessariamente ações propositivas do Estado por meio de políticas eficientes e da participação dos atores sociais engajados nas esferas públicas, especialmente da esfera pública cooperativa atuante no espaço rural, no mundo dos agricultores familiares. Fruto da racionalidade ambiental, como contraposição às ideias do sistema econômico dominante de crescimento sustentável, Leff compilou o conceito de produtividade ecotecnológica, com o qual se conclui esse capítulo teórico.

O conceito de *produtividade ecotecnológica* conjuga a produtividade ecológica dos ecossistemas com a inovação de sistemas tecnológicos adequados à sua transformação, mantendo e melhorando a produtividade global através de projetos de uso integrado dos recursos, sujeitos à estrutura e funções de cada ecossistema e à capacidade de autogestão das comunidades e dos produtores diretos (LEFF, 2001, p. 60).

**Quadro 2 – Referencial teórico conceitual: abordagens e principais autores referenciados**

| Referência teórico-conceitual | Abordagem   | A que se refere   | Principais autores   |
|-------------------------------|---|---|--|
| Esfera pública                | Crítica e propositiva do agir comunicativo orientado pelo entendimento. | À comunicação entre o público e o privado, ao mundo da vida, aos impulsos vitais, às ações orientadas pelo entendimento, à intermediação entre Estado/Economia e a sociedade civil. | Habermas (1997), (2003), Calhoun (1996), Arendt (2010), Fedozzi (2000).    |
| Racionalidade Ambiental       | Substantiva e Multidimensional  | Às forças sociais de mudança dos saberes para práticas produtivas de conservação dos ecossistemas.  | Enrique Leff (2001; 2010a; 2010b).<br>Sachs (2009).<br>Weber (1967; 2000). |

Fonte: Cooperativismo agrícola: esfera pública, participação e sustentabilidade.

Elaboração: Nilson Binda, PGDR/UFRGS (2013).

Convém mencionar que, a partir desses pressupostos teórico-conceituais o paradigma do desenvolvimento sustentável avança na história à medida que avança a mudança estrutural da esfera pública, por meio de ações comunicativas dos atores sociais pelo entendimento ou consenso, o qual seja: a produção com conservação do meio ambiente e equidade social duradoura.

#### 4 AS MANIFESTAÇÕES DA ESFERA PÚBLICA COOPERATIVA

O presente trabalho apresentou até o momento, o procedimento metodológico, alguns dados sobre o cooperativismo, a participação e a sustentabilidade, bem como a fundamentação teórico-conceitual. A partir de agora, apresentam-se as manifestações dos atores sociais do campo empírico, ou seja, da esfera pública cooperativa, e a construção analítica dos dados coletados. É importante mencionar que o termo manifestação refere-se às expressões e aos significados dos discursos e das práticas dos atores sociais observados no campo empírico a partir da teoria habermasiana da ação comunicativa.

A descrição do campo empírico é parte do procedimento metodológico investigativo. Nela, foram identificados: a estrutura organizacional das cooperativas agrícolas, os impulsos vitais das cooperativas de crédito rural e os enfeixes de ações das Entidades-rede de cooperativas.

A tabela abaixo sintetiza os dados das cooperativas agrícolas estudadas e nela estão identificados: a Entidades-rede a que são filiadas, o ano de fundação, a entidade de apoio na fundação, o município sede, o número de associados e os principais produtos, mercados e atividades. A descrição dos dados contribui para a compreensão da sustentabilidade nas dimensões social, econômica e ambiental. É importante observar alguns aspectos relevantes. As cooperativas estão filiadas basicamente a três Entidades-rede no estado, à Coceargs, Ocergs e Unicafes. Entretanto, duas cooperativas estão filiadas à Rede Ecovida (ver nota 40), que atua exclusivamente com entidades e agentes sociais dentro dos Princípios da Agroecologia. Note-se, a constituição das cooperativas estudadas ocorre num lastro temporal que vai desde o ano de 1920, da primeira fase do cooperativismo no estado, até 2003. Note-se também, a variedade do apoio à fundação da cooperativa, que ocorreu a partir de pessoas individuais, agricultores, entidades nacionais até agentes de outro país. Outro aspecto, refere-se ao número de associados, que encontra-se entre 20, no caso da Cooperativa Sítio Pé na Terra, e 15 mil, no caso da cooperativa Piá. A diferença numérica motivou a caracterização das cooperativas em pequenas e grandes. Note-se, ainda, a variedade dos principais produtos, os mercados, interno e externo, e as atividades dessas cooperativas. Essa variedade manifesta a multifuncionalidade das propriedades rurais dos agricultores familiares, bem como a diversidade da produção agrícola no contexto da AF.

**Tabela 7 – Dados das cooperativas agrícolas: Entidade-rede, ano de fundação, apoio na fundação, município-sede, número de associados e principais produtos, mercados e atividades**

| <b>Cooperativa (Entidade-rede)</b> | <b>Ano de fundação</b> | <b>Apoio na fundação</b>                         | <b>Município da Sede</b> | <b>Nº de associados</b> | <b>Principais produtos/ mercados/atividades.</b>  |
|------------------------------------|------------------------|--|--------------------------|-------------------------|---|
| Comacel (Ocergs)                   | 1920                   | Agricultores                                     | Arroio do Tigre          | 1.120                   | Fumo, feijão e soja, mercado convencional.  |
| Cotrimaio (Ocergs)                 | 1968                   | Agricultores de pequenas cooperativas liquidadas | Três de Maio.            | 11.700                  | Soja, milho, trigo, leite, mercado convencional, próprio e para exportação  |
| Piá (Ocergs)                       | 1967                   | Parceria com o governo da Alemanha.              | Nova Petrópolis          | 15.000                  | Laticínios, doces de frutas, leite e rações para o mercado próprio e convencional.  |
| Cooafan (Ocergs)                   | 1999                   | Emater/Furg                                      | São José do Norte        | 96                      | Cebola, feijão, mercado convencional.   |
| Cooperac (Unicafes)                | 2003                   | FetraF-Sul                                       | Constantina              | 28                      | Semi-industrializados, processados (embutidos), mercado convencional regional, feiras esporádicas.  |
| Cootap (Coceargs)                  | 1995                   | MST / Coceargs                                   | Eldorado do Sul          | 1.226                   | Arroz orgânico, hortaliças, peixes, frutas, leite, mercado institucional e convencional.  |
| Coopar (Unicafes)                  | 1992                   | Capa   | São Lourenço do Sul      | 2.700                   | Batata inglesa, feijão, leite e derivados, mercado convencional, industrial do leite e institucional.   |
| Ecovale (Ecovida)                  | 2000                   | Capa   | Santa Cruz do Sul        | 53                      | Produtos orgânicos, mel, erva-mate, feijão, hortaliças, semi-industrializados, mercado institucional, convencional, feiras e loja própria.                      |
| Pé na Terra (Ecovida)              | 1989                   | Particular                                       | Novo Hamburgo            | 20                      | Iogurte natural, pães, biscoitos integrais, mercado institucional, feiras e lojas de produtos naturais da região Metropolitana de Porto Alegre e Caxias do Sul. |
| Sul Ecológica (Ocergs)             | 2001                   | Capa   | Pelotas                  | 253                     | Produtos orgânicos semi-industrializados, hortaliças, feijão, batata, frutas, mercado institucional, feiras e loja própria.                                     |

Fonte: Cooperativismo agrícola: esfera pública, participação e sustentabilidade.

Elaboração: Nilson Binda, PGDR/UFRGS (2013).

A descrição do campo empírico deste estudo referente ao cooperativismo agrícola se insere no contexto da AF. As informações têm por base ao ano civil de 2011. Em cada cooperativa agrícola foi realizada uma entrevista com um dirigente; sendo que em uma cooperativa (Cotrimaio) participaram dois dirigentes no momento da entrevista. Nas entrevistas com as famílias houve um número variado de associados participantes, totalizando 37. Em dezesseis entrevistas participaram somente um membro familiar, em treze, participou o casal de agricultores, em oito, participaram mais de dois membros familiares, no máximo quatro (dois casos), totalizando sessenta e quatro membros familiares, entre eles, apenas cinco jovens. Em cada cooperativa foi realizada uma entrevista com um agente externo, entretanto,



numa cooperativa (na Ecovale) participaram dois agentes externos no momento da entrevista. A tabela a seguir detalha esses dados.

**Tabela 8 – Cooperativas agrícolas selecionadas e número de entrevistas**

| Cooperativa       | Entrevistas com Dirigentes | Entrevistas com Associados | Entrevistas com Agentes Externos |
|-------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------------|
| Comacel           | 01                         | 02                         | 01                               |
| Cooafan           | 01                         | 03                         | 01                               |
| Coopar            | 01                         | 05                         | 01                               |
| Cooperac          | 01                         | 03                         | 01                               |
| Cootap            | 01                         | 02                         | 01                               |
| Cotrimaio         | 01                         | 04                         | 01                               |
| Ecovale           | 01                         | 05                         | 01                               |
| Sítio Pé na Terra | 01                         | 01                         | 01                               |
| Piá               | 01                         | 04                         | 01                               |
| Sul Ecológica     | 01                         | 08                         | 01                               |
| <b>Total</b>      | <b>10</b>                  | <b>37</b>                  | <b>10</b>                        |

Fonte: Cooperativismo agrícola: esfera pública, participação e sustentabilidade.  
Elaboração: Nilson Binda, PGDR/UFRGS (2013).

As entrevistas realizadas com os informantes qualificados foram em número de oito, assim distribuídas: uma, com dirigente de cooperativa de profissionais autônomos que presta assessoria às cooperativas, duas, com dirigentes de cooperativas de crédito rural atuantes no contexto da AF, três, com dirigentes de Entidades-redes estaduais de cooperativas e duas, com profissionais independentes com experiências acumuladas do trabalho realizado em prol do cooperativismo agrícola. A distribuição delas foi conforme a tabela a seguir.

**Tabela 9 – Entrevistas com Informantes Qualificados e suas entidades**

| n. | Entidade                               | Quantidade |
|----|--|------------|
| 01 | Cooperativa de Profissionais Autônomos | 01         |
| 02 | Cooperativa de Crédito Rural           | 02         |
| 03 | Entidades-rede de Cooperativas         | 03         |
| 04 | Profissionais Independentes            | 02         |
|    | <b>Total</b>                           | <b>08</b>  |

Fonte: Cooperativismo agrícola: esfera pública, participação e sustentabilidade.  
Elaboração: Nilson Binda, PGDR/UFRGS (2013).

Além dos associados, dirigentes, agentes externos das cooperativas agrícolas selecionadas e dos IQ, *experts* em cooperativismo, também foram entrevistados quatro jovens agricultores atuantes em três Entidades-rede de cooperativas do estado RS. Esses jovens compõem o universo da pesquisa devido à sua mínima presença registrada nas entrevistas realizadas com as famílias de associados e devido à relevância do tema da sucessão nas propriedades dos agricultores familiares. Foram entrevistados: um jovem da Coceargs; uma

jovem da Ocergs e dois jovens da Unicafes/RS. Esses jovens manifestaram a variabilidade da participação dos JAF nas propriedades rurais, nas cooperativas agrícolas e noutros espaços públicos na sociedade civil, bem como na esfera pública política.

A seguir, descrevem-se as estruturas organizacionais das cooperativas agrícolas estudadas em suas formas de participação. Depois, arrolam-se alguns impulsos vitais das cooperativas de crédito rural e alguns dos enfeixes de ações coletivas das Entidades-redes do cooperativismo.

#### 4.1 A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DAS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS

A Lei 5.764, desde 1971, rege o ato cooperativo no Brasil. A Assembleia Geral dos associados é o órgão supremo da sociedade cooperativa, que deve ser administrada pela Diretoria ou Conselho de Administração, eleita em assembleia. Toda administração deve ser fiscalizada, assídua e minuciosamente, por um Conselho Fiscal, também escolhido em assembleia. As cooperativas agrícolas estudadas seguem essas determinações legais, apresentando outras formas participativas em pré-assembleias, grupos, núcleos, setores, etc. De modo informal, elas também abrem espaço para a participação de outras entidades constituídas no espaço rural, como Sindicatos, Associações, outras cooperativas, movimentos sociais, etc.

A estrutura organizacional de cada cooperativa investigada foi construída a partir das manifestações dos informantes entrevistados, bem como de documentação disponibilizada pelas cooperativas, como Estatutos, atas de constituição e de reuniões. A investigação buscou informações sobre a realização de pré-assembleias, organização de grupos, núcleos, setores, etc. nas dez cooperativas selecionadas, como consta nas subseções a seguir.

##### **4.1.1 Cooperativa Agrícola Mista Linha Cereja Ltda**

Em 11 de janeiro de 1920, um grupo de agricultores reuniu-se para encontrar um modo de receber e beneficiar seus produtos agrícolas. O encontro aconteceu na casa do agricultor Daniel Hister, na localidade Linha Cereja, interior do município de Arroio do Tigre. O resultado da reunião foi criar uma cooperativa. Em vinte de Março daquele ano, eles constituíram a Cooperativa Mista Agrícola Linha Cereja (Comacel), tendo como primeiro

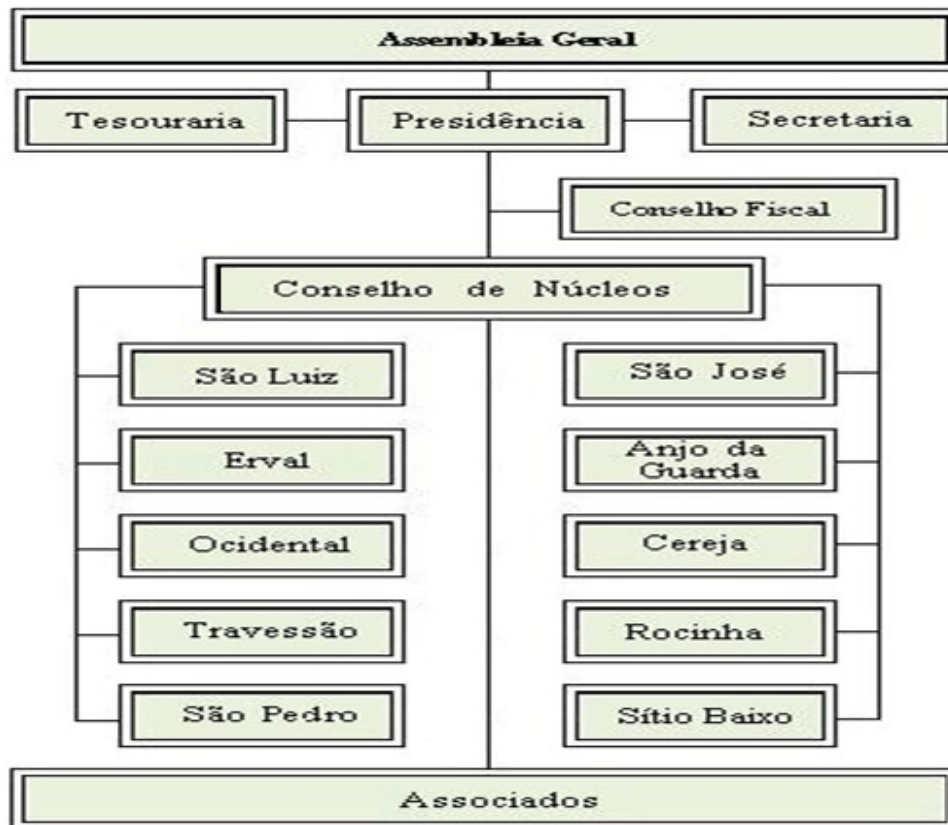
presidente Bernardo Hackenhaar, que permaneceu como presidente durante quarenta anos. A Comacel está entre as primeiras cooperativas agrícolas constituídas no estado RS. Sua área de abrangência corresponde aos municípios de Arroio do Tigre, Estrela Velha, Tunas, Salto do Jacuí, Sobradinho, Segredo, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Passa Sete e Soledade.

Inicialmente, a Comacel recebia fumo e banha dos agricultores. Por longo período, a cooperativa abastecia os produtores com dinheiro ou com outros produtos como café, açúcar e arroz. A partir da década de 1970, ela passou a operar também com feijão, soja e trigo. A modernização agrícola e as políticas de exportação fizeram os agricultores aumentar suas lavouras de grãos e a produtividade. A cooperativa ampliou seu mercado e, para melhor atendê-lo, adquiriu um terreno no meio urbano, construindo novos armazéns, que serviram de depósito para os grãos e para o beneficiamento do fumo. Na década de 1980, a demanda por fumo aumentou e a Comacel ampliou esse mercado, investindo nele de forma expoente até 1997.

O investimento em armazéns e no beneficiamento do fumo agregou valor aos produtos. Mais de dois terços da produção de seus associados permanecia no Rio Grande do Sul, a outra parte era ofertada para o mercado de outros estados, principalmente para o Rio de Janeiro. O feijão passou a ser o principal produto da Comacel ofertado para aquele estado. O prédio de beneficiamento e empacotamento de feijão foi remodelado, modernizado, proporcionando mais qualidade ao produto. Além de feijão, fumo e soja a cooperativa comercializa milho, arroz, ração, leite, trigo, aveia, ervilha e azevém; não necessariamente nessa ordem.

Compõe a estrutura organizacional da Comacel a assembleia geral, a Diretoria (presidência, secretaria e tesouraria) e o Conselho Fiscal. Além desses, ela descentralizou suas ações administrativas a partir de dez Núcleos Regionais, com seu próprio coordenador, formando o Conselho de Núcleos da cooperativa. Nos núcleos, são realizadas reuniões, nas quais é apresentada a prestação de contas e são escolhidos os delegados para participarem da assembleia geral anual. A seguir, apresentam-se a estrutura organizacional da Comacel e seus respectivos Núcleos Regionais.

Figura 3 – Estrutura Organizacional da Comacel



Fonte: Cooperativismo agrícola: esfera pública, participação e sustentabilidade.  
 Elaboração: Nilson Binda, PGDR/UFRGS (2013).

A Comacel sempre teve participação relevante na economia regional, contribuindo para manutenção do homem no campo e em atividade agrícola. Conforme dados da SEFAZ/RS (2012), no ano de 2005, 24,87% da arrecadação de impostos no município de Arroio do Tigre advinha da Comacel. Decorrente dos investimentos tecnológicos, a cooperativa fornecia sementes de feijão e de soja aos associados, prestando assistência técnica. Por meio de parcerias com empresas locais e regionais, a Comacel adquiria insumos agrícolas, repassando a preços menores aos associados. Seus produtos eram comercializados em 350 municípios do estado e em mais de cem municípios de outros estados brasileiros (COMACEL, 2011). Em 2011, seu quadro social era composto por mil e trinta associados, porém, em torno de trezentos estavam ativos.

Com a crise financeira iniciada em 2003 e com a renúncia do então presidente em 2006, a Comacel redefiniu suas prioridades, reestruturou a gestão administrativa na tentativa de reafirmar seu trabalho cooperativo na região Centro-Serra. Entretanto, imersa em situação

econômica insustentável do ponto de vista contábil, ela fez contrato de parceria com a cooperativa regional Cotriel, do município de Espumoso. Entrementes, essa parceria não conseguiu sustentar as atividades da Comacel. Inúmeros associados ofertaram seus produtos a outras cooperativas e armazéns particulares, enfraquecendo ainda mais a cooperativa. Em 2012, a Comacel abriu processo de liquidação voluntária, parte de suas estruturas físicas foi adquirida pela Cotriel e os agricultores passaram a operar os negócios com essa cooperativa.

#### **4.1.2 Cooperativa de Agricultores Familiares Nortenses Ltda**

A Coofan foi fruto de inúmeras reuniões e debates, envolvendo diversas esferas públicas do contexto da AF atuantes em São José do Norte. Durante as duas últimas décadas do século XX, o interior desse município foi palco de constituição de inúmeros grupos informais de agricultores e de associações de produtores de cebola formalizadas. Um dos principais objetivos dessas ações coletivas era melhorar as condições de vida dos agricultores Nortenses, por meio da produção e comercialização da produção agrícola, especialmente da cebola. Na segunda metade da década de 1990, esses grupos e as associações organizaram a Central de Comercialização de produtos agrícolas na cidade de São José do Norte, foi o embrião da cooperativa. Os produtos eram escoados pelos agricultores para essa Central e ofertados a comerciantes – atravessadores – donos de armazéns no entorno. Depois, os produtos eram transportados por caminhões, em travessia via barca, para a outra margem da Lagoa dos Patos, até a cidade de Rio Grande, dali eles abasteciam os mercados de outros centros urbanos. Os agricultores, percebendo que as associações não tinham respaldo jurídico para comercializar seus produtos, nem os insumos agrícolas de que necessitavam iniciaram, então, o processo de formalização de sua cooperativa agrícola.

Esse processo contou, especialmente, com a assessoria técnica de apoiadores, profissionais do escritório municipal da Emater e da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Esses apoiadores atuaram no processo de constituição da cooperativa, bem como no seu desenvolvimento. Após os inúmeros debates entre os agricultores, por meio de reuniões prévias da comissão responsável pela elaboração do Estatuto Social, aos dezesseis dias do mês de dezembro de mil novecentos e noventa e nove foi constituída, nos termos da legislação vigente, a sociedade cooperativa denominada Cooperativa de Agricultores Familiares Nortenses Ltda. - Coofan. O ato de constituição ocorreu na presença de vinte e seis sócios fundadores, entre os quais duas mulheres signatárias, dois representantes da

FURG, membros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José do Norte, representantes da Prefeitura Municipal e da Emater. No mesmo ato foram aclamados os Diretores: Nilton de Moraes Wyse, presidente, Gilmar Furtado Gibbon, secretário, Joaquim Antônio Martins Lopes, tesoureiro. Também foram eleitos os membros do Conselho Fiscal e do Conselho Administrativo.

A sede da Cooperativa ficou estabelecida, em regime de comodato, no interior do pavilhão da Prefeitura Municipal, espaço compartilhado entre alguns serviços públicos do município e depósito de maquinários. O prédio pertencia à empresa Produtos Gaúcho S/A (PROGASA), liquidada, cujas dívidas foram assumidas pelo governo do estado RS e os imóveis repassados ao município de São José do Norte. A seguir, alguns depoimentos de agricultores envolvidos no processo de constituição da Cooafan:

Nós tínhamos um grupo de agricultores de todo o interior do município e fundamos a cooperativa, eu sou um dos sócios fundadores, nós começamos com uma Central de Comercialização, depois, transformamos em cooperativa, através da Emater, que deu incentivo (homem, entrevista n. 14). Em 1999, o motivo da criação da cooperativa foi preparar e beneficiar a cebola para colocar no mercado, evitando os atravessadores, para angariar, agregar mais valor ao produto. As entidades de apoio foram a Emater e a Furg (homem, entrevista n. 10). A cooperativa está inserida num prédio da antiga PROGASA, que era dona do terreno, hoje é da Prefeitura. Ali, tem uma oficina mecânica colada e tem algumas restrições a investimentos para uma agroindústria, porque a área é inadequada, ela precisa sair dali, a Prefeitura propôs o antigo Horto, que depende da licença ambiental (homem, entrevista n. 13).

O objetivo principal da cooperativa é estimular a comercialização da produção agrícola, agregando mais valor aos produtos. Para isso, é fundamental a classificação, o beneficiamento, bem como o processamento industrial para ofertar diretamente ao mercado durante o ano todo, evitando as ações dos atravessadores e a sazonalidade. Em vista disso, a Cooafan, em 2005, em parceria com a FURG desenvolveu o projeto visando valorizar a produção da cebola, por meio da classificação, beneficiamento e industrialização, com elaboração de produtos processados como a cebola desidratada, conservas, pasta e purê. Todos esses produtos já foram pesquisados e analisados nos laboratórios de Engenharia de Alimentos da Furg, aptos para a produção e consumo humano. Entretanto, esse projeto em 2011, ainda estava em sua fase de implantação. A sua continuidade depende da liberação de área adequada para sua execução por esferas competentes da engenharia civil e ambiental.

O quadro social da Cooafan em 2011 era de noventa e três associados. Desde sua fundação, ela atua em parceria com a Prefeitura Municipal, Furg, Emater e Associações de Agricultores Familiares. A participação de seus administradores na esfera pública de debates e de deliberações por meio do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e no Fórum

Regional da AF contribui para sua sustentabilidade, abrindo perspectivas de novas ações. Ao participar nesses espaços públicos, a cooperativa encaminha seus projetos para análise e deliberação na perspectiva de sua posterior execução entre seus associados.

O Conselho Administrativo, embora conste nos Estatutos Sociais, na prática é inoperante. As ações estabelecidas com os associados por meio das Associações de Agricultores são informais. Essas, com inúmeros agricultores associados à cooperativa Coofan repassam as comunicações e decisões para os agricultores seus associados. Dessa maneira, torna-se especial a ligação das Associações com a cooperativa, e vice-versa, por isso aparece pontilhada na figura abaixo:



Fonte: Cooperativismo agrícola: esfera pública, participação e sustentabilidade.  
Elaboração: Nilson Binda, PGDR/UFRGS (2013).

As ações da Coofan estão, desde sua constituição, estreitamente vinculadas às Associações dos Agricultores Familiares constituídas no interior do município. Em 2011, eram quatorze associações e mais de quatrocentos agricultores associados. A vinculação dessas Associações manifesta a participação especial dos associados na administração da cooperativa. Conforme relato do dirigente, a maior parte das informações e das deliberações da Coofan é transmitida para os seus associados através das Associações de agricultores que se reúnem no interior do município. Entrementes, também a maior parte das demandas e das ofertas dos agricultores chega até a Cooperativa através das lideranças dessas Associações, que ordinariamente se reúnem com seus associados no interior do município. Tais atitudes

contribuem significativamente na forma especial de estruturação organizacional da Coofan, que não possui grupos de agricultores, nem realiza pré-assembleias regionais.

#### **4.1.3 Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul Ltda**

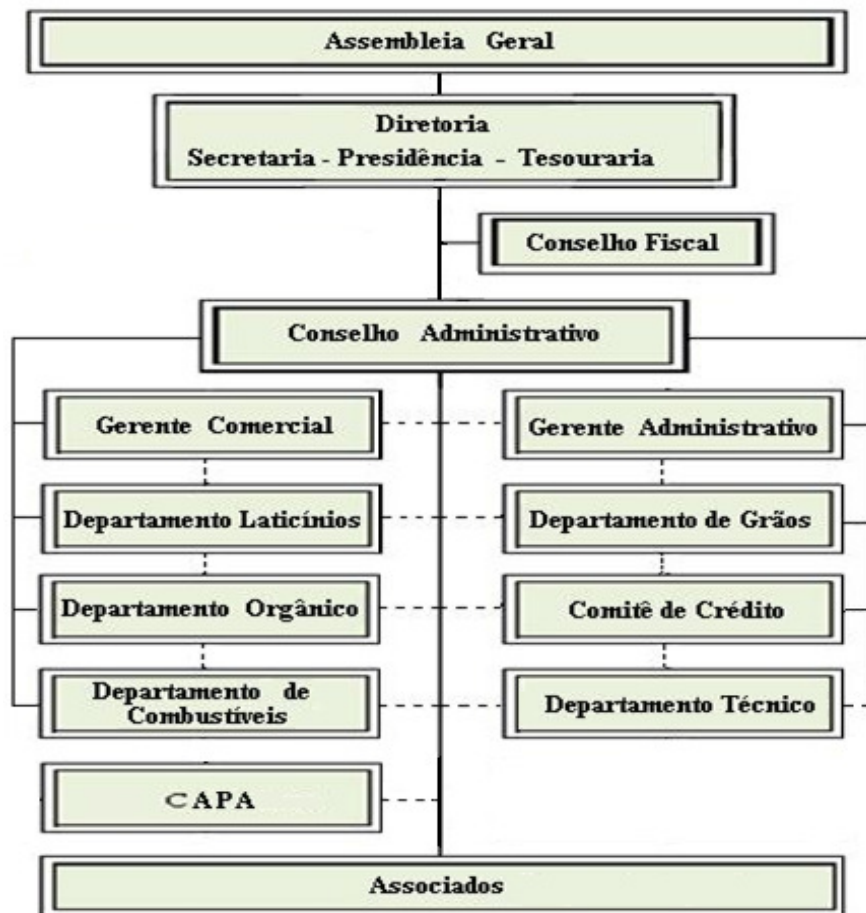
Em conformidade com as Leis vigentes, a sociedade cooperativa Coopar foi constituída em maio de 1992. Ela é resultado de longo trabalho do Capa (ver nota 27) e de inúmeros debates para a elaboração do projeto de Estatuto Social e para definição do local de sua sede social, que por estratégia não deveria estar no perímetro urbano. A sede ficou estabelecida no Sexto Distrito, na comunidade Boa Vista, o interior do município de São Lourenço do Sul, distante 29 km da sede municipal e 200 km de Porto Alegre. A sua área de abrangência envolve nove municípios da mesorregião Sudeste. Em 2011 o quadro social era de dois mil e setecentos e quatro associados. Um grupo de jovens agricultores em ações conjunta com o Capa, ONG vinculada à IECLB idealizou seu ato de constituição. Conforme o Estatuto Social, a Coopar tem os seguintes objetivos:

Promover a mais ampla defesa dos interesses econômicos dos seus associados, buscando classificar, padronizar, beneficiar e comercializar seus produtos agropecuários, fornecer insumos para a produção, ferramentas, implementos e bens de consumo, incrementar novas atividades econômicas, preocupar-se com a industrialização dos produtos agropecuários, prestar assistência e orientação técnica na direção de uma agricultura sustentável dentro dos princípios da Agroecologia, e fornecer aprimoramento técnico aos seus associados, além de apoio na área da educação e saúde (COOPAR, 1992).

O objetivo estatutário de incrementar novas atividades econômicas, prestando assistência e orientação técnica na direção da agricultura sustentável, segue os princípios da Agroecologia e estimulou a formalização do Departamento Orgânico e a construção do Quiosque Orgânico para a comercialização dos produtos orgânicos. Entretanto, o foco da Coopar encontra-se centrado em atividades agropecuárias diversificadas em conformidade com a agricultura convencional, promovendo a mais ampla defesa dos interesses dos agricultores familiares associados. Para isso, ao longo dos anos, ela se estruturou em departamentos e comitês, envolvendo seus diretores e colaboradores na execução das funções administrativas. A Coopar não realiza pré-assembleias e tampouco é composta por grupos de agricultores. A estrutura organizacional e administrativa da Coopar pode ser visualizada melhor conforme a figura a seguir.



Figura 5 - Estrutura Organizacional da Coopar



Fonte: Cooperativismo agrícola: esfera pública, participação e sustentabilidade.  
Elaboração: Nilson Binda, PGDR/UFRGS (2013).

A figura permite observar a interligação pontilhada existente entre os departamentos, os responsáveis técnicos, os diretores e os colaboradores da cooperativa. Isso traduz a familiaridade manifestada pelos entrevistados na sua relação com a cooperativa, permanecendo o Capa mais afastado da diretoria e próximo aos agricultores.

#### 4.1.4 Cooperativa dos Grupos de Agroindústrias dos Agricultores Familiares de Constantina e Região Ltda

Durante a década de 1980, período de intensa mobilidade social no Brasil, do espaço rural para os centros urbano houve significativo deslocamento de agricultores do interior do município de Constantina e da região para as grandes cidades, bem como para os acampamentos de Sem Terra e para Assentamentos da RA organizados pelo MST. Inúmeros

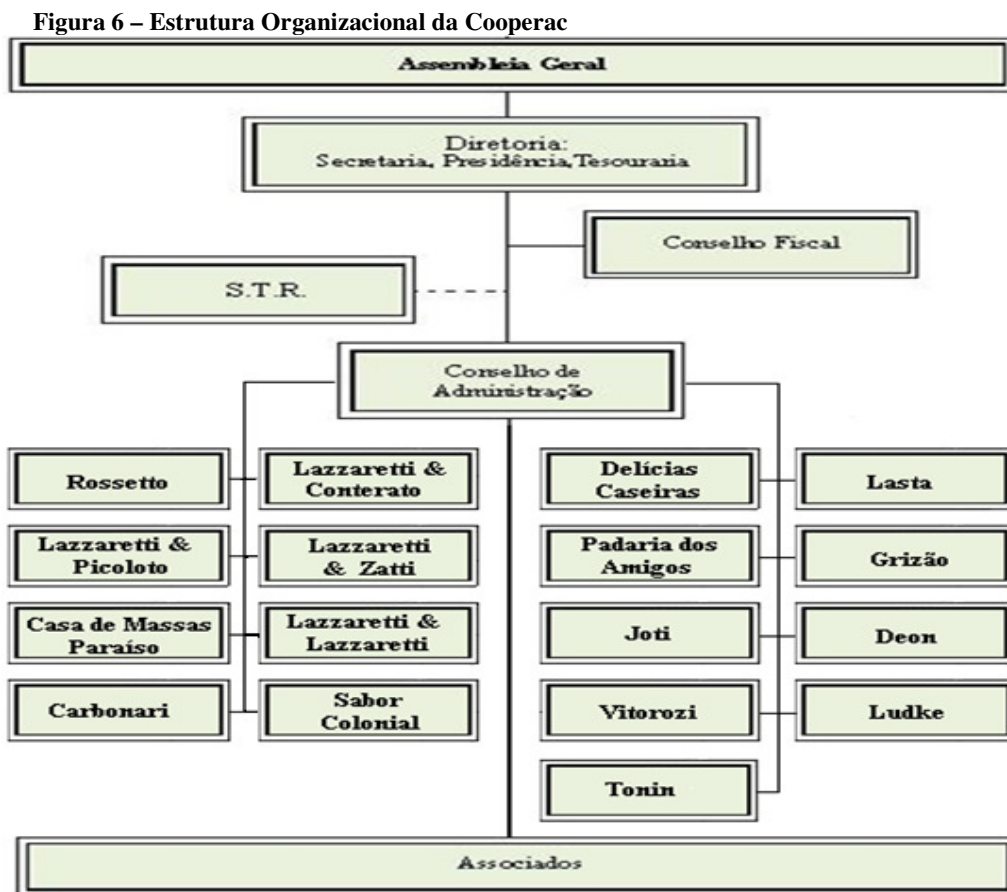
agricultores remanescentes, motivados pela CPT, PT e pela precariedade de bens e serviços em que viviam, decidiram concorrer em chapas de oposição, assumindo as direções dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) da região. Nesse período, também se mobilizaram para criar algumas agroindústrias familiares e inúmeras associações na tentativa de ampliar o mercado da produção agrícola de suas propriedades.

Entretanto, as associações não tinham poder legal de comercialização. Então, no início da década 2000, com a administração popular do Partido dos Trabalhadores em Constantina, os agricultores debateram nos STRs, juntamente com a Secretaria de Agricultura, Emater a proposta de criar um instrumento jurídico que lhes possibilitasse ampliar a comercialização da produção de suas agroindústrias. Os agricultores decidiram livremente organizar a sociedade cooperativa com o objetivo de comercializar seus produtos. Aos vinte e nove dias do mês de janeiro de 2003, na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Constantina, RS, criaram a Cooperac. Dentre os vinte e seis agricultores sócio-fundadores, encontravam-se quatro mulheres signatárias, sendo que duas ocuparam cargos eletivos, uma a secretaria e outra como conselheira fiscal. A assembleia de fundação constituiu também o Conselho de Administração, composto pelo Presidente, Secretário, Tesoureiro e seus Suplentes. Para se associar à Cooperac, necessariamente, a família deveria participar da agroindústria.

O objetivo principal da criação da Cooperac foi o de promover a produção, a agroindustrialização e a comercialização dos produtos dos Grupos de Agricultores Familiares do município de Constantina e Região. No ato de fundação, onze agroindústrias familiares compunham a sociedade cooperativa; em 2011, eram dezessete. Os principais produtos dessas agroindústrias são os derivados da cana de açúcar e do leite, embutidos, frangos e sucos de frutas *in natura*. O principal mercado da Cooperac é o regional e a participação em grandes Feiras do Setor Agropecuário, como a Expointer, realizada anualmente no Parque de Exposição Assis Brasil, no município de Esteio, RS, Expodireto, no município de Não Me Toque e outras. A Cooperac ainda é responsável pelo recolhimento e entrega de cestas básicas destinadas às famílias de baixa renda do município de Constantina, por meio do Programa Fome Zero, pelo mercado institucional.

A participação da Cooperac nas reuniões do Território da Cidadania Médio Alto Uruguai, no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, etc. a inseriu no rol de debates de inúmeras questões referentes às condições de vida, preços e produtos dos agricultores familiares. Esses espaços públicos estimularam o debate dessas questões em situações de fala

no interior da cooperativa. Sua estrutura organizacional da Cooperac pode ser compreendida melhor na figura a seguir.



Fonte: Cooperativismo agrícola: esfera pública, participação e sustentabilidade.  
Elaboração: Nilson Binda, PGDR/UFRGS (2013).

A Cooperac foi criada para agenciar o mercado aos produtos das agroindústrias familiares e para aprimorar a qualidade desses produtos. Assim, o selo *Vita Colônia* estampa a qualidade de seus produtos, garantido a viabilidade econômica da atividade agroindustrial. Para tanto, os associados à cooperativa fizeram cursos de boas práticas na Emater, na Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense, Chapecó/SC (Apaco), na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões (URI) e no Centro de Formação de Nova Petrópolis (Cetanp). Os profissionais da Apaco orientaram a parte relacionada ao marketing e propaganda dos produtos da Cooperac, difundindo a marca Cooperac com o selo *Vita Colônia*. A Cooperac não realiza pré-assembleias nem possui grupos organizados, apesar

de constar em seu nome. Sua estrutura organizacional constituiu-se a partir das Agroindústrias Familiares estabelecidas na região de Constantina; da mesorregião rio-grandense Noroeste.

#### **4.1.5 Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre**

A Cootap foi criada em 1995, no Assentamento Integração Gaúcha, município de Eldorado do Sul, região Metropolitana de Porto Alegre. A Coceargs e o MST motivaram sua constituição nos moldes de uma CPA, isto é, com a coletivização dos meios de produção (terra, maquinaria...). Essa cooperativa tem abrangência regional, atuando em 21 Assentamentos da RA de 13 municípios do estado.<sup>(\*)</sup> Em 2011, o seu quadro social era de 1226 associados, dentre os quais quatrocentos e trinta e dois produziam arroz ecológico. Durante os primeiros dez anos, as receitas advinham da produção e comercialização de arroz convencional, como era cultivado na área antes da desapropriação, que ocorreu em 1991. No final dessa década, fatores como a estiagem prolongada e os preços baixos do arroz convencional geraram alto endividamento e a crise econômica se estabeleceu entre os assentados associados à cooperativa. Durante essa crise, inúmeros associados individualizaram-se, deixando o modo coletivo de produção agrícola. Entretanto, um grupo permaneceu atuante atuando de maneira coletiva.

A cooperativa reestruturou-se, mudando a matriz produtiva de convencional para a agroecológica. Ela introduziu, então, o cultivo do arroz orgânico, seguindo os princípios da Agroecologia, sem a utilização de agrotóxico no processo produtivo e nem no manejo do solo. A produção desse arroz foi alternativa ao processo de integração industrial e ao modelo tecnológico baseado nos pacotes agroquímicos, e estratégia para buscar a autonomia e a valorização da cultura e da sabedoria dos agricultores, recuperando e preservando o meio ambiente. A produção do arroz orgânico alastrou-se em outros Assentamentos da região Metropolitana; quanto aos assentados que haviam se individualizado, reintegraram-se à cooperativa, aderindo à produção orgânica. Nos assentamentos, todos os assentados produziam arroz convencional. Neles, a Cootap é a esfera articuladora de famílias assentadas, de associações e de outras cooperativas para industrialização e comercialização dos seus produtos. O mercado institucional governamental constitui o principal mercado hodierno. “A nossa função é a de articular a produção juntamente com a assistência técnica, junto ao agricultor, depois, comprar, vender e encaminhar a produção aos mercados... As famílias veem a cooperativa como meio de organizar sua produção e a comercialização” (homem,

entrevista n. 1). Essa comercialização refere-se tanto aos produtos da lavoura quanto aos insumos para a sua produção.

A estrutura organizacional da Cootap é simples. Composta a partir de grupos, visa à maior participação dos associados em todas as etapas de organização produtiva e administrativa. A cooperativa criou o Conselho de Administração a partir de Grupos Gestores do arroz orgânico, do leite, do peixe, da horta orgânica e das ervas medicinais. Nesses GGs, ocorrem as reuniões periódicas, geralmente mensais, articuladas pelo Conselho de Administração; nelas são repassadas informações, orientações técnicas e organizacionais. Para apresentar as demandas, fazer a prestação de contas e planejar as atividades produtivas, sobre a colheita e a comercialização dos produtos, bem como para debater outros assuntos internos ou externos de interesse da cooperativa e de seus associados, os representantes dos GGs se reúnem com o Conselho de Administração mensalmente; para tanto, mobilizam os coordenadores dos grupos, os quais se reúnem previamente com os associados nos grupos de produção.

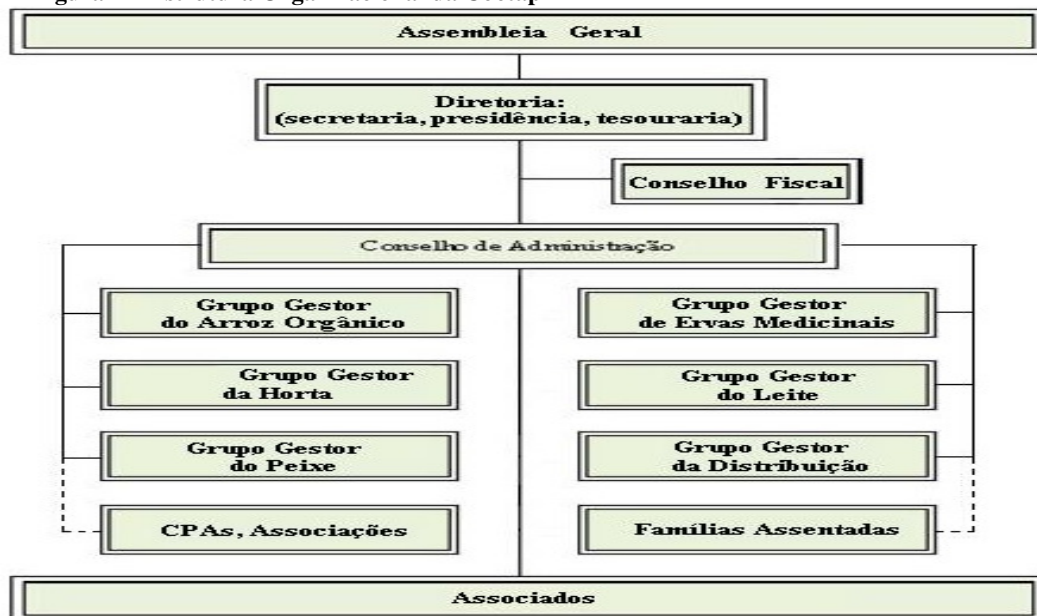
A cooperativa conta com assessoria de técnicos que prestam assistência técnica na organização da produção e na coletividade. Entretanto, a decisão de adesão à produção agroecológica é familiar. “A última instância decisória de adesão ao processo de produção orgânica é da família. A elas são apresentadas as vantagens da produção de base agroecológica, que, por si só, estimulam à participação” (homem, entrevista n. 62).

Como destacou um dos coordenadores da cooperativa, “os ônus e os bônus das atividades recaem nas famílias, em suas unidades de produção”. O comércio com o mercado institucional do Programa Nacional de Aquisição da Merenda Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) fortaleceu a organização coletiva da cooperativa, bem como o processo produtivo orgânico. Desde 2007, a Cootap possui certificado de Produção Agrícola Orgânica, concedido pelo Instituto de Mercado Ecológico (IMO) no Brasil.<sup>38</sup> A Coceargs é responsável pela manutenção contínua da conformidade, tornando-se o Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade (OPAC). A Cootap se tornou referência nacional e internacional de organização e de produção do arroz orgânico pré-germinado. Abaixo, sua forma organizacional de administração.

---

<sup>38</sup> Institut Für Marktökologie (IMO), Weinfelden, Suíça, Entidade da Comunidade Econômica Europeia para inspeção e controle do modo de produção biológico e identificação de produtos agrícolas (IMO, 2012). Em 2006 o Brasil possuía 21 entidades certificadoras de produtos orgânicos (SCHULTZ, 2006, p. 84).

Figura 7 – Estrutura Organizacional da Cootap



Fonte: Cooperativismo agrícola: esfera pública, participação e sustentabilidade.  
Elaboração: Nilson Binda, PGDR/UFRGS (2013).

#### 4.1.6 Cooperativa Agropecuária Alto Uruguai Ltda

A Cooperativa Agropecuária Alto Uruguai Ltda (Cotrimaio) foi fundada em 1968 a partir da iniciativa de vinte e cinco agricultores sócio-fundadores, no município de Três de Maio, distante 490 km da capital Porto Alegre. No ano de 2001 foi criada a Cooperativa Central Agroindustrial Noroeste Ltda. (Coceagro), na qual a Cotrimaio filiou-se, objetivando desenvolver projetos comuns de industrialização, a fim de agregar valor aos seus produtos processados e estimular o desenvolvimento econômico de seus associados na região Noroeste do estado. Quanto às questões administrativas, no ano de 2002, a Cotrimaio iniciou processo de avaliação dos seus recursos humanos, por meio da gestão de pessoas e de debates de assuntos a ela relacionados. Investiu, então, na Gestão por Negócios, traçando metas, com foco no desenvolvimento das pessoas, pela própria gestão, e foco na organização como um todo e em suas atividades específicas.

A Cotrimaio realiza serviços de recebimento, armazenamento, beneficiamento, comercialização e industrialização de produtos agropecuários. Seu quadro social era constituído, em 2011, por onze mil e setecentos associados. Ela possui quatorze supermercados, vinte e duas agropecuárias, seis postos de combustíveis e uma empresa de comércio e transporte de combustíveis e uma Unidade de Beneficiamento de Sementes

(UBS). A sua área de atuação está dividida em três microrregiões: de Três de Maio (composta pelos municípios de Três de Maio, Doutor Maurício Cardoso, Horizontina, São Caetano, Independência, Trindade do Sul, Crissiumal, Bom Progresso, Humaitá, Sede Nova, Boa Vista do Buricá, São José do Inhacorá, Alegria); de Cruz Alta (composta pelos municípios de Boa Vista do Cadeado, Boa Vista do Incra, Três Capões, Fortaleza dos Valos, Pejuçara e Cruz Alta) e de Palmeiras das Missões (composta pelo município de Palmeira das Missões), abrangendo 20 municípios.

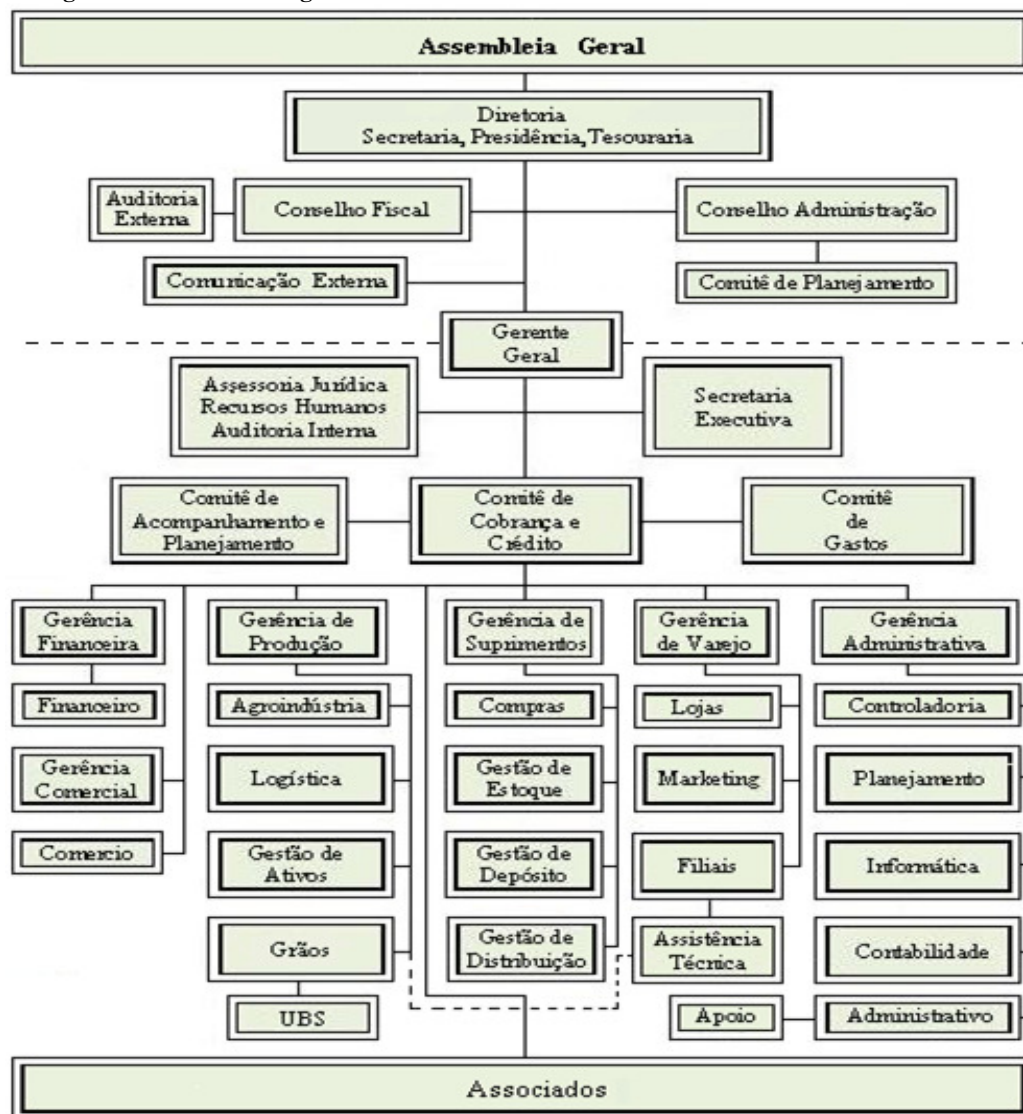
A Cotrimaio, por meio de visitas técnicas de seus colaboradores, identifica problemas e as demandas de seus associados. Assim, personaliza funções na estrutura e no modelo de gestão, com objetivo de obter maior fidelidade, visto a oferta de outros mercados. Nesse sentido, desenvolve o processo de capacitação da cooperativa. A Cotrimaio promove cursos de formação para os seus associados, para os representantes dos 67 Núcleos e para os colaboradores, de forma que todos possam contribuir no desenvolvimento da cooperativa. Suas ações formativas também informam ao público em geral, particularmente às mulheres, aos jovens e aos líderes de opinião sobre temas relacionados à natureza e sobre as vantagens da cooperação, por meio de programas de rádio e das visitas técnicas aos associados (COTRIMAIO, 2012). A comunicação é essencial para o trabalho cooperativo da Cotrimaio. Essa manifestação traduz o significado dos investimentos da cooperativa na área da formação profissional de seus colaboradores, a fim de se comunicarem com objetividade, segurança e lucidez com os clientes, associados e comunidade.

Uma das ações marcantes da história da Cotrimaio está na trajetória do Programa de Produção Orgânica (PPO). No ano 1998, a cooperativa completou trinta anos e promoveu o Fórum Regional de Desenvolvimento Integrado. Um membro diretor de uma cooperativa produtora de leite da França estava presente no evento e interpelou a Cotrimaio para fornecer soja não transgênica a sua cooperativa. Mesmo sem o domínio técnico, no ano de 1999, com a participação do governo do estado, a Cotrimaio começou a executar o PPO, a partir da produção de soja orgânica, com mercado garantido e sobrepreço ao produto, o que levou rápida adesão de inúmeros associados. Entretanto, a exigência do Mercado Europeu de rastreabilidade ao produto, aliada ao baixo domínio técnico-produtivo e à falta de mão de obra qualificada e de estrutura adequada dificultou a garantia do fornecimento do produto orgânico “limpo”, sem contaminação por Organismos Geneticamente Modificados (OGM). Entretanto, os testes amostrais aplicados acusavam a presença de soja não orgânica além do limite permitido. A soja era, então, comercializada a preço menor, como convencional. Isso,

rapidamente desestimulou os agricultores e o cultivo da soja transgênica se alastrou em toda região, mesmo nas propriedades daqueles agricultores resistentes, determinando o fim do programa.

A estrutura organizacional da Cotrimaio é complexa, tendo a gerência geral ao centro, ela divide as ações estratégicas das executivas. Ela pode ser compreendida melhor a partir de a figura a seguir:

Figura 8 – Estrutura Organizacional da Cotrimaio



Fonte: Krug, 2008.

Elaboração: Nilson Binda, PGDR/UFRGS (2013).



Conforme Kreutz e Schmidt (2003), em campo de disputas o PPO teve inúmeras críticas, porque foi montado em torno da monocultura da soja, com fins de exportação, sem trabalhar questões fundamentais como a organização política dos agricultores, a distribuição de terras ou de renda ou as dificuldades de acesso ao crédito. A característica singular do programa, ainda que centrado na soja orgânica, consistia ampliar a dimensão econômica por meio do mercado externo. Isso fez com que vários setores ligados aos movimentos sociais não percebessem a possibilidade do programa ser viável à AF. Entrementes, foi inevitável o reconhecimento dos limites do PPO da cooperativa Cotrimaio em meio aos múltiplos fatores colaboradores da complexa realidade em que foi tornando-se o espaço rural.

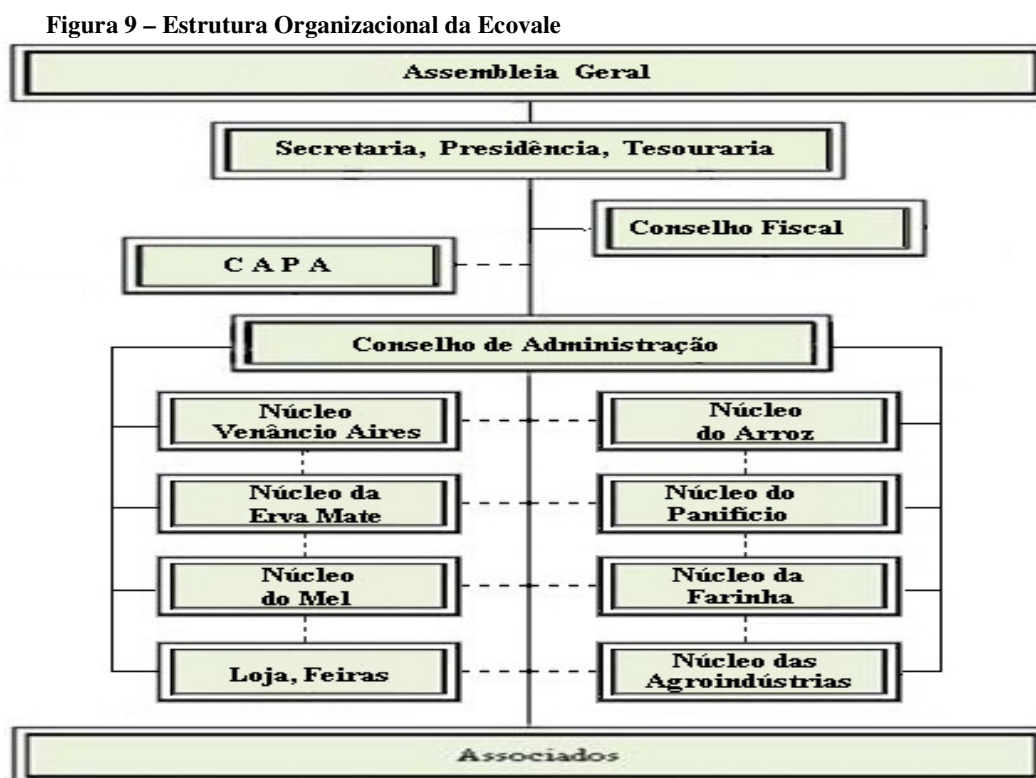
Ao final do PPO, a Cotrimaio continuou a investir no mercado externo, atuando como *holding* administradora do Complexo Portuário Termasa e Tergrasa, terminais de logística à exportação de grãos localizados no Porto de Rio Grande (CCGL, 2012). Entretanto, a crise econômica Europeia de 2008 derrubou os preços das commodities agrícolas e provocou a alta do dólar, do endividamento relativo a operações de pré-pagamentos de exportações e dos custos dos insumos, amargando prejuízos à Cotrimaio. Para honrar os contratos firmados antes da crise, a Cotrimaio alienou parte de seu capital passivo, percebendo o encolhimento do seu patrimônio ativo. Para enfrentar a falta de capital de giro e o passivo financeiro, ela decidiu captar empréstimos a juros menores do Programa de Capitalização das Cooperativas Agropecuárias (Procap-Agro), do BNDS. A partir dessa situação, a cooperativa centrou sua administração na reestruturação, investindo na Gestão Cooperativa participativa, na formação e qualificação de jovens e de mulheres a fim de elevar a produção do setor leiteiro, por meio do Departamento da Agricultura Familiar (DAF).

O DAF foi criado para consolidar projetos alicerçados para a sustentabilidade econômica, alimentar e ambiental. A sustentabilidade econômica das propriedades se dá por meio do desenvolvimento tecnológico e profissionalização dos produtores. A sustentabilidade alimentar se dá na produção dos próprios alimentos na propriedade, de maneira diversificada e com acompanhamento técnico. Isso demanda a circulação (troca) de sementes e de mudas entre os produtores, para isso foi providenciado o Banco de Sementes. A sustentabilidade ambiental busca, por sua vez, o equilíbrio entre a preservação da natureza e a produção de alimentos, com o desenvolvimento de ações sobre a interação homem-natureza, o aproveitamento dos resíduos orgânicos e a proteção das nascentes, cursos d'água, encostas, etc. Por meio do DAF, a Cotrimaio visa diversificar a produção agrícola de seus associados, ampliando a produção de leite, adequando-se às exigências do mercado institucional, com a

possibilidade de comercializar os produtos dos associados no PAA, PNAE, para Hospitais Públicos, Presídios, Exército, etc.

#### 4.1.7 Cooperativa Regional de Agricultores Familiares Ecológicos

A Cooperativa Regional de Agricultores Familiares Ecológicos (Ecovale) tem sua sede na cidade de Santa Cruz do Sul, a 155 km de distância da capital Porto Alegre. Ela atua em quatro municípios (Santa Cruz do Sul, Candelária, Venâncio Aires e Vale do Sol) da mesorregião Centro-Oriental rio-grandense. Vinte agricultores familiares fundaram-na aos doze dias de agosto de 2000. Entre os signatários da ata de fundação encontram-se três mulheres, uma assumiu a função de tesoureira, duas como conselheiras suplentes. “Com esforço, desde o início, nós incentivamos a participação das mulheres, do casal e dos jovens. Inclusive, consta nos estatutos que jovens podem se associar a partir dos dezesseis anos de idade” (homem, entrevista n. 20). Sua estrutura organizacional pode ser compreendida a partir do esquema na figura que segue:



Fonte: Cooperativismo agrícola: esfera pública, participação e sustentabilidade.  
Elaboração: Nilson Binda, PGDR/UFRGS (2013).

O Capa (ver nota 2727) foi quem apoiou a fundação da Ecovale, por meio de profissionais com experiência em Agroecologia, para difundir a produção orgânica, bem como a organização social e política dos agricultores em associações e cooperativas. A Ecovale trabalha em conjunto com o Capa, administrando os grupos de base, a loja de produtos orgânicos, a Feira Ecológica de venda direta ao consumidor. Os principais produtos orgânicos ofertados pela Ecovale são: arroz, feijão, açúcar mascavo, erva-mate, farinha de milho orgânica, gergelim, bolachas, mel, o preparado biodinâmico supermagro<sup>39</sup>. A cooperativa também oferta alimentos para compor a merenda escolar pelo PNAE, para outras cooperativas e organizações vinculadas à Rede Ecovida de Agroecologia<sup>40</sup>, bem como para Lojas de Produtos Naturais e Ecológicos do estado RS. Nesse trabalho conjunto, o ponto fundamental da Ecovale para a manutenção da vida e construção da autonomia consiste no respeito à diversidade: biológica, cultural, étnica e religiosa. As equipes técnicas, formadas por profissionais das áreas da agricultura, saúde, administração e comunicação prestam assessoria na organização social e política, na formação e na produção econômica das famílias associadas.

O Capa compõe um dos programas apoiados pela Fundação Luterana de Diaconia (FLD), organização financiadora de projetos e programas sociais em todo o Brasil, atendendo quatro áreas prioritárias: geração de trabalho e renda, educação popular, agricultura familiar e ecológica e saúde comunitária. O apoio financeiro do Capa vem do Serviço Evangélico de Desenvolvimento (*Evangelischer Entwicklungsdienst* – EED), com sede em Bonn (Alemanha), organização que visa ao desenvolvimento autossustentável integral, o que proporciona vida digna a todas as pessoas (CAPA, 2012). “Desde o início o Capa se preocupa com a pequena propriedade descapitalizada, com a organização e a união dos pequenos agricultores e com a divulgação de uma agricultura alternativa” (IDE, 2008, p. 38), ao modelo agrícola convencional.

---

<sup>39</sup> O Supermagro é um biofertilizante obtido a partir da fermentação anaeróbica de esterco fresco, preferencialmente de gado leiteiro. Foi elaborado por Delvino Magro, friticultor e Técnico Agrícola do município de Ipê, RS. É a formulação mais difundida, na qual são misturados ingredientes orgânicos e minerais (EMBRAPA, 2006).

<sup>40</sup> A Rede Ecovida de Agroecologia foi lançada, oficialmente, no dia 28 de abril de 1999, em Florianópolis – SC, em sessão na Assembleia Legislativa. Ela é resultado de trabalho realizado por organizações que assumiram papel de denúncia dos impactos ambientais negativos advindos do modelo da Revolução Verde. Sua constituição foi guiada pela discussão em torno da necessidade de criação de um marco regulatório para a certificação dos produtos orgânicos no Brasil (SCHULTZ, 2006). Atuando nos três estados da região Sul do Brasil, a Rede Ecovida está organizada em 25 Núcleos, mantendo ativos 2.014 cadastros de produtores agroecológicos, os mesmos são submetidos ao MAPA para auditoria e certificação da produção orgânica. A própria Ecovida é auditada para dar continuidade às certificações. Em conformidade com a legislação específica de produtos orgânicos, as unidades produtivas são cadastradas no Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica (Sisorg), podendo utilizar o selo do Sisorg nos produtos (ECOVIDA, 2013).

#### 4.1.8 Cooperativa Sítio Pé na Terra

A Cooperativa Sítio Pé na Terra foi fundada em 1989, na localidade Lomba Grande, interior do município de Novo Hamburgo. O advogado Wilson Newton Alano, que adquiriu a área de terra exaurida de cinquenta e dois hectares, motivou sua fundação, a fim de investir na forma de organização coletiva de produção agrícola baseada na agricultura biodinâmica e na comercialização de produtos orgânicos. Dessa forma, desde sua fundação a cooperativa investe na agricultura orgânica, sem utilizar agroquímicos no processo produtivo e no manejo dos produtos. Inicialmente, a cooperativa investiu na produção de hortaliças orgânicas. Aos poucos, o número de associados cresceu sem ter aumentado o mercado para seus produtos na mesma proporção. Os problemas econômicos da cooperativa alastraram-se para outras áreas, também na esfera íntima, fato que levou alguns associados a se individualizarem, diminuindo o número de associados. Um grupo de associados, porém, percebeu na crise a oportunidade de reestruturar a cooperativa. Mantendo seus princípios originais, bem como a matriz produtiva orgânica. Esse grupo decidiu ampliar a produção em diversos cultivos (hortaliças, leite, iogurtes, frutas...) e investir, recentemente, no turismo rural, construindo trilhas, restaurante pedagógico com produtos orgânicos. Houve a ampliação do mercado de produtos orgânicos em feiras, lojas de produtos orgânicos e no mercado institucional do PNAE, na medida em que o Sítio Pé na Terra fez parceria com outras cooperativas.

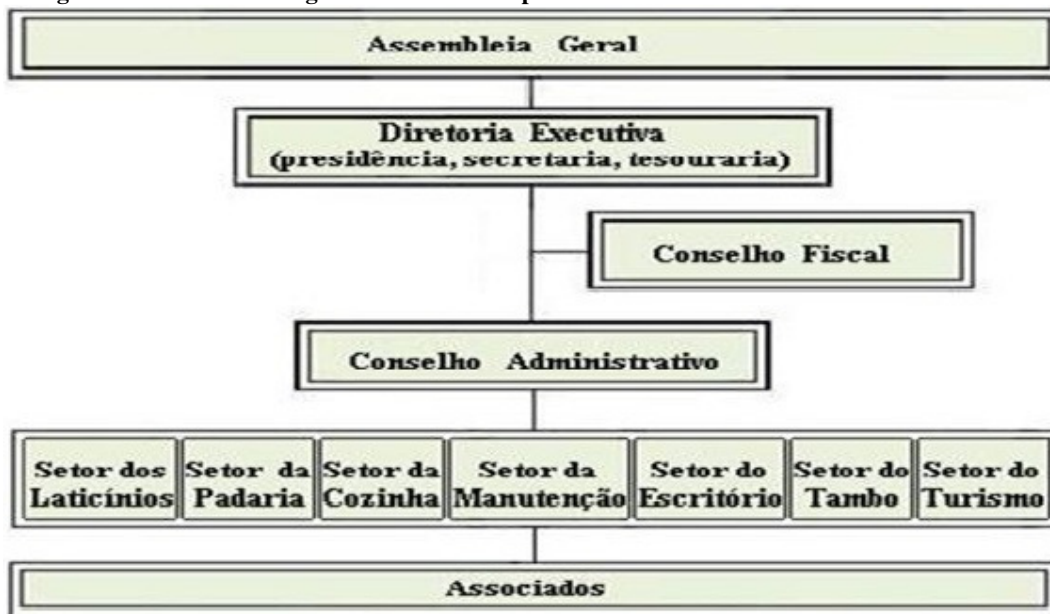
A Cooperativa Sítio Pé na Terra estruturou sua gestão administrativa de forma simples e participativa. Ela mantém a forma estrutural legal, conforme a legislação vigente, entretanto, sua administração ocorre a partir do Conselho Administrativo e de sete setores de trabalho organizados de forma autônoma: laticínios, padaria, cozinha, manutenção, escritório, tambo e turismo. Esses setores participam diretamente na administração da cooperativa. Cada setor é responsável por determinadas atividades produtivas e administrativas da cooperativa. Ordinariamente ocorrem reuniões nos setores, nas quais todos os membros participam e aí se resolvem os problemas específicos de cada setor, contando com a presença do Conselho Administrativo.

Para resolver problemas gerais ou decidir sobre algum investimento de maior proporção, todos os associados são convocados para a assembleia geral. Os encaminhamentos são feitos a partir das decisões dessa assembleia geral, ordinária ou extraordinária. Os associados contribuem com sugestões, ideias, etc. sua participação não permanece somente no nível do voto ou legitimando apenas o que os outros sugerem. Entretanto, ressalta-se que os

assuntos antes de serem pautados na assembleia são debatidos nos setores. “A gente tem as reuniões com os setores e depois tem a assembleia em que são chamados todos os setores e associados para participarem” (mulher, entrevista n. 4), afirmou a coordenadora do Conselho Administrativo da cooperativa. O número reduzido de associados, vinte, em 2011, proporcionou a administração sob a forma de democracia direta, de contato frequente com todos os associados no nível de participação mais aprofundado. Nesse nível, são absorvidos e debatidos inclusive temas e problemas além das ações ordinárias do trabalho realizadas nos setores produtivos, como alguns relacionados à esfera íntima ou de relações entre vizinhos.

Sua estrutura organizacional pode ser apresentada conforme a figura a seguir:

**Figura 10 – Estrutura Organizacional da Cooperativa Sítio Pé na Terra**



Fonte: Cooperativismo agrícola: esfera pública, participação e sustentabilidade.  
Elaboração: Nilson Binda, PGDR/UFRGS (2013).

Problemas do mundo da vida dos associados, da esfera íntima não são descartados, às vezes também são debatidos. Isso ocorre devido ao fato de os associados residirem e trabalharem no espaço físico da cooperativa. Nesse ambiente, todos estão abertos às discussões, participando ativamente dos debates, procurando soluções aos problemas. Entretanto, as deliberações e os encaminhamentos não são feitos sem prévio debate nos setores e, se necessário, em assembleia, juntamente com o Conselho Administrativo. Todos os associados têm a oportunidade de se manifestar e de participar livremente das decisões tomadas conjuntamente.

Quanto à comercialização, a cooperativa abastece mais de sessenta lojas, casas de produtos naturais alternativos, e participa de feiras ecológicas e do mercado institucional, PNAE, na região Metropolitana. Para esse mercado, a cooperativa oferece produtos saudáveis de base ecológica para compor a merenda escolar de escolas municipais. Com relação às questões ambientais, a cooperativa reconhece a necessidade de investimentos constantes, a fim de garantir sua filosofia de vida e produzir, comercializar, respeitando a natureza, devolvendo a ela os resíduos de forma limpa e natural, após passar por processo de decantação e reciclagem. A Cooperativa Sítio Pé na Terra implantou coletivamente o projeto agroecológico sustentável, de produção e preservação do meio ambiente e busca reforço de esferas especializadas, como de universidades, para aprimorar suas ações comunicativas e participativas.

#### **4.1.9 Cooperativa Agropecuária Nova Petrópolis Ltda**

Distante 120 km de Porto Alegre, a Cooperativa Agropecuária Nova Petrópolis Ltda (Piá) foi constituída em outubro de 1967, após visita da equipe de técnicos da Alemanha à região do município de Nova Petrópolis. A integração com os alemães foi determinante para o desenvolvimento da cooperativa, especialmente na questão da inovação tecnológica.

Veio uma comitiva da Alemanha e observaram que aqui era cada um por si, a produção não tinha comercialização... Então, eles doaram equipamentos de laticínios e enviaram uma equipe de técnicos, instrutores e mecânicos para começar o trabalho aqui (homem, entrevista n. 42).

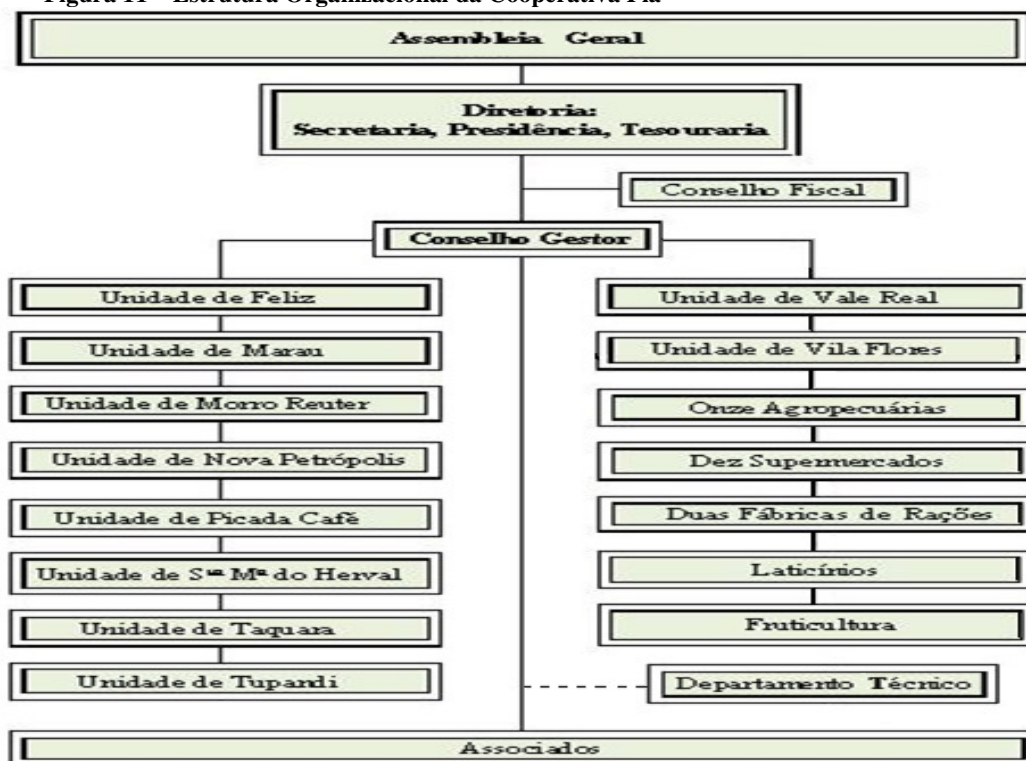
A cooperativa Piá está consolidada na economia de mercado do estado RS, possuindo, em 2011, quinze mil associados de oitenta e cinco municípios das mesorregiões Metropolitana, Nordeste e Noroeste. Ela está dividida em três grandes unidades: da indústria de alimentos, do agronegócio e de supermercados. A indústria de alimentos pasteuriza o leite e produz bebidas lácteas, ela também produz doces e sucos de frutas. Na unidade do agronegócio comercializa insumos agrícolas e presta assistência técnica nas onze agropecuárias. E, nos dez supermercados, a cooperativa vende os produtos dos associados, seus industrializados, além de produtos do comércio convencional.

Essa cooperativa se destaca pelos investimentos em inovação tecnológica para o aprimoramento da qualidade de seus produtos, além de investir no lançamento de novos produtos, a partir de estudos e pesquisas, mantendo no mercado produtos lácteos (iogurtes, bebidas lácteas), doces e sucos de frutas. Os investimentos em programas e metas de

qualidade proporcionou-lhe o certificado ISO 14001, que atesta o compromisso de desempenho ambiental, pois atende a todos os requisitos legais e normas específicas aplicáveis às suas atividades, serviços e produtos. Além disso, ela visa ao estabelecimento de metas e de objetivos para a prevenção da poluição, buscando minimizar sua emissão, a reciclagem dos resíduos sólidos e líquidos e o uso eficiente da energia.

Além do processo produtivo e comercial, a cooperativa Piá desenvolve dois projetos: um de responsabilidade social e outro de responsabilidade ambiental. O projeto de responsabilidade social Amigos do Coração desenvolve ações de visitas a orfanatos, a casas de repouso e hospitais, por meio da organização de campanhas para arrecadação de brinquedos e agasalhos, para sua distribuição em períodos especiais do ano. O projeto de responsabilidade ambiental Amigos do Verde desenvolve ações voluntárias de estímulo à preservação do meio ambiente, realizando a coleta do óleo comestível utilizado, destinando-o adequadamente e promove caminhadas ecológicas, incentivando a integração entre os colaboradores, a comunidade e o meio ambiente. Sua estrutura organizacional e o modo de constituição do conselho gestor podem ser compreendidos a partir da figura que segue.

Figura 11 – Estrutura Organizacional da Cooperativa Piá



Fonte: Cooperativismo agrícola: esfera pública, participação e sustentabilidade.  
Elaboração: Nilson Binda, PGDR/UFRGS (2013).

Constituiu-se esta estrutura organizacional a fim de priorizar as visitas da diretora às unidades locais. O Conselho Gestor constitui seu centro administrativo com a participação da diretoria e dos gerentes comerciais e administradores locais. As assembleias gerais são construídas a partir do processo participativo de reuniões preparatórias por meio de pré-assembleias regionais.

#### **4.1.10 Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda**

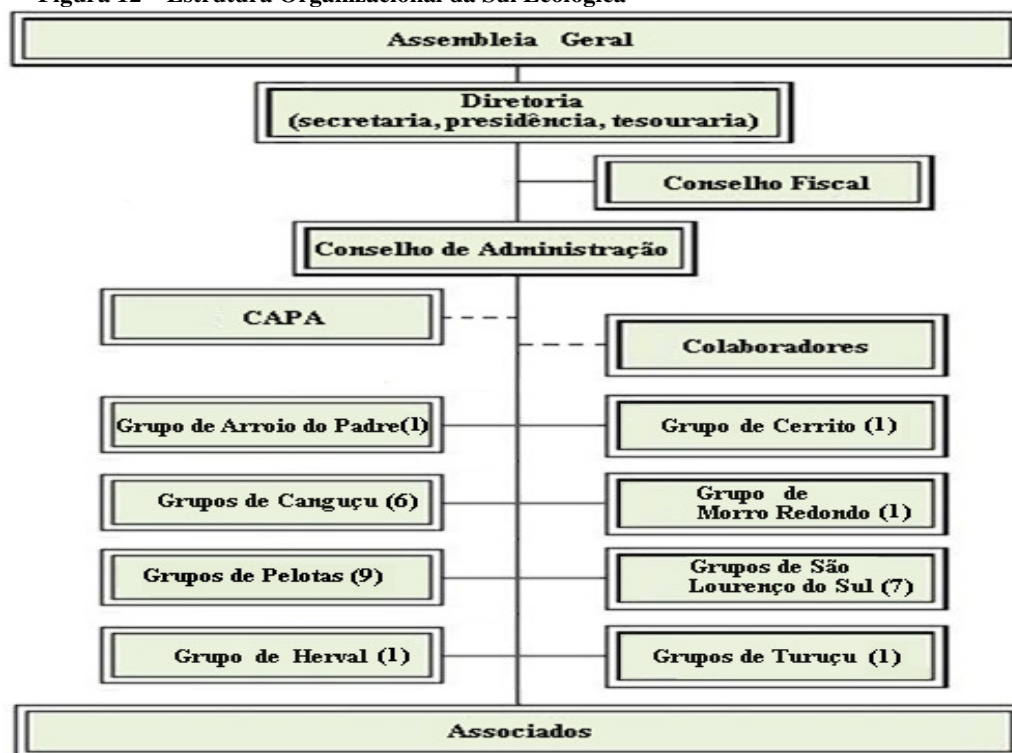
A Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda. (Sul Ecológica) foi constituída em 2001, entre os sócio-fundadores estavam cinco mulheres signatárias da Ata de Fundação. A Sul Ecológica é resultado do trabalho do Capa e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) junto aos pequenos agricultores durante as décadas de 1980 e 1990. A partir de sua sede em Pelotas, a cooperativa Sul Ecológica atua em mais sete municípios (Arroio do Padre, Canguçu, Cerrito, Herval, Morro Redondo, São Lourenço do Sul e Turuçu) da mesorregião Sudeste. Em 2011, ela possuía 253 associados, todos eles produtores orgânicos. A cooperativa nasceu a fim de agenciar mercado para os produtos orgânicos de seus associados.

Com seu lema “produzindo alimentos ecológicos, valorizando a vida”, a Cooperativa Sul Ecológica possui loja e feiras ecológicas de venda de produtos orgânicos em cadeias curtas, diretamente ao consumidor. Ela oferta produtos agroecológicos de toda região Sul do estado RS, tais como: frutas, hortaliças orgânicas, cereais e produtos da agroindústria familiar para compor a merenda escolar pelo PNAE.

Os associados encontram-se estatutariamente organizados em Grupos, de no mínimo cinco famílias. A Sul Ecológica atua dentro do Programa de Diversificação das áreas de cultivo de tabaco, executando projetos de apoio à produção de alimentos orgânicos e consolidando processos de reconversão produtiva, da produção do tabaco para a de alimentos orgânicos. Suas ações práticas contemplam a organização social da produção orgânica, por meio do Planejamento Estratégico Participativo (PEP) de produção de alimentos e da afirmação da AF no espaço rural. Como a cooperativa trabalha somente com produtos orgânicos, “a saída da produção de fumo diretamente para a produção de orgânicos, não é fácil, é um passo longo” (homem, entrevista n. 11). Entretanto, a assistência técnica desenvolve ações para a reconversão produtiva.



Figura 12 – Estrutura Organizacional da Sul Ecológica



Fonte: Cooperativismo agrícola: esfera pública, participação e sustentabilidade.

Elaboração: Nilson Binda, PGDR/UFRGS (2013).

Obs.: O número entre parênteses refere-se aos Grupos de Base de cada município.<sup>41</sup>

A Sul Ecológica integra a Rede Ecovida de Agroecologia, ao emitir de forma participativa o selo Produtor Orgânico para seus associados. Além disso, participa de espaços públicos de interlocução com as demais entidades da AF, como a Rede Vida à Granel, Fórum da AF, e governamentais, como o Território da Cidadania. Em conjunto com o Capa, executa projetos de capacitação junto aos agricultores familiares, assentados da RA e remanescentes de Quilombos. Em 2003, ela foi pioneira no estado RS em desenvolver atividades dentro do Programa Fome Zero, do Governo Federal. Seu principal mercado é o institucional, no qual oferta produtos orgânicos para compor a merenda escolar de municípios da região Sul do estado.

<sup>41</sup> Arroio do Padre (1); Cerrito (1); Canguçu (6): Doze de Julho, Remanso, Santa Inês, São Roque, Semeando Vida, Terra Viva; Herval (1); Morro Redondo (1); Pelotas (9): Cristal, Francesa, Gama, La Quintinie, Monte Bonito, Municipal, Prado Novo, Quevedos, Rincão do Andrade; São Lourenço do Sul (7): Boa Vista, Campos Quevedos, Coxilha Negra, Faxinal, Melões, Monjolo, Passo do Lourenço e Turuçu (1).

#### **4.1.11 Considerações sobre a estrutura organizacional das cooperativas agrícolas**

O relato dessas manifestações coletivas das cooperativas agrícolas investigadas revela a imbricação entre as inúmeras histórias particulares vividas pelos associados no seu mundo da vida e a história das cooperativas agrícolas. A participação dos agricultores nesses espaços traduz-se em ciclos de dedicação familiar de algumas gerações vivendo processos coletivos, de geração em geração e pode ser percebido em manifestações como esta: “meu avô era cooperativista, meu pai foi e agora sou cooperativista”. Isso revela a esperança de que os filhos e netos também o sejam, de modo que deem continuidade ao processo cooperativo. Outras formas de organizações cooperativas, como as de crédito rural e das Entidades-redes tornaram-se fundamentais na busca da sustentabilidade dos agricultores e das próprias cooperativas no espaço rural. Entretanto, foram as ações de inúmeros agentes de pastoral da igreja progressista, agentes dos movimentos sociais e agentes políticos, especialmente de partidos políticos de esquerda, que tornaram mais possível sua viabilidade econômica.

O cooperativismo agrícola vem confirmando sua relevância histórica, uma vez que contribui na manutenção socioeconômica do RS como expressão nacional do cooperativismo agrícola. Dos quase dois milhões de associados, trezentos e onze mil são do cooperativismo agrícola, o que corresponde a mais de quinze por cento. Além do mais, dos quase cinquenta mil empregos diretos gerados pelo cooperativismo gaúcho, vinte e sete mil trezentos e trinta estavam vinculados a alguma cooperativa agrícola no estado, em 2011. A partir disso, pode-se chegar à conclusão de que o cooperativismo agrícola do estado é relevante esfera de produção e de comercialização de produtos agrícolas. Entretanto, ela ainda está engendrando passos quanto aos investimentos em questões relacionadas ao meio ambiente, dentro dos caminhos do desenvolvimento sustentável. As cooperativas de crédito e as Entidades-rede de cooperativas têm sido parceiras para a condução de suas atividades cooperativas no espaço rural, como demonstram as duas seções seguintes.

#### **4.2 OS IMPULSOS VITAIS DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO RURAL**

O cooperativismo de crédito no Brasil tem mais de cem anos de história. A primeira cooperativa de crédito rural, a Caixa de Economias e Empréstimos, começou suas atividades em 1902, no município de Nova Petrópolis, RS. Até 1965, a regulamentação cooperativista

brasileira não sofreu inúmeras alterações. A partir desse ano, a Lei 4.595/64 atribuiu ao Banco Central do Brasil (BCB) a competência para supervisionar as cooperativas de crédito, e inúmeras delas sofreram liquidação. Com a edição da Lei nº 5.764/71, conhecida como Lei Cooperativa, houve mais estabilidade, pois as cooperativas passaram a contar com a proteção de código específico e completo da Política Nacional de Cooperativismo, marco regulatório disciplinar do segmento cooperativo (VENTURA, 2010). Esse marco foi confirmado pela CF de 1988, que regulamentou o setor cooperativo, favorecendo seu crescimento e autonomia.

Na década de 1990, com os programas governamentais para a AF, o cooperativismo de crédito obteve significativo avanço no Brasil. Entretanto, esse ramo cooperativo ainda não movimenta três por cento do volume financeiro nacional. É importante destacar que aproximadamente um terço das cooperativas de crédito foi constituído a partir dos anos 90.<sup>42</sup> O processo de estabilização da economia brasileira gerado pelo Plano Real, as mobilizações dos agricultores familiares e o aperfeiçoamento do marco legal favoreceram a ampliação do número de cooperativas de crédito rural. Entretanto, destaca-se também:

com a redução das taxas de inflação e a queda das receitas com *floating*, as instituições financeiras bancárias promoveram reestruturação de seu modelo de negócios, com redução do número de profissionais, otimizando a quantidade e a localização geográfica de seus pontos de atendimento. Assim, abriu-se espaço para o crescimento das cooperativas de crédito (VENTURA, 2010, p. 25).

A otimização do sistema bancário oficial e privado na redução de custos operacionais contribuiu para o crescimento do cooperativismo de crédito no espaço rural. Nesse espaço, as cooperativas de crédito rural executam operações financeiras e bancárias em carteiras de crédito próprias e com recursos oficiais do estado, disponibilizando-os para os agricultores familiares associados, bem como para cooperativas e outras entidades com atividades vinculadas à agricultura.

O cooperativismo de crédito encontra-se estruturado em três níveis: no primeiro, atuam as cooperativas singulares, prestando serviços diretamente aos seus associados, pessoas físicas e jurídicas; no segundo, atuam as cooperativas centrais, organizando em maior escala os serviços econômicos e assistenciais de interesse das cooperativas singulares filiadas, a fim de integrar e orientar suas atividades, bem como facilitar o uso recíproco dos serviços; e, no terceiro nível, atuam as confederações, que orientam e coordenam as atividades das cooperativas centrais.

---

<sup>42</sup> Em 1940, havia 239, em 1950, 320, em 1960, 469, em 1970, 377, em 1980, 430, em 1990, 806, em 2000, 1311 e em 2007, 1461. Fonte: [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br).

No Brasil, existem dois bancos controlados por cooperativas centrais de crédito, o Banco Cooperativo Sicredi SA (Bansicredi, instituído em 1995) e o Banco Cooperativo do Brasil SA (Bancoob, instituído em 1996). Esses dois bancos pertencem a dois distintos sistemas cooperativos de crédito: Sicredi e Sicoob. Também existem quatro confederações, denominadas: Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob, Confederação Nacional das Cooperativas Centrais Unicreds (Unicred do Brasil), Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi e Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária (Confesol), essa última constituída em 2008. As cooperativas agrícolas investigadas neste estudo operam com as cooperativas de crédito rural que estão associadas às duas últimas Confederações (VENTURA, 2010) e ao Sicredi.

O crescimento do cooperativismo de crédito entre os agricultores familiares foi investigado por Búrigo (2007). Sua investigação questionava se o cooperativismo de crédito se constitui agente de desenvolvimento local ou banco comercial de pequeno porte. Os agricultores familiares perceberam que não bastava permanecer limitados às cooperativas de produção e de comercialização. Nesse contexto, cresceu a esfera financeira e a disponibilidade de créditos para o setor agrícola. Surgem, então, os bancos cooperativos e as cooperativas de crédito rural, como ferramentas financeiras nas mãos dos agricultores. “As famílias precisavam de um banco cooperativo que pudessem negociar com os companheiros, compadres, com as pessoas que conhecem olho no olho. Foi assim que surgiram as cooperativas de crédito rural” (homem, entrevista n. 15). A partir de debates da relevância do alcance social e econômico no contexto da AF, o sistema Sicredi se fortalece, tornando-se banco cooperativo, sendo que duas cooperativas de crédito rural se formam: a Crehnor e a Cresol. A partir de inúmeras mobilizações articuladas pelos movimentos sociais e sindical rurais, ocorridas na década de 1990, elas foram constituídas, para autoconferirem instrumentos de desenvolvimento nas mãos dos agricultores e para contribuir na erradicação da pobreza no campo (MAGRI; CORREA, 2012). Mas, essa tarefa foi levada a termo numa complexa realidade social em que se tornou o espaço rural. Para tanto, discutem-se a seguir algumas manifestações relevantes de duas cooperativas de crédito rural: Crehnor e Cresol.

#### **4.2.1 Cooperativa de Crédito Rural Horizontes Novos**

A Crehnor foi criada em 24 de agosto de 1996, no município de Sarandi, na região Norte do estado RS. Ela foi idealizada por trinta e quatro agricultores do Assentamento Novo

Sarandi, no mesmo município. Sua fundação foi resultado das mobilizações dos movimentos sociais rurais, dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e de agentes religiosos da Pastoral Social e Popular das igrejas católica e luterana. O objetivo principal de sua fundação era incluir os assentados e agricultores familiares no sistema financeiro nacional, do qual estavam excluídos por não possuírem, entre outras coisas, garantias suficientes para acessar aos recursos financeiros oficiais, vivendo relativamente na invisibilidade social para os promotores de políticas públicas.

Nos Assentamentos nós tínhamos conquistado o Proceira, após vários anos de luta. Mas, os agricultores não tinham acesso ao crédito, por serem pequenos não ofereciam garantias aos bancos. Então, prá nós foi um desafio assumir, em 1996, a formação de uma cooperativa de crédito, tendo como objetivo incluir aqueles agricultores que não tinham acesso ao crédito e ser uma entidade facilitadora, intermediária para que os agricultores acessassem aos créditos. A sede inicial da Crehnor era no Assentamento, em 1997 começou seu funcionamento, articulando os assentados da reforma agrária e os pequenos agricultores (homem, entrevista n. 17).

A Crehnor assumiu a missão de promover a inclusão social dos agricultores associados, oferecendo a eles crédito e serviços bancários a custos menores dos praticados no mercado financeiro oficial público e privado. Ela também se comprometeu a fortalecer a organização dos trabalhadores, de modo a contribuir para o desenvolvimento econômico sustentável da região de atuação. Essa missão a faz ser aliada dos agricultores familiares e dos assentados da RA na dinamização das economias locais, viabilizando crédito para a os agricultores familiares. Em março de 1997, a Crehnor iniciou suas atividades, proporcionando o acesso dos agricultores aos recursos necessários para o desenvolvimento econômico de suas propriedades. Dessa forma, contribuiu no fortalecimento da organização social dos agricultores, na sua sustentabilidade econômica e na melhoria das condições de vida.

Em 2002, foi criado o Sistema Crehnor de Cooperativas de Crédito Rural. Com o lema “Quem coopera sempre alcança”, este sistema busca novos horizontes. Desde a formação, suas cooperativas desempenham o papel fundamental de facilitar aos associados o acesso aos recursos financeiros, sejam eles da carteira própria ou de fontes oficiais do Estado. A Crehnor, assim, tornou-se esfera pública de debates de assuntos relacionados à agricultura e de inclusão dos agricultores familiares no sistema financeiro nacional. A sua formalização possibilitou aos associados não somente o acesso aos créditos, mas também a participação de agricultores familiares e assentados da RA na sua administração, constituindo-se ferramenta creditícia nas mãos dos próprios agricultores. O primeiro presidente foi um agricultor sem-terra assentado da RA e todas as cooperativas Singulares do Sistema Crehnor têm agricultores familiares e/ou assentados da RA na sua presidência, bem como nos quadros de

colaboradores. A Cooperativa Crehnor Central possui cinco Cooperativas de Crédito Singulares e uma do Paraná em processo de filiação, além de cinquenta e três Postos de Atendimento Cooperativo (PAC). O Sistema atua em 310 municípios dos três estados da região Sul do Brasil, atendendo mais de trinta e oito mil associados. O Sistema Crehnor, além de viabilizar o acesso às linhas de crédito rural e a realização de transações financeiras aos agricultores, também disponibiliza créditos de Programas Habitacionais Rurais. Em 2003, ela se tornou Agente Financeiro junto ao BCB, para operar demandas dos programas de habitação.

Nossos associados tinham uma demanda, que era a questão da habitação. Como eles conseguiam financiar chiqueiros, estábulos, até creche para as matrizes se conseguia financiar, mas, os agricultores não conseguiam reformar sua casa. Não havia financiamento para eles, para o meio rural, para fazer uma casa ou reforma. E isso era uma demanda grande que tínhamos, nós e os movimentos sociais, nós fizemos, em 2002, uma articulação com o governo do estado e governo federal, um Projeto Piloto. Ele foi executado com recursos do PSH [Programa Social de Habitação], que não tinha para o meio rural. O Projeto Piloto foi para 2031 unidades habitacionais. Executamos em 109 municípios do estado. Foi um programa importantíssimo que deu certo, foi um sucesso. E, a partir daí, o governo federal transformou o PSH uma realidade para o meio rural também (homem, entrevista n. 17).

Além desses programas, as cooperativas singulares também desenvolvem projetos de capacitação e qualificação para os associados, potencializando a aplicação dos recursos conquistados pelos os agricultores associados (CREHNOR, 2013). A Crehnor é associada à Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito de Economia Solidária (Ancosol), à Confederação Nacional das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Confesol) e à União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes). No estado RS, além disso, ela é associada à Entidade-rede Ocergs de cooperativas.

#### **4.2.2 Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária**

Em 1993, agricultores familiares da região Oeste do estado de Santa Catarina (SC) criaram três Cooperativas de Crédito Rural (Credis). A situação de exclusão encontrada pelos agricultores em acessar aos créditos agrícolas oficiais e a inadequação do sistema financeiro nacional para a AF motivaram a criação dessas cooperativas de crédito rural. Em 1995, por meio da participação nos fundos rotativos dessas cooperativas de crédito, do apoio de ONG's, de Sindicato de Trabalhadores Rurais, de Movimentos Sociais e de inúmeros agricultores familiares da região, consolidou-se o Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol). Esse Sistema se constituiu de forma autogestionária para viabilizar o

acesso aos sistemas de microfinanças e para fomentar a produção agrícola, principalmente para aqueles agricultores que viviam excluídos do sistema financeiro nacional. Esse sistema tornou-se reconhecido como instrumento financeiro nas mãos dos próprios agricultores familiares, passando a disponibilizar inúmeros serviços bancários e de acesso aos créditos.

A Cresol oferece aos agricultores familiares, além do crédito para o desenvolvimento econômico da agricultura nas propriedades rurais, a possibilidade de inclusão social de seus associados. Essa inclusão faz-se, inicialmente, por meio da própria participação nas cooperativas, depois, no acesso aos créditos e na melhoria das condições de vida dos agricultores familiares, por meio do exercício da cidadania, participando nas lutas para conquistar seus direitos.

Em 1º de novembro de 2004, foi instituída a Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol Central), cuja sede se encontra no município de Chapecó, na região Oeste do estado de Santa Catarina. Em 2011, a Cresol-Central possui 61 Cooperativas Singulares filiadas, cento e dezoito Unidades de Atendimento Cooperativo (UACs) e oito Bases Regionais de Serviços, atuando em forma de rede integrada. A Cresol-Central possui ainda a equipe de colaboradores que dá suporte administrativo, financeiro e tecnológico às Bases Regionais de Serviços e às cooperativas Singulares. Ela também realiza contatos diretos com a esfera pública política, intermediando ações coletivas e proporcionando aos agricultores familiares facilidade no acesso aos créditos rural e habitacional. As Bases Regionais de serviços oferecem suporte administrativo e contábil às Singulares, constituindo-se no elo entre o agricultor familiar, os créditos e os serviços financeiros oferecidos. No ano de 2011, a Cresol contava com 1.100 colaboradores e diretores, atuando em mais de quatrocentos municípios dos estados do RS e SC, na região Sul do Brasil.

A Cresol-Central tem a missão de fortalecer e estimular a interação solidária entre os agricultores e cooperativas por meio do crédito orientado e da educação financeira com a construção do conhecimento, visando ao desenvolvimento local sustentável. Para tanto, oferece permanente qualificação ao quadro de colaboradores, e possui por princípios: a democracia, a articulação com os movimentos sociais populares, gestão pelos agricultores familiares, transparência, solidariedade e cooperação, sustentabilidade institucional, descentralização e honestidade. Ela possui gestão descentralizada, com o objetivo de promover a participação e potencializar a economia do setor produtivo primário, na busca pelo desenvolvimento local sustentável. Cada cooperativa possui um comitê de crédito organizado e o grupo de Agentes Comunitários de Desenvolvimento e Crédito visa ampliar o

controle social e a garantia de gestão transparente e eficaz no contexto da AF (CRESOL-CENTRAL, 2013). A Cresol é filiada à três Entidades-rede de cooperativas solidárias no nível nacional: à Ancosol, à Confesol e à Unicafe Nacional. Os próprios associados que atuam como agentes de crédito no Sistema Cresol no contexto da AF fazem a sua administração conforme os princípios da economia solidária.

**Tabela 10 – Dados das Cooperativas de crédito rural: Entidade-rede, ano de fundação, apoio na fundação, município-sede, número de associados e principais atividades**

| Cooperativa (Entidade Rede) | Ano de fundação | Apoio na fundação                  | Município-Sede            | Nº de associados            | Principais produtos e atividades   |
|-----------------------------|-----------------|------------------------------------|---------------------------|-----------------------------|--|
| Crehnor (Unicafe)           | 1996            | Movimentos Sociais, Sindical rural | Sarandi/RS                | 5 <sup>(*)</sup><br>38.000  | Crédito Rural, habitação rural, agricultores familiares (assentados, pescadores artesanais). |
| Cresol (Unicafe)            | 1996            | Movimento Sindical Rurais          | Chapecó/SC <sup>(*)</sup> | 61 <sup>(*)</sup><br>85.000 | Crédito Rural, agricultores familiares e reassentados atingidos por barragens.               |

Fonte: Cooperativismo agrícola: esfera pública, participação e sustentabilidade.

Elaboração: Nilson Binda, PGDR/UFRGS (2013). <sup>(\*)</sup> Atuando também no estado RS.

#### 4.3 OS ENFEIXES DE AÇÕES DAS ENTIDADES-REDE DE COOPERATIVAS

No Rio Grande do Sul, existem três Entidades-redes principais de cooperativas, que congregam as cooperativas agrícolas do estado: a Coceargs, a Ocergs e a Unicafe/RS. Cada qual está filiada a uma Entidade-rede ao nível nacional, tendo autonomia de organização das ações junto às suas filiadas. Além dessas, há outras Entidades-rede em formação, como a Rede Ecovida. É interessante mencionar que esta articula especialmente as cooperativas ecológicas que trabalham com produtores orgânicos.

##### 4.3.1 Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul

Desde a efetivação dos primeiros assentamentos de RA no Brasil, no início da década de 1980, a cooperativa compõe a proposta de desenvolvimento econômico e social dos agricultores assentados e dos dirigentes do MST. A série *Cadernos de Cooperação Agrícola* (CERIOLI; MARTINS, 1997), publicação da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda (Concrab), propunha o debate entre os assentados de como trabalhar a terra coletivamente, alimentando a esperança de que a transformação social era possível,



baseada em novos valores éticos e morais. A preocupação era de ordem econômica e o objetivo principal era disseminar a ideia de adotar formas coletivas de produção agrícolas, mostrando suas vantagens em meio às inúmeras dificuldades encontradas pelos optantes por trabalhar individualmente a terra. Dentre as formas coletivas de organizar a produção (associação, mutirões, grupos semicoletivos...), as CPAs tornaram-se referência modelares de organização da produção agrícola, bem como para sua comercialização (CAUME, 2006). Desse debate, inúmeras cooperativas foram constituídas nos Assentamentos de RA em todos os estados brasileiros, também no RS. Das inúmeras CPAs no estado, surgiu a necessidade da cooperativa Central. Neste contexto, no dia 24 de janeiro de 1991, em Porto Alegre, organizou-se a Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul (Coceargs). Conforme seu Estatuto Social, ela tem por objetivos:

[...] promover o homem do campo, através da união de Cooperativas de Produção Agropecuária, singulares, e associações de produtores assentados a ela federadas, nas seguintes finalidades: a) coordenar a compra e venda de insumos agrícolas, b) coordenar a compra e venda de produtos agropecuários, c) garantir um sistema de transporte para as atividades das federadas, d) realizar operações de repasse de crédito rural ou outros financiamentos, e) prestação de serviços relacionados com o desenvolvimento da agropecuária e bem estar dos associados, f) prestar assistência técnica na área contábil, financeira e comercial às federadas, g) contribuir para o desenvolvimento de pesquisa agrônômica na área das federadas, h) organizar unidades de produção agroindustrial e de beneficiamento de produtos de acordo com os interesses da produção das federadas, i) proporcionar diretamente e mediante participação com outras entidades de montepio, seguro e assistência social a seus associados cooperados do sistema e funcionários, j) representar as federadas perante os Órgãos e Entidades públicas e privadas, na defesa dos interesses dos associados, k) comércio varejista e atacadista de produtos das filiadas e de terceiros (COCEARGS, 1998).

A Coceargs possui vinte e quatro cooperativas filiadas (ver anexo B, página 267). Ela vincula mais de um terço das 13.618 famílias assentadas em Projetos de Assentamentos pelo Incra e pelo governo do estado, distribuídas em 91 municípios do RS. A Coceargs contribui no desenvolvimento econômico e social dessas famílias, por meio do estímulo à cooperação agrícola, ao autossustento, à produção diversificada e à difusão da agricultura orgânica com base nos princípios da Agroecologia.

Em maio de 2012, no Assentamento Integração Gaúcha, no município de Eldorado do Sul, em parceria com o MST, a Coceargs e os assentados envolvidos nas diferentes ações da produção orgânica constituíram o Sistema Participativo de Garantia de Qualidade Orgânica (SPG), habilitado a atuar em todos os Assentamentos do estado RS. A implantação do SPG em parceria com a Coceargs ocorreu via Comitês de Produção Agroecológica, para funcionamento dentro dos Assentamentos, sob a responsabilidade dos assentados da RA. Esse

funcionamento visa gerar a garantia da produção orgânica, além de fortalecer a participação dos associados. A programação do SPG ocorreu a partir da constituição da estrutura organizativa, a qual opera o Organismo de Controle Social (OCS) e o Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade (OPAC), com ações estratégicas planejadas. O objetivo é assegurar a conformidade orgânica dos produtos dos assentados envolvidos que se comprometeram a desenvolver, promover e apoiar as ações do SPG, a fim de garantir a qualidade orgânica dos produtos, dentro e fora dos Assentamentos. Vale ressaltar que eles contam com a participação dos técnicos da Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (Coptec),<sup>43</sup> de alguns consumidores e dos apoiadores da produção Agroecológica.

Em 2011, a Coceargs e mais seis cooperativas a ela filiadas foram certificadas pela Certificadora IMO Control do Brasil Ltda., conforme os procedimentos de controle determinados pelo regulamento e normas brasileiras de certificação orgânica. Na modalidade de verificação por SPG de qualidade orgânica, essas cooperativas desenvolvem atividades de produção, processamento e comercialização de produtos primários orgânicos de origem vegetal. Sobre a Coceargs, recaiu a responsabilidade de cumprir a realização do SPG, a fim de atestar a conformidade da produção orgânica e de seus produtos com as normas de certificação brasileiras estabelecidas pela Lei 10.831/2003; que dispõe sobre a cultura e comercialização dos produtos orgânicos e dá outras providências.

A Coceargs presta assistência técnica às cooperativas filiadas em parceria com a Coptec, cooperativa de prestação de serviços técnicos, visando à produção agropecuária e à comercialização dos produtos agrícolas convencionais e orgânicos. Ela promove a capacitação técnica dos agricultores assentados, sendo cooperativa de segundo grau e atua no sentido de garantir os direitos sociais dos agricultores associados e a melhoria da qualidade de vida no campo, apoiando as reivindicações dos movimentos sociais por educação, saúde, cultura, lazer, etc. para o espaço rural. Dessa forma, promove o desenvolvimento econômico e social aos associados, imputando qualidade orgânica à produção agrícola dos associados participantes do SPG.

O centro das ações administrativas da Coceargs está no Conselho de Administração, no qual participam os membros da Diretoria e os representantes das cooperativas filiadas. O Conselho se reúne regularmente para estabelecer estratégias de ação e avaliar as atividades da

---

<sup>43</sup> A Coptec, fundada em 1996, presta serviços técnicos em áreas da RA com propósitos voltados ao desenvolvimento sustentável dos assentamentos no estado RS, valendo-se de metodologias participativas na elaboração de diagnósticos, estudos e projetos técnicos (COPTec, 2011).

cooperativa, considerando as parcerias com os movimentos sociais e entidades governamentais e não governamentais com as quais atua nos Assentamentos.

#### **4.3.2 Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul**

A Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul (Ocergs) é a maior Entidade-rede de cooperativas e a que está há mais tempo constituída no estado.<sup>44</sup> Logo após a criação do OCB, em 1969, iniciou o processo de criação das organizações estaduais de cooperativas. Com isso, foi criada a Ocergs em Porto Alegre no ano de 1972. Durante anos, ela era a única entidade oficial das cooperativas no estado RS, tendo, em 2011, 550 cooperativas filiadas, atingindo quase dois milhões de associados (1.999.967) naquele ano. Ela está constituída a partir dos treze ramos de atividades constituídos pela OCB, atuando em inúmeras frentes de trabalho coletivo no estado.

O faturamento total das cooperativas gaúchas filiadas à Ocergs, em 2011, alcançou a cifra de R\$ 27 bilhões, gerando R\$ 1,3 bilhão de tributos ao Estado naquele ano. O cooperativismo do ramo agropecuário ocupava a primeira posição nesse ranking, representando 69,3% do faturamento do cooperativismo gaúcho. Nas cooperativas agrícolas, 82% dos associados são agricultores familiares, ou seja, essencialmente produtores de alimentos em pequenas propriedades rurais. “De acordo com o presidente do Sistema Ocergs-Sescoop/RS, cerca de 70% dos 272 mil associados a cooperativas agropecuárias possuem propriedades pequenas, de até 50 hectares” (SESCOOP/RS, 2012, p. 08).

Em parceria com o SESCOOP/RS, do Sistema “S”, a Ocergs promove a formação profissional de jovens e adolescentes filhos de associados a cooperativas. O Programa Aprendiz Cooperativo, por exemplo, proporciona às cooperativas condições para cumprir o que reza a Lei 10.097/2000, que exige a contratação em seu quadro de empregados entre 5% e 15% de jovens aprendizes. Esse programa tem por objetivo preparar os jovens para o mercado de trabalho, garantindo a formação técnico-profissional compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico. Para incentivar o cooperativismo, desde 2011, a Ocergs também contribui na manutenção da Faculdade de Tecnologia do Cooperativismo (Escoop), em Porto Alegre, reconhecida pelo Ministério da Educação para a qualificação profissional ao nível de graduação de jovens oriundos das cooperativas. Nessa parceria,

---

<sup>44</sup> A lista das cooperativas filiadas à Ocergs está disponível no site: <<http://www.ocergs.coop.br>>. Das outras duas Entidades-redes estão nos anexos A e B.

compartilham informações por meio de jornal de publicação mensal intitulado *O Interior*, veículo de comunicação das ações cooperativas da Ocergs no estado RS.

A publicação do jornal *O Interior* ocorre desde 1974. No início, ele circulava semanalmente em treze municípios da região Noroeste do estado, abordando assuntos relacionados às atividades agropecuárias. Desde o ano 2006, sua editoração é de responsabilidade do SESCOOP/RS, fazendo a ligação entre todos os ramos do cooperativismo gaúcho. É o espaço público onde as cooperativas filiadas à Ocergs divulgam seus projetos, eventos, novidades e atividades relevantes. O seu objetivo é informar os acontecimentos das cooperativas, mostrando as boas ações do sistema cooperativista gaúcho. Com tiragem de 12 mil exemplares, o jornal é destinado a todas as cooperativas registradas na Ocergs, Ministérios de Estado, Câmaras de Vereadores e de Deputados, Prefeituras Municipais, entidades de representação, universidades, bibliotecas, veículos de imprensa e assinantes (SESCOOP/RS, 2012).

Dentre as inúmeras ações da Ocergs encontra-se o estímulo ao desenvolvimento econômico de produção em escala e ao profissionalismo na administração das cooperativas, por meio da Gestão Corporativa. Essa gestão vem ocorrendo na Ocergs, especialmente por meio de consultoria de profissionais do Grupo de Cooperativa Rabobank, da Holanda, visando superar os entraves ao desenvolvimento existentes e ampliar o acesso aos créditos disponibilizados pelos bancos oficiais brasileiros de desenvolvimento.

Além dessas ações, nas esferas municipal, estadual e nacional, a Ocergs também subsidia a Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop), que, no Congresso Nacional, desde 1986, contribuiu na articulação de parlamentares nos debates públicos de questões relacionadas aos interesses dos cooperativistas de todos os ramos de atividades. É interessante frisar que, no estado do RS, a Ocergs investe na articulação de parlamentares municipais e estaduais na defesa dos interesses cooperativistas.

#### **4.3.3 União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Rio Grande do Sul**

A União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Rio Grande do Sul (Unicafes/RS), fruto do movimento sindical dos trabalhadores rurais, é a Entidade-rede mais recentemente constituída no estado. Ela tem como objetivo de articular as cooperativas da AF e de economia solidária no estado RS. Sua estratégia de ação consiste em

fazer projetos diversos para viabilizar social e economicamente as cooperativas da agricultura familiar no estado. Ela foi fundada no dia 27 de julho de 2006, em Porto Alegre, objetivando dar visibilidade e agilidade aos interesses de suas cooperativas associadas, bem como de seus associados, assim como fortalecer o cooperativismo no contexto da AF no estado. A Unicafes/RS congrega 73 cooperativas de agricultores familiares e de economia solidária (ver anexo A, página 265), atendendo mais de 127 mil associados.

Essa Entidade-rede congrega basicamente cooperativas agrícolas, de industrialização de leite, de crédito e de energia elétrica. Ela atua em cinco principais áreas: crédito rural, produção, comercialização, prestação de serviços e infraestrutura. Entre os diversos serviços ofertados, estão as assessorias para a comercialização, para a obtenção de crédito e a prestação de assistência técnica (FBES, 2013). A Unicafes/RS propõe junto às cooperativas associadas, estratégias para desenvolver programas de sustentabilidade e de combate à pobreza, fazendo diversas ações junto aos governos e sociedade a fim de viabilizar as ações das cooperativas da AF e de economia solidária. Ela busca fortalecer a cooperação, a intercooperação e a interação entre os diferentes ramos cooperativos, para impulsionar as atividades econômicas produtivas e a inclusão social dos agricultores familiares.

A Unicafes/RS, nos últimos anos centrou suas atividades, seus esforços dentro do Grupo de Trabalho do Cooperativismo do governo do estado. Nós apresentamos uma pauta de reivindicações vinculada aos temas da tributação, financiamento e endividamento... e também estamos constituindo uma estrutura de apoio ao planejamento, gestão e capacitação para os gestores das pequenas cooperativas (homem, entrevista n. 67).

Entre as diversas ações reivindicatórias e propositivas da Unicafes/RS, estão as demandas do cooperativismo rural da AF e de economia solidária, apresentadas ao governo do estado do RS como resultado do Grupo de Trabalho do Cooperativismo. Em atendimento a essas demandas, o governo criou o Programa Gaúcho do Cooperativismo Rural, pelo Decreto 47.956/2011, resultado do debate participativo firmado entre representantes da esfera governamental do estado e do cooperativismo gaúcho (SDR/RS, 2011).

A Unicafes/RS, desde 2006 representa as cooperativas e ela filiadas, assumindo o compromisso de fortalecer o cooperativismo de economia solidária no estado RS. Ela também tem por objetivo construir um novo modelo de cooperativismo, baseado no desenvolvimento social, econômico, político, cultural e ambiental, articulando os diversos ramos cooperativos. Sua principal missão é a construção do cooperativismo com base nas pessoas, na participação, na ética, na democracia, na solidariedade, no controle social, na pluralidade, na relação de

gênero equânime, de integração em rede, de intercooperação, na preservação do meio ambiente e sustentabilidade econômica e social (UNICAFES, 2013).

Desde a sua fundação, a Unicafes/RS é filiada à Unicafes Nacional e sua sede localiza-se no município de Erechim, na mesorregião Noroeste rio-grandense.

**Tabela 11 – Dados das Entidades-rede: Entidade-rede, ano de fundação, apoio na fundação, município-sede, número de cooperativas filiadas e principais atividades**

| Cooperativa (Entidade-rede) | Ano de fundação | Apoio na fundação        | Município-Sede  | Nº de cooperativas filiadas     | Principais atividades.   |
|-----------------------------|-----------------|--------------------------|-----------------|---------------------------------|--|
| Coceargs (Oceargs)          | 1991            | MST                      | Nova Santa Rita | 24<br>13.500 <sup>(*)</sup>     | Agencia Projetos, mercado, Assistência Técnica às cooperativas de assentados e aos movimentos sociais.   |
| Oceargs (OCB)               | 1972            | OCB                      | Porto Alegre    | 550<br>1.999.967 <sup>(*)</sup> | Capacitação, assessorias, Dias de Campo, às cooperativas filiadas e aos seus associados, cursos e intermediação com a esfera pública política. |
| Unicafes/RS (Unicafes)      | 2006            | Movimento Sindical Rural | Porto Alegre    | 73<br>127.000 <sup>(*)</sup>    | Assessoria, agenciamento de projetos, de mercados para os produtos de suas filiadas e intermediação com a esfera pública política.             |

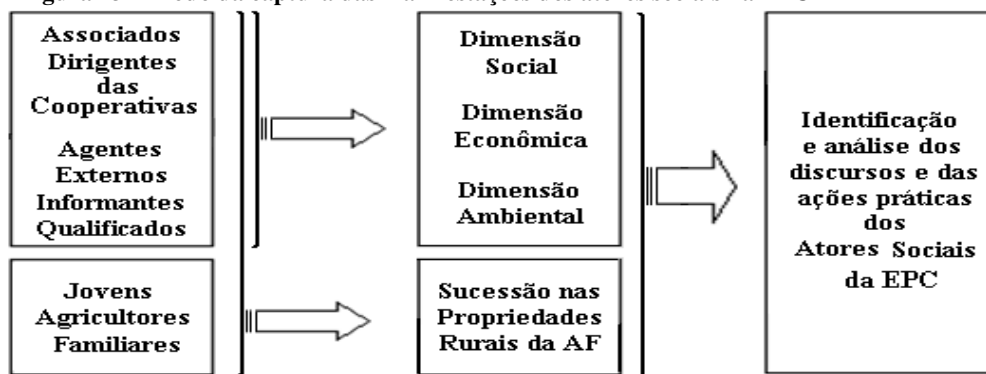
Fonte: Cooperativismo agrícola: esfera pública, participação e sustentabilidade. Elaboração: Nilson Binda, PGDR/UFRGS (2013). <sup>(\*)</sup> Número de associados.

Os dados da tabela acima revelam que cada Entidade-rede está filiada a uma Entidade-rede a nível nacional. A Oceargs há mais tempo constituída também apresenta o maior número de cooperativas filiadas, bem como maior abrangência no número de associados no estado. A variabilidade das principais atividades manifesta a autonomia de cada Entidade-rede na organização de ações negociadas cooperativamente com as cooperativas filiadas, bem como com as demais esferas públicas.

## 5 MANIFESTAÇÕES DOS ASSOCIADOS EM SITUAÇÕES DE FALA NA ESFERA PÚBLICA COOPERATIVA

As informações a seguir advêm das manifestações observadas em entrevistas realizadas com associados, dirigentes, agentes externos, informantes qualificados e jovens agricultores familiares, a fim de identificar e analisar os discursos e as ações práticas dos atores sociais da EPC. A descrição-analítica dessas manifestações na esfera pública cooperativa está dividida em duas partes. A primeira contém as manifestações relacionadas às ações práticas nas cooperativas agrícolas e nas propriedades rurais dos associados entrevistados, observadas nas dimensões social, econômica e ambiental. A segunda refere-se às manifestações dos entrevistados com relação aos jovens agricultores e à sucessão nas propriedades rurais. As entrevistas com os associados, dirigentes das cooperativas, agentes externos e IQ visaram à identificação das ações e a análise dos discursos e das práticas nas dimensões social, econômica e ambiental. Essas entrevistas somadas àquelas realizadas com os jovens agricultores familiares visaram obter dados com relação ao tema da sucessão nas propriedades rurais dos agricultores familiares. A figura abaixo sintetiza o modo como foram capturadas as manifestações no campo empírico.

**Figura 13 – Modo da captura das manifestações dos atores sociais na EPC**



Fonte: Cooperativismo agrícola: esfera pública, participação e sustentabilidade.  
Elaboração: Nilson Binda, PGDR/UFRGS (2013).

Convém mencionar que os jovens se manifestaram especialmente sobre a sucessão nas propriedades rurais no contexto da AF, enquanto que os outros entrevistados se manifestaram sobre todas as questões para a identificação e análise dos discursos e das ações práticas dos atores sociais atuantes na EPC.

## 5.1 MANIFESTAÇÕES EM RELAÇÃO ÀS AÇÕES NAS PROPRIEDADES RURAIS E NAS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS

Nessa primeira parte, de modo descritivo-analítico apresentam-se as manifestações dos entrevistados referentes às ações comunicativas nas cooperativas agrícolas bem como no mundo da vida dos agricultores. As descrições analíticas estão arroladas nas dimensões social, econômica e ambiental, a partir de variáveis, indicadores e subindicadores, conforme disposto no apêndice F, página 263.

### 5.1.1 As manifestações na dimensão social

As manifestações na dimensão social estão divididas em dois grupos distintos. O primeiro grupo condensa as ações a partir das diferentes estruturas organizacionais das cooperativas agrícolas divididas em cooperativas grandes e pequenas, nas quais observaram-se a organização de grupos, a organização complexa e organização simples. O segundo grupo condensa as ações dos agricultores associados em relação à participação, à escolaridade e à qualificação.

#### 5.1.1.1 *Estrutura organizacional das cooperativas*

As diferentes estruturas organizacionais das cooperativas agrícolas (item 4.1) denotam, de um lado, sua relativa autonomia de organização e, de outro lado, a influência do tamanho em termos de área de abrangência, número de associados, estrutura física, etc. As cooperativas pequenas têm estrutura organizacional simples, a partir de grupos de agricultores organizados que estimulam à participação direta dos associados no processo administrativo, cultivando relações primárias de proximidade. As cooperativas grandes têm as relações primárias enfraquecidas, necessitando de estratégias para estimular à participação os associados, como as pré-assembleias e os núcleos regionais. É importante destacar que tanto as cooperativas pequenas como as cooperativas grandes apresentaram evoluções no modo de estruturação para a prestação de serviços aos associados, como revelou esta fala.

A cooperativa no início tinha a função de ser uma ferramenta de comercialização, depois, passou a organizar os assentados, estruturando grupos de produção agrícola e de gestão de recursos. Aos poucos, a cooperativa passou também a gerenciar

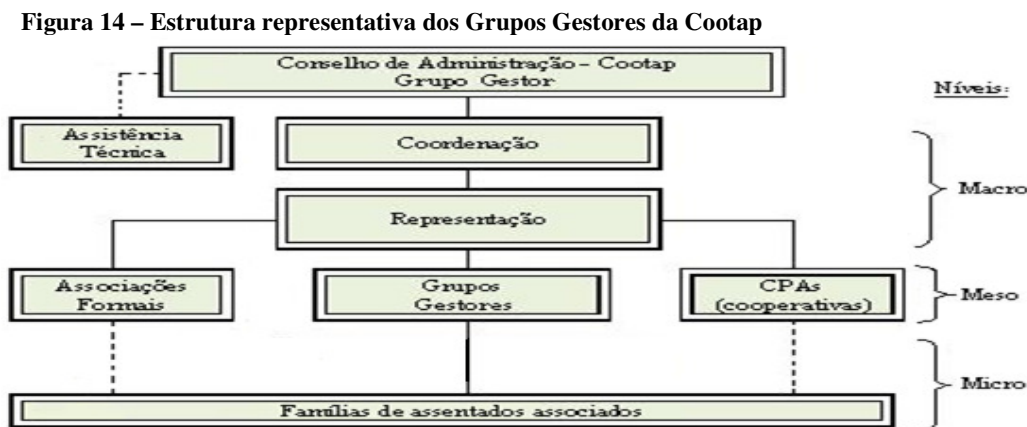


créditos. Recentemente, ela potencializa a produção de base Agroecológica (homem, entrevista n. 62).

Ao analisar as manifestações dos entrevistados, foram identificadas distintas estruturas organizacionais nas cooperativas agrícolas. Há, neste sentido, a organização por grupos, a organização complexa, das grandes cooperativas e a organização simples, das cooperativas pequenas, detalhadas a seguir.

Três cooperativas se estruturam a partir de grupos: Cootap, Ecovale e Sul Ecológica. A Cootap tem os Grupos Gestores (GGs) como base estrutural e administrativa. As famílias participam diretamente neles enquanto base social no nível micro, ao lado das associações e das CPAs, essas com participação indireta; sinalizada conforme a linha pontilhada na figura abaixo. Os GGs se situam no nível meso na estrutura organizacional e ao nível macro está o Conselho de Administração constituído por representantes dos GGs, das Associações e das CPAs. No Conselho, ocorre a programação da produção agrícola, bem como a tomada de decisões para os investimentos, a fim de alcançar as metas traçadas para cada ano-safra. Os três níveis dos Grupos Gestores – micro, meso e macro – são permanentemente acompanhados por técnicos. Dessa forma participativa, os GGs dinamizam as ações administrativas da Cootap, atuando em vinte e um Projetos de Assentamentos rurais de RA. Nos Assentamentos, a cooperativa organiza a produção orgânica e a comercialização dos produtos agrícolas, consciente de que “o processo produtivo só acontece eficazmente com o empenho e a participação de todos e de todas, em todas as etapas” (homem, entrevista n. 62).

A estrutura organizacional administrativa dos GGs da Cootap pode ser compreendida a partir da figura que segue:



Fonte: Cootap, pesquisa de campo, 2012.

Elaboração: Nilson Binda, PGDR/UFRGS (2013).

A Cootap está estruturada a partir da participação direta das famílias assentadas nos GGs e com a participação indireta das associações e CPAs estabelecidas nos Assentamentos. A assistência técnica se faz presente em todo o processo produtivo e administrativo da cooperativa, desde o nível micro, nas famílias, nos níveis meso e macro até chegar ao Conselho de Administração. No Conselho, os representantes dos GGs e da Diretoria debatem os assuntos relativos à administração e ao planejamento da produção, onde são deliberadas as decisões para as ações cooperativas.

As cooperativas Ecovale e Sul Ecológica estruturaram suas administrações a partir de grupos de agricultores e seus representantes constituem o Conselho Administrativo que se reúne regularmente de dois em dois meses, assim como os grupos, que se reúnem mensalmente, contando a assessoria de técnicos para atendimentos diversos. Tanto os grupos como as famílias, em suas propriedades ou lotes, recebem a assistência técnica pela cooperativa. As reuniões dos grupos ocorrem em rodízio nas propriedades, onde os agricultores podem observar a aplicação das técnicas e das práticas *in loco*.

Quatro cooperativas grandes têm estrutura mais complexa: a Comacel, a Coopar, a Cotrimaio e a Piá. Elas estruturaram suas administrações em Departamentos, Regiões ou Núcleos regionais. A partir dessa estruturação, formam o Conselho de Administração. Nas regiões ocorrem as pré-assembleias preparatórias das assembleias gerais anuais.

A Coopar faz reuniões regional técnicas, mas não pré-assembleias. As cooperativas, nas pré-assembleias, apresentam os balancetes, as informações de interesse dos associados e também escolhem os representantes para a assembleia geral. Essa forma estrutural mais complexa comumente ocorre nas cooperativas grandes, as quais têm a gestão confiada a colaboradores contratados e subdividida em gestão estratégica, mais política, e executiva, mais prática na relação direta com os associados. Essas cooperativas visam em primeiro lugar à sustentabilidade econômica, em meio às oscilações do mercado, estimulando a fidelidade dos associados à cooperativa, a fim de garantir a economia de escala.

A estratégia de ampliar o quadro social e investir em tecnologias inovadoras foi recorrente nessas cooperativas. O objetivo é aumentar competitividade no mercado por meio da produção em escala. “As cooperativas precisam buscar a economia de escala, atuar com produtores de commodities, comercializando e processando para agregar valor. Para ter escala, elas precisam de um bom número de associados” (homem, entrevista n. 3). Em outras palavras, é necessário ampliar seu quadro social com novas adesões e garantir a fidelização dos associados.

A administração estruturada de maneira simples corre em cooperativas pequenas, com menos de trezentos associados, formadas a partir de associações, agroindústrias familiares e setores de produção organizados na base. Possuem esta característica: a Cooafan, a Cooperac e a Sítio Pé na Terra. A cooperativa Sítio Pé na Terra mantém, com vinte associados, o cultivo de relações primárias de proximidade entre diretores, coordenadores e associados. Os associados residem no mesmo espaço físico da cooperativa coletivizado. Todos se conhecem pelo nome e sabem da situação de cada um, do que ocorre no mundo da vida. Assim revelou a informante que segue:

As pessoas moram e trabalha aqui dentro, o almoço é coletivo. É como uma grande família morando num mesmo local. Dá problemas, imagina todo mundo morando juntos, não ficam só problemas de trabalho. Daqui um pouco a gente está resolvendo também problemas pessoais, de vizinhos... (mulher, entrevista n. 4).

A cooperativa Sítio Pé na Terra apresenta esse diferencial em que os associados residem e trabalham no mesmo espaço, o que facilita o cultivo das relações primárias de proximidade. As cooperativas Cooafan e Cooperac possuem características distintas, com organização especial e estão analisadas adiante.

A rotatividade nos cargos eletivos é uma expressão da democracia e do exercício do poder dentro da esfera pública cooperativa. A rotatividade no poder é comum nas cooperativas agrícolas estudadas, independentemente do tamanho e da estrutura organizacional.

Nós temos eleições a cada três anos, temos um conselho de nove membros titulares e seus suplentes. Entre eles escolhem seu presidente. Na assembleia é homologado o nome do presidente. Os eleitos podem ter até três mandatos consecutivos. Até agora, tivemos dois mandatos consecutivos. O presidente passa a ser uma figura que integra o agricultor lá na roça. Na cooperativa, no dia a dia, são os colaboradores que tocam (homem, entrevista n. 39).

A rotatividade de mandatos evita locuções de que a cooperativa tenha um 'dono', ou de que esteja identificada a uma pessoa. Ela estimula à participação um maior número de associados nos processos decisórios, oportunizando a geração de novas lideranças. Na Coopar, isso ocorre a partir da eleição indireta do presidente que é escolhido entre os conselheiros eleitos pela assembleia, que escolhe o conselho e esse elege o presidente. "Essa prática expressa uma espécie de simbiose da forma de governo parlamentarista e presidencialista, reforçando o conselho eleito em torno da figura do presidente e não o presidente" (homem, entrevista n. 56). Tal processo elimina as chances de reduzir a imagem da cooperativa a uma pessoa, como: "a cooperativa de fulano de tal" (homem, entrevista n. 56). Entretanto, a rotatividade "não ocorre ao natural, ela é construída socialmente, porque

quem está no poder quer nele permanecer, isso é humano” (homem, entrevista n. 15). A responsabilidade coletiva de escolha do presidente dentro do conselho e a rotatividade no poder reforçam a dinâmica dos grupos, a coletividade e a democracia.

A prática da rotatividade nas cooperativas ligadas à Fetraf-Sul advém da orientação dessa Federação aos STRs, evitando a concentração do poder numa pessoa por mais de dois mandatos. Essa ação, além de ampliar o exercício da democracia, provoca a geração de novas lideranças, tornando as administrações das cooperativas mais dinâmicas e participativas. A rotatividade ainda é desafio para grande parte das cooperativas empresariais com histórico de permanência longa no poder de inúmeros presidentes. Na Comacel, por exemplo, o primeiro presidente permaneceu durante quarenta anos no poder. Durante o Regime Militar, o Governo nomeou e empossou presidentes de inúmeras cooperativas e apenas após a promulgação da Constituição Federal, em 1988, todas as cooperativas passaram a ser autônomas de fato e de direito, podendo somente seus associados escolher seus dirigentes.

Essa prática é reentrante nas cooperativas estudadas, como revelou este informante: “Aqui nós temos uma regra: ficar três anos à frente do sindicato, da cooperativa” (homem, entrevista n. 51). Entretanto, essa regra se defronta com a diminuição significativa da população rural, especialmente dos jovens. A rotatividade no exercício do poder nas cooperativas agrícolas configura a estratégia para os jovens permanecerem no espaço rural, com poder. Entretanto, essa ação fica comprometida quando tende a ocorrer entre as mesmas lideranças.

Nós temos poucas lideranças. Esse é um problema nosso aqui, as propriedades têm um, dois... há uns quinze anos tinha muita liderança em formação, hoje, não tem mais. O pessoal quer trabalhar... ficar à frente de uma cooperativa não. Não é mais bem assim (homem, entrevista n. 51).

A estratégia, embora impulse a participação, defronta-se com o reduzido número de jovens no espaço rural, causando o problema de formação de novas lideranças. Essa situação é agravada pela falta de profissionalismo. “As nossas cooperativas ainda trabalham no amadorismo, na boa vontade dos agricultores” (homem, entrevista n. 15). Entretanto, é notável o processo de democratização. “Nós tivemos, sim, um processo importante de democratização das cooperativas no Rio Grande do Sul, que passaram a responder a uma lógica do pequeno agricultor” (homem, entrevista n. 55). As cooperativas que mais se fortaleceram são aquelas instituídas nos espaços em que a presença do pequeno agricultor é hegemônica. A seguir, a análise das manifestações quanto à participação dos associados na EFC.

### 5.1.1.2 *Em relação à participação*

Em relação à participação na EPC, a primeira questão do roteiro de entrevistas referia-se aos motivos da associação à cooperativa. Eles foram condensados em três grupos referentes aos fatores econômicos, ecológicos e relacionados à herança social, como segue.

O fator econômico concentra o grupo onde se encontra o maior número de associados, cuja motivação maior de pertencer à cooperativa está na vantagem econômica que ela oferece. Esse grupo percebe na cooperativa as vantagens ao seu favor no momento de vender seus produtos e na hora de adquirir insumos agrícolas com preços menores e condições de pagamento facilitadas. As suas ações práticas na dimensão econômica e na dimensão social reduzem-se no pertencimento ao quadro social da cooperativa. A dimensão ambiental restringe-se ao cultivo de hortaliças, frutas e verduras para o consumo doméstico, sem agrotóxicos e à observância de boas práticas no manejo dos agroquímicos.

Eu comecei a participar da cooperativa prá comprar e vender produtos, nós tinha a produção de milho e feijão e fomos convidados por outro sócio vizinho. Eu vi vantagens em vender melhor os produtos e ali a gente consegue vender, eles buscam e a gente entrega lá (homem, entrevista n. 33).

As manifestações dos associados ocorreram nesse mesmo sentido de participação, basicamente devido às vantagens econômicas que a cooperativa oferece, destacando-se a que segue, a qual considerou-se aqui emblemática na revelação do motivo da associação:

Eu só sou associado, por enquanto quase não participo. Me associei prá ter algumas vantagens nos negócios, na compra dos insumos e na venda dos produtos. Já participei anos atrás de assembleias, reuniões... Às vezes não dá tempo de participar, quando dá a assembleia geralmente estou na colheita do arroz, os caras não param. Não é porque eu não quero participar, eu vou fazer frete com o caminhão (homem, entrevista n. 34).

Em alguns casos, o motivo da participação centrou-se na necessidade de vender melhor os produtos agrícolas, isto é, obter maior rentabilidade, visto que a associação de agricultores não permitia tal ação, como revela a fala que segue. “Eu estava de presidente da associação dos agricultores, a gente precisava vender melhor nossos produtos, pela associação não dava... fui lá [na cooperativa], pedi para conhecer os estatutos e comecei a participar, negociar com a cooperativa” (homem, entrevista n. 9). A participação na cooperativa se dá fundamentalmente em função das vantagens econômica. Entretanto, essas vantagens podem vir de outras motivações, que não sejam econômicas.

Compõem o grupo de fatores ambientais as cooperativas e os associados cujas motivações principais de associação se referem à questão ambiental, à produção orgânica de

base Agroecológica. Nesse grupo, encontram-se os associados com certificado de Produtor Orgânico, manifestando que toda sua propriedade está em conformidade com a legislação específica para a produção de orgânicos, sob a auditoria participativa interna ou externa.

Eu fui convidado! Nós participamos de um encontro de produtores orgânicos, eu já produzia antes, só que não tínhamos onde vender, daí, veio a ideia de se associar na cooperativa. Comecei plantar feijão e comercializo tudo pela cooperativa, pros outros, só comercializo as sementes (homem, entrevista n. 24).

É relevante destacar o efeito do convite como elemento motivador à participação na cooperativa e nos debates sobre a produção orgânica. Esse agricultor já produzia organicamente, entretanto, ele não tinha mercado para seus produtos. A participação na cooperativa proporcionou-lhe, além do mercado, a ampliação de sua produção orgânica diversificada, inclusive com o Certificado de Produtor Orgânico. Os agricultores desse grupo são determinados a produzir organicamente, baseados na Agroecologia, tendo em vista não só o mercado, mas a transformação do paradigma de desenvolvimento. É importante destacar que os produtores orgânicos participam de cooperativas pequenas, organizadas a partir de grupos, se reunindo ordinariamente com assessoria técnico-profissional da cooperativa.

Correspondem ao grupo de fatores de herança social os associados cuja motivação advém por herança da cooperativa, mediante a participação desde jovem em berço de família cooperativista. É onde se encontram as cooperativas constituídas há mais tempo, com mais de uma geração de associados, radicadas no cooperativismo no período anterior à década de 1970, sendo que entre elas estão a Comacel, a Cotrimaio e a Piá. Suas motivações foram sintetizadas nestas manifestações que seguem: “Meu avô foi um dos associados pioneiros, meu pai participava e eu com dezenove anos eu comecei a participar de seminários sobre cooperativismo, associativismo, sindicalismo e minha participação foi indo, me associei, fui conselheiro, hoje, sou da diretoria” (homem, entrevista n. 49). Nesse caso, a participação vem de berço, de família cooperativista. A participação se deu de forma crescente, iniciada em cursos, depois no ato da associação, da matrícula, depois participação no conselho e, por fim, na diretoria da cooperativa. “Meu avô foi um cooperativista, meu pai era e eu sou um cooperativista também” (homem, entrevista n. 49). A manifestação do associado que segue vai ao mesmo sentido de motivação: “como meu pai era sócio, eu continuei as atividades. Quando ele achou que os filhos podiam assumir, eu me associei. É tradição familiar, tenho no sangue o espírito cooperativista, meu pai foi um dos fundadores de uma cooperativa mista nos anos 40, que quebrou” (homem, entrevista n. 54).

A presença das cooperativas pequenas, constituídas recentemente a partir da década de 1990, ocorre muito a partir do trabalho de agentes externos, de agentes das pastorais sociais e dos movimentos sociais e sindical, ou do trabalho técnico-social das ONGs. Antes de participar, os agricultores manifestaram ter experiências coletivas em grupos informais ou em associações formais, nos quais perceberam os limites de não poderem comercializar coletivamente. O comércio dos produtos, identificado como “gargalo”, também foi motivo de associação e de ação das cooperativas agrícolas.

A cooperativa surgiu de um trabalho da Igreja em reuniões dos Grupos de Jovens junto às comunidades. Nós, como jovens, convidávamos os pais a participar... daí surgiu os grupos de agricultores, depois as Associações formais. Os gargalos eram a comercialização, o acesso às tecnologias e como adquirir insumos mais baratos. Daí, se discutiu que a única forma de conseguir seria organizando uma cooperativa de agricultores e foi o que formalizamos” (homem, entrevista n. 39).

Embora a constituição dessa cooperativa seguisse basicamente aos princípios econômicos, para viabilização da comercialização dos produtos agrícolas e de insumos, a cooperativa, conforme seu Estatuto Social, também tem por objetivo “prestar assistência e orientação técnica na direção da agricultura sustentável dentro dos princípios da Agroecologia” (COOPAR, 1992). Com esse objetivo, difundiu-se entre os associados às práticas da produção orgânica.

Entretanto, as práticas convencionais se sobressaíram, indo na direção do primeiro objetivo: “promover a mais ampla defesa dos interesses econômicos dos seus associados” (COOPAR, 1992, Estatuto Social). Com esses objetivos, conforme informou o dirigente entrevistado, “o quadro social cresceu tanto, em pouco tempo sem ter critérios rigorosos de associação... talvez devêssemos trabalhar mais um processo de conscientização cooperativa no momento de associar, isso só traria vantagens” (homem, entrevista n. 39). A cooperativa surgiu a partir da organização dos agricultores, primeiramente em grupos e depois em associações formalizadas. Para ampliar o mercado dos produtos agrícolas, ter acesso à tecnologia e adquirir insumos mais baratos, foi formalizada a cooperativa Coopar. A centralidade no econômico conduziu-a ao patamar bem sucedido na região Sul do estado, sendo referência de outras cooperativas na organização da produção e comercialização de produtos diversificados e majoritariamente convencionais.

Quanto à participação das mulheres, todas as cooperativas agrícolas estudadas executam ações de estímulo à participação feminina no quadro social e administrativo, sendo que aquelas há mais tempo constituídas iniciaram recentemente essas ações. As cooperativas recém-formadas revelaram que desde a fundação motivam a participação das mulheres

juntamente com o homem. “Nós fizemos um esforço para associar as mulheres, mas, aí vêm os homens dizendo, pois é, eu já sou sócio, porque a mulher precisa se associar também?” (Homem, entrevista n. 56). Apesar dessas ações propositivas, a participação das mulheres ainda é baixa, principalmente nos cargos eletivos. Entretanto, as manifestações dos associados entrevistados revelam significativo crescimento da presença feminina em reuniões, cursos, assembleias das cooperativas e em postos de trabalho. “De primeiro não tinha muitas mulheres trabalhando, participando da cooperativa, agora tem bastante. A mulher faz parte da mesma cota parte. Eu tenho participado das assembleias e tenho percebido bastante a participação de mulheres” (homem, entrevista n. 35). Outro associado revela o nível dessa participação. “Eu participo das reuniões, participo das assembleias, minha mulher vai junto. Mulheres têm bastante que participam, elas ficam meio quietas, ali... mais são os homens que falam” (homem, entrevista n. 44).

Essa manifestação revelou o nível de participação das mulheres nas decisões, embora manifeste o crescimento do número delas na cooperativa. Se no início das cooperativas poucas mulheres participavam, recentemente, revelaram os associados, elas participam mais, ou bastante. Entretanto, o que falta é aumentar a qualidade dessa participação.

Para isso, as cooperativas realizam encontros específicos para as mulheres, como forma de se aproximar mais delas. Ao mesmo tempo, elas almejam ampliar o quadro social, de maneira que as envolva mais nos assuntos de interesse das cooperativas e das comunidades e a participação das mulheres. A Cotrimaio organiza Encontros de Mulheres anuais, para debater temas relacionados às questões de gênero e de saúde. Esses encontros mobilizaram centenas de mulheres e foram assessorados por profissionais de esferas públicas especializadas, como universidades, etc. para qualificar os debates e dar indicativos de ações práticas.

No campo administrativo, mais da metade são mulheres, nos setores em que o trabalho é mais leve a maioria é mulher. Agora, todos os anos nós temos um encontro de mulheres. Durante o ano elas participam de projetos que funcionam o ano inteiro. No ano passado [2011] nós fizemos um encontro com mais de mil mulheres, chamado *Encontro cooperativista de mulheres*. Teve palestra sobre a autoestima, depressão, doenças, saúde, liderança. As mulheres formadas nos cursos não são só líderes na cooperativa, são também líderes nas suas comunidades, entre elas têm vereadoras (homem, entrevista n. 49).

Essas ações da Cotrimaio têm motivado a participação feminina no quadro social e de colaboradores da cooperativa, bem como noutros espaços da esfera pública, inclusive na política. Entretanto, existem fatores histórico-culturais que ainda restringem a participação



das mulheres nos cargos eletivos da cooperativa, uma vez que cargos eletivos na Cotrimaio ainda são ocupados quase que exclusivamente por homens.

Na fundação da cooperativa havia o envolvimento das mulheres no trabalho social com as famílias, no qual se ensinava a fazer crochê, tricô, bordados, culinária... Isso se fazia no início, depois, parou e passamos a tratar assuntos diversos, capacitação para as mulheres administrar as propriedades, seus direitos, gerenciamento, sobre o funcionamento da Bolsa de Valores. Há cinco anos temos mulheres conselheiras. Hoje, nós temos mulheres em praticamente todos os postos e serviços (homem, entrevista n. 49).

A Cotrimaio criou ainda um curso específico para o público feminino, de Gestão da Propriedade e de Cooperativismo, justificando que “elas são mais sensíveis em relação às coisas, ajudando em casa e nos negócios... Na cooperativa, as mulheres estão participando mais das assembleias, reuniões, nos núcleos, estão participando de igual por igual aos homens nesses espaços” (homem, entrevista n. 53). Portanto, as propriedades com participação maior delas na gestão aplicam melhor os recursos, são mais produtivas. Nesse sentido, manifestou-se o presidente da cooperativa de crédito rural Crehnor: “O que a gente percebe, as propriedades onde a mulher é quem tem a conta, quem administra, as coisas são muito melhores. A mulher controla mais o crédito, é muito mais cuidadosa com o crédito. Por isso é importantíssima a participação dela” (homem, entrevista n. 17).

A Cootap teve aumento significativo de mulheres que ocupam diversos espaços na cooperativa e no debate de ideias. Entretanto, essa ocupação deixa transparecer certa divisão social do trabalho, como revelou esta informante ao dizer que as mulheres participam na gestão do leite, enquanto que os homens estão em outras funções.

Eu acho que tem uma boa participação das mulheres. Entre os funcionários da cooperativa dá meio a meio, tanto no trabalho quanto no debate das ideias. No Grupo de Mulheres são repassadas as discussões da cooperativa pelos nossos técnicos, ali tem maior participação de mulheres. No Grupo Gestor do Leite, que eu participo, tem mais mulheres que participam, os homens estão em outras funções (mulher, entrevista n. 63).

As mulheres participam mais expressivamente nos trabalhos burocráticos da cooperativa e em grupos específicos. No setor produtivo, elas atuam mais na produção leiteira e no manejo dos animais, manifestando a divisão social do trabalho quando afirmam que os homens atuam mais nas funções ligadas ao uso do maquinário agrícola pesado para a produção de grãos, nos trabalhos que exigem mais a força física. Entretanto, elas administram propriedades em que a produção de leite é feita com máquinas modernas, como ocorre na cooperativa Piá. Em duas propriedades, as mulheres administram a cadeia produtiva do leite, o manejo do gado leiteiro, o cultivo de pastagens. A adubação é feita com os dejetos dos

animais, todos os serviços são executados com máquinas modernas. Nas propriedades em que esse trabalho é executado por homens continuam os olhares atentos das mulheres sob a orientação profissional dos técnicos da cooperativa. As mulheres, assim, estão participando mais de cursos de capacitação promovidos por esferas públicas especializadas em prestar assistência técnica.

Eu fiz curso de qualidade do leite, também de mecanização... nas atividades sobre o leite, as pastagens, do milho, eu vou, quando é mais do leite tem mais mulheres que participam, quando é mais assuntos da cooperativa, é mais ele que participa. No setor do leite sempre tem que tá tirando o leite, de manhã, de noite... é um serviço puxado, mesmo com toda maquinaria (mulher, entrevista n. 44).

Em algumas cooperativas, as mulheres ainda não se envolvem junto com os homens nas reuniões. Entretanto, “em casa elas trabalham com os maridos nas lavouras, tiram o leite, são as mulheres que fazem essa parte” (mulher, entrevista n. 40). Essa manifestação sintetiza a situação delas ante as cooperativas agrícolas, mostrando o longo caminho a ser percorrido para chegar à igualdade em termos de participação de homens e mulheres. “Eu reconheço que há certa participação das mulheres, mas, ela continua sendo tabu. Se tentou eleger conselheiras, mas, não deu muito certo” (homem, entrevista n. 56). Ainda persistem barreiras que restringem a participação mais ostensiva de mulheres nas cooperativas agrícolas.

### *5.1.1.3 Em relação às práticas coletivas especiais de participação*

Neste estudo, três cooperativas manifestaram práticas coletivas especiais de participação: Coofan, Cooperac e Cootap. Essas cooperativas mobilizam seus associados por intermédio de Associações, Agroindústrias Familiares e CPAs. Na Coofan, as Associações de Agricultores fazem o elo entre os agricultores associados e a cooperativa, embora estatutariamente não façam parte da base estrutural da cooperativa. Essa prática demonstra, por um lado, a limitação da associação para a comercialização, por isso, a necessidade de participar da cooperativa, para comercializar os produtos e insumos agrícolas. Por outro lado, demonstra a existência da esfera pública no espaço rural. Como revelou este informante, a cooperativa “é ponto de referência das associações dos agricultores, ela mantém unidade de beneficiamento de sementes, adquirida em parceria através da Ufpel, em convênio com a Prefeitura Municipal” (homem, entrevista n. 10). Essa parceria não ocorre *per se*, mas, mediante a participação da cooperativa e das associações no CMDR. Portanto, a legitimação das ações informais ocorre pela participação na esfera pública política e outras esferas

especializadas no CMDR. “A gente recebe as informações nas reuniões do conselho da cooperativa, sempre tem alguém da associação prá repassar pros agricultores” (mulher, entrevista n. 9). As associações de agricultores constituem um espaço intermediário entre a cooperativa agrícola e os agricultores.

Da mesma forma, na Cootap, as associações e CPAs constituídas nos Assentamentos de RA mobilizam as famílias assentadas, participando na cooperativa, inclusive integradas ao Conselho de Administração. As decisões ali deliberadas retornam diretamente aos associados pelos Grupos Gestores e indiretamente via associações e CPAs. Essas práticas tornam especiais as ações dessas cooperativas agrícolas, bem como a forma de participação.

Outra ação especial de participação ocorre na Cooperac, cooperativa pequena no Norte do estado. Ela mobiliza os seus associados por meio das Agroindústrias Familiares, nas quais participam homens, mulheres e alguns jovens, que retornaram de centros urbanos. Informalmente, dezoito Agroindústrias formam a base organizativa, dinamizando as ações da cooperativa. As assembleias, reuniões, encontros, etc. são organizados e realizados por meio dessas Agroindústrias, todas localizadas no interior dos municípios da região.

A cooperativa é pequena, possui vinte e oito associados e, a forma de comunicação com os associados é direta, por meio de reuniões, telefonemas e visitas constantes que os associados fazem à cooperativa, localizada na sede do STR. “Em reuniões a gente repassa as informações, nesse mês, nos reunimos duas vezes, mas, tem vezes que passamos dois meses sem nos reunir. Nós todos somos conhecidos e isso facilita a comunicação, o repasse de informações...” (homem, entrevista n. 51). Seu tamanho pequeno favorece a participação direta de todos os associados, proporcionando maior conhecimento do cotidiano das Agroindústrias Familiares. Essas formas especiais de participação imbricam as ações das cooperativas agrícolas com as ações das CPAs, das associações de agricultores e do STR no espaço rural.

#### *5.1.1.4 Em relação à escolaridade*

A escolaridade neste estudo caracteriza-se como a “educação formal desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados” (GOHN, 2010, p. 16) e amplamente difundida nas sociedades. O indicador de escolaridade vai do nível não alfabetizado até a graduação. O nível de escolaridade dos agricultores associados entrevistados é relativamente baixo. A maioria possui o ensino fundamental incompleto, até a quarta série. Isso quer dizer

que estudaram quatro anos ou menos. É importante destacar que a metade dos dirigentes das cooperativas também tem o Ensino Fundamental. A maioria dos Agentes Externos atuantes nas cooperativas agrícolas tem ensino superior completo. Isso denota que as cooperativas estudadas têm quadro social com baixo nível de escolaridade e profissionais graduados que prestam assistência técnica. Destaca-se, ainda, que nenhum dos agricultores entrevistados enquadrou-se no nível de escolaridade não alfabetizado e dois têm nível superior, com graduação na subárea agrônômica das ciências agrárias. O nível baixo de escolaridade reforça aquilo que este informante denominou de amadorismo. “As nossas cooperativas, nesse aspecto, ainda trabalham no amadorismo, na boa vontade dos agricultores” (homem, entrevista n. 15), devido ao seu baixo nível de escolaridade, compensado pela participação em cursos não formais de qualificação. O quadro a seguir demonstra em detalhes esses dados.

**Tabela 12 – Escolaridade dos entrevistados: ensino fundamental, ensino médio e ensino superior**

|                          | Escolaridade       |          |              |           |                 |           |
|--------------------------|--------------------|----------|--------------|-----------|-----------------|-----------|
|                          | Ensino Fundamental |          | Ensino Médio |           | Ensino Superior |           |
|                          | Incompleto         | Completo | Incompleto   | Completo  | Incompleto      | Completo  |
| Associados               | 22                 | 7        | -            | 6         | -               | 2         |
| Dirigentes               | 4                  | 1        | -            | 1         | 1               | 3         |
| Agentes Externos         | -                  | -        | -            | 3         | 1               | 6         |
| Informantes Qualificados | -                  | 1        | -            | -         | -               | 7         |
| Jovens                   | -                  | -        | -            | 2         | -               | 2         |
| <b>Soma</b>              | <b>26</b>          | <b>9</b> | <b>-</b>     | <b>12</b> | <b>2</b>        | <b>20</b> |

Fonte: Cooperativismo agrícola: esfera pública, participação e sustentabilidade.

Elaboração: Nilson Binda, PGDR/UFRGS (2013).

#### 5.1.1.5 Em relação à qualificação

Neste estudo, a qualificação é um tema relevante para os agricultores e refere-se à educação não formal no universo de práticas educativas. “A educação não formal é aquela que se aprende no mundo da vida, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianos” (GOHN, 2010, p. 16). As ações de qualificação propostas pelas cooperativas agrícolas e por outras esferas públicas constituem a educação não formal, por estarem incluídas em processos de compartilhamento de experiências e de saberes em aprendizados coletivos. Além da educação não formal, Gohn (2010), define também a educação informal, sendo aquela na qual os indivíduos aprendem durante o processo de socialização gerado nas relações e nos relacionamentos intra e extrafamiliares, entre amigos, na escola, na igreja, no clube, etc. Fato que incorpora valores e

culturas próprios do mundo da vida. Assim, a educação não formal e informal são construídas a partir de escolhas das pessoas, sob certas condições advindas da esfera pública. Sobre essa educação denominada de qualificação desenvolvida na esfera pública cooperativa, foram condensadas algumas das manifestações mais significativas dos agricultores.

Todas as cooperativas estudadas investem na qualificação de seus associados, por meio de ações de educação não formal, muito mais na área do conhecimento técnico para suas práticas laborais do que em assuntos diretamente relacionados à cooperação, ao cooperativismo ou associativismo. “Quando eu era jovem, o que mais me impressionava eram os cursos oferecidos pela cooperativa. Hoje, são as reuniões técnicas, os técnicos falam do modo correto de aplicar os insumos para que a produção renda mais, para otimizar mais a produção, ter resultados” (homem, entrevista n. 49), sintetizou esse informante. A formação dada pelas cooperativas visava à obtenção de mais renda, para garantir resultados econômicos mediante a permanência dos agricultores em atividades agrícolas no espaço rural.

Sobre isso, assim se manifestaram alguns entrevistados: “todos os anos a cooperativa faz seminários, encontros, dias de campo, focando os pequenos agricultores, os produtores que precisam se manter também. Foi por isso que a cooperativa criou o Departamento da Agricultura Familiar. 93 por cento dos associados de nossa cooperativa têm até cinquenta hectares” (homem, entrevista n. 49), são agricultores familiares em pequenas propriedades. Por meio de ações de qualificação não formal para os agricultores familiares, as cooperativas buscam superar a racionalidade dominante de plantar e colher fácil, utilizando somente insumos agroquímicos. Dessa maneira, elas apresentam as vantagens da diversificação agrícola bem como da produção orgânica, especialmente as cooperativas ecológicas. Entretanto, como revelou este informante, “é muito difícil quebrar esse paradigma” (homem, entrevista n. 15), ou seja, a racionalidade de produzir com produtos agroquímicos difundida na revolução verde. Não raras vezes, os agricultores que não utilizam agroquímicos foram qualificados de “relaxados e preguiçosos” (homem, entrevista n. 53) por aqueles que utilizam agroquímicos e mantêm as lavouras todas sempre ‘limpas’.

Note-se que não há unanimidade em investir em tecnologias, há resistências por parte de alguns agricultores em se qualificar e investir em inovação tecnológica, distinguindo os agricultores, como revelou este agente externo.

O que eu noto é que as propriedades que ficaram no tempo, que não acompanharam a tecnologia, estão sendo arrendadas por aqueles que estão se modernizando. Isso é muito complicado e comum por aqui, nós temos produtores produzindo mil litros de leite por dia e outros, dez. Esse podia crescer, mas, ele está aposentado, os filhos já

saíram, ele está acostumado assim na cooperativa. Eu respeito esses [agricultores] na forma como estão trabalhando... (homem, entrevista n. 42).

Com o objetivo de motivar os agricultores a aderir ao processo de inovação tecnológica, a qualificação insere-se no mundo dos agricultores. Entretanto, essa inserção é negociada entre técnicos das cooperativas e de esferas públicas especializadas e os agricultores. A participação dos agricultores nos encontros de qualificação compensa, em parte, o nível baixo de escolaridade. “Eu tenho o primeiro grau completo, mas, eu fiz vários cursos pelo Senar [Serviço Nacional de Aprendizagem Rural], Emater, cursos dentro da área da agroindústria, de boas práticas, de gerenciamento da propriedade, eu participo seguido de feiras, noutros eventos, a gente está sempre aprendendo” (homem, entrevista n. 18). Essa manifestação revela a variedade de cursos de qualificação e de esferas públicas especializadas prestadoras dessas ações de qualificação dentro da educação não formal negociada cooperativamente.

Se a gente tem de alcançar uma meta, a gente convida todos das agroindústrias e convida alguém entendido para explicar o assunto. A gente vê, se é viável, toca à frente... A gente nada faz sem o associado estar a par de tudo. A gente se reúne a cada dois meses, se precisar a gente se reúne mais vezes no mês (homem, entrevista n. 18).

É importante observar que os cursos de qualificação não são oferecidos naquele estilo *top down*<sup>45</sup> e sim, construídos com a participação dos associados. Primeiro, são identificadas as necessidades e são estabelecidas metas; segundo, o convite de algum agente externo capacitado para explicar o assunto e, terceiro, a participação dos associados em todo o processo de qualificação. Algumas ações são executadas pelas próprias cooperativas, em forma de encontros, reuniões, cursos, etc. contando ou não com a presença de agentes externos especializados. “Nós temos a assistência técnica dos técnicos da Emater, da cooperativa que acompanham, orientam, fazem visitas” (homem, entrevista n. 18). Outras ações formativas são executadas por esferas públicas especializadas, nas quais os associados participam em outros espaços com o objetivo de qualificar a produção, estocagem e comercialização dos produtos. “A formação acontece por setor, do laticínio, por exemplo, duas pessoas foram fazer cursos fora daqui, da padaria também e a cooperativa, às vezes traz alguém para administrar cursos aqui dentro também” (mulher, entrevista n. 4). Dessa forma, há conectividade das cooperativas com outras esferas públicas especializadas e próximas ao

---

<sup>45</sup> *Top down* é uma expressão da língua inglesa e refere-se ao modo de resolver problemas ou de inserir inovações (de cima para baixo). Esse modo foi bastante utilizado no Brasil, especialmente nas décadas de 1960 e 70, por empresas mercantis e cooperativas agrícolas, a fim de induzir os agricultores à modernização agrícola.

mundo da vida dos agricultores. As cooperativas organizadas a partir de grupos (Cootap, Ecovale, Sul Ecológica) promovem permanentemente a capacitação na realização das reuniões de grupos e em encontros formativos, com a assessoria dos técnicos da Cooperativa de Técnicos e do Capa.

Em relação à qualificação, cabe destacar as ações de valorização da cultura e modos de vida locais. A Coopar cultiva os valores culturais dos descendentes de imigrantes alemães, cultivando as tradições histórico-culturais, a culinária, as festividades, a língua, etc. Na sede da cooperativa, localizada no interior do município de São Lourenço do Sul onde os agricultores falam o dialeto pomerano, a recepcionista manifestou que “aqui quase todo mundo fala alemão, a gente aprende desde criança, em casa. Assim, a gente se comunica melhor com os associados. Assim, eles ficam mais à vontade aqui dentro” (mulher, entrevista n. 39). A própria marca registrada dos produtos da Coopar – *Pomerano* – traduz a identificação com os valores étnico-culturais dos associados no mundo da vida de agricultores em que a maioria tem ascendência alemão-pomerana, bem como o selo *Vita Colônia*, da Cooperac, entre os agricultores com ascendência italiana.

Em relação à capacitação, as manifestações dos associados e dirigentes das cooperativas há mais tempo constituídas demonstraram que, de um lado, até recentemente eram as cooperativas que proporcionavam cursos de capacitação aos associados, com ou sem a presença de profissionais de outras esferas. De outro lado, nas últimas décadas são as esferas públicas especializadas em assistências técnica ou não, como a Emater, Senar, Sescoop, os movimentos sociais, sindical, cooperativas de técnicos, centros de formação, etc. que ofertam cursos de qualificação aos agricultores. As ações dessas esferas públicas de ação coletiva buscam qualificar tecnicamente as atividades produtivas dos agricultores nas unidades familiares de produção, melhorando a qualidade dos produtos e dos serviços. Essas esferas de assessoria técnica exercem ações de qualificação para os agricultores progredirem em suas atividades. Os dirigentes das cooperativas foram unânimes em manifestar a relevância do trabalho dos agentes da Apaco,<sup>46</sup> do Capa, da Coptec, do Cetanp, do Cetrem, etc. nessas ações de qualificação que ocorrem com frequência e elevado nível de participação dos associados. Entretanto, a qualificação específica de assuntos relacionados ao cooperativismo, à

---

<sup>46</sup> Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO). É uma Organização Não Governamental (ONG) fundada em 1989, com sede em Chapecó, SC. Seu principal objetivo é estimular e assessorar o desenvolvimento solidário e sustentável da agricultura de grupo, de forma cooperada, na região Oeste de Santa Catarina. Fundamenta suas ações nos princípios da Agroecologia e na Agroindústria Familiar associativa. É associada à Rede de Agroecologia Ecológica (APACO, 2010). A proximidade dos Agricultores da mesorregião Nordeste do estado RS facilitou o acesso desses aos serviços da Apaco.

cooperação, à legislação cooperativa e ambiental não foi manifestada, “esse é um ponto que precisamos retomar..., fazer reuniões preparatórias para aqueles que querem se associar” (homem, entrevista n. 39), revelou esse dirigente.

#### *5.1.1.6 Em relação à participação externa*

Os dirigentes entrevistados manifestaram participar externamente à cooperativa, em outros espaços públicos relacionados à cooperação agrícola e ao espaço rural, representando ou não a cooperativa. Também os associados manifestaram participar desses espaços públicos, principalmente naqueles relacionados à saúde e à educação. A participação externa instiga ao debate de diversas temáticas relacionadas à agricultura e à cooperação. Os espaços mais reentrantes de participação externa foram: Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, Movimento Social e Sindical, Fóruns, Reuniões de Territórios da Cidadania, Associações e Câmaras Setoriais. Na questão lúdica, os agricultores foram unânimes em revelar que não tiraram férias, entretanto, manifestaram participar com frequência das festividades religiosas, das diretorias de comunidades e de eventos esportivos coloniais.

A participação externa, nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural foi a mais recorrente. Nesse espaço, participam os Gestores Públicos do Estado e os usuários de políticas públicas e é debatido um sem-número de assuntos relacionados desenvolvimento rural e de interesse dos agricultores, como a melhoria dos acessos e diminuição dos custos das atividades agrícolas, entre outros assuntos.

Como chegamos quase que diariamente até as propriedades prá buscar o leite, queremos melhorar o acesso, as estradas, diminuir custos dos agricultores. Poderíamos trabalhar mais de forma integrada cooperativa-governo municipal. A prefeitura já deu passos importantes, fazendo negociações muito viáveis, em todos os sentidos, especialmente para o leite aqui no município (homem, entrevista n. 39).

Essa manifestação revela o desejo de ampliar as ações mais integradas entre a esfera pública cooperativa e a esfera pública política, representada pelo governo municipal. Algumas cooperativas manifestaram ter maior proximidade com esses espaços. No município de São José do Norte, a Coofan, ao participar do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e de outras esferas públicas abre ampla as oportunidades. Por sua participação, tornou-se referência em diversas ações, inclusive de desenvolvimento de pesquisas no interior daquele município.



A cooperativa é ponto de referência das associações dos agricultores, mantém uma unidade de beneficiamento de sementes, adquirida através da UFPel em convênio com a Prefeitura Municipal... Temos também a Embrapa que está desenvolvendo pesquisas com nossos agricultores prá melhorar nossa cebola e o feijão miúdo... .contamos com a assistência técnica da Emater, que estimula nossa participação no Fórum da Agricultura Familiar e no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural... juntamente com a Emater Regional e a SDR/RS estamos participando de um Grupo de Trabalho, só os presidentes das cooperativas, prá melhorar nossos trabalhos no futuro (homem, entrevista n. 10).

Além dessas ações, a participação no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural possibilitou novos empreendimentos, como o da Feira de Produtos Agroecológicos, em parceria com a Furg, Prefeitura Municipal e Emater. “A cooperativa dá suporte permanente na infraestrutura da Feira, ela busca os produtos, leva de volta as sobras e guarda as lonas, as bancas na sede” (homem, entrevista n. 10). A Feira, por sua vez, amplia aos consumidores as oportunidades de adquirir alimentos saudáveis e de prestigiar o trabalho do agricultor da própria localidade.

Eu uso direto a cooperativa por causa da feira ecológica semanal. Na verdade, eu participo de três coisas diferentes: da associação, que estou desde o início, depois, da cooperativa, que a gente tá ainda conhecendo, por que estamos há pouco tempo, e temos ainda o grupo de produtores ecológicos, com apoio das entidades parceiras: Emater, Furg, Cooafan e Prefeitura (mulher, entrevista n. 9).

A participação dos meios de comunicação social tem significativa influência sobre o espaço rural. As cooperativas agrícolas utilizam-nos para divulgar seus serviços e produtos, bem como para prestar informações de interesse dos associados. Os programas radiofônicos, salienta-se, são os mais utilizados pelas cooperativas grandes.

Hoje, todos os dias nas rádios de dezoito municípios têm um programa da cooperativa, são sete minutos diários e quarenta e cinco minutos aos domingos. Tem informações da diretoria, do mercado, da cotação do milho, soja... a previsão do tempo, o momento de plantar, quais as pragas, doenças toda essa parte técnica é informada nos programas aos domingos (homem, entrevista n. 49).

Além dos programas radiofônicos, duas cooperativas grandes até pouco tempo editavam jornais especialmente para seus associados. A Cotrimaio, “no passado se tinha um jornal interno da cooperativa que circulava mensalmente pros associados, não existe mais” (homem, entrevista n. 49). A Piá revelou essa mesma situação. “Nós tínhamos um jornal da cooperativa, *A Ponte*, hoje existe ainda, mas ele não está mais sob o poder da cooperativa. O associado recebia quinzenalmente pela rota do leite, era gratuito, hoje, se ele quiser, tem de pagar” (homem, entrevista n. 42). Entretanto, os custos elevados e a chegada de outros meios forçaram o encerramento desses jornais informativos. Hoje, as cooperativas utilizam a internet. “A cooperativa tem uma série de e-mails de produtores e envia e-mails. Muitos

associados têm internet e é um meio de se chegar a eles” (homem, entrevista n. 49). Com isso, percebe-se que todas as cooperativas agrícolas utilizam a internet para fazer negócios e divulgar seus produtos e serviços, embora nem todas tenham domínio próprio na rede mundial de computadores.

Por outro lado, os meios de comunicação social foram criticados pelos associados e dirigentes devido à forma como constroem a opinião pública em relação às atividades agropecuárias no espaço rural. Nesses meios, as opiniões referentes ao espaço rural ainda estão centradas na penosidade do trabalho dos agricultores familiares. E há a supervalorização do estilo de vida urbano, em detrimento do estilo de vida rural, E essa influência não reside apenas sobre o espaço, mas também nos seus produtos.

Na questão agroecológica poderia ter na mídia uma conscientização melhor do que é realmente ser um produtor orgânico, o tempo que leva, os riscos, as perdas que têm, para ele ser mais valorizado. Na relação com os grandes supermercados os agricultores sempre saem perdendo, são muito sugados. As pessoas estão valorizando mais os produtos que são processados, padronizados, a agricultura não é valorizada. As pessoas estão comendo muito veneno, as farmácias estão crescendo horrores, as pessoas estão ficando doentes, porque a mídia não valoriza o pequeno agricultor e seus produtos (mulher, entrevista n. 4).

As cooperativas agrícolas, em contraponto, valorizam a vida do agricultor, conhecem seu modo de ser, o seu mundo da vida. Entretanto, essa valorização se defronta com duas antiproduções midiáticas: do viés que apresenta a vida agrícola muito penosa, difícil e a supervalorização do estilo de vida do meio urbano. A fala que segue manifesta, em parte, essas antiproduções.

Nós valorizamos muito a vida no interior. Nós sabemos de toda a riqueza que temos a disposição, o meio ambiente, sabemos também que ele já está poluído, essa poluição ainda é invisível, só que ela existe. Muitas pessoas vão para o meio urbano e não retornam porque aqui é muito penoso. Quem coloca para nós produtores que a vida urbana é melhor são os meios de informação, a ilusão do marketing feito em cima do consumismo, isso influencia demais aqui (homem, entrevista n. 7).

O marketing comercial midiático reforça a opinião pública de que os produtos padronizados e processados são melhores para o consumo humano. Essa opinião desaloja as ações comunicativas do mundo da vida dos agricultores familiares, levando os consumidores a agirem conforme os meios de comunicação. “O maior problema que eu vejo de resolver é com o próprio consumidor. Eu vejo no supermercado, tu bota (sic) um produto bem liso, bonito e outro orgânico, menor, com pintinhas, ninguém compra esse aí. Eles compram com os olhos. Nem sabe (sic) o que tão comendo” (mulher, entrevista n. 40).

A participação externa dos associados em diferentes ações coletivas manifestou importantes conquistas dos agricultores, por intermédio da cooperativa.

Nossa água aqui é abastecida pela rede pública, nós conseguimos através da cooperativa, conseguimos também estradas, saneamento, encanamento d'água e a rede de luz. O encanamento foi repassado pelo governo do estado, a rede de luz pela CEEE [Companhia Estadual de Energia Elétrica] e as estradas pela a Prefeitura. As estradas de lavoura nós que mantemos, a Prefeitura só mantém a estrada principal (homem, entrevista n. 63).

A participação externa oportuniza às cooperativas conexões com inúmeras esferas públicas estabelecidas na sociedade civil, bem como no Sistema Político. “Nós temos várias entidades que nos apoiam a Prefeitura, a Secretaria da Agricultura, a Emater, a cooperativa de crédito, outra cooperativa agrícola daqui, o STR. Aí sempre se discute as questões da nossa cooperativa” (homem, entrevista n. 18).

Nessa participação, ressaltam-se as ações realizadas em comunidades quilombolas, as quais contribuíram para a sustentabilidade social dessa parcela populacional tradicional. “Nós temos associados quilombolas aqui. Inclusive, um faz parte do Conselho Fiscal, são agricultores trabalhando com nós aqui, com a associação deles, lá” (homem, entrevista n. 10). Esses agricultores vivem em glebas distantes dos centros urbanos e estavam sem documentos pessoais e das terras. A participação das cooperativas no Fórum da Agricultura Familiar e no Território da Cidadania possibilitou o processo de regularização da posse das terras e de confecção dos documentos pessoais. Assim, as cooperativas agenciaram as ações coletivas de acesso aos recursos públicos e de assistência técnica a eles, que, ao fazerem parte do quadro social, passaram a ter o reconhecimento identitário de quilombolas e o acesso aos recursos públicos, a fim de melhorar as suas condições de vida. Eles estão inseridos no planejamento da produção agrícola da cooperativa para o mercado institucional do PAA e do PNAE, bem como para o mercado convencional e em feiras livres. Nesse sentido, assim manifestou-se este associado e agricultor quilombola.

A cooperativa trouxe muitas coisas, o reconhecimento dos negros quilombolas, essa foi a maior contribuição! Nós temos nossa certidão de reconhecimento das terras pela Fundação Zumbi dos Palmares. A gente era deixado de lado, nós não tinha reconhecimento. Através da cooperativa nós participamos do Fórum da Agricultura Familiar. Através de nossa participação nós conseguimos isso tudo aqui [apontando com a mão a redor] com muita luta. A gente tem vários sonhos, nós queremos confeccionar artesanatos aqui na nossa sede (homem, entrevista n. 36).

Essa manifestação revelou a relevante participação externa e o importante papel intermediário da cooperativa nas conquistas da comunidade quilombola. Entretanto, essas conquistas aconteceram mediante a participação dos agricultores quilombolas nas diferentes esferas públicas: cooperativa, Fórum da AF, Território da Cidadania, etc. Como revela este informante, “com setores fragilizados da sociedade, como pequenos agricultores, assentados,

quilombolas, pescadores [...] nós temos de ter ações de tutela. Essas ações dão confiança ao grupo para conquistar outros direitos” (homem entrevista n. 56). A tutela somente tem sentido enquanto estratégia de ação efêmera para que os grupos possam andar por si próprios.

O envolvimento das cooperativas agrícolas e, especialmente, as de crédito rural e de habitação rural contribuiu para a sustentabilidade social de inúmeros agricultores. O acesso ao Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) melhorou as condições de moradia e a autoestima, colaborando para a permanência de famílias no espaço rural. “As casas dos agricultores estavam caindo aos pedaços, precisavam de uma cooperativa de habitação para construir suas casas, o agricultor sozinho não conseguia construir sua casa, juntos, dividindo a mão de obra surgiu a cooperativa de habitação” (homem, entrevista n. 15). Os agricultores já tinham conseguido recursos para a agricultura, faltava para suas casas. “Nossos associados tinham a demanda de habitação, eles conseguiam financiar chiqueiros, estábulos, até creche para as matrizes... mas, não conseguiam reformar suas casas...” (homem, entrevista n. 17). No RS as cooperativas de crédito e de habitação rural já executaram obras em mais de 45 mil unidades habitacionais (CREHNOR, 2013). Essas obras são resultados da participação externa dos dirigentes e de inúmeros agricultores cooperativistas em diferentes esferas públicas da sociedade civil e do sistema político.

### **5.1.2 As manifestações na dimensão econômica**

Observando as manifestações na dimensão econômica, percebeu-se que todos os agricultores entrevistados revelaram produzir prioritariamente para o mercado da cooperativa, adquirindo nele a maior parte dos insumos que necessitam. O mercado da cooperativa é onde dois terços das famílias entrevistadas adquirem mais da metade dos insumos e produtos consumidos nas suas propriedades, desde as sementes até os alimentos consumidos dentro de casa. Para os agricultores associados, as cooperativas agrícolas contribuem significativamente para a comercialização dos produtos agrícola, aumentando a renda agrícola familiar, proporcionando-lhes vantagens econômicas. Além do acesso ao mercado, as cooperativas também proporcionam o acesso às inovações tecnológicas que, aplicadas adequadamente tendem a diminuir a penosidade das atividades agrícolas e a aumentar a rentabilidade agrícola.

### 5.1.2.1 Em relação ao patrimônio

Esta parte trata do patrimônio dos agricultores entrevistados sob dois enfoques: um, detalha a estratificação das propriedades rurais a partir de seu tamanho, relacionado às áreas de preservação ambiental e o outro focaliza o patrimônio a partir dos bens de uso adquiridos para a realização das atividades agrícolas.

Em relação ao tamanho das propriedades dos agricultores entrevistados, a média registrada é de 27,56 ha, com variação no intervalo dois e 95 hectares. No entanto, é importante observar que a maioria absoluta das propriedades possuía menos de cinquenta hectares cada. A média de área reservada às matas nativas é de 5,15 ha, representando quase um quinto da área total, semelhante aos dados do estado retratado por Grandó (2012), que é de 16,7% (ver Tabela 3, na página 46). Somente dois proprietários revelaram não possuir área de mata nativa. Entretanto, todos os proprietários revelaram não ter averbado ainda o registro da área em cartório. A tabela a seguir sintetiza o patrimônio fundiário dos agricultores entrevistados quanto à estratificação e tamanho das propriedades registrada em relação à área total de 1.019 hectares.

**Tabela 13 – Estrato e tamanho das propriedades dos associados entrevistados**

| Hectares     | Nº de Associados | Área total (ha) |
|--------------|------------------|-----------------|
| 0 a 10       | 6                | 34,98           |
| 11 – 50      | 26               | 642,58          |
| 51 – 100     | 5                | 342,24          |
| 101 ou mais  | 0                | 0,00            |
| <b>Total</b> | <b>37</b>        | <b>1.019,80</b> |

Fonte: Pesquisa de Campo. Cooperativas agrícolas: esfera pública, participação e sustentabilidade.

Elaboração: Nilson Binda, PGDR/UFRGS (2013).

Os agricultores da Coofan revelaram a problemática específica referente à regularização fundiária. O município de São José do Norte, localizado na faixa de terra entre a Laguna dos Patos e o Oceano Atlântico, possui grande quantidade de propriedades ainda sem a devida regularização. Essa situação impede aos agricultores o acesso aos recursos públicos destinados à agricultura. “Nós queremos investir, ampliar a produção orgânica aqui e não conseguimos por conta da documentação das terras” (mulher, entrevista n. 09). A resolução dessa problemática envolve as esferas públicas governamentais federal, estadual e municipal. A Coofan está empenhada em amenizar a situação, atuando pela legalização das propriedades, como revelou um de seus dirigentes.

Nosso maior problema aqui são as terras não legalizadas, sem inventário. Temos um problema fundiário aqui e ele não é pequeno, precisa legalizar. A questão está no Conder [Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural], na Secretaria do estado e na União. Muita gente não pode acessar os recursos por falta de legalização das terras, não tão podendo por causa desse problema fundiário (homem, entrevista n. 10).

Sem a legalização das terras e com poucos recursos próprios, os agricultores não acessam aos recursos públicos oficiais. E sem esses recursos não modernizam as atividades agrícolas por não investir em tecnologias inovadoras. A falta de legalização fundiária contribui para a manutenção do baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município (ver anexo C, página 269).

Em relação aos bens de uso dos agricultores para a produção agrícola, tratores, máquinas, equipamentos, etc. e à forma de sua utilização, dois terços dos entrevistados possuem trator de pequeno porte e implementos agrícolas; desses, uma pequena parcela manifestou fazer uso coletivo pela cooperativa ou pelo grupo de famílias que adquiriu; enquanto que a parte que não têm trator e nem implementos agrícolas próprios utiliza a tração animal, basicamente o cavalo, e também aluga. Os associados das cooperativas percebem vantagens em relação aos agricultores não associados, como revelou este informante. “A cooperativa tem um trator conveniado com a prefeitura, as horas do trator não são somente para os associados, tem uma diferença de vinte por cento de desconto para os sócios e primeiro são atendidos todos os associados solicitantes, depois os outros” (homem, entrevista n. 9). Do total de agricultores entrevistados, cinco por cento utilizam somente a tração animal, desenvolvendo manualmente as atividades agrícolas, observa-se que todas localizam-se na mesorregião Sudeste rio-grandense.

Conforme as manifestações dos entrevistados, as vantagens econômicas que as cooperativas oferecem são os principais fatores motivadores da associação. Mesmo nas cooperativas ecológicas, esse fator é representativo, pois os agricultores orgânicos buscam na cooperativa o mercado para seus produtos. “O pessoal ainda é muito movido pelo resultado econômico e nós conseguimos enorme diferença nos preços dos insumos agrícolas, em média 20% menor do mercado convencional” (homem, entrevista n. 39). As vantagens econômicas contribuem para a ampliação do quadro social das cooperativas, bem como do patrimônio dos agricultores. Com essa ampliação, a cooperativa e seus associados podem investir em inovação tecnológica para melhorar a qualidade dos produtos e serviços, bem como a qualidade de vida no espaço rural.

### 5.1.2.2 *Em relação à mão de obra*

Considerando que a mão de obra das famílias entrevistadas é familiar, ela foi manifestada como um problema que põe em risco a sustentabilidade das. As falas dos entrevistados revelaram existir carência e até a inexistência de mão de obra disponível para a agricultura. Naqueles locais em que ela ainda existe, a sua contratação tornou-se inviável economicamente, como demonstraram estes informantes. “Nós não temos empregados aqui, somos só nós dois” (homem, entrevista n. 63). Ou esta, “nós nunca pegamos peão, não se consegue peão na colônia. Tá difícil! Sobra terra por falta de mão de obra, de braços prá trabalhar. Uns anos atrás até se conseguia, hoje, é praticamente impossível. Quando tu consegue é fora do valor o que eles pedem. Então, não é viável. Não compensa” (homem, entrevista n. 35). Outros usaram expressões radicais, dizendo: “não existe mais trabalhador disponível no campo” (homem, entrevista n. 10). “Eu queria plantar mais, mas, não tem mais mão de obra disponível por aqui” (homem, entrevista nº 26). “É só eu e meu marido aqui, só nós trabalhamos em casa, na produção de leite, é só o que a gente produz aqui. Nós temos dois filhos, o mais novo me ajuda de tarde, o mais velho alugou uma casa e trabalha na cidade” (mulher, entrevista n. 40). Além de reduzir os cultivos nas propriedades, o déficit de mão de obra no campo forçou o abandono da produção orgânica de quem produzia à base da Agroecologia, como revela este informante.

Esse ano eu vou ficar de fora, minha idade avançou, não vou mais entregar orgânico. O motivo foi o problema que eu não conseguia controlar mais as gramas, o inço, as coisas no meio do pomar e eu não pude mais fazer esse controle orgânico, mais ecológico por falta de mão de obra. Infelizmente, eu não pude mais controlar, organizar a produção [...] Nós temos quatro filhos, todos casados, nenhum mora conosco, somos só nós, os dois pombinhos (homem, entrevista n. 66).

Nos processos produtivos de agricultores familiares entrevistados, observou-se que a falta de mão de obra está associada, em parte, ao fato de os jovens não estarem contemplados do rateio da renda familiar. Sem participar desse rateio, o jovem tende a ir embora. Os JAF, ao tomarem conhecimento de outros jovens com salário fixo e renda própria, tendem a investir em projetos individuais de vida. Essas situações revelam a falta de empatia entre pais e filhos.

Se os pais conseguissem se colocar no lugar dos filhos, eles ajudariam. Nós tivemos casos na região em que os filhos saíram de casa porque os pais não davam nada pros filhos da cultura da safra. Essa é uma realidade que ainda persiste. É um choque pro jovem ver que fulano lá tem o que quer porque trabalha e recebe um salário e ele não recebe nada de sua família. Então, tem que ter um rateio da própria renda da

propriedade. Se os pais não fizerem isso, seus filhos vão embora (homem, entrevista n. 7).

Em relação ao trabalho infanto-juvenil, houve a seguinte manifestação: “A mão de obra infantil aqui no Brasil é proibida... as crianças devem estudar, ao invés de trabalhar... em parte elas participam da mão de obra familiar, agora, os jovens até os 18 não ajudar, não pega gosto pelo trabalho agrícola. Isso, nós temos debatido na Câmara Setorial do Tabaco” (homem, entrevista n. 7). Conforme essa manifestação crítica, as leis que proíbem o trabalho de adolescentes no campo contribuem para o afastamento dos jovens da agricultura, pois não deixa o adolescente/jovem pegar gosto pelo trabalho agrícola, aumentando o déficit de mão de obra no espaço rural. Entretanto, as cooperativas ecológicas organizadas a partir de grupos despertam nos jovens o interesse pelo trabalho agrícola, especialmente na produção orgânica e nas agroindústrias familiares, como revela fala que segue:

a maioria dos filhos das famílias aqui assentadas está trabalhando na produção do arroz orgânico, que demanda mais gente, e na horta. Depois que começou a produção orgânica aumentou a perspectiva de os jovens perseverarem aqui. A cooperativa agregou um pouco mais de valor ao produto, isso incentiva. A cooperativa industrializa e comercializa e isso tem gerado emprego pros filhos dos assentados (homem, entrevista n. 63).

As UFPA's investigadas têm em média 2,2 membros familiares economicamente ativos, que corresponde basicamente ao casal. Dessas famílias entrevistadas, um quarto contrata temporariamente a mão de obra de terceiros no período da colheita. Somente uma família revelou ter contratação de mão de obra permanente. “Eu tenho um casal que trabalha comigo e toca os serviços o dia inteiro. Eu vou lá, todos os dias às cinco e meia da manhã, eu tiro o leite, depois ele toca” (homem, entrevista n. 53).

Em relação à mão de obra, há ainda as formas de ajuda mútua, característica das sociedades camponesas e observadas nas famílias entrevistadas. Do total de famílias entrevistadas, mais de um terço manifestou cultivar a ajuda mútua, especialmente entre vizinhos. Essa prática ocorre, de um lado, pela escassez ou alto custo da mão de obra contratada no espaço rural e, de outro, como reminiscência das práticas tradicionais de camponeses, como os mutirões, herdadas dos povos indígenas, sendo muito comuns no Brasil até meados do século XX, conforme Caldeira (1956). A “mão de obra a gente não contrata, a gente troca serviços, daqui um pouco eu trabalho lá, dá um folga lá, eles vêm cá. Pagar gente, não dá, mais é uma troca, que é bem comum por aqui” (homem, entrevista n. 9). Ou ainda, “Aqui, é só a gente! A gente se troca com os vizinhos, na hora da colheita, quando está pronta a nossa uva, os vizinhos vêm e ajudam e quando está pronta a dele, a gente vai lá e ajuda”



(homem, entrevista n. 45). Essas manifestações, ao mesmo tempo revelam a diversidade de mão de obra e a complexidade do espaço rural, mesclando antigas práticas com as tecnologias modernas.

### *5.1.2.3 Em relação à inovação tecnológica*

As inovações tecnológicas imprimiram novo ritmo ao desenvolvimento agrícola na história da humanidade. Como revelou este informante, “a tecnologia nos assusta um pouco pela sua velocidade e voracidade” (homem, entrevista n. 15). Apesar de imprimir velocidade em todos os setores, a agricultura conserva determinado ritmo difícil de ser alterado de maneira significativa, como o ciclo produtivo desde o plantio até a colheita e a sazonalidade de cada cultura. Diante do quadro de escassez de mão de obra no espaço rural, as inovações tecnológicas tornaram-se um fenômeno determinante do desenvolvimento, um fator de substituição da mão de obra braçal para a mecânica. As inovações aumentaram a produtividade, a produção e a rentabilidade agrícolas. Este informante se manifestou nesse sentido: “nós temos um exemplo aqui, dois irmãos investiram em inovação na criação de gado semiconfinado. Eles estavam quebrados financeiramente, pagaram as dívidas e hoje entregam mais de quarenta mil litros de leite por mês” (homem, entrevista n. 51). A viabilidade do empreendimento tornou-se possível pelo investimento em tecnologia.

Conforme se percebe, a introdução de inovação tecnológica transformou os modos de produção. Entretanto, essa transformação não ocorre eficazmente sem a assistência técnica adequada. As manifestações de resistência de agricultores para a mudança cultural, em termos de cultivos agrícolas, bem como de implantação de novas tecnologias, se fizeram bastante presentes. Como revelou este informante, “o fator de mudança é complicadíssimo, veja um exemplo, veio aqui um agrônomo queria fazer uma revolução, mas, não durou muito tempo” (homem, entrevista n. 7). A mudança de paradigma depende do método de implantação das inovações, que também tem de ser inovador, contando com a participação dos agricultores. A retroinovação, que associa as práticas e saberes tradicionais dos agricultores às inovações tecnológicas recentes é alternativa viável por considerar os elementos contidos no mundo da vida. Nesse sentido, perceberam-se situações em que os filhos foram estudar na intenção de retornar e aplicar os conhecimentos na propriedade dos pais. “Das três filhas que temos, a de vinte anos está estudando veterinária e quer continuar a trabalhar conosco... como a gente trabalha só com leite, ela diz: como me criei quero continuar o trabalho que estamos fazendo

hoje, só que mais estudada” (mulher, entrevista n. 63). Isso significa aplicar as inovações aprendidas nas atividades a serem desenvolvidas na propriedade. Nessa mesma propriedade, o homem também manifestou o desejo de investir em novas tecnologias, desde a genética dos animais até o manejo do gado leiteiro, a fim de dar mais qualidade aos produtos e reduzir os custos.

Nós temos a sala de ordenha, o estábulo, mas, eu quero fazer aquela que tem o cocho onde as vacas comem enquanto a gente tira o leite. Nós só temos vacas holandesas, a gente trabalha com inseminação artificial. Dá para comprar sêmen sexuado, só prá ter vacas, mas, é caro ainda. Teria que ver uma forma coletiva de adquirir e armazenar [os sêmens], porque criar um terneiro é só prejuízo (homem, entrevista n. 63).

As cooperativas têm importante papel na intermediação coletiva nos investimentos em inovação, ofertando financiamento e assistência técnica aos associados, fatores decisivos para colher os bons frutos da inovação, como relatou este informante que segue. “A cooperativa está crescendo, está ajudando os agricultores. O que ela mais ajuda e que faz a diferença é que eles dão mais assistência técnica e isso tem aumentado a produção, a produtividade, o mercado, ela compra tudo dos agricultores e industrializa” (homem, entrevista n. 35). Ou ainda esta manifestação significativa: “Agora, com a cooperativa nós melhoramos a genética, temos um bom plantel, só vaca holandesa, só faço inseminação [artificial], melhoramos a pastagem, a produtividade e a qualidade do leite, temos assistência técnica, falta melhorar a esterqueira” (mulher, entrevista n. 40). Dessa forma, observa-se que a inovação avança significativamente em três frentes nas propriedades produtoras de leite: na qualidade dos animais (genética), na qualidade das pastagens (alimentação) e na qualidade do leite (produto). Esse processo não foi construído isoladamente, mas, planejado com os técnicos da cooperativa. Os investimentos em inovação tecnológica melhoram a qualidade dos produtos, aumentando os rendimentos, bem como as condições de vida e de trabalho dos agricultores, como revela a manifestação que segue: “Desde que começou a coleta do leite pela cooperativa, o leite é sugado direto de dentro do resfriador pelo caminhão. Isso tornou o serviço mais leve e melhorou a qualidade do leite e a conservação e liberou mais a mão de obra” (homem, entrevista n. 41). O investimento via cooperativa na inovação tecnológica do resfriador moderno diminuiu o trajeto do leite do úbere da vaca, sem expô-lo ao oxigênio e à variação de temperatura, até o tanque do caminhão. Em pouco tempo, a temperatura do leite cai para abaixo de sete graus centígrados, permanecendo nessa temperatura até a usina, com menos riscos de contaminação. Além disso, o agricultor não fica em casa esperando o

caminhão tanque coletor, liberando mais mão de obra para as atividades agrícolas. Como resultado, aumentou a qualidade do leite e os rendimentos agrícolas.

Os investimentos em inovação tecnológica foram observados em todas as famílias entrevistadas e vinculados às cooperativas agrícolas a que pertencem, não somente na produção do leite. Nesse sentido, a Cootap investe em tecnologia para a produção do arroz orgânico, a fim de dominar a técnica de toda a cadeia produtiva autonomamente.

O desafio maior assumido por todos os associados foi trilhar o caminho da autonomia da cooperativa em termos de sementes, mão de obra, garantindo a viabilidade econômica da produção orgânica por meio da assistência técnica própria e mercado aos produtos. O que nós pretendemos é não depender de fora, caminhar com nossas pernas (homem, entrevista n. 1).

Quanto à inovação tecnológica, observou-se também uma diferença significativa entre as cooperativas. Enquanto as cooperativas grandes produzem OGMs em escala, as cooperativas pequenas estão em processos produtivos convencionais, “fazendo muito do mesmo”, ou em transição para processos produtivos baseados em princípios da Agroecologia. Esses processos foram relatados como ‘boas experiências’ que no futuro vão proporcionar melhor qualidade de vida.

As grandes cooperativas defendem com unhas e dentes essa tecnologia da transgenia porque aumenta a produtividade. As pequenas cooperativas estão fazendo muito do mesmo, mas, já temos boas experiências que no futuro podem proporcionar qualidade de vida (homem, entrevista n. 15).

Como se viu anteriormente, embora alguns agricultores familiares resistem em investir em inovação tecnológica, todos os agricultores entrevistados manifestaram investir em inovação tecnológica. Entretanto, o custo elevado e a necessidade de assistência técnica muitas vezes são entraves para investir em inovação tecnológica de forma individual. De modo coletivo, as cooperativas auxiliam os investimentos em inovação tecnológica, oferecendo as condições de financiamento para a aquisição, bem como agenciar a assistência técnica para sua utilização com mais precisão e melhor desempenho. “A tecnologia, todo mundo quer, está buscando. Os associados estão bem abertos nessa parte, a cooperativa está sempre buscando inovações tecnológicas, muitas vezes as tecnologias chegam antes nas revendas das empresas [mercantis]. Isso prejudica os associados” (homem, entrevista n. 46). Se tratando de inovação, a assistência técnica é fundamental para aumentar a rentabilidade e diminuir os riscos ambientais que as tecnologias oferecem.

Por fim, é importante destacar a manifestação de que os agricultores não só consomem tecnologias, já que eles também produzem tecnologias e conhecimento. “Nós

estamos produzindo conhecimento. Nós iniciamos com as trocas de experiências, muita formação e troca de informação sobre a visão agroecológica do sistema. Há uma pesquisa permanente aqui dentro. Cada produtor monitora o que produz” (homem, entrevista n. 62). As cooperativas, assim, são um importante elo entre os agricultores e as tecnologias e entre as esferas especializadas em pesquisa e os agricultores.

Antes da cooperativa, os agricultores não tinham ideia do que é a Embrapa. Era um ser abstrato, sem nenhum sentido prático. A cooperativa trouxe os pesquisadores para colocar os pés no chão, fazer novas pesquisas, introduzir novas tecnologias. Toda essa aproximação, não aconteceria sem a cooperativa (homem, entrevista n. 56).

O processo de inovação tecnológica desenvolvido no chão da agricultura, portanto, ocorre por meio das cooperativas para maior eficiência produtiva. Entretanto, ele também depende do mercado dessa produção, que as cooperativas também podem agenciar.

#### *5.1.2.4 Em relação à destinação da produção*

O destino da produção agrícola dos associados entrevistados é a cooperativa agrícola e nela eles adquirem grande parte dos insumos agrícolas, bem como os alimentos para consumo doméstico; no caso das cooperativas com supermercado. “A gente compra tudo na cooperativa e vende todos os produtos na cooperativa, o leite numa, o milho noutra, na verdade, o milho, a gente deposita lá e pega ração para as vacas e vai descontando o valor do depósito” (mulher, entrevista n. 50). Com isso, ela se tornou opção vantajosa comparada ao mercado de particulares. “A exploração é muito grande fora... antes de ser sócio eu levava os produtos pros armazéns, eles massacravam... Quase toda minha produção vai prá cooperativa, tem uma parte orgânica que vai prá feira” (homem, entrevista n. 9). As transações comerciais pelas cooperativas oferecem vantagens ante as empresas mercantis.

A grande maioria dos nossos negócios é feito através da cooperativa. Se nós não tivéssemos a cooperativa nós caía nas mãos dos atravessadores, aí, sabe Deus qual seria os preços das coisas. Com a cooperativa a gente tem um valor pré-estipulado e conseguimos preço melhor nos produtos, tivemos uma vantagem nos preços muito boa (homem, entrevista n. 63).

A praticidade dos negócios, a confiança e o mútuo conhecimento entre os associados e os responsáveis das cooperativas pelas transações comerciais fortalecem a cooperação e a rentabilidade dos agricultores, como atesta o informante que segue.

A gente adquire tudo da cooperativa, todos os insumos. Todos os produtos que nós colhemos aqui vão tudo prá eles, nós trabalhamos só prá eles, porque, se a gente tem

ou não dinheiro eles trabalham prá nós. Nós, precisando de insumos vamos lá e pegamos, nem perguntam se nós temos ou não temos dinheiro, eles chegam, entregam e depois nós acertamos na colheita... Tive boas vantagens! Prá nós fica fácil, porque todo mundo é conhecido lá dentro da cooperativa (homem, entrevista n. 34).

Quanto à destinação da produção agrícola, mais de três quartos dos associados entrevistados revelaram destinar mais de dois terços dos produtos para as cooperativas. Nelas, adquirem os insumos de que necessitam. Entre as vantagens, ressaltaram a facilidade nas negociações na hora do plantio para pagar na hora da safra, com os próprios produtos, sem muita burocracia e demora nas negociações. “A gente compra tudo na cooperativa, a maioria dos insumos a gente pega lá e pagamos na safra. A produção a gente entrega toda na cooperativa, milho, feijão... Não temos como armazenar os produtos aqui, a gente entrega tudo lá” (homem, entrevista n. 33). Para agilizar o mercado, algumas cooperativas possuem gerência comercial e o pagamento-safra, em dinheiro ou em produtos.

Nós temos um gerente comercial na cooperativa que atende o mercado prá fora, agregação de valor com a industrialização dos produtos, comércio com a marca dos produtos da cooperativa. Os associados compram sementes e outros insumos prá pagar na safra, a isso nós chamamos de pagamento-safra (homem, entrevista n. 39).

A cooperativa determina com o associado o dia do pagamento que será efetuado na safra mediante os recursos depositados na cooperativa. Assim, o agricultor não necessita se deslocar até a cooperativa sempre que tiver de efetuar o pagamento previamente agendado. Essas vantagens se revertem em rentabilidade nos negócios e em confiança mútua entre associado e a cooperativa. A rentabilidade proporciona ganhos maiores na aquisição dos insumos e na venda dos produtos agrícolas, sem tanta burocracia, especialmente pelo mútuo conhecimento. A confiança mútua dá segurança e tranquilidade na hora de negociar, para ambas as partes.

Considerando que mais de oitenta por cento dos associados são agricultores com propriedades pequenas, com relação à destinação dos produtos, convém destacar dois pontos relevantes de sustentabilidade econômica:

De um lado, os investimentos na diversificação de cultivos agrícolas e da multifuncionalidade das propriedades rurais, a fim de ofertar diversos produtos e serviços ao mercado. A fuga da monocultura, especialmente de commodities é fundamental para a viabilidade econômica de pequenos agricultores.

Nossos agricultores têm área menor de 20 hectares, não sobrevivem somente com soja. Toda pequena propriedade deveria trabalhar para a subsistência e para agregar renda no mercado. Nós temos muitos produtores que investem no cultivo do tabaco, o ano inteiro, não criam uma galinha, um suíno, às vezes, não se dedicam nem a uma

horta, compram todos os produtos em feiras e supermercados. Isso acaba onerando muito esses gêneros de primeira necessidade (homem, entrevista n. 7).

O cultivo diversificado nas lavouras e nos quintais em hortas, pomares e pequenos animais é rendimento extra, especialmente naqueles produtos que o agricultor deixa de adquirir nos mercados.

De outro lado, os investimentos na produção de alimentos, para atender às demandas do mercado institucional, frutas, leite, etc. são aportes financeiros seguros e cada vez mais crescentes. Como revelou este informante, “o mercado de alimentos está explodindo na nossa volta, principalmente o de frutas. Agora, nós temos que descobrir a vocação e as reais condições de produção do relevo” (homem, entrevista n. 7). A expressão ‘nós temos que descobrir a vocação e as condições do relevo’ manifesta a necessidade de assistência técnica adequada no momento do planejamento da produção agrícola. O mercado institucional é opção de venda o ano todo, entretanto, para atender suas demandas é imprescindível a assistência técnica profissional adequada e o planejamento de cultivos.

O mercado institucional demanda por produção em maior quantidade, como revela este associado. “Na linha do mercado de leite, as indústrias e cooperativas querem absorver produtores em escala, com produção média diária acima de cinquenta litros. Aqueles produtores de cinco, dez litros de leite por dia tendem a se extinguirem” (homem, entrevista n. 51). Em inúmeros casos, houve a reconversão da produção do tabaco para a de alimentos, para abastecer o mercado institucional.

No início da cooperativa nós trabalhava (sic) mais com insumos, que tinham enorme peso no faturamento... Hoje, quarenta por cento do faturamento da cooperativa deriva do leite, como não trabalhamos com o fumo, os produtos vão para os programas como Fome Zero, PNAE (homem, entrevista n. 39).

As cooperativas estão se revitalizando com a produção de alimentos para o mercado institucional. “Os agricultores familiares tem potencialidade de crescer na produção de alimentos, o fumo ainda é ameaça. Nós estamos trabalhando com novecentos fumicultores, incentivando-os à reconversão, no processo de transição ligado à cooperativa” (homem, entrevista n. 28). A tendência é de crescimento do mercado institucional, em escolas públicas, entidades sociais, etc. Para atender a esse mercado, é necessário ter uma organização com infraestrutura compatível às exigências do mercado institucional.

Para atender às crescentes demandas do mercado institucional, os entrevistados manifestaram a necessidade de dois investimentos: um, na criação de “centrais regionais de abastecimento de alimentos, tipo Ceasa” (homem, entrevista n. 10). Ou, “colocar aqui na

região uma central de distribuição de alimentos, com sede própria e local com pessoas liberadas só para isso” (homem, entrevista n. 51), como revelou esse outro. Essas centrais de abastecimento tende a garantir o mercado local e regional e o institucional, contribuindo para a sustentabilidade social e econômica dos agricultores da região. E o outro investimento, no marketing dos produtos das cooperativas agrícolas da AF. As cooperativas têm produtos com marca registrada, carecendo de maior divulgação. “Nós estamos debatendo com os técnicos e entidades certificadoras a importância de termos marca única certificada para todas as cooperativas dos Assentamentos” (homem, entrevista n. 1). Visto que a cooperativa almeja a certificação dos produtos orgânicos, a assistência técnica da cooperativa tornou-se fundamental para atender às demandas do mercado e dar segurança ao produtor.

Nós produzimos só leite aqui, nós entregava para uma empresa, estava dando prejuízo fui na (sic) cooperativa, reunimos os produtores daqui e começamos a entregar na cooperativa. Hoje, temos assistência técnica, o veterinário... Agora, eu me sinto segura com a cooperativa, porque eles fornecem tudo, nunca deixam a gente mal (mulher, entrevista n. 40).

O mercado institucional cada vez mais referencia as ações das cooperativas estudadas. “O mercado principal da cooperativa hoje é o institucional. A Conab adquire nossos produtos para compor as cestas básicas, através do PAA e vendemos também para o PNAE” (homem, entrevista n. 1). Essa frase foi recorrente em quase todas as cooperativas. “A gente participa de feiras, mas comercializamos mais no PAA, no PNAE, pela Prefeitura e a outra parte vai para o mercado convencional... Agora nós vamos construir um Quiosque num lugar próprio, vai ser o ponto de referência de venda, de nossa produção” (homem, entrevista n. 18). As cooperativas estão investindo em cadeias curtas, venda direta aos consumidores, também investem no mercado institucional do PAA da Conab e PNAE do MEC. “Nós criamos o DAF por causa da demanda do PNAE e para dar atenção maior para o agricultor familiar, que quer se qualificar, industrializar... nós queremos vender farinha, bolachas, para os presídios, exército, escolas, hospitais públicos...” (homem, entrevista n. 53). A cooperativa tende a ser cada vez mais a esfera agenciadora do mercado institucional, que exige organização coletiva para a comercialização dos produtos no decorrer do ano.

Além da organização coletiva, a Lei 11.947/2009 exige que, no mínimo trinta por cento dos recursos do FNDB destinados para o PNAE seja aplicado na aquisição de produtos oriundos de empreendimentos da AF, estando em construção à exigência legal de que dez por cento desses produtos sejam orgânicos e/ou agroecológicos. Portanto, a tendência é o crescimento de investimentos das cooperativas na dimensão ambiental.

### **5.1.3 As manifestações na dimensão ambiental**

As manifestações dos entrevistados em relação à sustentabilidade na dimensão ambiental foram descritas e analisadas a partir da observação de ações nas cooperativas agrícolas e nas propriedades dos associados. Nessas, também observaram-se as práticas produtivas, o manejo do solo, bem como a destinação dos resíduos produzidos.

#### *5.1.3.1 As ações nos estabelecimentos das cooperativas agrícolas*

Para a análise das ações nos estabelecimentos das cooperativas, essas foram divididas em convencionais, onde se observaram as ações ambientais pontuais da Cotrimaio, Comacel, Cooperac, Coofan, Piá e Coopar, e em ecológicas, onde se configuram as cooperativas dedicadas à produção orgânica com base nos princípios da Agroecologia: Cootap, Ecovale, Pé na Terra e Sul Ecológica. As convencionais são cooperativas grandes, a exceção da Coofan, e as ecológicas são cooperativas pequenas, a exceção da Cootap.

Dentre as cooperativas convencionais, a Cotrimaio atualmente executa o Programa de Gestão Ambiental Agenda 21 e o Programa de Biocombustível. O DAF, que dissemina a diversificação de cultivos nas pequenas propriedades rurais, executa o primeiro programa, com o “objetivo de serem sustentáveis, com a utilização mínima possível de agrotóxico. A diversificação faz com que os associados não abandonem o interior. A cooperativa tem que ofertar melhores condições para a diversificação da produção” (homem, entrevista n. 49). Por esse programa, a cooperativa recolhe as embalagens de agrotóxicos e investe no reflorestamento de árvores nativas e exóticas (eucaliptos). Nos seus estabelecimentos comerciais, a Cotrimaio separa o lixo seco do orgânico que são recolhidos pela Prefeitura. Por meio do Programa do Biocombustível, a Cotrimaio investe em plantas para a produção de biodiesel para distribuição em sua rede de postos de combustíveis. Entretanto, na década de 1990, a Cotrimaio investiu em duas ações ambientalmente sustentáveis que não vingaram: (a) em sacolas de pano retornáveis e biodegradáveis, à base de amido, para os seus supermercados e (b) no cultivo de soja orgânica para exportação. A primeira não vingou devido ao alto custo e a falta de domínio tecnológico na época, e a segunda, não vingou devido à contaminação da soja orgânica por OGMs além do limite mínimo tolerável. Sobre essa ação atém-se o texto que segue.



De 1999 a 2003, a Cotrimaio foi a cooperativa pioneira em produzir e exportar soja orgânica, incentivada pelo governo do estado RS da época, pelo Greenpeace e pelo governo francês, como relatam os informantes que seguem.

A Cotrimaio foi a primeira cooperativa brasileira que exportou soja orgânica, manifestando sua preocupação com o meio ambiente... No início a cooperativa orientava a não plantar transgênico, porque podia trazer coisas que não se sabia. Nós pensávamos assim, se nós tivermos soja orgânica, o agricultor vai guardar, conservar e cultivar sua própria semente, ele conhece a cadeia produtiva de um produto que não faz mal. Porém, o transgênico chegou, tomou conta, acabou com o orgânico. Ainda conseguimos manter por um tempo mais de duzentos produtores orgânicos, aconteceu que não deu mais orgânico porque ele estava contaminado (homem, entrevista 49).

Além disso, os agricultores maravilhados com a produção da soja transgênica diziam não queriam mais cultivar produtos orgânicos, nem a soja convencional. Mesmo diante do pouco conhecimento em torno dos OGMs, a soja transgênica disseminou-se na região. A Cotrimaio fazia frente, proporcionando debates e apresentando as vantagens dos produtos orgânicos.

A cooperativa proporcionou o debate com relação aos produtos transgênicos e orgânicos entre seus associados. O Greenpeace se posicionou contra os transgênicos e a França também, naquele momento. Nós fomos à França vender nossa soja orgânica, com um bônus de até 50%. Só que o transgênico tomou conta. Nós fomos vencidos por dois detalhes: um, histórico, os alemães, italianos que mantinham a roça limpa capinando passaram por 'relaxados' diante dos que plantavam transgênico e usavam o veneno e, outro, o orgânico foi contaminado pelo transgênico, que acabou com o milho, soja, trigo orgânico. Hoje, ainda tem verdura orgânica... (homem, entrevista n. 53).

Com relação à questão ambiental, a Comacel manifestou ter investido na implantação da silvicultura na década de 1990 “para o reflorestamento, com a intenção de capturar cotas de carbono” (homem, entrevista n. 7). Entretanto, ela não conseguiu implantar o projeto. Como ação ambiental, a Comacel contribui no recolhimento das embalagens de agrotóxicos vazias e na produção leiteira adequada à legislação específica. “Nós construímos poços de decantação nos estábulos. Nesse caminho, situações novas ainda não surgiram, reconhecemos que é de grande necessidade” (homem, entrevista n. 7).

A Cooperac manifestou não realizar eventos específicos sobre a questão ambiental, por considerá-la de responsabilidade das esferas públicas políticas e especializadas. “Nós nunca debatemos sobre as questões ambientais, nós temos os técnicos da Prefeitura, da Emater que deixam tudo em conformidade com as leis ambientais” (homem, entrevista n. 51). Entretanto, revela ter tido iniciativa em anos anteriores. “Nós tivemos experiência de produzir embutidos com mais gosto, textura... a partir do porco orgânico, não deu certo! Os produtos

eram mais caros daqueles do abatedouro e não teve mercado” (homem, entrevista n. 51). Hoje, a Cooperac possui uma Agroindústria Familiar que comercializa produtos orgânicos em feira livre semanal, com produtos da horta, frutas, verduras, etc. Além disso, o incentivo ao cultivo diversificado nas propriedades agrícolas é dado como ação ambiental pela Cooperac. “Hoje, é difícil tu passar por aí no interior e não ver um porco, galinhas, produtos de subsistências, batatinha... nas propriedades” (homem, entrevista n. 51). Entretanto, há o reconhecimento da opção dos agricultores pela produção de produtos convencionais. “Nós temos dirigentes de cooperativas que têm certa noção de produzir de maneira sustentável. A maioria dos agricultores não pensa assim. O grosso dos agricultores ainda quer o convencional” (homem, entrevista n. 15). Como sintetizou o dirigente da cooperativa, “na verdade, o mundo é redondo e nesse assunto não tem como a gente se esconder em cantos, ainda são poucas as iniciativas ecológicas” (homem, entrevista n. 67).

Os agricultores associados à Coofan são basicamente produtores de cebola para o mercado convencional. As suas ações em termos de sustentabilidade ambiental se limitam a dar suporte de infraestrutura à Feira de Produtos Agroecológicos realizada semanalmente na cidade de São José do Norte pelo Grupo de Agricultores Ecológicos. “Nós temos alguns associados que são produtores orgânicos. Eles fazem feiras todas às sextas-feiras e a cooperativa dá assistência, busca os produtos, leva de volta as sobras, guarda o material” (homem, entrevista n. 10). Ela não tem programa específico para a produção orgânica e/ou agroecológica com os agricultores associados e os produtos são convencionais.

A cooperativa Piá também manifestou não ter ações direcionadas à produção ecológica de produtos orgânicos. Como revelou este informante, “a nossa preocupação técnica é de o pessoal ter a sua esterqueira para proteger o meio ambiente. Tem esse código florestal aí, que, também saiu novo, para as reservas novas, a cooperativa orienta essa parte” (homem, entrevista n. 42). Os técnicos e coordenadores das unidades de produção “são os responsáveis pelas escolhas de tecnologias adequadas à legislação ambiental” (homem, entrevista n. 60). A opção central da cooperativa é a produção de leite e de seus derivados, bem como de doces de frutas, em conformidade com a legislação ambiental específica; o que proporcionou à cooperativa o certificado ISO 14001, pelo desempenho ambiental.

A Coopar, com relação à sustentabilidade ambiental, mantém em seu Estatuto o segundo objetivo o qual reza: “prestar assistência e orientação técnica na direção da agricultura sustentável dentro dos princípios da Agroecologia” (COOPAR, 1992, Estatuto Social). Entretanto, houve recuo dessas ações na cooperativa. “Nessa questão ambiental a

cooperativa está indo devagar, eu gostaria de ver mais avanços” (homem, entrevista n. 56).  
Ou, ainda esta manifestação que segue:

O foco na agricultura orgânica já foi mais forte na cooperativa anos anteriores, mas, acabou! A agricultura mecanizada, a sua evolução do Brasil entrou em quase todas as propriedades, com mecanização... Nós temos uns quarenta produtores orgânicos, isso dá um e meio por cento, talvez, mas, temos um Departamento Orgânico e um Quiosque Orgânico ali... (homem, entrevista n. 39).

Apesar de a Coopar manter o objetivo estatutário na direção da Agroecologia, sua opção de produção ainda é a convencional. Os maiores investimentos são destinados para a produção de leite e derivados, agregando valor aos produtos dos associados.

Dentre as cooperativas ecológicas a Cootap, desde 2002, investe na produção de arroz orgânico, com assistência técnica da Coptec, com o objetivo de dominar toda a cadeia produtiva e obter novos mercados. Além do arroz orgânico, investe também na produção orgânica de verduras, de leite, de ervas medicinais e de peixe criado em consórcio com a produção do arroz orgânico. “Nossa meta é viabilizar a produção orgânica a todos os associados, para isso temos trabalhado a cabeça deles e tentar mudar a mentalidade e instruir da importância dele não se envenenar, senão, que futuro ele vai ter... Nossa preocupação é com as próximas gerações” (homem, entrevista n. 1). Para alcançar essa meta, “o desafio maior assumido por todos da cooperativa foi trilhar o caminho da autonomia na produção da semente orgânica, na qualificação da mão de obra, na assistência técnica e no mercado dos produtos, sem depender de fora” (homem, entrevista n. 1). A Cootap possui o selo Produto Orgânico e a certificação do arroz orgânico pela IMO do Brasil. O principal produto é o arroz orgânico, sendo o mercado institucional o principal.

As três cooperativas que seguem são pequenas e trabalham exclusivamente com produtos orgânicos diversificados de base Agroecológica: Ecovale, Pé na Terra e Sul Ecológica. Elas ainda são deficitárias economicamente, sendo pequenas cooperativas com altos investimentos na produção orgânica. Entretanto, ambientalmente elas estão bem difundidas entre os agricultores e na sociedade civil onde atuam, com forte expressão na organização e inclusão social. As suas ações técnico-produtivas e comerciais seguem a cartilha da Agroecologia, inclusive com auditorias participativas de conformidade orgânica. A base social dessas cooperativas é constituída de agricultores produtores orgânicos, com ou sem certificado de *Produtor Orgânico*, com base produtiva diversificada, sem a utilização de qualquer agroquímico. Essas práticas lhes conferem reconhecimento como agroecológicas. A fala que segue sintetiza essa situação.

A cooperativa é referência como integralmente ecológica, apesar de nem todos os associados serem integralmente ecológicos. Algumas famílias foram excluídas, por causa dessa questão, inclusive com processo de exclusão formalizado pelo Conselho de Administração. Alguns associados, por não respeitar a Agroecologia, o orgânico... se retiraram por conta. A cooperativa oferece um produto certificado e ele tem de condizer com a certificação (homem, entrevista n. 20).

Esses casos demonstram que essas cooperativas zelam pela ética e pelas práticas ambientalmente sustentáveis, que lhes conferem identidade social e credibilidade pública pela coerência no trabalho. A diretoria e o conselho tratam qualquer ação oportunista de algum associado com rigor, em respeito aos valores éticos constituídos. O quadro abaixo demonstra as principais características das cooperativas convencionais e das cooperativas ecológicas estudadas com relação à produção e comercialização de seus produtos agrícolas dentro da dimensão ambiental.

**Quadro 3 – Caracterização das cooperativas na relação com a produção e comercialização agrícola**

| Cooperativas Convencionais                       | Cooperativas Ecológicas                                  |
|--|--|
| - Diversidade de cultivos agrícolas              | - Diversidade de cultivos agrícolas orgânicos            |
| - Reflorestamento com árvores exóticas e nativas | - Reflorestamento com árvores frutíferas nativas         |
| - Separação de resíduos materiais                | - Separação de resíduos materiais                        |
| - Produção de produtos convencionais e OGMs      | - Cultivo de produtos orgânicos                          |
| - Produção de Biocombustíveis                    | - Produção de sucos naturais                             |
| - Agropecuárias e supermercados                  | - Quiosque Orgânico e Feiras Ecológicas                  |
|  | - Certificação Participativa de <i>Produtor Orgânico</i> |

Fonte: Pesquisa de Campo. Cooperativismo agrícola: esfera pública, participação e sustentabilidade.

Elaboração: Nilson Binda, PGDR/UFRGS (2013).

É importante destacar que ambas as cooperativas Sul Ecológica e a Ecovale estão imersas em duas regiões onde predominam fumicultores. Isso se reflete nas dificuldades de ampliar o quadro social com novos agricultores ecológicos. Entrementes, elas difundem as ações ecológicas a partir da produção orgânica diversificada dos agricultores. “Eu tenho dois hectares e meio de hora orgânica e oito de campo, eu faço pastagem de verão e de inverno, o leite, é obrigado a gente ter por causa do esterco. Se nós parar com a atividade leiteira, nós paramos com a horta também, as duas juntas se complementam” (mulher, entrevista n. 30). Ressalta-se que além de diversificada a produção se complementa.

As propriedades dos entrevistados foram divididas em propriedades orgânicas e convencionais. Elas convergem em ações práticas de diversificação de cultivos e de preservação de áreas de mata nativa, fontes e córregos d’água. Entretanto, a distinção fundamental entre elas está no uso ou não de produtos agroquímicos no processo produtivo. Do total de famílias entrevistadas, dois terços manifestaram produzir utilizando agroquímicos

e um terço desses produz de forma mista. Uma pequena parcela manifestou estar em processo de transição da produção convencional para a produção orgânica. Dentre as famílias de produtores orgânicos, três têm certificado de *Produtor Orgânico* concedido por auditoria participativa pelas cooperativas. Toda a produção desses produtores orgânicos é feita sem a utilização de quaisquer agroquímicos sintetizados. A auditoria nessas propriedades ocorre anualmente para a renovação ou não do certificado.

Dentre os agricultores orgânicos, a principal motivação para a produção de base Agroecológica decorre da ocorrência de doenças na família devido à exposição dos corpos ao veneno no manejo de agrotóxicos. “Nós plantava fumo (sic), meu marido quase morreu intoxicado de veneno. Deixamos de lidar com o fumo prá trabalhar só com leite. Meu marido esteve durante uma semana baixado (sic) no hospital, com convulsões, eu vi o que o veneno faz” (mulher, entrevista n. 40). Ou esta: “Nós botava veneno, eu vi muitos agricultores botarem, meu marido se envenenou e a gente teve muitas dificuldades, então, a gente veio prá esta cooperativa porque ela não usa veneno, aqui é tudo sem agrotóxico. Estamos muito felizes aqui” (mulher, entrevista nº 5). Ou ainda esta: “eu parei de usar veneno por problemas de saúde, agora estou só na hortifruticultura orgânica, planto tomate, que vai pro Fome Zero via cooperativa, e abasteço o refeitório da cooperativa, ali entrego verduras... tudo prá eles” (homem, entrevista n. 35). Essas situações de enfrentamento com doenças fizeram as famílias optar pela reconversão, isto é, deixar de plantar fumo e outros produtos à base de agroquímicos para produzir alimentos, sem a utilização de agrotóxicos. Para esses produtores a cooperativa foi opção de mercado para seus produtos e de mudança de vida.

A opção pela diversificação de cultivos é a principal maneira de contribuição com a preservação do meio ambiente manifestada pelos agricultores convencionais entrevistados. Pela diversificação, há melhor aproveitamento da riqueza existente na natureza. “No interior nós temos toda a riqueza à nossa disposição, só que o meio ambiente está poluído, essa poluição é invisível, mas ela existe” (homem, entrevista n. 7). Os produtores convencionais só cultivam produtos sem agrotóxicos para o consumo doméstico, especialmente na horta. “A horta toda ela é orgânica. A gente não usa nada de químico nela. Toda ela é só esterco, cama de aviário, adubo orgânico. Ela é saudável... não bem, bem orgânica porque não se usa certa distância do químico, mas, não se usa nada de químico na horta” (homem, entrevista n. 18). Ou, como manifestou este outro informante. “Não tem mais ninguém por aqui que planta orgânico, essas coisas de horta, assim, a gente não passa veneno, é só esterco, mais a gente

usa nas lavouras” (homem, entrevista n. 52). A produção para o mercado, vale destacar, é convencional a base de agroquímicos.

Dentre os produtores convencionais, um produtor de frutas mantém sua prática produtiva associada à ação de proteção ambiental especial, por meio de técnica simples e caseira. Durante o período da colheita dos frutos, o agricultor estrategicamente deixa de colher alguns frutos maduros. Esses frutos vão servir de alimento para pássaros e pequenos animais silvestres, evitando o ataque desses aos frutos destinados à cooperativa. Dessa forma, ele evita prejuízos na colheita, colaborando para a preservação de animais.

Esses frutos aqui mais maduros eu deixo prá trás, é para os pássaros vir comer. Assim eles não comem os frutos maduros que vão para a cooperativa. Em quase todos os pés eu deixo alguns mais maduros, daí os pássaros não atacam os bons. Tem muito pássaro aí que não tinha antes. Quando eu era criança era quase só roça por aqui. Agora, tem mais mato, tem mais pássaros, animais no mato, alguns também vêm comer algum fruto que deixo prá trás, eles deixam rastros... (homem, entrevista n. 69).

Conforme esse agricultor, essas ações simples contribuem para o repovoamento de pássaros e animais silvestres na região, além de evitar perda de produtos destinados ao mercado. É uma técnica caseira que contribui para o equilíbrio ambiental local.

#### *5.1.3.2 Em relação à destinação dos resíduos*

Em relação à destinação dos resíduos produzidos nas propriedades rurais dos agricultores entrevistados, observou-se que todas as famílias entrevistadas reciclam os resíduos orgânicos produzidos, reutilizando-os na propriedade como alimento para os animais domésticos ou adubagem em hortas e lavouras. “A gente utiliza os esterco prá botar no pasto pros animais. Daí, o pasto vem mais ligeiro, temos dois hectares de pasto, a gente não bota as vacas lá dentro, a gente corta o pasto e joga no potreiro, no campo, inverno e verão” (mulher, entrevista n. 33). Alguns desses agricultores investiram em minhocário para enriquecer o composto orgânico, entretanto, a falta de domínio técnico no manejo fez abandonar tais investimentos. No momento da pesquisa, somente uma família realizava tal procedimento. “Nós, aqui, o lixo do banheiro a gente queima, o lixo orgânico vai pro minhocário e os lixo da lavoura, embalagens a gente lava e guarda e vai prá associação” (mulher, entrevista n. 9).

As prefeituras municipais realizam a coleta pública dos resíduos, regularmente, nas propriedades rurais, semanal, quinzenal ou mensalmente. A ampliação desse serviço no interior dos municípios diminuiu significativamente o número de embalagens plásticas

espalhadas nos campos em cercas, galhos de árvores e nos córregos d'água. “A prefeitura recolhe todo tipo de lixo seco, isso sim foi uma coisa que melhorou muito. Eu ia aos arroios pescar, dava um remanso era sacolas, sacos plásticos pendurados, isso quase tu não vê mais” (homem, entrevista n. 25). Quanto à destinação dos resíduos, duas famílias manifestaram não ter a disponibilidade o serviço público de coleta em suas propriedades. Essas duas propriedades são da mesma comunidade do interior do mesmo município. “Ninguém busca!” (Mulher, entrevista n. 33), revelaram.

As famílias que utilizam agroquímicos realizam, conforme orientação técnica, a tríplice lavagem dos recipientes, acondicionando-os em local coberto, seco e arejado, até o dia do recolhimento feito pelas empresas fornecedoras, ou pela cooperativa/associação ou pela prefeitura municipal. Esse dia é marcado com bastante antecedência e amplamente divulgado nos meios de comunicação e em locais de maior circulação dos agricultores no interior dos municípios.

As embalagens, eles pedem prá gente passar em três águas, eu lavo em três águas, faço a lavagem tríplice, como eles falam, depois coloco aquela água no pulverizador e espalho na lavoura, prá não ir prá lagoa, depois de bem lavadas eu furo, boto num saco plástico, amarro e penduro no galpão. No dia que a associação vem recolher a gente entrega (homem, entrevista n. 09).

Ainda em relação à destinação dos resíduos é importante destacar que dez famílias mantinham a prática de enterrar o lixo, o que representa quase um quarto do total de entrevistados, e cinco famílias ainda mantinham a prática da queima, especialmente do papel higiênico. “O lixo, assim, eu sempre queimei. Ninguém busca! Eu boto, assim, num monte e queimo” (mulher, entrevista n. 33).

### *5.1.3.3 Em relação à utilização dos insumos*

Quanto à utilização dos insumos, os agricultores entrevistados foram divididos em produtores convencionais e produtores orgânicos. Todos os entrevistados revelaram adquirir os insumos nas cooperativas ou por seu intermédio noutras cooperativas. A frase ‘nós compramos tudo na cooperativa’ foi recorrente em quase todas as entrevistas. “A gente adquire tudo da cooperativa, os insumos, fertilizantes, herbicidas, inseticidas, tudo o que a gente precisa. A gente colhe e deposita na cooperativa” (homem, entrevista n. 34).

Os agricultores convencionais manifestaram a praticidade no momento de adquirir os insumos na cooperativa e a facilidade de pagamento no período da safra.

Os insumos da produção de grãos, sementes, adubos, agrotóxicos a gente adquire tudo na cooperativa a maior parte é químico... Nós também compramos adubo orgânico, cama de aviário, de produtores de suínos, a gente gostaria de investir mais nessa parte porque já tivemos experiência de dois anos de seca aqui, onde plantamos com o químico secou e a área de orgânico teve mais resistência (homem, entrevista n. 18).

Os efeitos colaterais resultante da aplicação dos agroquímicos também foram destacados pelos entrevistados. “Nós, aqui, tínhamos um parreiral na várzea, depois que começou entrar os dissecantes na volta, o parreiral acabou, começou morrer gado, até os brotos das árvores secaram, o parreiral está aí na APP” (homem, entrevista n. 54). Os efeitos colaterais cessaram o cheiro puro de terra depois da chuva, como revela esse informante. “Depois da chuva levanta aquele bafo da terra, puro cheiro de veneno, de solo contaminado, a água também está contaminada, nem água de poço dá prá tomar mais” (homem, entrevista n. 8). Os efeitos colaterais não são nocivos somente ao meio ambiente, também à saúde humana. Naquelas regiões em que o cultivo com agroquímicos é intenso, como na mesorregião Noroeste, até os agricultores que resistiram assumiram essa prática, expondo-se aos agrotóxicos. “Eu uso secante, adubos, fertilizantes herbicidas, utilizo as sementes transgênicas porque aqui, eu não tenho alternativa. Muitos agricultores por aqui se envenenaram devido à exposição aos venenos... O pessoal não sabia das consequências desse veneno” (homem, entrevista n. 54). O uso de insumos agroquímicos afeta a flora, a fauna e também as pessoas que o manejam. Os riscos ao meio ambiente fogem do controle humano quando ventos à deriva levam os agroquímicos, ultrapassam os limites das propriedades, alcançando os leitos dos rios, o fundo dos lagos. A expressão ‘o pessoal não sabia das consequências desse veneno’ não revela apenas o desconhecimento técnico, também o descuidado com o meio e com as gerações futuras. Alguns agricultores amenizam dizendo: “nós não temos por aqui muitas doenças, mais (sic) é o inço pequeno, esse tem muito por aí, então, os agricultores passam veneno uma ou duas vezes, depois não precisa mais” (homem, entrevista n. 51).

Os agricultores orgânicos também manifestaram adquirir os insumos por intermédio das cooperativas. As sementes são adquiridas da Bionatur, uma cooperativa produtora de sementes orgânicas de Hulha Negra e feitas nas propriedades de agricultores familiares e assentados da RA. A maior parte das sementes é adquirida, pequena parcela é confeccionada nas propriedades.

Aqui a gente tem produção convencional e orgânica. A semente a gente compra da Bionatur, pela cooperativa e faz sementes em casa também. A gente entrou no projeto da produção Agroecológica por causa dessa realidade que a gente tem aqui que é de muito veneno, muito produto com veneno. Nós estamos em transição... a gente não usa nenhum produto agroquímico na produção orgânica, mais é esterco.



Ainda temos uma parte da produção convencional. Nela, vai bastante veneno... a gente está sonhando com a Agroecologia (mulher, entrevista n. 9).

Considerando que a maior parte das sementes orgânicas é adquirida nas cooperativas, a base da adubação orgânica dos produtores orgânicos advém dos esterco produzidos nas propriedades, bem como a calda bordalesa e o supermagro. Os compostos orgânicos adquiridos são oriundos especialmente da cooperativa Ecocitrus, de Montenegro, enquanto a cama de aviário (mistura de serragens, restos de ração e esterco de frangos), as cooperativas adquirem dos produtores de frangos.

Para o controle dos insetos-praga, doenças, etc. os agricultores orgânicos utilizam compostos à base do óleo da árvore Nim (*Azadirachta indica*), mel, fumo, sementes de cinamomo, vinagre e urina de vaca sob a orientação dos técnicos das cooperativas. “Para controlar as doenças nós utilizamos técnicas naturais, como a rotação de culturas, para espantar os insetos, utilizamos um repelente à base de mel e fumo e, para combater as ervas, a tradicional capina” (mulher, entrevista n. 5) com a enxada.

As sementes vêm da Bionatur, os insumos orgânicos vêm dos aviários e nós recuperamos o solo a partir da cobertura verde, adubos orgânicos. A gente faz reuniões técnicas com os grupos e passamos as recomendações para a fixação do carbono, nitrogênio, etc. através de cultivos de leguminosas... Para o controle das pragas a cooperativa adquire produtos orgânicos da empresa Soel Claro, como: pura- peste, pura-amor, limpacitrus, xispa-pragas, etc. são caldas com resultados fantásticos. As caldas são muito interessantes, com bons resultados protegem as plantas. E tem também o óleo de Nim, muito utilizado (homem, entrevista n. 28).

O biofertilizante supermagro e a calda bordalesa, os agricultores adquirem por intermédio das cooperativas. Confeccionam-os também nas propriedades, sob a orientação técnica de profissional da cooperativa. O cultivo de leguminosas contribui na recuperação de solos degradados, no aumento da produção e da produtividade agrícola de forma natural. O quadro abaixo resume a utilização de insumos pelos produtores orgânicos e convencionais entrevistados.

**Quadro 4 – Utilização de insumos pelos produtores orgânicos e convencionais**

| Insumos                | Orgânico   | Convencional                            |
|------------------------|--|---|
| Sementes               | Orgânicas, da Bionatur, e confeccionadas em casa                 | Convencionais do comércio e Cooperativa |
| Adubos e Fertilizantes | Esterco, cama de aviário, compostos orgânicos, biofertilizantes. | Agroquímicos, esterco                   |
| Controle das pragas    | Óleo de Nim, semente de cinamomo, fumo, mel, urina de vaca.      | Agrotóxicos                             |

Fonte: Pesquisa de campo: Cooperativismo agrícola: esfera pública, participação e sustentabilidade. Elaboração: Nilson Binda, PGDR/UFRGS (2013).

As cooperativas agenciam a aquisição da maior parte dos insumos orgânicos e convencionais para os associados, ofertando assistência técnica para garantir maior eficiência nas práticas produtivas.

#### *5.1.3.4 Em relação ao manejo do solo*

As manifestações dos agricultores associados entrevistados, quanto ao manejo do solo, revelaram situações recorrentes independentemente do tamanho das cooperativas ou das propriedades rurais ou da localização no estado. A prática da rotatividade de cultivos é comum a todos os associados entrevistados. “Nós não plantamos sempre a mesma coisa no mesmo lugar” (homem, entrevista n. 33). Ou esse informante que assim se manifestou.

A gente sempre faz rodízio, não usa a mesma produção no mesmo lugar. O milho sempre no mesmo lugar não dá, a terra fica muito fraca. A gente faz rodízio em três áreas, quando começa dá um problema, a gente pula prá outra, deixa pasto, azevém, milho... Sempre a mesma cultura cria problema na terra, alguma coisa se mantém aí, se multiplica, aí não dá (homem, entrevista, n. 32).

A técnica da rotatividade utilizada pelos agricultores convencionais e orgânicos ocorre mais por conhecimento herdado dos pais que sob a orientação dos técnicos das cooperativas.

Agora, há rotatividade de cultivos nas áreas porque produz melhor, a produção é melhor do que plantar o mesmo produto sempre numa mesma área. Isso aí a gente já sabe. Desde que nasce a gente vive na colônia e tem essa experiência (homem, entrevista n. 35).

As práticas de pousio observadas nas propriedades rurais ocorrem mais por falta de mão de obra disponível do que resultado de planejamento estratégico de produção. “Tem uma área ali que fazem mais de dois anos que está parada, não tem tempo prá recuperá-la. Nós somos só três pessoas, não dá fazer tudo” (mulher, entrevista n. 33). Esta outra manifestação tem o mesmo sentido. “Alguma lavoura fica de pousio porque nem toda lavoura a gente consegue plantar, cuidar, alguma parte sempre ficar prá trás” (homem, entrevista n. 32). A maior parte dos entrevistados que relataram utilizar a técnica do pousio não a fazem por mais de um ano na mesma área de terra. A manifestação reveladora é no sentido de que o solo cultivado organicamente, quanto mais trabalha, mais descansa. “As terras orgânicas, no caso, quanto mais velha melhor, quanto mais trabalha, mais descansa, melhora a qualidade e o que tu plantar vem” (mulher, entrevista n. 9). Enquanto que o solo cultivado com agroquímico necessita de pousio para se recuperar. “O solo daqui é pobre em matéria orgânica, a gente faz

matéria orgânica. A gente faz a rotação de cultivos, deixa uma área de repouso por dois, três anos, isso nas terras que levam veneno” (homem, entrevista n. 9). Essas manifestações são da mesma propriedade em transição para a Agroecologia. Parte já está consolidada com a produção orgânica e os cuidados técnicos da Agroecologia, a outra ainda perdura a agricultura convencional e a propriedade produz ainda de formas distintas.

Nosso solo aqui é arenoso, para melhorar a qualidade do solo tem que ter cobertura verde. A cooperativa está trabalhando nisso, trouxe aveia branca e aveia preta pra dar mais cobertura, pra fazer rotação, enriquecer mais nosso solo, até mesmo pra fazer o plantio direto, o pessoal tem que fazer isso (homem, entrevista n. 10).

As manifestações dos entrevistados na dimensão ambiental revelam que as cooperativas ecológicas e especialmente as convencionais muito têm a investir para a reversão da racionalidade produtivista de seus dirigentes e associados. Esse investimento requer ações comunicativas de esferas públicas especializadas e políticas públicas do Estado por meio de programas específicos, especialmente de assistência técnica. Entrementes, os consumidores, na outra ponta, também necessitam de reorientação nutricional e de mudança nos hábitos alimentares propostos por ações instrumentais das empresas mercantis transnacionais.

## 5.2 OS JOVENS AGRICULTORES FAMILIARES E A SUCESSÃO NAS PROPRIEDADES RURAIS

As manifestações a seguir são em relação à questão dos jovens agricultores familiares<sup>47</sup> relacionada à questão da sucessão nas propriedades rurais. A abordagem dessa questão é bastante recente na academia e está diretamente relacionada à questão da sucessão em propriedades rurais. Aqui neste estudo essa abordagem está imbricada a temas relacionados ao cooperativismo agrícola, como os riscos de sua sustentabilidade e de parte significativa das propriedades rurais. O debate da questão dos jovens, além de recente é polêmico na esfera pública cooperativa. Entretanto, é relevante para a sustentabilidade do

---

<sup>47</sup> Os jovens são indivíduos limitados por uma determinada faixa etária em condição social transitória específica para a idade adulta. “O corte etário de 15-24 anos, adotado por organismos internacionais, como OMS e Unesco, procura homogeneizar o conceito de juventude a partir de limites mínimos de entrada no mundo do trabalho, reconhecidos internacionalmente, e limites previstos de término da escolarização formal (básico, médio e superior). O recorte de juventude a partir de uma faixa etária específica é pautado pela definição de juventude como período de transição entre a adolescência e o mundo adulto. Essa concepção se estabelece como a mais recorrente a partir da Conferência Internacional sobre Juventude – Conferência de Grenoble – 1964” (CASTRO, 2009, p. 41).

cooperativismo agrícola e da AF. Embora a AF esteja consolidada no Estado, apesar da diminuição da população do campo, é importante destacar que dos 441,5 mil estabelecimentos rurais existentes no Rio Grande do Sul, 31,3% não possuem jovens vivendo na propriedade rural (BELEDELI, 2012). Portanto, eles não têm um sucessor definido dentro da família. Nesse contexto, estão inseridas as manifestações aqui descritas, como a que segue.

Nós temos um grupo que pensa as coisas prá a cooperativa. Nós fizemos um levantamento em mais de duzentas famílias aqui da região, perguntando se já tinha alguém para suceder no comando da propriedade, 62% não tinha. A maioria dos jovens está deixando o campo. O que é que faria um filho ficar na lavoura: uma coisa seria o leite, renda mensal, mas, dá trabalho todos os dias, isso atrai os jovens? (Homem, entrevista n. 54).

Essa manifestação de incerteza da permanência dos jovens coloca em risco a sustentabilidade da AF no espaço rural. A incerteza não está concentrada em determinadas regiões, abrange todo o estado, demandando ações estatais de contenção. A sucessão em propriedades rurais refere-se ao rito de transferência de poder e de capital na gestão de propriedade. O sucessor pode ser um herdeiro membro da família ou não. No processo sucessório, a nova geração assume a gerência patrimonial, a manutenção da identidade social e profissional, levando à retirada do controle das gerações anteriores e à entrada de nova geração no controle do patrimônio familiar. A sucessão é fundamental para a reprodução da AF, que ocorre pela transferência jurídica da propriedade, a fim de garantir a viabilidade econômica e a integridade da propriedade rural. A falta de sucessão gera abandono ou incorporação de uma propriedade a outra. Conforme Winckler et al. (2013), inúmeras famílias subestimam a importância do planejamento para o processo sucessório, que depende da comunicação entre os familiares, podendo gerar conflitos intrafamiliares. Entretanto, o diálogo oferece *insights* de entendimento para o planejamento sucessório adequado, visto que os JAF optam por outros ofícios. As entrevistas com os associados, quanto possível, foi agendada para que todos os membros familiares participassem. Entretanto, mais de noventa por cento delas realizaram-se somente com o casal, sem a presença de jovens. A maioria dos jovens não mora nas propriedades, mas sim nas cidades. Isso se evidenciou na média de 2,2 membros familiares das famílias entrevistadas. As manifestações dos entrevistados foram condensadas em seis grupos: o primeiro, como problema e preocupação, o segundo, em torno da não participação na administração das propriedades, o terceiro, em torno da falta de infraestrutura, o quarto, em torno da escolaridade, o quinto, a mecanização e, o sexto grupo, condensa questões relacionadas ao celibato masculino.

Em todas as entrevistas, o tema da juventude foi manifestado como problema, o maior problema, grande desafio, nossa preocupação, etc., inclusive por parte dos agentes externos entrevistados. A ausência de jovens coloca em risco o futuro da AF e dos agricultores familiares. As manifestações mais significativas evidenciaram situações como as que seguem: “nós não temos mais jovens por aqui, a gente está preocupada com essa situação. O filho mais velho se formou e se foi... a filha do meio casou e se foi... e o terceiro, eu acho que também se vai. Então, a gente se preocupa” (mulher, entrevista n. 9). Ou ainda, “a maioria dos jovens não quer mais parar na agricultura. Isso, eu vejo como um problema. Logo, logo, a agricultura vai virar um asilo” (homem, entrevista n. 25), compara. Ou esta, “os jovens, do jeito que está, chega a ser um problema, eu acho que vai terminar com o pequeno agricultor, não vai demorar muito, os jovens estão todos saindo. A gurizada nova já não está mais aqui” (homem, entrevista n. 29). A mobilidade dos jovens desvela outro problema, o do envelhecimento da população rural. “Os jovens só querem ir prá cidade, estudar, se formar e não voltam, isso, na colônia é um problema, eles estão ficando pouco, só os casais velhos ficaram” (homem, entrevista n. 30). Esta outra, no início tenta amenizar o problema, entretanto, o enfatiza no final: “não tem muitos jovens... na verdade não existem mais jovens aqui, é só casais” (homem, entrevista n. 18). Todas as manifestações evidenciaram a ausência dos jovens no espaço rural como problema para os que permanecem, com menos mão de obra disponível e sem perspectivas reais de continuidade. “Eu diria, o jovem hoje não está ficando no meio rural por falta da cooperativa, de associações, das distâncias, etc. Os jovens estão indo prá cidade em busca de oportunidades e o meio rural está envelhecido e doente, não só aqui, em toda zona Sul” (homem, entrevista n. 13). Entretanto, essas situações se observaram não somente na região Sul, mas, em todas as mesorregiões. A realidade observada revelou a pouca presença e baixa participação juvenil nas propriedades e nas cooperativas agrícolas.

Os jovens participam muito pouco. Eu vejo um problema futuramente nisso. Eles estão longe das cooperativas, não estão mais nas propriedades, eu creio que vai faltar produtos no mercado, porque não mais vai ter quem plante, não tem trabalhador no campo... A maioria dos associados tem mais de 50, 60 anos, uns na faixa dos quarenta... Se a cooperativa tiver mercado vai atrair mais gente, vai ter mais associados. Hoje, a cooperativa não é atração para os jovens, se ela apresentar resultado ela vai atrair associados mais novos (homem, entrevista n. 10).

Essa realidade observada nas famílias entrevistadas e nas cooperativas estudadas foi manifestada como problema e demanda ações propositivas por parte dos gestores públicos do Estado, por meio de Políticas Públicas específicas para os jovens, que somente permanecerão no espaço rural com reais perspectivas de resultados econômicos positivos. Do contrário, nem

a cooperativa agrícola e nem a AF são atrativos para os JAF. A dinâmica da AF não se sustenta somente com idosos. Por isso, as questões dos jovens e da sucessão atraem as atenções dos atores sociais de diversas esferas, pública e privada.

A sucessão na AF está sendo um problema! Nós temos um campo cada vez mais envelhecido. Nós debatemos a necessidade de renda para os jovens filhos de agricultores. Nós temos três questões essenciais a tratar: uma, a autoestima. A baixa autoestima não estimula à produção agrícola. A outra, o alto valor das terras, que faz o agricultor vender as suas propriedades por não conseguir adquirir novas terras e, três, a gestão da propriedade. Os filhos de dezoito anos observam que vai demorar muito para ter o seu negócio, acabam saindo para a cidade (homem, entrevista n. 15).

Aqui, ainda é importante ressaltar que a questão dos jovens não foi revelada somente como problema para a família dos agricultores, ela foi revelada também como problema para as cooperativas agrícolas e para o Estado, ante o elevado número de famílias sem um sucessor definido. Como revelou este informante, “hoje, os jovens são diferentes. Nós, quando jovens ficávamos faceiros com uma bicicleta e ficamos no interior. Hoje, uma moto não segura mais o jovem no interior, um carro, olhe lá...” (homem, entrevista n. 49). Isso revela que os jovens agricultores, de modo geral, estão querendo mais daquilo que os pais oferecem. “Alguns jovens sempre ficam na lavoura, mas, no interior, nós temos um problema concreto, o déficit de mão de obra” (homem, entrevista n. 28), e os jovens estão dizendo que querem ser mais do que mão de obra. O déficit de mão de obra implica na aquisição de máquinas agrícolas, aquelas famílias que não conseguem ou preferem não adquirir, arrendam parte da propriedade ou abandonam.

Conforme as manifestações dos entrevistados, “a maioria dos jovens não quer mais ficar na agricultura, nas lavouras por causa das dificuldades... eles desanimam, porque se eles conseguem emprego e o dinheiro é certo, ganham o que ganham, já aqui na propriedade não, então, eles já não querem mais ficar” (mulher, entrevista n. 50). Os pais, percebendo que os filhos não querem permanecer na agricultura, especialmente pela baixa expectativa de renda, incentivam ao estudo e ao emprego, planejando individualmente seus projetos de vida e trabalho. “A gente faz o que dá prá fazer aqui. Eu tinha outro filho que trabalhava aqui comigo, mas ele conseguiu emprego na cidade e eu de graças a Deus. Hoje, ele está quase melhor que a gente” (homem, entrevista n. 32). Além disso, empregados os filhos têm os fins de semana livres, férias, etc. que os pais agricultores não têm. Esses direitos dos trabalhadores urbanos são atrativos para os jovens agricultores. Enfim, como revelou este informante, “os jovens (sic) é o nosso grande desafio e nós temos perdido essa luta, os jovens estão ficando

cada vez menos na agricultura” (homem, entrevista n 64), inclusive nas cooperativas agrícolas.

Os entrevistados revelaram mudanças ocorridas no espaço rural, especialmente nas relações intergeracional. Essas mudanças traduzem a complexidade do espaço rural, especialmente para a juventude. Nessa realidade complexa, é “mais fácil os jovens entender os mais idosos do que os idosos entender os jovens” (homem, entrevista n. 7), conforme esse informante. Entretanto, os conflitos intergeracionais existem porque as informações não são suficientes para se estabelecer um diálogo consensual entre elas e, na ausência desse diálogo, a tendência é não ocorrer o planejamento sucessório e os jovens migrarem para os centros urbanos.

A não participação dos jovens na administração das propriedades e o não compartilhamento da renda agrícola gerada são fatores que estimulam os jovens a não permanecer no campo. “Os filhos ajudam, entretanto, os pais não conseguem se colocar no lugar dos filhos, não dão nada pros filhos da cultura, da safra, esse é um fator que ainda persiste... acaba expulsando os jovens” (homem, entrevista n. 7), enfatizou esse informante.

Os JAF, percebendo a situação dos jovens urbanos com moto, celular, internet, salário fixo, férias, fim de semana livre, etc., tendem a assumir as práticas cidadinas. A participação dos jovens na administração da propriedade incentiva o jovem a perseverar no espaço rural, no comando partilhado da unidade familiar de produção agrícola e no desfrute da renda gerada. “Se os pais não fizerem isso, os filhos vão embora. Na prática, a economia familiar tem que aproveitar a mão de obra disponível na família” (homem, entrevista n. 7). A não participação dos jovens na administração, como revelou este jovem, “está se tornando um problema muito sério. O espaço dentro da propriedade, de poder organizar, participar das decisões, do lucro está pouco para os jovens” (jovem, entrevista n. 61). Fora da família quase não há disponibilidade de mão de obra, a pouca que existe não compensa, a opção ainda é pelos filhos. Entretanto, deve ser compensatória, pois os jovens não querem ser somente mão de obra disponível, querem administrar, fazer parte do processo produtivo integral. Os jovens estão acessando mais informações, estão estudando mais, sem ter acesso ao dinheiro que ajudam a gerar na propriedade, como revelou este informante.

O problema aqui é que por mais que as famílias sejam parceiras da Agroecologia, em casa elas não dão abertura para os jovens ter seu espaço de participação no gerenciamento da propriedade. Tivemos alguns avanços com alguns jovens que foram fazer curso técnico, retornaram e a família aderiu. Mas, essa transição é muito difícil e esses jovens ainda não chegaram na cooperativa (homem, entrevista n. 20).

A não participação dos jovens na administração da propriedade retira a possibilidade deles se associarem na cooperativa agrícola, embora alguns participam, como revelou este informante. “Jovens, têm alguns poucos que participam na cooperativa, mas jovem é pouco que participa. Minha filha a recém agora que se associou!” (mulher, entrevista n. 33). Além disso, “os pais continuam com as rédeas nas mãos, eles não deixam os filhos negociar. Quem toma à frente ainda é o pai... os filhos querem fazer pela necessidade imediata e isso gera conflitos em casa” (homem, entrevista n. 46). Desses conflitos, a tendência é os filhos se afastarem das atividades agrícolas e do espaço rural.

A maior parte das propriedades rurais dos agricultores entrevistados possui menos de cinquenta hectares. Entretanto, o tamanho da propriedade não revelou-se fator significativo nas entrevistas para a não permanência dos jovens no espaço rural. O fator mais significativo observado refere-se à falta de infraestrutura, especialmente a das redes de comunicação e de informação no espaço rural, para o acesso à internet e ao sinal da telefonia móvel. “Os filhos já estão na cidade porque aqui nós temos muito pouco a oferecer...” (mulher, entrevista n. 9). Para segurar os jovens no campo, “há de se criar espaços urbanos no meio rural, com perspectivas claras de assistência técnica e de comercialização dos produtos” (homem, entrevista n. 56). A informação a seguir é reveladora dessa questão: “aqui, o acesso à escola tem, passa o ônibus todos os dias e leva as crianças, mas, a internet não chega aqui, o telefone celular mal pega, então, a gente desacorçoa” (jovem, entrevista n. 43). Ou esta revelação: “ao meu ver, os jovens estão ficando cada vez menos na agricultura porque aqui não temos internet, o celular pega mal, eles vão estudar se encantam com as coisas da cidade e não retornam” (homem, entrevista n. 64).

É evidente, não dá para querer a totalidade dos jovens no campo. Entretanto, os encantos da internet e da telefonia móvel, amplamente disponíveis nas cidades, foram os fatores mais recorrentes como fatores da mobilidade dos JAF para os centros urbanos. Por isso, para a permanência dos jovens no campo, hão de se criar infraestruturas no espaço rural, com mecanização e modernização da propriedade, especialmente a infraestrutura de comunicação. Aquele trabalho quase desumano de lavrar o solo com braços, boi, cavalo, etc. a isso os jovens não vão se sujeitar. Agora, com maquinaria moderna, perspectivas de comercialização dos produtos com rendimento e infraestrutura de comunicação para operacionalizar os negócios, a tendência é de que os jovens permaneçam e até retornem ao espaço rural. A infraestrutura de acesso, meios de transportes, entidades associativas e cooperativas existem, o que falta é a conexão virtual.



A obrigatoriedade dos estudos e a diminuição de escolas rurais introduziram significativa mudança nas relações familiares e sociais no espaço rural. A estrutura educacional concentrada nos centros urbanos ou em escolas-polo, ao mesmo tempo em que oportuniza o acesso aos estudos, contribuiu para a mobilidade dos JAF do espaço rural para o urbano. Isso porque o que os jovens aprendem não está voltado para a realidade da agricultura. Esse distanciamento do entre o conteúdo curricular das escolas e a realidade da agricultura contribui para a instabilidade da AF no espaço rural. Nesse sentido, os agricultores entrevistados construíram seus discursos sobre a não permanência dos jovens no espaço rural.

Os jovens estão saindo para estudar e não retornam para trabalhar no espaço rural. “Eles são proibidos de trabalhar no cultivo do tabaco, por exemplo, até os dezoito anos e têm de estudar, depois, com dezoito não querem mais trabalhar na lavoura, não estão mais na propriedade” (homem, entrevista n. 7). A baixa incidência de colégios agrícolas no interior dos municípios com formação direcionada para o rural afasta os jovens da agricultura. Ainda persiste a distância muito grande, do ponto de vista cultural, entre os jovens do campo e da cidade. Conforme o próximo informante, o estudo afasta os jovens do campo. “Nas atividades agrícolas não tem mais tanto jovens, diminuiu um pouco, porque, hoje, a juventude tem que sair prá estudar, não fica mais na agricultura. A maior parte estuda o que não tem muita relação com a agricultura e não volta” (homem, entrevista n. 35). De acordo com a manifestação que segue, “o próprio governo estimula o jovem a sair, ele facilita com transporte escolar e os jovens estudam prá ter uma vida melhor. A dedicação daquelas horas, todos os dias, ao estudo afasta os jovens do rural” (homem, entrevista n. 13). Os estudos obrigatórios em escolas localizadas no meio urbano e com conteúdo programático não voltado para a agricultura afastam os jovens agricultores do espaço rural. Nas escolas, “os estudos não são votados prá agricultura, prá eles voltarem prá a roça” (homem, entrevista n. 52).

Essas manifestações expressam a problemática específica de formação profissional dos JAF. Eles vão estudar pelas exigências legais, geralmente nas cidades, e os conteúdos aprendidos não são direcionados para as atividades agrícolas; isso faz com que eles projetem suas vidas e a profissão longe da roça. Portanto, a estrutura educacional adotada pelos governos brasileiros tem grande parcela de contribuição na diminuição da população rural, especialmente dos jovens.

Outro fator contribuinte para a mobilidade dos jovens do campo para as cidades é a mecanização agrícola. Ela tem duplo reflexo na agricultura, especialmente sobre a realidade dos JAF. Ao mesmo tempo em que expulsa um sem-número de trabalhadores das

propriedades rurais, ela também estimula à permanência os jovens em atividades agrícolas no espaço rural, como revelaram estes entrevistados.

Os jovens continuam na lavoura se houver mecanização. Os jovens têm de estar estudando até os dezessete, dezoito anos. O meio turno que eles ficam em casa, eles têm de ficar em cima de máquinas, fazer com que as máquinas produzam. Se não tiver máquinas que facilite o trabalho, eles não continuam na propriedade, aumentando o êxodo rural (homem, entrevista n. 39).

Essa manifestação revela a importância da mecanização como fator para a permanência dos jovens na agricultura. Da parte do Sistema Político, existem recursos Públicos e Programas Governamentais para a aquisição de máquinas agrícolas. Da parte do Sistema Econômico, há disponibilidade no mercado de máquinas cada vez mais modernas de precisão. Entretanto, os altos custos aos agricultores familiares ainda são barreiras. A mecanização não deixa de ser atrativo para os jovens continuar ativos no espaço rural, pois ela reduz a penosidade do trabalho agrícola e aumenta a rentabilidade. “A gente tem que entender que o jovem só vai retornar para o meio rural mecanizado. A maquinaria, ao mesmo tempo em que afasta as pessoas do campo, é ela que segura os jovens no meio rural” (homem, entrevista n. 13). Nesse sentido, ganha importância o uso de técnicas relacionadas à retroinovação, que une práticas e saberes tradicionais às modernas tecnologias, conforme Stuver (2011), a fim de aumentar a eficiência das atividades agrícolas. Para efetivar essa união, Sardan (1995) propõe a fusão do conhecimento técnico e popular por meio da aproximação dos saberes dos mediadores das esferas especializadas com os saberes dos agricultores. Entretanto, as máquinas por si só não seguram os jovens no campo, pois eles necessitam participar da administração da UFPA e ter opções para realizar a socialização secundária no espaço rural.

Por fim, o fator celibato masculino, contribuinte da evasão dos jovens agricultores. Ele está relacionado à diminuição da opção de namoro e casamento entre pares no mundo da vida dos agricultores, devido ao fato de as jovens mulheres saírem mais cedo e em maior quantidade das propriedades rurais, conforme Abramovay (1998). Logo, permanecem mais jovens do sexo masculino no campo, contribuindo para o aumento do número de celibatários masculinos.

A gente deveria ter um retorno maior para incentivar os filhos a continuarem aqui fora... Eu vejo que os jovens não se mexem muito por aqui, guris até que tu vê algum por aí, mas, gurias, é muito difícil. Elas vão estudar na cidade e não voltam. Não querem e nunca vão se casar com um guri da colônia, prá nunca precisar trabalhar na lavoura (mulher, entrevista n. 40).

Esse êxodo seletivo das jovens mulheres, ou gurias, fortalece as evidências do processo de masculinização da população rural, gerando celibatários masculinos. A saída mais cedo e em maior quantidade das meninas dificulta os relacionamentos de namoro entre pares do espaço rural e a constituição de casamentos para a reprodução da AF nesse espaço. Os jovens estão indo embora para não retornar, conforme Castro (2009), e as jovens mulheres saem mais cedo para estudar. Essa constatação coloca em risco a AF. As entrevistas revelaram que essa situação é gerada pela ação dos pais ante a obrigatoriedade aos estudos, sustentam as filhas residentes nas cidades. “Nós temos dois filhos, a menina, maior, de dezesseis, que está na cidade estudando, às vezes ela vem nos finais de semana, e o menino, menor, de onze, que mora com a gente. A prefeitura vem pega (sic) ele, leva e traz do colégio” (mulher, entrevista n. 24). Essa situação recorrente de as meninas morarem e estudarem na cidade aumenta as chances de crescimento do número de celibatários masculinos e da diminuição da população rural.

As cooperativas agrícolas, diante dessa realidade que gera a falta de sucessores, investem em ações conjuntas com as Entidades-rede, para conter a evasão dos jovens, especialmente das jovens, por meio de cursos de capacitações, encontros, festivais, etc. O governo do estado, ciente dessa problemática, também realiza ações participativas em esferas públicas, debatendo e ouvindo os jovens em fóruns, conferências, etc.

Esse conjunto de fatores contribui na mobilidade dos jovens para os centros urbanos e na diminuição do número de propriedades rurais com sucessores, pois os jovens vão planejando seus projetos individuais de vida para as cidades. Algumas condições conjuntas das esferas privada, pública e política contribuem para os jovens projetarem suas vidas no espaço rural. Na esfera privada, os jovens podem participar mais da administração da UFPA, usufruindo da renda gerada e investindo em seus projetos. Isso demanda investimentos em inovação tecnológica, a fim de diminuir a penosidade do trabalho agrícola e aumentar a rentabilidade. Na esfera pública, os jovens podem participar mais das cooperativas agrícolas, qualificando-se em cursos com conteúdos direcionados para as atividades agrícolas e de cooperação por meio de ações formativas de esferas públicas especializadas.

Além disso, há o desafio da sustentabilidade ambiental dos empreendimentos no espaço rural. Entretanto, as ações não surtem efeitos positivos se não houver investimentos em infraestrutura no espaço rural, especialmente para melhorar o acesso à internet e a qualidade dos serviços de telefonia móvel. Esses investimentos incluem a participação dos JAF na esfera pública virtual, favorecendo o acesso às informações e à execução de negócios,

além da participação das redes sociais e dos entretenimentos virtuais. A situação constituída no espaço rural, por fim, demanda ações da esfera pública política, por meio dos Gestores Públicos do Estado, com políticas públicas específicas e assistência técnica adequada para os JAF com perspectivas econômicas atrativas e rentáveis.

## **6 COOPERATIVISMO AGRÍCOLA: ESFERA PÚBLICA, PARTICIPAÇÃO E SUSTENTABILIDADE**

Neste último capítulo, explicitam-se os elementos mais significativos expressos nos dados compilados a partir das entrevistas realizadas no campo empírico e apresentados nos capítulos quarto e quinto. Realizou-se a explicitação a partir do referencial teórico construído e disposto no capítulo terceiro, que se refere: à esfera pública e à ação comunicativa, que, em diálogo com a racionalidade ambiental são motivadores das ações comunicativas dos agricultores na esfera pública cooperativa, repercutindo em práticas sustentáveis nas dimensões social, econômica e ambiental dos agricultores nas propriedades rurais.

Na sociedade ocidental moderna, os processos de racionalização são construídos imersos no sistema econômico capitalista, de maximização do lucro por meio de ações instrumentais técnicas planejadas. Essa construção centrada na dimensão econômica gerou ao longo das revoluções industriais problemas sociais e ambientais insustentáveis. Nessa sociedade, o cooperativismo moderno estruturou-se baseado em experiências coletivas milenares de camponeses e em experiências de trabalhadores urbanos da Europa na primeira metade do século XIX, confrontando os ideais capitalistas. A partir da Europa, o cooperativismo perfilou por todos os continentes, tanto no meio urbano quanto no espaço rural, difundindo as práticas e os ideais cooperativos. No Brasil, a primeira cooperativa agrícola formalizou-se no estado do Rio Grande do Sul em 1892, sendo alternativa socioeconômica para os agricultores imigrantes europeus estabelecidos nas colônias da região Sul.

Ao longo do século XX, o cooperativismo agrícola brasileiro debateu inúmeros assuntos e deliberou inúmeras ações em várias dimensões, agindo tal qual uma esfera pública na sociedade civil ancorada no mundo da vida dos agricultores. Entretanto, ela não se constitui uma esfera fechada, mas sim aberta a novos horizontes em defesa dos interesses dos associados e da comunidade. A partir de setembro de 1995, no Congresso da ACI realizado em Manchester, Inglaterra, o cooperativismo está motivado a defender os interesses da comunidade, firmado em 2012, ano internacional de cooperativas estabelecido pela ONU, na perspectiva de um mundo melhor. Nesse sentido, o cooperativismo agrícola pôde ser definido como EPC, uma nova esfera pública da sociedade civil engatada no mundo da vida dos agricultores para resolver problemas e buscar as soluções adequadas. Sobre a EPC, convém

ressaltar, este capítulo explicita argumentos explicativos da relação estabelecida entre a participação e a sustentabilidade nas dimensões social, econômica e ambiental.

O capítulo está dividido em três subseções. A primeira, apresenta argumentos explicativos da relação entre a participação na esfera pública e a sustentabilidade social, econômica e ambiental no espaço rural, situada entre as ações instrumentais técnicas e ações comunicativas de agricultores familiares associados a cooperativas agrícolas. A segunda, aponta a racionalidade ambiental relacionada à participação na esfera pública e à sustentabilidade, como determinante para identificar as ações dos atores sociais envolvidos, especialmente das mulheres e dos jovens; esses, considerados impulsos vitais do cooperativismo agrícola. A observação da baixa presença dos jovens nos processos administrativos das UFPAs e nas cooperativas agrícolas revelou a indefinição no processo sucessório das propriedades dos agricultores familiares como problema que demanda por soluções. Por fim, explicitam-se algumas perspectivas, enquanto desafios para o cooperativismo agrícola na complexa realidade em que se tornou o espaço rural nos sistemas econômico e político estabelecidos na sociedade moderna.

Historicamente, o cooperativismo agrícola consolidou-se um meio de levar mais informação, inovação e tecnologia de desenvolvimento socioeconômico aos agricultores. Agora, ele pode consolidar-se como uma esfera motivadora de ações comunicativas sustentáveis no espaço rural, melhorando as condições de vida das populações dos ecossistemas ali estabelecidos. Essas ações, vale ressaltar, dependem da participação dos associados, guiados pela racionalidade ambiental, e de ações propositivas da esfera pública política.

## 6.1 A SUSTENTABILIDADE E A PARTICIPAÇÃO: ENFEIXES DE AÇÕES COMUNICATIVAS E A ESFERA PÚBLICA COOPERATIVA

Esta subseção se refere aos enfeixes de ações comunicativas orientadas pelo entendimento que ocorrem na EPC em situações de fala, mediante a participação dos associados pela linguagem. Esses enfeixes são estratégias de ordem interna e externa às cooperativas agrícolas. Internamente, ocorrem em situações de fala em reuniões dos Conselhos Administrativos (CA), dos Grupos e em encontros planejados para debater questões específicas. Externamente, acontecem nos Conselhos de Desenvolvimento Rural,

nos Movimentos Sociais e Sindical e nas Entidades-rede de cooperativismo. A compreensão desses enfeixes ocorreu a partir da observação dos dados do campo captados para análise.

Inicialmente, a observação sobre as estruturas organizacionais das cooperativas agrícolas demonstrou que o poder de decisão não está concentrado na figura do presidente. As deliberações das cooperativas investigadas são condensadas no CA, que libera o presidente para funções políticas de representação. As situações de fala no CA deliberam ações na modalidade da democracia participativa, desconcentrando o poder de decisão no interior das cooperativas agrícolas. Essas deliberações democrático-participativas evitam locuções populares de identificação da cooperativa a uma pessoa ou grupo restrito. O exercício do poder compartilhado no CA implica a maior participação dos associados na gestão cooperativa, gerando novas lideranças cooperativistas. Entretanto, ressalta-se de antemão que a geração de lideranças jovens depende da participação desses na administração das UFPAs. A administração por meio dos CAs tem a assessoria de profissionais externos contratados para obter maior eficiência na execução das deliberações internas e externas às cooperativas.

A identificação de que em algumas cooperativas agrícolas o CA figura apenas no Estatuto Social, não atuando de fato, coloca em risco o exercício da democracia e a sustentabilidade social dessas cooperativas. A estratégia de administração compartilhada nos CAs advém da Lei Cooperativa, de 1971, que sugere às cooperativas acrescentar estratégias participativas e da CF, de 1988, que deu mais autonomia às cooperativas. Assim, não raro, as cooperativas mantêm a organização de grupos de associados e as pré-assembleias regionais, a fim de ampliar a participação na administração. Nas cooperativas grandes, prevalece a descentralização por meio de pré-assembleias regionais, enquanto que nas cooperativas pequenas prevalece a organização de grupos locais menores. Ambas as modalidades de cooperativas visam descentralizar o poder, incentivando os associados à participação mais efetiva nas suas administrações. As cooperativas pequenas demonstraram cultivar mais as relações primárias de proximidade entre os associados em reuniões ordinárias planejadas dos grupos de agricultores e a participação em nível mais aprofundado.

A organização interna em Grupos constitui a segunda estratégia no enfeixe de ações nas cooperativas. Essa estratégia consorciada a do CA potencializa a participação dos associados na tomada de decisões mais próximo do seu mundo da vida e no exercício do poder democrático-participativo. A dinâmica de Grupos cria situações de fala em que os associados têm mais oportunidades para expor suas pretensões de validade de igual por igual, interagindo na linguagem de seus pares no mesmo mundo da vida. Os coordenadores dos

grupos ou técnicos em assessoria agem como sensores sensíveis aos problemas demandados pelos associados, conduzindo-os ao CA ou à direção da cooperativa. A organização administrativa da cooperativa em Grupos potencializa a resolução dos problemas de maneira mais eficiente e participativa, proporcionando as relações primárias de proximidade entre os associados e seus diretores. Entretanto, a organização em Grupos requer reuniões frequentes planejadas, como canais comunicacionais estabelecidos entre a Direção da cooperativa agrícola e seus associados. As ações dos Grupos Gestores da Cootap manifestaram de modo emblemático essa estratégia de organização, nas quais são enfeixados assuntos relacionados à produção agrícola, à administração cooperativa e à atuação na sociedade civil.

A terceira estratégia de organização ocorre pela realização planejada de Encontros, Seminários e reuniões específicas para debater assuntos relevantes à sustentabilidade da cooperativa agrícola, pela qualificação de seu quadro social, especialmente para atender às demandas das mulheres e dos jovens. Esses Encontros ganham qualidade com a presença de profissionais de esferas públicas especializadas, como de universidades, etc. a fim de aprofundar temas específicos e diminuir determinados problemas existentes na base social das cooperativas. Entre os inúmeros encontros, sobressaíram os de mulheres e de JAF realizados nas cooperativas agrícolas para tratar de assuntos relacionados à sustentabilidade social das cooperativas, devido à diminuição da população rural. Os conflitos intergeracionais na esfera privada, que se refletem no processo sucessório das propriedades rurais e os tabus são entraves à participação das mulheres na EPC, restringindo a sustentabilidade. Entretanto, os esforços das cooperativas em incluir mulheres e jovens perdem força diante da racionalidade dos agricultores que restringe a associação das mulheres. “Se eu já sou sócio, porque a mulher tem de se associar também?” Essa questão reflete a racionalidade dos associados que limita a compreensão dos motivos da associação das mulheres à cooperativa. A realização de encontros condensa esses temas, enfeixando-os em pretensões de validade na esfera pública cooperativa para encontrar soluções.

Alguns entrevistados revelaram que tabus relacionados à racionalidade patriarcal restringem a participação das mulheres. Esses tabus são expressões da colonização no mundo da vida que retrai a emancipação feminina. Isso também estimula a mobilidade dos JAF do espaço rural para os centros urbanos. Entretanto, a realização de Encontros específicos de mulheres e de jovens funciona como enfeixe de ações motivadoras à participação na EPC. A efetivação da participação retrai a mobilidade dos jovens e amplia o empoderamento das mulheres. Esses Encontros, quanto mais específicos para o público feminino e juvenil, com



dinâmicas e conteúdos apropriados, mais eficazes serão, pois são enfeixes de ações estratégicas motivadoras à sua participação, a fim de que eles ajam comunicativamente na esfera pública cooperativa, bem como noutros espaços públicos. Entretanto, a eficácia desses encontros ocorre por meio de ações de planejadas também para as propriedades rurais. Além do mais, a contenção da mobilidade da juventude nesses espaços não depende somente das ações da EPC, depende de ações externas, do Estado.

A complexa realidade em que se tornou o espaço rural requer a ação de profissionais de esferas públicas especializadas, bem como ações de Gestores Públicos, formadores de políticas públicas do Estado. Os programas como Pronaf Mulher e Pronaf Jovem demonstraram-se ineficientes sem o engate com as situações-problemas estabelecidas nas propriedades rurais. Desconectados e sem assistência técnica adequada, esses programas serviram para “adquirir máquinas e endividar os agricultores”, revelou um jovem agricultor familiar. As cooperativas agrícolas, enquanto esferas públicas intermediárias têm o papel de condensar ações específicas no interior de suas administrações, nas Entidades-redes de intercooperação e em parceria com os Gestores Públicos para diminuir os problemas sociais do espaço rural. Essas ações fortalecem a EPC, assegurando sua sustentabilidade social e econômica no espaço rural.

A participação interna se imbrica ao exercício da democracia por meio da rotatividade de lideranças no poder que estimula a participação dos associados ao nível mais aprofundado, não permanecendo no nível passivo ou do voto, e potencializa a geração de novas lideranças no espaço rural. Se, nas duas últimas décadas do século XX, houve mobilização intensa na formação de novas lideranças jovens no espaço rural, por meio das pastorais sociais, movimentos sociais e sindical e de partidos políticos de esquerda, a primeira década do século XXI revelou significativo descenso. A rotatividade no poder é uma estratégia que contribui para a permanência de mais JAF em atividades relacionadas à agricultura no espaço rural, à medida que cria condições para sua participação, diminuindo relativamente o problema da indefinição de sucessores, que atinge mais um terço das propriedades rurais familiares do estado RS.

Todavia, a participação interna não garante *per se* a sustentabilidade das cooperativas agrícolas. A participação externa, noutros espaços públicos da sociedade civil, é fundamental instrumento para a sustentabilidade social das cooperativas. Essa participação oferece maiores chances de as cooperativas apresentarem suas demandas, especialmente por meio de ações em esferas públicas especializadas engatadas no mundo da vida dos agricultores familiares. Os

Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, os Movimentos Sociais e Sindical e o Fórum da AF e as Entidades-rede destacaram-se como espaços de participação externa das cooperativas agrícolas estudadas. Nesses espaços públicos, as perspectivas de legitimidade das ações das cooperativas agrícolas ampliaram-se para dentro dos sistemas econômico e político estabelecidos, como se verá a seguir.

A participação no CMDR representa um enfeixe de ações a ponto de condensá-las em decisões favoráveis aos interesses dos associados das cooperativas. Todas as cooperativas agrícolas estudadas participam nesse espaço público na esfera municipal. O Conselho de Desenvolvimento constitui a esfera pública de decisão e de deliberação de recursos para o desenvolvimento de ações no espaço rural devido à composição paritária de membros da sociedade civil e da esfera pública política. Essa composição aproxima os Gestores Públicos do Estado aos usuários das políticas públicas. No CMDR os problemas condensam-se a ponto de serem legitimados para sua execução. Entretanto, a deliberação dos recursos nem sempre ocorre dentro de um quadro consensual de entendimento, gerando conflitos, uma vez que geralmente acontece após as situações de fala em que todos podem participar. As demandas construídas com a participação dos agricultores no nível mais aprofundado são mais facilmente atendidas. A esfera pública cooperativa têm as melhores condições de potencializar a participação dos agricultores devido ao seu princípio democrático de defender aos interesses dos associados e da comunidade na qual está inserida.

A participação em Movimentos Sociais e Sindical e no Fórum da Agricultura Familiar constitui outra modalidade externa de participação e de enfeixes de ações comunicativas da EPC. Nesses espaços públicos, os representantes das cooperativas agrícolas debatem um sem-número de ações relevante para o desenvolvimento rural. As cooperativas agrícolas estudadas contribuem com propostas debatidas em situações de fala nos Grupos, nos Conselhos Administrativos e Encontros realizados com os agricultores. Dentre as principais propostas de ação, enfatizam-se as de parcerias com esferas públicas especializadas para a realização de estudo e de pesquisas nas propriedades rurais dos associados. Por meio da participação nesses espaços públicos, ocorreu a aproximação das cooperativas às esferas públicas especializadas, como a Embrapa, Universidades, Emater, etc. A realização de pesquisas pela Emater, Embrapa, Furg, Ufrgs, Unisinos, etc. em vários municípios do estado conecta o conhecimento científico aos saberes tradicionais dos agricultores, a fim de aumentar a produção e a produtividade com a preservação do meio ambiente. A disseminação do avanço do conhecimento científico entre os agricultores reorienta as ações instrumentais

técnicas de empresas mercantis, que colonizam as ações do mundo da vida. Ela também reforça as ações comunicativas endógenas dos agricultores na medida em que se conecta com os saberes e experiências tradicionais. As ações da Cootap, visando dominar a cadeia produtiva do arroz orgânico nos Assentamentos, são significativas nesse sentido, por envolver diversas esferas públicas nos debates e nas deliberações de ações capazes de avançar a pesquisa, a produção e a produtividade, com maior rentabilidade e preservação do meio ambiente. Essas ações comunicativas construídas cooperativamente visam à autonomia dos agricultores e a sustentabilidade da cooperativa, frente às ações instrumentais técnicas das empresas mercantis que detêm as tecnologias.

As Entidades-rede de cooperativas constituem a terceira modalidade de esfera pública que enfeixa um sem-número de ações, aprofundando temas e reforçando os problemas recorrentes em suas bases sociais para mitigá-los. As Entidades-rede possuem as condições de condensar os problemas, conduzindo-os, por canais comunicacionais adequados às esferas públicas especializadas e políticas, a fim de legitimar as ações propostas, deliberando-as para sua execução. O Rio Grande do Sul possui três Entidades-rede de cooperativas principais nas quais estão filiadas as cooperativas agrícolas estudadas: a Coceargs, a Ocergs e a Unicafes/RS. Essas Entidades-rede com suas pretensões de validade distintas disseminam o mesmo ideal de cooperação entre os agricultores familiares do estado RS.

A Coceargs condensa suas ações nos Assentamentos de RA, ao propor alternativas de desenvolvimento com inovação tecnológicas centradas no modo de vida camponês, confrontando os imperativos capitalistas da agricultura patronal e das empresas mercantis. A Ocergs condensa suas ações para fortalecer o empreendedorismo empresarial cooperativo, assim como busca congrega as cooperativas enquanto sociedades de pessoas e empresas ao mesmo tempo para sobrepor o trabalho sobre o capital, a fim de alcançar rendimentos compensadores aos agricultores por meio da economia de mercado e produção de escala. A Unicafes/RS condensa ações no desenvolvimento da AF, propondo alternativas para o processamento de produtos em agroindústrias familiares, para diferenciar o agricultor produtor de matéria-prima do agricultor produtor de bens e serviços, com agregação de valor. Nessas redes, também estão os impulsos vitais ordenados pelas cooperativas de crédito rural – Crehnor, Cresol, bem como o Banco Cooperativo Sicredi, condensando ações de inclusão financeira aos agricultores familiares.

**Quadro 5 – Resumo dos enfeixes internos e externos de ações na esfera pública cooperativa e principais entraves**

| Esfera Pública Cooperativa |          |  |          |
|----------------------------|----------|--|----------|
| Enfeixes                   | Internos | - Conselho de Administração;<br>- Grupos;<br>- Encontros;<br>(de mulheres/jovens)  | Entraves |
|                            | Externos | - CMDR;<br>- Movimentos Sociais e Sindical;<br>- Fórum da AF;<br>- Entidades-rede. |          |

Fonte: Cooperativismo agrícola: esfera pública, participação e sustentabilidade.

Elaboração: Nilson Binda, PGDR/UFRGS (2013).

Com acesso aos recursos financeiros e assistência técnica, os agricultores têm mais condições de agir, investindo adequadamente os recursos para fortalecer a viabilidade econômica de seus empreendimentos e garantir a sustentabilidade social e econômica no espaço rural. Entretanto, para ir além e alcançar a sustentabilidade ambiental, os recursos financeiros e assistência técnica não são suficientes. É necessário agir a partir da racionalidade ambiental, argumentada por Leff (2010a), dando impulsos vitais ao desenvolvimento sustentável; pois, sem a racionalidade ambiental, nada se faz a mais do mesmo. As Entidades-rede configuram-se esferas públicas de ações qualificadas relacionadas a outras esferas e podem colaborar significativamente para a sustentabilidade das cooperativas agrícolas e da AF no espaço rural, também na dimensão ambiental.

Até aqui, explicitaram-se argumentos em torno das ações internas e externas das cooperativas agrícolas enquanto esferas públicas atuantes no contexto da AF no espaço rural. A seguir, apresentam-se os argumentos em torno dos impulsos vitais, sendo referência às ações práticas dos associados em suas propriedades rurais nas dimensões social e econômica. Na dimensão social, os argumentos em torno dos impulsos vitais foram explicitados a partir dos seguintes indicadores: a participação dos associados na esfera pública cooperativa, a escolaridade, a qualificação e a participação externa, noutros espaços públicos. Na dimensão econômica, os impulsos vitais foram condensados a partir das análises da inovação tecnológica, do mercado e das agroindústrias familiares. Os aspectos na dimensão ambiental estão analisados na próxima subseção.

O primeiro impulso vital para a sustentabilidade das cooperativas agrícolas na dimensão social refere-se à participação das mulheres e dos jovens na EPC. Inicialmente, explicitam-se os argumentos em torno da participação das mulheres e, depois, sobre a participação dos jovens.

Considerando que as mulheres atuam *pari passu* aos homens nas atividades agrícolas, nas cooperativas agrícolas elas ainda estão pouco presentes, como revelaram as entrevistas. Quando elas se fazem presentes, a participação dificilmente ocorre no nível mais aprofundado, como revelou este entrevistado: “elas ficam ali, quietas, mais (sic) são os homens que participam”. Assim, as suas pretensões de validade dentro da EPC ainda não têm as condições para demandar posições maiores. Isso porque, por um lado, existem os tabus socialmente construídos no espaço rural, que reforçam suas pretensões de validade no entorno da esfera íntima familiar, nos trabalhos domésticos e nas atividades produtivas das propriedades rurais. Por outro, há a dominação masculina estabelecida na estrutura familiar patriarcal, reflexivamente como entrave na EPC. Entretanto, as pretensões de validade construídas recentemente por mulheres participantes dos movimentos feministas, movimentos sociais, no movimento sindical rural, etc. são fatores reveladores de que a mulher pode participar mais na EPC, conferindo condições melhores de sustentabilidade social. Os dirigentes das cooperativas revelaram abertura para acolher as mulheres, por um lado, para aumentar o quadro social das cooperativas, individualizando as matrículas dos homens e das mulheres, o que significa reforço significativo na dimensão social da cooperativa e, por outro, para aproveitar a sensibilidade maior das mulheres na observação do detalhamento dos serviços práticos e dos negócios. Isso aumenta a qualidade dos produtos e dos serviços, significando reforço para a cooperativa na dimensão econômica. Mesmo assim, os tabus e a dominação masculina ainda são entraves que restringem a participação maior das mulheres na EPC.

As mulheres não atuam ao lado dos homens somente nas atividades agrícolas. Em todos os setores da sociedade moderna, aumenta a cada dia sua presença e atuação. Nas universidades brasileiras, mais da metade dos estudantes é composta de mulheres (IBGE, 2011), nas cooperativas brasileiras 52% dos empregados são mulheres (OCB, 2012), etc. Entretanto, no espaço rural a sua presença diminui, conforme dados do IBGE. Em 1995, as mulheres jovens, de 15 a 24 anos ocupavam 17,5% do setor de atividade agrícola, diminuindo com o avançar da idade. Entre 15 e 17 anos, 24,4%, entre 18 e 19 anos, 16,2% e entre 20 e 24 anos, 14,6% (IBGE, 1997). Essa realidade se reflete dentro da EPC. A realização de encontros formativos frequentes em grupos específicos de mulheres são ações que visam aproximar mais as mulheres das cooperativas e ampliar o quadro social e administrativo. Hoje, nas cooperativas agrícolas, as mulheres ainda exercem exclusivamente funções burocráticas de secretaria e de recepção. Considerando a dominação masculina ainda exacerbada no espaço

rural, essas ações são imprescindíveis para que ocorra aquela aproximação, a fim de fortalecer a sustentabilidade social das cooperativas agrícolas. Convém enfatizar que a presença de profissionais de esferas públicas especializadas é imprescindível para aprofundar os debates e alcançar maior eficiência nas ações da EPC.

Quanto à participação das mulheres na EPC, os discursos dos entrevistados manifestaram o significativo avanço da presença das mulheres em eventos organizados pelas cooperativas agrícolas, em assembleias, pré-assembleias, etc. Entretanto, a participação delas ainda ocorre preponderantemente naquelas ocupações socialmente identificadas ao feminino, como secretaria, recepção, telefonista, etc. Essas ocupações manifestam relativa divisão social do trabalho e o longo caminho a percorrer para alcançar de modo significativo os cargos eletivos de mando na EPC. As mulheres estão participando mais, entretanto, ainda são os homens que mais detêm as situações de fala e da decisão. Disso, pode-se concluir que as cooperativas agrícolas são esferas públicas identificadas ainda ao universo masculino em termos de participação e do nível dessa participação. Entretanto, considerando a crescente diminuição da população rural, a sustentabilidade das cooperativas agrícolas depende relativamente da participação feminina no nível mais aprofundado e com poder nas decisões na EPC.

Observando os níveis de participação, além da pouca participação das mulheres constatou-se a baixa frequência de jovens nas propriedades rurais bem como nas cooperativas agrícolas. Os jovens migraram para as cidades. Um dos motivos dessa migração é o não reconhecimento dos JAF por parte das esferas públicas como importante categoria social para o desenvolvimento rural. Sem reconhecimento, os jovens agricultores não têm as pretensões de validade nas UFPA's, nem na EPC. Essa falta de pretensão é histórica no Brasil, bem como no RS. Até recentemente os jovens agricultores permaneceram na invisibilidade social, conforme Weisheimer (2005), embora se dediquem desde a tenra idade às atividades agrícolas nas propriedades rurais. A participação dos jovens nas cooperativas depende de sua interação na administração das propriedades rurais, o que de fato, não ocorre devido à mobilidade para os centros urbanos. Entrementes, a participação dos jovens na administração das propriedades rurais está sujeita às expectativas de rentabilidade das atividades agrícolas e da diminuição da subalternidade. As manifestações dos entrevistados revelaram que os jovens agricultores não estão permanecendo na agricultura, estão indo embora, como demonstrou Castro (2009), gerando o déficit populacional e a indefinição de sucessores nessas propriedades. A identificação de alguns elementos condensados, a partir dos agricultores e informantes

qualificados entrevistados, contribuiu para explicitar os motivos da mobilidade social intensa dos JAF.

Os jovens estão indo embora da agricultura porque o sistema de ensino adotado conduz os adolescentes do espaço rural para os centros urbanos ou escolas-polos distantes da realidade rural. O contato diário com a realidade social urbana estimula os alunos filhos de agricultores ao planejamento de seus projetos individuais de vida direcionados para atividades fora do espaço rural. As propriedades rurais ainda não oferecem rendimentos atrativos nem as tecnologias de informação, especialmente internet e telefonia móvel, suficientes para motivar os jovens a permanecerem no espaço rural. Sem essas vantagens, eles saem em busca de oportunidades melhores nas cidades. E mais, as jovens mulheres estão saindo em maior quantidade e em idade cada vez menor das propriedades rurais, como revelaram os entrevistados e os estudos de Abramovay (1998) e Weisheimer (2005), recaindo sobre os jovens do sexo masculino o celibato, devido às reduzidas chances de namoro e casamento com as jovens agricultoras. Essa situação aumenta a incidência do celibatário masculino, reforçando a masculinização e o envelhecimento da população rural.

Menos de treze por cento dos jovens brasileiros residem nos estabelecimentos rurais (IBGE, 2013). A mobilidade dos jovens para o espaço urbano remete ao problema da sucessão nas propriedades rurais dos agricultores familiares. Esse problema, revelado como o maior problema pelos entrevistados, se reflete na diminuição de investimentos nas propriedades rurais, pondo em risco a sustentabilidade das propriedades bem como das cooperativas agrícolas. Sem ter rendimentos atrativos, os jovens não se fixam no campo, gerando a indefinição de sucessores. No RS, mais de um terço das propriedades rurais de agricultores familiares não têm sucessor definido, conforme dado da SDR/RS (2012). O governo do estado, em resposta às demandas apresentadas pelas cooperativas agrícolas, sindicatos, movimentos sociais, etc. criou o GT responsável pela elaboração de propostas de políticas públicas. Esse GT é uma esfera pública de debates composto por Gestores Públicos e por agentes da sociedade civil com a responsabilidade de gerar Políticas Públicas capazes de diminuir a mobilidade dos JAF e abrandar o problema da falta de sucessores nas propriedades rurais. Os membros da esfera privada também podem contribuir, planejando o processo sucessório das propriedades rurais, investindo no diálogo intergeracional que possa gerar *insights* de decisão.

Conforme os dados do IBGE, o conjunto formado pelos jovens brasileiros de 15 a 24 anos de idade reside majoritariamente em áreas urbanas das grandes regiões brasileiras. Em

1980, 66,4% desses jovens viviam em áreas urbanas; em 1996, essa cifra subiu para 77,2%; em 2010, para 87,93% (ver Tabela 6, página 111). Desde 1980, observa-se o crescimento da população jovem nos centros urbanos e sua diminuição no espaço rural. No caso específico da região Sul do Brasil, o sucessivo incremento nas proporções de jovens em áreas urbanas ocorreu a partir da “combinação da migração inter-regional, com o elevado número de municípios criados a partir de 1988” (IBGE, 2013, p. 8). Isso explica em parte o decréscimo acentuado da população jovem do espaço rural, que ocorre também por outros fatores, alguns explicitados a seguir.

Nas cooperativas agrícolas estudadas, praticamente todos os entrevistados enfatizaram a questão dos jovens como o problema, a exceção de um, que revelou não haver espaço a todos os jovens na atual dinâmica agrícola. Os JAF estão construindo individualmente seus projetos de vida não mais centrados na família e nem no espaço rural. A não convivência com os pais nas UFPAs e a inexpressiva presença nas cooperativas agrícolas reforçam os projetos individuais dos jovens. Os agricultores e informantes qualificados definiram esse o maior problema que demanda por solução. A situação dos JAF, sem renda fixa compensadora e sem participação na administração da propriedade e cooperativas agrícolas não têm as pretensões de validade para permanecer no espaço rural. Eles estão indo embora para não retornarem, conforme Castro (2009).

O conteúdo curricular do ensino fundamental desperta nos jovens o desejo de realizar atividades e profissões que estão além do espaço rural. Isso ocorre porque os currículos escolares não apresentam relação direta com a realidade prática da AF, salvo alguns colégios agrícolas. Isso foi revelado como fator contribuinte para a mobilidade dos JAF. Uma alternativa seria ter mais colégios agrícolas, com conteúdos programáticos voltados à realidade da AF. Esses colégios agrícolas formariam profissionais para administrar as UFPAs como empresas, com conhecimento técnico-científico, possibilitando o aumento da rentabilidade e a cooperação. Disso, deduz-se que a indefinição de sucessores está relacionada também à falta de educação com conteúdos programáticos para a realidade rural, o que distancia os jovens das UFPAs bem como das cooperativas agrícolas.

Na academia, conforme Castro (2009, p. 40), “é recente o tema da juventude no meio rural como alvo de pesquisas”. Nesse sentido, a visibilidade social dos jovens como novos atores sociais e políticos no espaço rural surgiu a partir do olhar diferente sobre eles dos movimentos sociais, sindical e do cooperativismo agrícola, ofertando-lhes mais oportunidades para permanecerem no espaço rural. Entretanto, nesse espaço, permanece sobre os jovens o



peso da posição hierárquica dos pais em famílias estruturadas de forma patriarcal e a subalternidade aos adultos na sociedade civil, inclusive na EPC. Os jovens agricultores são atores sociais em processo organizativo da categoria juventude rural em busca de sua legitimação social e política. A juventude rural trata-se de “categoria que hoje disputa legitimação como ator social e político,” conforme Castro (2009, p. 40).<sup>48</sup> Os movimentos sociais rurais e sindicais e as cooperativas agrícolas, diante da diminuição da população rural dão maior visibilidade aos jovens agricultores como atores sociais. Os jovens agricultores têm mais visibilidade social também nos programas governamentais específicos, setores, departamentos, núcleos próprios nas esferas públicas da sociedade civil. Os encontros, jornadas, festivais, cursos, concursos, acampamentos, etc. realizados pelas cooperativas são ações motivadoras para os jovens participarem mais na dinâmica do cooperativismo agrícola e da AF. Entretanto, a permanência deles depende especialmente de fatores externos às cooperativas agrícolas.

Os jovens agricultores entrevistados revelaram alguns fatores observados como os mais contributivos à mobilidade dos jovens para os espaços urbanos. Entre eles, destacou-se: a ausência de férias e de fins de semana livres nos trabalhos agrícolas; a ausência de horários regulares fixos de trabalho e renda fixa mensal; atividades agrícolas pesadas, que exigem esforços físicos demasiados e difíceis de serem executadas, mesmo com a utilização da mecanização; as condições insalubres do trabalho com exposição excessiva ao calor à luz do sol ou ao frio do inverno; os baixos rendimentos na hora da venda dos produtos e a falta de acesso à internet com a precariedade do sinal da telefonia móvel. Esses fatores reforçam a mobilidade horizontal dos jovens do espaço rural para o espaço urbano, nem sempre significando melhoria nas condições de vida, isto é, para a mobilidade social ascendente. De modo geral, os jovens que saíram do espaço rural, nas cidades, ocupam posições em condições semelhantes às do espaço rural e os pais que permaneceram na agricultura continuam na mesma situação. Os atrativos existentes no espaço urbano criam resistência à participação dos jovens nas cooperativas agrícolas, bem como em outras esferas públicas ancoradas no mundo da vida dos agricultores familiares.

O enfrentamento desses fatores é determinante para diminuir o problema da indefinição de sucessores nas propriedades rurais. A eficácia desse enfrentamento depende de ações cooperadas que envolvam a esfera pública política, a EPC e a esfera privada. A

---

<sup>48</sup> Além de a juventude rural ser percebida como uma categoria subalterna nas relações familiares e sociais, essa posição ainda está marcada por um “contexto nacional de difíceis condições econômicas e sociais para a pequena produção familiar” (CASTRO, 2009, p. 39).

sustentabilidade das cooperativas agrícolas e da AF em longo prazo depende da eficácia de ações executadas conjuntamente, isto é, com a participação dos diferentes atores sociais.

É interessante descrever a relação entre a potencialidade alta e baixa e a participação de JAF nas cooperativas agrícolas. A potencialidade é a consideração da possibilidade de realizar-se faticamente a participação. A partir da observação do campo empírico da não participação dos jovens agricultores nas propriedades e nem nas cooperativas agrícolas estudadas, verificou-se algumas potencialidades relacionadas às pretensões de validade dos JAF. A participação dos jovens não ocorre de fato, mas, é alta a potencialidade dessa participação em cooperativas pequenas, organizadas a partir de grupos, com agroindústrias familiares, assistência técnica adequada e políticas públicas específicas. As cooperativas grandes, organizadas somente a partir de assembleias e pré-assembleias regionais, potencialmente tem baixa participação de jovens, ainda mais sem assistência técnica adequada e política pública específica. Do mesmo modo ocorre em relação às mulheres. Essa relação pode ser compreendida melhor no quadro que segue.

**Quadro 6 – Potencialidade da participação das mulheres e dos jovens agricultores familiares em cooperativas agrícolas**

| Potencialidade<br>Participação | Alta   | Baixa  |
|--------------------------------|--|--|
|                                | <b>Mulheres e JAF</b><br>Cooperativas pequenas<br>Organização em grupos<br>Agroindústria Familiar.<br>Com Assistência Técnica adequada<br>Com Políticas públicas específicas | Cooperativas grandes,<br>Assembleias, pré-assembleias regionais.<br>Sem Assistência técnica adequada<br>Sem políticas públicas específicas |

Fonte: Cooperativismo agrícola: esfera pública, participação e sustentabilidade.

Elaboração: Nilson Binda, PGDR/UFRGS (2013).

O segundo impulso vital da sustentabilidade social refere-se à escolaridade. O baixo nível de escolaridade observado nos associados entrevistados, com ensino fundamental incompleto, reflete a realidade dos agricultores, contribui para o risco da sustentabilidade social das propriedades rurais familiares. A realidade rural demanda cada vez mais por conhecimento e tecnologia adequados à estrutura de cada propriedade rural. Os associados com baixo nível de escolaridade perdem autonomia e dependem dos técnicos das cooperativas para tomar decisões adequadas ao empreendimento rural. Além disso, o baixo nível de escolaridade contribui para o nível de participação menor dos associados não para o nível mais aprofundado na cooperativa agrícola. Essa vulnerabilidade social reduz as chances de

tornar as cooperativas eficientemente sustentáveis, pois o baixo nível de escolaridade dificulta o acesso às inovações tecnológicas, importante fator para a viabilidade econômica eficaz dos empreendimentos rurais. As cooperativas agrícolas tendem a elevar a assistência técnica aos associados na tentativa de compensar o baixo nível de escolaridade dos agricultores, o que potencialmente aumenta o risco de insustentabilidade social das cooperativas. Quanto maior o grau de escolaridade, maiores são as chances de os agricultores se sustentarem social e economicamente no espaço rural, potencializando a sustentabilidade das cooperativas agrícolas nesse espaço. A atual complexidade do espaço rural tornou o conhecimento eixo em torno do qual gira a vida do agricultor, vindo a ser fator decisivo para impulsionar a sustentabilidade social, econômica e ambiental. O baixo nível de escolaridade provocou as esferas públicas especializadas a aumentar a oferta de cursos não formais de qualificação e de reuniões com caráter técnico, destinados aos agricultores familiares.

A qualificação manifestou-se, enquanto educação não formal, prática educativa recorrente entre os associados entrevistados na busca por conhecimentos específicos para a realização das atividades agrícolas. Como os agricultores não tiveram oportunidades de estudar na idade escolar, hoje, eles participam de cursos, palestras, dias de campo, etc., concebendo-as como atividades formativas. Diante do baixo nível de escolaridade dos agricultores, a qualificação não formal tornou-se opção de aprimoramento do conhecimento técnico voltado para as práticas produtivas. No passado recente, as cooperativas grandes ofertavam inúmeros cursos de qualificação aos agricultores, cursos não formais com a colaboração de profissionais contratados na área das ciências agrárias. Alguns agricultores apresentaram os certificados de participação nesses cursos. Recentemente, as práticas de qualificação dos associados, tanto nas cooperativas grandes quanto nas pequenas estão sob a responsabilidade de esferas públicas especializadas em prestar assistência técnica, como a Emater, Sescop, Capa, etc. A rápida evolução tecnológica aplicável à agricultura requer investimentos na qualificação, a fim de aumentar a rentabilidade da atividade agrícola.

As cooperativas grandes revelaram que em décadas anteriores contratavam profissionais para ministrar cursos de qualificação aos agricultores associados sobre assuntos relacionados ao cooperativismo, associativismo, formação de lideranças, boas práticas, etc. Os novos associados eram admitidos somente após a participação em cursos preparatórios; essa prática deixou de ser executada de modo ostensivo. Elas foram substituídas pelas reuniões técnicas, nas quais são priorizados os assuntos relacionados à produção agrícola. Essas reuniões fortalecem os associados na dimensão econômica, em detrimento da qualificação

para o fortalecimento do cooperativismo e da participação. A complexidade da realidade social, econômica e ambiental estabelecida no espaço rural demanda pela aplicação de recursos de qualificação cooperativa, muito além daqueles reservados ao fundo para educação cooperativa.

Os cursos de qualificação não formais não seguem mais aquela metodologia tipo *top down*, praticada nas décadas 1960 e 70. As manifestações, tanto dos associados como dos dirigentes e agentes externos, revelaram que as demandas por qualificação são construídas com a participação dos agricultores, especialmente nas cooperativas pequenas. O desafio consiste em chegar até aqueles agricultores que não participam, permanecendo retraídos, sem o desejo de evoluir ou assumir tecnologias inovadoras para aplicar na sua propriedade. As cooperativas ecológicas mantêm permanentemente a qualificação de seus associados nas reuniões ordinárias dos grupos e em encontros formativos. Nessas reuniões os técnicos unem o saber ao fazer de modo sustentável. Concluindo, pode-se afirmar que a qualificação constitui importante impulso vital para a sustentabilidade das cooperativas, estando estritamente relacionada à participação dos associados na cooperativa e noutros espaços públicos da sociedade civil em condições de construir conhecimentos que contribuam para o desenvolvimento sustentável no espaço rural.

A participação externa dos dirigentes e associados, noutros espaços públicos da sociedade civil, fortalece suas cooperativas agrícolas, enquanto esfera pública, reforçando os problemas que demandam soluções participativas. Algumas participações externas reentrantes estão explicitadas como fatores contribuintes para a sustentabilidade das cooperativas agrícolas. Essas participações caracterizam o agir comunicativo da EPC engajada no mundo da vida dos agricultores familiares e atuantes na sociedade civil.

Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural são esferas públicas de debates e deliberações nos municípios nas quais as cooperativas agrícolas mais participam. Neles, estão as entidades com ações concernentes ao espaço rural, como as cooperativas agrícolas em condições de apresentar as demandas de interesse de seus associados. Os participantes legitimam as ações e liberam recursos para serem investidos no espaço rural. Os Conselhos são paritários, com a participação de representantes de Gestores Públicos e de usuários das políticas públicas. Geralmente, não há consenso deliberativo entre os participantes dos Conselhos, exigindo debates por meio de situações de fala nas quais os participantes justificam suas posições até chegar a um entendimento. A participação no CMDR cria oportunidades para outras ações por meio do cooperativismo. Um aspecto a ressaltar é o de

que a participação das cooperativas agrícolas no Conselho fomentou a realização de estudos e pesquisas nas propriedades rurais, bem como a realização de feiras de produtos orgânicos e a projeção para o processamento de produtos agrícolas, a fim de agregar valor e aumentar a rentabilidade das atividades agrícolas com inovação tecnológica adequada. Esse se tornou um fator determinante para o desenvolvimento na complexa realidade rural.

A participação externa das cooperativas agrícolas em atividades conjuntas com as cooperativas de crédito rural e habitacional, assim como com os movimentos sociais e sindical rurais, foi fundamental para a conquista de direitos sociais pelos agricultores familiares. A conquista de programas governamentais de melhoria das condições de moradia, por meio do PNHR, executado pelas cooperativas habitacionais e de crédito rural, é um exemplo. A precariedade das condições de moradia de inúmeros agricultores motivou as cooperativas de habitação rural a construir ou reformar casas, em contrapartida os agricultores cooperavam com a mão de obra. Além das cooperativas de habitação rural, as de crédito rural executaram os programas habitacionais, reforçando o problema da moradia como um impulso vital para a permanência do agricultor no espaço rural e a sustentabilidade social desses agricultores, evitando a mobilidade para os centros urbanos.

Quanto à participação externa na dimensão social, cabe ainda destacar os eventos lúdicos. Quanto às férias, os agricultores entrevistados manifestaram que não tiram férias e raramente viajam a passeio, geralmente, para visitar parentes ou participar de feiras agropecuárias, cujas viagens são ao mesmo tempo de lazer e de busca de novas máquinas e implementos agrícolas, alguma novidade interessante para as práticas produtivas. A reação de todos os agricultores entrevistados à pergunta “vocês tiram férias” foi de risos com a resposta enfaticamente negativa. A dinâmica de vida desses agricultores ainda é regida pela ética do trabalho, conforme Tedesco (1999), fazendo-os dedicar-se permanentemente à terra e à família no espaço rural, não lhes permitindo ‘tirar férias’. As férias ainda são práticas características dos trabalhadores urbanos. Entretanto, enfatiza-se que a falta de férias foi um fator desmotivador dos jovens agricultores de permanecer na agricultura. Embora não haja esse benefício para os agricultores, houve manifestações revelando o cultivo do lazer semanal, o respeito aos domingos e a participação nas festividades religiosas e nos eventos esportivos realizados nas comunidades do interior dos municípios, especialmente em jogos de futebol. Esses fatores se revelaram significativos para a sustentabilidade social dos agricultores familiares e das cooperativas agrícolas no espaço rural. A seguir, os impulsos vitais da sustentabilidade na dimensão econômica.

Na dimensão econômica, o primeiro impulso refere-se à inovação tecnológica. O cooperativismo tem condições de levar inovações tecnológicas ao espaço rural, até as propriedades dos agricultores familiares. As cooperativas agrícolas se consolidam economicamente, se os associados demandarem por investimentos em inovação e tecnologia produtiva que os tornam competitivos. A inovação é o impulso vital do cooperativismo agrícola, caso haja ampliação significativa da produção e da produtividade agrícolas, fator que diminui a penosidade do trabalho do agricultor e que aumenta a rentabilidade econômica das atividades. As cooperativas estudadas demonstram que a inovação é o fator que as alavanca economicamente, sendo-lhes útil na perspectiva da sustentabilidade ambiental, para aumentar a produção com preservação do meio. Por exemplo, a Piá, com investimentos em inovação tecnológica alinhadas à legislação ambiental encontra-se solidamente no mercado de produtos lácteos e de doces de frutas. Contudo, os limites estruturais das propriedades rurais dos agricultores familiares demandam por diagnósticos precisos, a fim de obter inovações tecnológicas adequadas e proporcionais ao tamanho da propriedade e do empreendimento construído. Para isso, é fundamental que as cooperativas ofertem assistência técnica adequada às demandas dos agricultores dentro dos limites estruturais observados nas propriedades. Ver-se-á adiante que tais investimentos só têm validade com a diminuição dos impactos ambientais negativos.

Os agentes externos manifestaram agir com prudência na implantação de inovações tecnológicas. Isso ocorre de maneira segura somente após inúmeras situações de fala envolvendo os agricultores. Os técnicos apresentam as possibilidades e as vantagens da implantação de novas tecnologias a partir do conhecimento mais aprofundado da realidade do associado por meio do diagnóstico e da capacidade de investimento, minimizando os riscos para o agricultor. Esse diagnóstico contempla as outras dimensões além da econômica.

A relação de confiança do associado com a cooperativa, intermediada pelas ações dos técnicos contribui para a eficácia dos investimentos em inovação tecnológica, que estimula os jovens a permanecerem nas propriedades rurais. Sem tecnologia e máquinas que facilitem o trabalho, os jovens dificilmente permanecem em atividade nas propriedades rurais. Em contrapartida, os investimentos em inovação tecnológica adequada contribuem para o aumento da rentabilidade e para a permanência e até retorno dos jovens às propriedades rurais, principalmente naquelas com alguma agroindústria familiar, que agregam valor aos produtos. Essa tendência reafirma o desejo dos jovens de produzir, não apenas matérias-primas, mas também produtos processados, com valor agregado, que possam ser

comercializados em mercados de cadeias curtas, diretamente aos consumidores ou às grandes redes de supermercados.

O segundo fator contribuinte para a sustentabilidade econômica das cooperativas agrícolas refere-se ao mercado convencional; sem isso, elas não sobreviveriam na sociedade de economia capitalista. Os agricultores familiares não produzem para o autoconsumo, mas para vender; eles não vendem somente o excedente, pois vendem a matéria-prima produzida ou os produtos processados, bem como os serviços ofertados; para tanto, as cooperativas exercem papel fundamental intermediadora na transição comercial. O principal motivo de associação dos agricultores à cooperativa foi o mercado, tornando-o central na relação com a cooperativa, onde compram os insumos que necessitam e vendem os produtos agrícolas que produzem. As cooperativas com supermercado ofertam também os produtos de uso doméstico ou consumidos dentro da casa, como alimentos, utensílios, etc. Além do mercado convencional, as cooperativas agrícolas agenciam as transações comerciais para o mercado institucional de governo e para o mercado seletivo em feiras ecológicas.

O mercado institucional governamental apresenta algumas vantagens aos agricultores associados em relação ao mercado convencional. A participação em grupos para oferta de produtos proporciona aos agricultores o planejamento da produção agrícola. A demanda por produtos é planejada conjuntamente com os técnicos das cooperativas nos grupos de agricultores. Os produtos orgânicos têm preço mais elevado em relação ao convencional. O PAA e o PNAE são os dois programas principais do mercado institucional para as cooperativas. Para o PAA cada agricultor familiar pode ofertar até determinado valor em produtos agrícolas com preço pré-fixado e prazo pré-determinado para entrega. Esse mercado apresenta relativa segurança econômica ao agricultor, que previamente reconhece a quantidade e o valor dos produtos ofertados. Além do PAA, os agricultores familiares também participam do PNAE, legitimados pela Lei 11.947/2009. O Artigo 14 dispõe que no mínimo trinta por cento dos produtos que compõem a merenda escolar devem ser adquiridos da AF. Como este Programa adquire produtos somente de agricultores organizados coletivamente, a cooperativa agrícola se constitui esfera pública privilegiada de comercialização para os agricultores familiares, fortalecendo sua sustentabilidade econômica no espaço rural.

A sustentabilidade econômica dos modos de produção agrícola depende de investimentos em inovação tecnológica, como visto anteriormente. O propósito aqui é demonstrar como ocorre a sustentabilidade no cooperativismo agrícola com investimentos em

tecnologia e inovação, que fortificam a AF, bem como as estruturas de mercado para esses agricultores que ocorre, conforme Lauschner (2010), da seguinte maneira:

a congregação de milhares de agricultores familiares em cooperativas agrícolas permite gerar economia de escala a nível local e regional em condições de concorrência com os setores oligopolizados do mercado do complexo rural. A união das cooperativas pode ocorrer ao nível local, unindo produtores, e em níveis mais amplos, por meio de Centrais e Federações cooperativas. A alternativa de reunir as cooperativas, tal como se reúnem os acionistas de empresas mercantis, pode significar integrações verticais, exercendo funções diversas dentro de todo complexo rural, produzindo os principais insumos e mantendo o armazenamento e setores de beneficiamento e agroindustrialização e canais de comercialização próprios. As uniões cooperativas podem significar também integrações em forma mais de conglomerados que de verticalização, unindo cooperativas de funções diversas: integrando cooperativas agropecuárias, com as de crédito, de irrigação, de máquinas, de saúde, de telefonia, de eletrificação, de consumo, de seguros, de turismo, de habitação, de transporte, de ensino, de trabalho associado e outras, segundo conveniências e interesses dos associados (LAUSCHNER, 2010, p. 2).

Diante das possibilidades mercadológicas, as cooperativas agrícolas estudadas fortalecem-se economicamente por meio do mercado convencional e, especialmente, do institucional. A intermediação do mercado convencional permite a ampliação das cadeias curtas e a criação de centrais regionais de abastecimento, com entrepostos de comercialização dos produtos agrícolas oriundos dos agricultores familiares. Essa modalidade de mercado foi demandada por quase todas as cooperativas agrícolas pesquisadas; somente a cooperativa consolidada nas redes de supermercados não demandou tal modalidade. Quanto ao mercado institucional, especialmente pelos programas PNAE e PAA, há o fortalecimento da estrutura comercial das cooperativas agrícolas, devido à demanda crescente de produtos oriundos a AF para atender aos dispositivos da Lei 11.947/2009. Considerando que nove das dez cooperativas estudadas estão engajadas nesse mercado, a tendência é o fortalecimento em médio prazo da sustentabilidade econômica dessas cooperativas. A cooperativa que manifestou não operar com o mercado institucional governamental – a Piá – está consolidada no mercado convencional, abastecendo as redes de supermercados dos grandes centros urbanos. O mercado institucional representa mais da metade das receitas das cooperativas pequenas estudadas, especialmente das cooperativas ecológicas. O mercado institucional e as políticas públicas específicas dos governos fortalecem significativamente a esfera pública cooperativa nas dimensões social e econômica, apesar dos entraves existentes.

Dois entraves manifestaram-se significativos, afetando social e economicamente a ampliação do fluxo da produção e comercialização dos produtos agrícolas dos agricultores: a baixa oferta de mão de obra disponível e a indefinição de sucessores nas propriedades rurais. A baixa oferta de mão de obra disponível forçou inúmeros agricultores a abandonarem parte



da SAU, deixando-a improdutiva. A contratação da mão de obra ainda disponível não é compensatória economicamente pelo custo elevado. O entrave da indefinição de sucessores retrai novos investimentos nas propriedades rurais, diminuindo as chances de ampliar a produção e comercialização dos produtos agrícolas. Sem ter sucessor definido, decaem os investimentos por parte do casal de idosos ainda residentes nos estabelecimentos rurais. A mobilidade dos JAF do espaço rural para os centros urbanos fortalece esses dois entraves. Considerando que a média de membros ocupados nas atividades nas famílias entrevistadas era de 2,2, essa situação denota a diminuição e o envelhecimento da população residente no espaço rural, reforçando os riscos de sustentabilidade dessas propriedades e das cooperativas agrícolas. É importante destacar que essa média é similar à média de ocupação nos estabelecimentos da AF do estado RS registrada por Grando (2012, p. 166), que em 2006, conforme o Censo Agropecuário, “a média de pessoas ocupadas era de 2,4 por estabelecimento familiar”.

As agroindústrias familiares manifestaram outro impulso vital na dimensão econômica no espaço rural. As cooperativas agrícolas, tanto convencionais como as ecológicas, que atuam com agricultores familiares que trabalham em agroindústrias familiares demonstraram algumas vantagens significativas. De um lado, agregam valor aos produtos processados ou semiprocessados, o que aumenta a rentabilidade da atividade agrícola, e diminui o reconhecimento dos agricultores como produtores de matéria-prima. Isso amplia o reconhecimento dos agricultores como empreendedores rurais, com produtos processados que podem ser comercializados diretamente para os consumidores, permanecendo reconhecidos nesses produtos. De outro lado, envolvem todos os membros familiares, especialmente as mulheres e os jovens no processamento dos produtos agrícolas, constituindo-se locais de aplicação prática de aprendizagens oriundas dos saberes tradicionais bem como do conhecimento adquirido em cursos não formais, em escolas agrícolas e universidades. É importante destacar ainda que algumas agroindústrias motivaram o retorno ao espaço rural de JAF que haviam saído para os centros urbanos. Portanto, elas contribuem para diminuir o fenômeno social identificado pela indefinição de sucessores nas propriedades rurais da AF.

A observação das ações comunicativas na EPC nas dimensões social e econômica demonstrou significativos avanços na relação da participação dos associados com a sustentabilidade das cooperativas agrícolas. Sua aproximação com as esferas públicas especializadas e política tende a fortalecer ainda mais as cooperativas agrícolas engajadas no mundo da vida dos agricultores familiares. Reconhece-se, entretanto, que a solução para os

principais entraves identificados não depende somente das ações das cooperativas, mas fundamentalmente de ações articuladas cooperativamente entre as diversas esferas públicas e privadas, especialmente da esfera pública política. Para alcançar elevado nível na qualidade de vida no espaço rural, as ações da EPC dependem essencialmente da racionalidade ambiental que motiva as ações sustentáveis no espaço rural na dimensão ambiental. Quanto mais ambiental for essa racionalidade, mais qualidade de vida terão as populações dos ecossistemas, inclusive os agricultores. Nesse sentido ela impulsiona para ações sustentáveis também na EPC; que repercutem nas ações práticas dos agricultores familiares em suas propriedades rurais. Sobre isso, discorre os argumentos da subseção a seguir.

## 6.2 A RACIONALIDADE AMBIENTAL E OS IMPULSOS VITAIS DA ESFERA PÚBLICA COOPERATIVA À SUSTENTABILIDADE

A observação dos dados empíricos possibilitou que se condensassem dois impulsos vitais de fortalecimento da sustentabilidade ambiental do cooperativismo no espaço rural: a disseminação da racionalidade ambiental e a diversificação de cultivos em propriedades rurais de agricultores familiares.

Conforme Leff (2010), a racionalidade ambiental ultrapassa os limites da dimensão econômica, sendo construída bastante a partir do conjunto de princípios da Agroecologia. As suas expressões práticas ocorrem em propriedades rurais multifuncionais que asseguram a produção agrícola com a preservação das populações dos ecossistemas naturais. As cooperativas agrícolas sustentam a dimensão ambiental na medida em que disseminarem ações práticas a partir da racionalidade ambiental. Isso implica ações produtivas sem a utilização de agroquímicos sintetizados e a observação dos princípios de ação produtiva da natureza associada aos métodos científicos específicos; que podem ser aplicados nas práticas produtivas de modo rentável e responsável.

A racionalidade ambiental tem como impulso fundamental o uso dos saberes tradicionais nos processos produtivos dos agricultores. Faticamente, ela se expressa por meio de ações comunicativas endógenas articuladas pelos agricultores no mundo da vida. Ali, os saberes tradicionais são associados às inovações tecnológicas modernas de modo planejado. Essa associação tornou-se bastante presente nas cooperativas ecológicas. A racionalidade ambiental implica também a educação ambiental, que pode ser realizada por meio da

educação não formal, nos inúmeros encontros e reuniões das cooperativas agrícolas, bem como pela educação formal. A educação ambiental incorpora, conforme Leff (2010a), os princípios básicos da Agroecologia e do pensamento complexo para preservar o meio ambiente e valorizar os bens e os serviços ambientais. Portanto, a racionalidade ambiental implica a cultura ambiental, isto é, a maneira de ver o mundo, a sociedade e a agricultura. Ela considera fundamentais os modos de produção com conservação do meio. A prática desses modos produtivos sugere a mudança de paradigma, ou seja, do paradigma convencional para o Agroecológico, não ocorre de modo imposto na metodologia *top down*, e se concretiza mediante a disseminação da racionalidade ambiental.

O segundo impulso vital de sustentabilidade refere-se à diversificação de cultivos agrícolas em propriedades multifuncionais. Considerando que a maioria absoluta das propriedades dos agricultores entrevistados possui menos de 50 ha, a diversificação de cultivos constitui o impulso vital de desenvolvimento sustentável dessas unidades familiares de produção agrícola. O consórcio de cultivos agrícolas com atividades complementares reforça a capacidade produtiva das propriedades rurais, bem como a sustentabilidade. Sem diversificar a produção, o pequeno agricultor não se sustenta no espaço rural. As UFPAs, especialmente aquelas de até um módulo fiscal, apresentaram-se insuficientes para garantir a sustentabilidade a partir da prática da monocultura. “A maioria dos nossos agricultores tem área menor de vinte hectares e não sobrevive somente com o cultivo da soja”, revelou um informante. Por isso, a sustentabilidade das UFPAs depende da diversificação de cultivos em propriedades multifuncionais, com a oferta de serviços ou de produtos processados em agroindústrias familiares.

Nas cooperativas convencionais estudadas, o incentivo à diversificação de cultivos complementares, bem como a criação de animais, constitui-se estratégia para a viabilidade econômica das pequenas propriedades. A atividade leiteira, por exemplo, produz o leite e o esterco do composto orgânico para a fertilização das lavouras que produzem a pastagem, que serve de alimento para a produção do leite. Nas cooperativas ecológicas, as atividades produtivas complementares são práticas bastante comuns e reforçam não apenas a sustentabilidade econômica, mas, também a ambiental do agricultor familiar no espaço rural. Entrementes, as ações diversificadas nas propriedades pequenas não viabilizam apenas a sustentabilidade dos agricultores familiares, elas fortalecem as cooperativas agrícolas. Entretanto, a eficácia desse impulso vital depende de planejamento, da gestão participativa e de assistência técnica adequada. As cooperativas agrícolas têm condições de proporcionar

assistência técnica adequada aos seus associados, pois há interesses em ambos os lados, do agricultor e da cooperativa, para o sucesso na obtenção de resultados positivos das atividades, bem como a sustentabilidade. O Estado, com políticas públicas e Programas específicos pode fomentar a assistência técnica adequada aos agricultores por meio das cooperativas. A ação comunicativa depende da capacidade que elas têm de condensar as demandas e canalizá-las adequadamente às esferas públicas para sua legitimação e execução.

Diante da inevitabilidade da produção agrícola em termos quantitativos e qualitativos, afinal, produzir é preciso, a racionalidade ambiental conduz as ações produtivas integradas às inovações tecnológicas que primam pela preservação do meio ambiente, na lógica da “preservação produtiva” (homem, entrevista n. 28), evitando ao máximo os impactos ambientais negativos. Assim, a sustentabilidade ambiental constitui o desafio do século XXI, conforme Veiga (2010), embasada na racionalidade ambiental produtiva.

Os avanços significativos dos impactos ambientais negativos ocorridos durante o período das revoluções industriais causaram inúmeros danos ambientais, trincando a relação homem-ambiente. As cooperativas agrícolas estudadas, com base na racionalidade ambiental ou nos princípios da Agroecologia, promovem ações comunicativas que repercutem nas práticas de seus associados, confrontando as ações instrumentais técnicas do sistema econômico, difundidas pelas empresas mercantis. Tanto as ações de diversificação agrícola quanto a educação ambiental são impulsos vitais para que as cooperativas alcancem práticas sustentáveis, na lógica da “preservação produtiva”. A seguir, explicitam-se alguns argumentos em torno da destinação dos resíduos nas cooperativas agrícolas estudadas e das práticas produtivas dos agricultores familiares nas propriedades rurais.

Quanto à destinação dos resíduos, em todos os estabelecimentos das cooperativas estudadas, o lixo é separado em recipientes identificados em cores, verde para os resíduos orgânicos e marrom ou laranja para os resíduos secos. A convenção dessas cores no Brasil é recente, como é recente sua aplicação nos estabelecimentos cooperativos. A destinação dos resíduos, entretanto, é a coleta pública municipal. A ação de separar os resíduos revela, de um lado, a racionalidade ambiental crescente entre os membros das cooperativas agrícolas e, de outro, o avanço do serviço público municipal em coletar os resíduos, inclusive no interior dos municípios, dando destino adequado aos resíduos coletados. Entretanto, nem todos os municípios possuem o serviço público de reciclagem do material coletado, fato que dificulta a difusão da separação, como foi revelado por um informante qualificado.

Nas cooperativas convencionais, as ações comunicativas dos técnicos orientam os agricultores que utilizam agroquímicos às boas práticas, a exemplo da tríplice lavagem das embalagens, acomodação em lugar seco e arejado e a entrega no dia e local determinados para a coleta pela cooperativa ou por outra entidade responsável pelo recolhimento. Entretanto, esses agricultores executam tais ações mais como cumprimento da legislação específica do que pela racionalidade ambiental. Além da separação dos resíduos, as cooperativas convencionais estimulam à diversificação de culturas nas pequenas propriedades como estratégia da sustentabilidade. Além dos cultivos para o mercado, elas incentivam ao cultivo de frutas em pomares nos quintais e árvores frutíferas nativas na área de RL, bem como o cultivo de hortaliças e legumes para o autoconsumo. Embora os associados das cooperativas convencionais não cultivem produtos orgânicos para o mercado, a maior parte revelou cultivar organicamente legumes e verduras em hortas domésticas.

Nas cooperativas ecológicas, as ações comunicativas dos técnicos orientam os agricultores nas reuniões de grupos para a produção orgânica diversificada, seguindo os princípios da Agroecologia, sem utilizar qualquer agroquímico sintetizado. A orientação é para toda a produção agrícola, tanto para o mercado como para o autossustento. Essas orientações técnicas são para execução de práticas a partir da tomada de consciência dos agricultores de que a utilização de agroquímicos causa danos ao meio ambiente e à saúde das pessoas. De forma participativa, nos grupos de associados, as cooperativas agrícolas ecológicas assumem a responsabilidade de inspecionar a produção para verificar a conformidade orgânica, concedendo e renovando os certificados de *Produtor Orgânico* aos agricultores com práticas conforme exige a legislação específica (Lei 10.831/2003). Além disso, elas agenciam a comercialização dos produtos no mercado convencional e institucional, contribuindo para a sustentabilidade social, econômica e ambiental dos agricultores.

As ações nas propriedades dos agricultores associados foram divididas em dois grupos: dos produtores convencionais e dos produtores orgânicos. Os agricultores com práticas convencionais de cultivo utilizam agroquímicos sob a orientação dos técnicos das cooperativas, seguindo as determinações legais contidas nos rótulos das embalagens dos produtos agroquímicos. Essas ações ocorrem mediante a prescrição dos rótulos e as orientações dos técnicos de modo que não haja riscos à saúde humana, nem para o meio. Há, nessas ações, a confiança dos agricultores no poder de resolução das ciências contido nos rótulos e nas orientações dos técnicos. Se os produtos agroquímicos causam problemas, as pesquisas científicas encontram solução. Conforme este informante,

o agricultor pode dar a mesma garantia do ecológico usando boas práticas de produção, para isso tem as orientações dos agrônomos, tem as pesquisas científicas muito evoluídas que provam ser possível os diferentes modelos de produção... Eu não estou preocupado com a aparência, estou preocupado com o produto final (homem, entrevista n. 3).

Nesse mesmo sentido, estão as práticas relacionadas à preservação das APPs. Os agricultores convencionais exploram ao máximo suas propriedades, com a utilização de agroquímicos, sempre observando ao mínimo as determinações legais específicas repassadas pelos técnicos das cooperativas ou das esferas públicas especializadas.

Os agricultores com práticas orgânicas manifestaram agir desse modo, de um lado, motivados pelas experiências de doenças físicas e mentais ocorridas na família causadas pelo uso e exposição dos corpos aos agrotóxicos. Percebendo casos graves de doenças causados à saúde humana e ao meio ambiente, eles decidiram agir de outro modo, mais saudável na relação com a natureza. De outro lado, os produtores orgânicos manifestaram que a opção pela produção orgânica adveio dos saberes tradicionais aplicados aos cultivos agrícolas, de geração a geração, desde os ancestrais. Leff (2000) assinala que inúmeras práticas ambientalmente sustentáveis advêm dos povos indígenas que viviam em harmonia com a natureza. “Antes da conquista destes povos, sua organização social e produtiva havia-se ajustado com harmonia às estruturas ecológicas de seu meio ambiente” (LEFF, 2000, p. 21). Desse modo, os agricultores associam os saberes tradicionais às novas tecnologias produtivas e de preservação, pela técnica da retroinovação (STUIVER, 2011). O resultado é a produção orgânica com tecnologias inovadoras e a preservação ambiental sob a orientação técnica de profissionais das cooperativas agrícolas ou de esferas especializadas em assistência técnica, como Emater, Coptec, Capa, etc.

Quanto à destinação dos resíduos, o último censo revelou que a cobertura da coleta de lixo aumentou de 79,0%, em 2000, saltando para 87,4%, em 2010, em todo o país, acréscimo de 11%. Nas áreas rurais, a ampliação do serviço dobrou na comparação com 2000, passando de 13,3% para 26,0%, em média; em 2010. A dificuldade de acesso e o alto custo da coleta do lixo nas áreas rurais tornam a opção de queimá-lo a mais adotada pelos moradores dessas áreas. Essa alternativa cresceu em torno de dez pontos percentuais, passando de 48,2%, em 2000, para 58,1%, em 2010. Entretanto, a solução de jogar o lixo em terreno baldio, que em 2000 era adotada por moradores de 20,8% dos domicílios rurais, reduziu-se para 9,1%, em 2010 (IBGE, 2011). O lixo espalhado deixa rastros de fácil identificação, talvez por isso, houve o aumento da adoção da prática de queimá-lo entre os agricultores. Todavia, os moradores das áreas rurais reduziram em média pela metade a solução de jogar lixo em

terrenos baldios, que tinha como destino os leitos dos rios, alambrados e galhos das árvores, poluindo a paisagem rural e o meio ambiente. Em contrapartida, a solução de queimá-lo obteve ligeiro acréscimo.

Diante do quadro estabelecido a partir da manifestação dos entrevistados quanto ao destino dos resíduos pode-se afirmar que o serviço de coleta pública municipal ocorre com regularidade em todas as localidades onde se realizou a pesquisa. Os agricultores destinam adequadamente os resíduos orgânicos, reutilizando-os nas lavouras pela reciclagem. O lixo seco, seja ele resultado da utilização de produtos agroquímicos ou não, é destinado à coleta pública municipal ou recolhido pela cooperativa ou entidade responsável. Entretanto, apesar da evolução da racionalidade ecológica, prevalece a prática da queima no RS, embora muito aquém da média nacional. Entre os trinta e sete entrevistados, cinco agricultores manifestaram utilizar tal prática de destinação dos resíduos em seus estabelecimentos rurais.

Em relação à utilização dos insumos agrícolas observaram-se separadamente os agricultores convencionais dos produtores orgânicos. Em comum, ambos adquirem os insumos nas cooperativas, pela praticidade nas negociações e pelo preço menor. É importante destacar que as cooperativas adquirem os produtos e os insumos agrícolas de outras cooperativas para revendê-los aos associados, caracterizando tais práticas da intercooperação. A vantagem econômica e a praticidade nos negócios foram reveladas como principais motivadoras de associação dos agricultores às cooperativas agrícolas, tanto no ato de adquirir os insumos agrícolas como no ato de vender os produtos agrícolas.

Conforme as entrevistas realizadas, a maior parte das sementes os agricultores orgânicos adquire nas cooperativas, que revendem sementes orgânicas da cooperativa Bionatur. A prática de preparar as sementes é bastante utilizada, assim como as mudas, que são praticamente todas preparadas nas propriedades. As manifestações dos produtores orgânicos com relação às sementes salientam a importância de eles próprios deterem o domínio delas, evitando o monopólio praticado pelas empresas mercantis do setor.

Quanto aos fertilizantes, os produtores orgânicos demonstraram confeccioná-los a partir de materiais disponíveis nas propriedades, como estrumes do gado leiteiro ou adquiridos coletivamente por meio da cooperativa de outras cooperativas. O fertilizante mais confeccionado é o composto *supermagro*. A adubação verde também revelou-se prática comum entre os produtores orgânicos, a partir do cultivo de plantas oleaginosas. Entretanto, eles manifestaram que adquirem coletivamente a cama de aviário e o composto orgânico de outras cooperativas, especialmente da Ecocitrus, do município de Montenegro.

Para o controle das pragas, os agricultores utilizam basicamente o óleo de Nim, o composto orgânico a partir de sementes de cinamomo com vinagre e a urina de vaca. O plantio consorciado de plantas também foi relatado como prática comum e eficiente para esse controle.

Quanto ao manejo do solo, a rotatividade revelou-se a prática mais comum entre os agricultores, executada mais a partir do conhecimento tradicional herdado dos familiares do que a partir da orientação dos técnicos. Todos os entrevistados manifestaram fazer uso da rotatividade como técnica de manejo do solo a fim de evitar a perda de nutrientes do solo e prevenir a ocorrência de doenças na superfície fértil.

Nas cooperativas convencionais, o estímulo à diversificação de cultivos manifestou-se a principal estratégia de sustentabilidade entre os associados em pequenas propriedades rurais. Entretanto, a diversificação de cultivos não garante a sustentabilidade na dimensão ambiental, pois depende de assessoria técnica adequada com a capacidade de construir o processo de orientação aos associados a partir da racionalidade ambiental, motivando a transição da prática no paradigma convencional e a base de agroquímicos, para a produção orgânica, a partir dos princípios Agroecológicos. A assistência técnica depende, nesse contexto, de ações propositivas da esfera pública política, por meio de políticas públicas eficientes para a prestação de assistência técnica adequada aos limites estruturais das propriedades rurais existentes.

A partir de políticas públicas eficientes, é possível o planejamento participativo, equilibrando investimentos nas várias dimensões da sustentabilidade, não somente na econômica. Asseguradas as condições para a produção planejada de base Agroecológica, as cooperativas agenciam o mercado aos produtos de seus associados, especialmente o mercado institucional, que está demandando por produtos agrícolas, especialmente orgânicos de agricultores familiares. Os diretores das cooperativas convencionais estudadas manifestaram que as cooperativas têm programas nesse sentido, estando abertas à mudança de paradigma produtivo, desde que deem retorno financeiro compensatório. As cooperativas ecológicas manifestaram que há mais tempo estão inseridas no mercado institucional, sendo esse atualmente a maior fonte de receitas dessas cooperativas.



### 6.3 COOPERATIVISMO AGRÍCOLA: ESFERA PÚBLICA DA SOCIEDADE CIVIL MEDIADORA DE PROCESSOS ECONÔMICOS E AMBIENTAIS SUSTENTÁVEIS

A degradação socioambiental gerada pela racionalidade instrumental técnica dominante no sistema econômico estabelecido na modernidade converteu-se em preocupações sociais e ambientais na esfera pública cooperativa, tanto para a convencional quanto para a ecológica. A preocupação ambiental, apesar dos sinais de alerta emitidos em nível global pela ONU há mais de quarenta anos, não constitui um enfeixe de percepções e de estratégias comuns na EPC. Pelo contrário, deu lugar a posições teóricas diferenciadas, conduzindo a variadas tentativas de soluções práticas. Neste sentido, as cooperativas convencionais e as ecológicas estudadas manifestaram diferentes perspectivas de ação nas dimensões social, econômica e ambiental.

Nas cooperativas convencionais estudadas, a preocupação pelo ambiente orienta-se, fundamentalmente, para os problemas da contaminação, ou seja, para o controle dos resíduos e das embalagens provenientes do consumo de agroquímicos nas lavouras. À medida que esses contaminantes afetam as populações dos ecossistemas terrestres e aquáticos e degradam a qualidade de vida da população rural, demandam por ações adequadas para sua destinação final, assistidas por agentes das cooperativas prestadores de assistência técnica. As orientações dos técnicos às boas práticas e ao conteúdo dos rótulos das embalagens, conforme exige a legislação específica, orientam as ações ambientais dos agricultores das cooperativas convencionais para evitar os problemas de contaminação.

Nas cooperativas convencionais, a preocupação pelo ambiente manifestou-se também na orientação aos agricultores associados para o cultivo diversificado de culturas como estratégia para a sustentabilidade ambiental. Essas orientações incluem o plantio de árvores nativas nas áreas de preservação permanente, bem como de árvores frutíferas nos quintais, além da horta caseira. A diversidade inclui também a criação de pequenos animais domesticados, especialmente porcos e galinhas para o consumo doméstico. Essas práticas manifestaram-se preponderantemente presentes nas cooperativas convencionais pequenas. Por essas ações, as posições nas cooperativas convencionais assinalam o caráter meramente instrumental da legislação específica, orientando-se mais para o controle das consequências ambientais produzidas pela utilização de produtos agroquímicos contaminantes nas atividades agrícolas do que pela racionalidade ambiental.

Nas cooperativas ecológicas, a preocupação com o ambiente ocorre numa perspectiva mais ampla e complexa também. Nelas, o meio ambiente não aparece como um conjunto de problemas relativos ao controle da contaminação consequente do uso de agroquímicos, mas como um sistema de recursos naturais, com potencial produtivo diversificado para estratégias alternativas de desenvolvimento. A realização dessas estratégias implica a necessidade de produzir conhecimentos novos e de gerar novos instrumentos operativos que incorpore as potencialidades práticas da gestão ambiental para o desenvolvimento sustentável.

Os estudos e as pesquisas, bem como as experiências realizadas nas propriedades orgânicas, permitem captar certas oportunidades econômicas em nível local, por meio da valorização planejada dos recursos naturais disponíveis, como as paisagens naturais. Entretanto, as potencialidades do ambiente devem ser avaliadas com tecnologias apropriadas, de maneira que seja possível organizar a produção e o manejo integrado sustentáveis dos recursos naturais disponíveis. Dessa maneira, conforme Leff (2010a, p. 147), “o domínio da natureza por meio da ciência e da tecnologia aparece como a via privilegiada de acesso a um ‘reino de liberdade’ que ultrapassaria as fronteiras das necessidades que surgem do princípio de escassez de recursos”. Esse princípio configura entre aqueles que fundamentam a ciência econômica dominante sob as ações instrumentais técnicas planejadas da sociedade moderna. Portanto, as potencialidades da natureza devem ser avaliadas melhor a partir dos princípios da Agroecologia, sob as ações comunicativas dos agricultores no seu mundo da vida. As cooperativas ecológicas demonstram a mais de três décadas essas práticas, a partir de grupos de agricultores orgânicos acompanhados por técnicos qualificados dentro do paradigma do desenvolvimento sustentável em construção.

Desse modo, o cooperativismo agrícola, enquanto esfera pública está mudando a vida de inúmeros agricultores familiares, na medida em que investe em inovação tecnológica para diminuir a penosidade dos trabalhos, aumentar a produtividade e a renda agrícolas e mitigar os problemas ambientais. Ele também contribui para a mudança de paradigma produtivo da agricultura brasileira na medida em que as cooperativas ecológicas investem na produção orgânica baseada nos princípios da Agroecologia. Essas mudanças nas propriedades rurais observaram-se na participação dos agricultores familiares nos programas de reconversão da produção de base agroquímica para a produção de base Agroecológica de produtos orgânicos, especialmente naquelas ações de agricultores que abandonaram a produção de tabaco para produzir alimentos orgânicos. Nesse sentido, os associados das cooperativas ecológicas

preservam o meio ambiente, produzindo com investimentos equitativos nas dimensões social, econômica e ambiental.

Ao longo do século XX, o cooperativismo agrícola consolidou-se no espaço rural do RS como importante esfera pública de participação social dos agricultores e de empreendimentos agrícolas, contribuindo significativamente no desenvolvimento socioeconômico do estado. Entretanto, a partir da década de 1980, com abertura política e os impulsos de autonomia da CF, de 1988, ele perfila em ações comunicativas no espaço rural. Além das contribuições socioeconômicas, sua inserção no paradigma de desenvolvimento sustentável, por meio da constituição de cooperativas ecológicas e da adoção de práticas produtivas, conforme os princípios da Agroecologia, o cooperativismo agrícola tornou-se esfera contribuinte para a sustentabilidade ambiental. Nesse sentido, a perspectiva de crescimento das cooperativas agrícolas ocorre pela racionalidade ambiental disseminada entre os agricultores familiares e pelo crescimento na opinião pública da preocupação ecológica da sociedade que demanda por maior quantidade de produtos orgânicos de base Agroecológica. Na dimensão econômica, o crescimento da demanda do mercado institucional governamental estimula o consumo de produtos orgânicos na esfera pública prestadora de serviços públicos, como as escolas, o exército, os hospitais, etc. e a produção orgânica nas propriedades agrícolas familiares tende a aumentar significativamente.

A Embrapa, enquanto esfera pública especializada para a realização de pesquisas agropecuárias e produção de conhecimento destinada ao espaço rural, ao realizar acordo de cooperação com a OCB (SESCOOP, 2013), aproxima-se das cooperativas para aumentar a qualificação técnica dos agricultores. Nesse sentido, as cooperativas agrícolas constituem-se esferas públicas de intermediação de ações capazes de fazer chegar até os agricultores familiares a qualificação técnica, a inovação tecnológica e assistência técnica adequada. Essas ações são fundamentais para o desenvolvimento sustentável. Com isso, reforça-se a qualidade de vida dos agricultores, a sustentabilidade das cooperativas agrícolas e a preservação do meio ambiente, na medida em que as tecnologias utilizadas promovam o desenvolvimento sustentado e sustentável. Assim, as cooperativas agrícolas têm exercem o poder de enfeixar as demandas dos agricultores familiares que, sozinhos, não conseguiriam integrar as práticas de sustentabilidade de modo eficiente significativo.

O cooperativismo agrícola, tal qual uma esfera pública, à medida que amplia o debate de um sem-número de assuntos tende a perceber o rural não somente como espaço de produção agropecuária e de matérias prima, mas, também um espaço de processamento

agroindustrial familiar e de prestação de serviços que agregam valor aos produtos. As recentes concepções na EPC compreenderem a nova ruralidade como valor ao qual o mundo contemporâneo atribui crescente importância, por seu significado na produção agrícola, na preservação da biodiversidade e no estilo de vida cada vez mais procurado pelos habitantes dos grandes centros urbanos (ABRAMOVAY, 2009). Nessa compreensão, a diversidade produtiva e as diversas funções das propriedades rurais dos agricultores familiares criam condições para a prestação de serviços de valorização das paisagens e as cooperativas agrícolas podem intermediar com ações comunicativas nesse sentido. A dinâmica complexa estabelecida recentemente no espaço rural requer a ampliação de investimentos nesses novos seguimentos. Isso demanda maior participação dos associados e da esfera pública política, ampliando as opções dos agricultores de investirem em suas propriedades pensando no futuro próprio e do planeta.

As cooperativas agrícolas, como esferas públicas na sociedade civil engatadas no mundo da vida dos agricultores condensadoras de ações comunicativas voltadas para as gerações futuras, tendem a ampliar as chances da sustentabilidade social, econômica e ambiental dos agricultores familiares. Do contrário, presas às ações instrumentais técnicas do sistema econômico regido pelas empresas mercantis, crescem os riscos de tornarem-se insustentáveis no espaço rural, tornando insustentável também a viabilidade social, econômica e ambiental da AF.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade moderna alcançou o mais alto nível de desenvolvimento científico-tecnológico, transformando a vida das pessoas no seu mundo da vida, bem como as relações nas esferas públicas sociais e políticas. Determinados modos de vida sucumbiram na história após as inúmeras revoluções que caracterizaram a sociedade moderna ocidental. Entretanto, o nível de desenvolvimento alcançado não se deu ao natural, ele é fruto da relação de exploração entre os seres humanos e de espoliação da relação do homem com a natureza. Nessa relação, a natureza foi degradada, demandando revitalização, que pode ocorrer no interior de um novo paradigma de desenvolvimento mais humano, duradouro e sustentável.

O elevado nível de emissão de gases tóxicos para a atmosfera registrado nas últimas décadas, a redução da camada protetora de ozônio e o aquecimento global são alguns dos fatores globais preocupantes que estão pondo em risco a sustentabilidade das populações dos ecossistemas e demandam cada vez mais a eficiência nas tentativas de soluções dos graves problemas ambientais intensificados nos últimos dois séculos e meio da sociedade moderna por meio das transformações causadas pela revolução industrial.

Nessa sociedade, encontra-se o cooperativismo moderno, esfera pública que de alguma forma atingiu mais de um sexto da população mundial de todas as regiões, etnias e condições sociais. A ONU, ao estabelecer o ano de 2012 o Ano Internacional de Cooperativas com o *slogan* 'Cooperativas constroem um mundo melhor' reconheceu o trabalho do cooperativismo pelo mundo, especialmente entre aquelas populações mais desfavorecidas social e economicamente, incluindo as mulheres, os jovens, os idosos, as pessoas com necessidades especiais, os indígenas, etc. Entretanto, as cooperativas constroem um mundo melhor, como preconizava o *slogan* da ONU, na medida em que as cooperativas provocam ações comunicativas emancipatórias entre os seus associados, incentivando-os a investir em ações que vão além da dimensão econômico-produtivista ou da cooperação entre as pessoas. Para isso, urge colocar as pessoas acima do capital, mas, também construir estratégias de proteção do meio ambiente dentro dos princípios Agroecologia e sob a racionalidade ambiental. Às esferas públicas especializadas cabe o papel de desenvolver pesquisas que contribuam para o desenvolvimento sustentável por meio de tecnologias 'limpas'.

Para o cooperativismo agrícola, em particular, a construção de um mundo melhor requer investimentos especialmente na dimensão ambiental, além da dimensão social e econômica. As ações comunicativas com a participação dos associados possibilitam

disseminar a racionalidade ambiental como o dispositivo fundamental para a preservação do meio ambiente e da produção agrícola de modo sustentável. Para isso, também é fundamental que haja investimentos em inovações tecnológicas sustentáveis, dentro da lógica da preservação produtiva, em conformidade com os princípios da Agroecologia. Socialmente, as cooperativas agrícolas podem investir em tecnologias sociais motivadoras para a participação mais profunda dos associados, por meio de grupos, setores, núcleos, etc., possibilitando a realização de relações primárias de aproximação entre os associados na sua administração. As cooperativas pequenas demonstraram ter as condições melhores de ampliar a realização dessas relações com mais eficácia do que as cooperativas grandes, contribuindo para realizar ações de sustentabilidade nas dimensões social, econômica e ambiental. As cooperativas pequenas e ecológicas evidenciaram ter maior eficiência, especialmente nos investimentos coletivos na dimensão ambiental. Elas estreitam as relação entre a participação dos associados na esfera pública e a sustentabilidade, melhorando a relação homem-ambiente de modo duradouro e sustentável.

Por outro aspecto, a pesquisa demonstrou que o mercado ou a comercialização de produtos foi a principal motivação para a associação dos agricultores a uma cooperativa agrícola. A situação de déficit de mercado constituía-se entrave para a viabilidade econômica dos agricultores, logo, para a sua sustentabilidade social no espaço rural. De modo geral, os agricultores perceberam as cooperativas agrícolas, tanto as grandes quanto as pequenas, bem como as convencionais e as ecológicas, uma esfera pública de participação, de debate e de ações que iam além da dimensão econômica, com as quais poderiam contar para resolver determinados problemas. Nelas, eles puderam reforçar os problemas sentidos no mundo da vida na esfera privada e condensá-los publicamente, inclusive os problemas relacionados à sustentabilidade na dimensão ambiental. Entretanto, o enfrentamento dos problemas ambientais demandam ações condensadas pelas diversas esferas públicas dentro da racionalidade ambiental ou ordenadas pelo saber ambiental; racionalidade essa que ainda necessita ser disseminada entre os atores sociais, seja pela educação ambiental nos processos formais e não formais de educação.

Acredita-se que, somente a disseminação da racionalidade ambiental nas esferas públicas cooperativas pode constituir eficazmente o novo ordenamento simbólico-significativo entre os agricultores familiares no espaço rural, dada sua relevância histórica e penetração nesse espaço. Essa disseminação depende da educação ambiental, que ainda encontra-se pouco presente na esfera educacional pública e privada. São as ações práticas,

fruto da racionalidade ambiental, capazes de estabelecer novas regras sociais de legitimação a serem observadas no mundo da vida dos agricultores. Para a efetivação dessas ações, a educação ambiental é um dispositivo fundamental capaz de deliberar ações sustentáveis de desenvolvimento. Entretanto, essas deliberações requerem a participação efetiva dos atores sociais da sociedade civil engajados no mundo da vida dos agricultores, bem como os atores da esfera pública política, por meio de ações específicas de legitimação e de programas socioeconômicos e ambientais sustentáveis. Do contrário, as ações não ultrapassam a dimensão discursiva, permanecendo no dizer, sem conectar-se a um fazer de fato.

Na problematização da pesquisa questionava-se: as cooperativas agrícolas são sustentáveis? Depois de investigar dez cooperativas agrícolas tornou-se possível perceber que as cooperativas demonstram abertura para executar ações sustentáveis na dimensão ambiental mediante duas ações deliberativas fundamentais. Uma, refere-se à inovação tecnológica, resultado de estudos e de pesquisas científicas das esferas públicas especializadas que, somada aos saberes tradicionais, servem para ampliar a produção de conhecimento e de práticas sustentáveis. As cooperativas agrícolas têm condições de colocar à disposição dos agricultores essas tecnologias, na forma de máquinas e de equipamentos adequados capazes de contribuir de maneira eficaz para a produção agrícola e para a preservação do meio ambiente, ao mesmo tempo.

A segunda ação refere-se à esfera pública política em suas manifestações típicas de Estado e de governo que tem as condições de criar programas específicos e disponibilizar recursos públicos diferenciados, bem como assistência técnica adequada aos agricultores capazes de fomentar ações práticas viáveis para estabelecer a sustentabilidade ambiental no espaço rural. É importante destacar que as manifestações dos entrevistados revelaram-se como ações governamentais reflexiva das ações comunicativas reivindicatórias dos agricultores familiares organizados em diferentes esferas públicas, inclusive nas cooperativas agrícolas.

Entretanto, dentre todas as ações comunicativas das cooperativas agrícolas, sejam elas com as populações indígenas, quilombolas, assentados da RA, agricultores familiares, etc., de inclusão de pessoas vulneráveis ou socialmente desprotegidas há a demanda por ações específicas a fim de afetar aos jovens agricultores familiares, tendo em vista a sua sustentabilidade no espaço rural por meio da sucessão hereditária. Até recentemente, os jovens agricultores estavam na invisibilidade social, embora eles sempre atuassem nas propriedades rurais desde a mais tenra idade. O seu reconhecimento e sua presença no espaço

rural ainda é baixa, demandando ações governamentais da esfera pública política para motivá-los a permanecer no espaço rural e, quiçá, ter o retorno daqueles que já saíram. Acredita-se que inúmeros desses encontram-se residindo no meio urbano, mas, com a vocação de trabalhar a terra. Apesar dos esforços da esfera pública cooperativa, por meio de encontros, reuniões, festivais, etc. há ainda o predomínio das relações patriarcais na esfera privada no mundo da vida dos agricultores, funcionando como entraves ou barreira a serem superadas. Diante dos conflitos intergeracionais intrafamiliares, a tendência dos jovens é planejar seu projeto pessoal de vida e ir embora do espaço rural, deslocar-se para a cidade, reforçando, assim o problema da indefinição de sucessores hereditários nas propriedades rurais familiares. Essa indefinição coloca em risco a sustentabilidade da AF bem como das cooperativas agrícolas no espaço rural atuantes nesse contexto.

Alguns entraves identificados na pesquisa agem como barreiras à participação, especialmente das mulheres e dos JAF e apresentam-se como desafios para a esfera pública cooperativa, bem como para as esferas públicas especializadas e também para a esfera pública política. Potencialmente, a participação das mulheres e dos jovens apresentou-se alta naquelas cooperativas pequenas em que realizam-se ações comunicativas organizadas por meio de grupos e com a presença de agroindústrias familiares, envolvendo mais os membros familiares nas atividades. Além disso, elas contam com a assistência técnica adequada e o acesso às políticas públicas específicas. Entretanto, a participação de mulheres e de JAF apresentou-se relativamente baixa, em cooperativas grandes, organizadas somente em assembleias anuais, ou, no máximo, em pré-assembleias regionais, com baixa incidência de assistência técnica adequada e pouca presença de políticas públicas específicas. No entanto, a sustentabilidade do cooperativismo agrícola, reforça-se aqui, ocorre mediante investimentos equilibrados nas dimensões social, econômica e ambiental, e depende da disseminação da racionalidade ambiental entre os agricultores, dirigentes e agentes das cooperativas agrícolas, que requer a participação mais aprofundada das mulheres e dos jovens.

Com relação à indefinição da sucessão nas propriedades rurais familiares, as cooperativas agrícolas estudadas e as famílias de associados entrevistadas manifestaram semelhanças na abordagem da problemática: os filhos não estão mais residindo no espaço rural e nem participam das cooperativas agrícolas, reforçando a diminuição e o envelhecimento da população no espaço rural. Além disso, elas tendem a ampliar a masculinização dessa população nesse espaço, devido à mobilidade em número maior e mais precocemente das jovens mulheres. Embora haja possibilidades de outros atores sociais



assumirem o comando das propriedades rurais familiares reduzidas praticamente ao casal de idosos, o contexto da AF e do cooperativismo agrícola estudados não demonstraram as condições suficientes para esse modo de sucessão. As vantagens ainda concentram-se na sucessão hereditária, a partir da mão de obra familiar, ou seja, dos filhos dos agricultores familiares. Para ampliar sua efetivação em propriedades rurais familiares urge investimentos conjuntos entre a esfera pública política, a esfera pública cooperativa e a esfera privada, do mundo da vida dos agricultores familiares onde podem ocorrer os *insights* de decisão a partir do diálogo construído entre os membros de uma unidade familiar de produção agrícola.

Entretanto, os agricultores familiares, especialmente os JAF, permanecem no espaço rural em atividades agrícola e/ou não agrícola, se essas proporcionam vantagens econômicas compensatórias, a partir do uso de tecnologias inovadoras e de assistência técnica adequada às demandas. As cooperativas agrícolas, enquanto esferas públicas intermediadoras podem agenciar ações de mercado, financiamentos e facilitar o acesso aos recursos, à assistência e à capacitação técnica, etc. Entretanto, recai sobre a esfera pública política a sua legitimação, por meio de Programas governamentais e Estatais em condições de proporcionar preços justos compensatórios aos produtos dos agricultores familiares e às cooperativas agrícolas, a ponto de motivar os jovens agricultores familiares a permanecer no espaço rural e nele projetarem suas vidas. Acredita-se que o retorno compensatório pode motivar o retorno de parte daqueles jovens que já saíram do espaço rural. Dentre as cooperativas agrícolas pesquisadas, aquelas pequenas, organizadas em grupos e a partir de agroindústrias familiares demonstraram ter maior eficácia no envolvimento dos jovens agricultores familiares em suas atividades e na sua permanência no espaço rural, fato que favorece a sucessão hereditária nas propriedades rurais familiares.

As cooperativas agrícolas pesquisadas, independentemente de seu tamanho, ramo de atividade ou localização geográfica, manifestaram a necessidade de ter incentivos fiscais e política pública específica para continuar suas atividades de modo eficiente no espaço rural. As cooperativas grandes, historicamente consolidadas no mercado convencional manifestaram a necessidade de ter maior incentivo fiscal e redução de impostos para garantir mais competitividade no mercado e a economia de escala. As cooperativas pequenas, além dos incentivos fiscais manifestaram a necessidade de ter políticas públicas específicas, com programas de Assistência Técnica integrados, especialmente para a produção Agroecológica de produtos orgânicos.

Tendo em vista a eficácia das ações cooperativas, um componente importante de participação apresentou-se: o princípio de que o “pequeno é o tamanho ótimo da organização social, pois a direção correta está no melhor e não no maior” (SCHNEIDER; LENZ; PETRY, 1990, p. 272). As grandes burocracias modernas têm demonstrado a inviabilidade do maior tamanho e não raras vezes se tornaram instrumentos de “desadministração” entre os agricultores. A multiplicação de pequenas cooperativas apresentou-se o melhor modo de conter a tendência ao gigantismo e ampliar eficientemente o processo participativo em ações comunicativas sustentáveis. Nas cooperativas pequenas, todos os associados se conhecem, falam a mesma linguagem no mesmo mundo da vida. Nele, ocorrem as ações comunicativas emancipatórias eficazes capazes de efetivar os princípios cooperativos modernos na EPC, bem como na esfera privada.

Um novo projeto de desenvolvimento rural para o estado RS passa pela transformação do espaço rural em vista da ampliação da qualidade de vida dos agricultores. A eficácia desse projeto depende das cooperativas agrícolas e do nível de participação dos atores sociais nas inúmeras esferas públicas estabelecidas na sociedade civil. O cooperativismo agrícola constitui a esfera pública de participação privilegiada, devido a sua capacidade de gerar situações de fala entre seus associados e apresentarem as condições de debater os mais diversos assuntos relacionados ao espaço rural, ao mundo da vida dos agricultores familiares. Essas condições advêm de princípios e da doutrina cooperativos conservados. O agir comunicativo dos atores sociais dessas esferas públicas, num esforço conjunto de participação, fortalece o projeto de desenvolvimento sustentável para o Rio Grande do Sul, contribuindo, assim, significativamente para a redução dos problemas sociais, como o da pobreza rural. Afora isso, os problemas ambientais, cujos agricultores estão diretamente submetidos, também podem ser dirimidos pela participação ativa dos atores sociais envolvidos nas ações comunicativas negociadas cooperativamente. As ações comunicativas reforçam a sociedade participativa, segundo Bordenave (1983), e a sociedade sustentável, solidificada em ações fáticas a partir da racionalidade ambiental, de acordo com o saber ambiental ordenado por Leff (2010a).

A argumentação aqui construída buscou explicitar a relação intrínseca entre a participação dos associados na esfera pública e a sustentabilidade do cooperativismo agrícola, concebido tal qual uma esfera pública no espaço rural, que age comunicativamente na sociedade civil e legitima ações imersas nos sistemas político e econômico estabelecidos na modernidade. Entretanto, é importante destacar que, segundo Milanez (2003), o

desenvolvimento sustentável tem pelo menos quatro facetas estruturais: a ambiental, a social, a econômica e a cultural. Este estudo optou pelas três primeiras, entendendo que nelas está incluída a quarta faceta, a cultural. Enfim, ao concluir este trabalho, reafirma-se que o termo sustentável está diretamente ligado à primeira faceta, ou seja, à ambiental, pelo fato de que o desenvolvimento econômico atual vem conduzindo a sociedade a um colapso ambiental. Originou-se, com isso, a demanda e o conceito de Desenvolvimento Sustentável. Vale ressaltar que a aplicação do termo sustentável às outras facetas é inadequada, pois pode conduzir mais à confusão do que à clareza de seus objetivos.

Operando com a categoria analítica esfera pública cooperativa, foi possível avançar a compreensão de que a estrutura organizacional estabelecida nas cooperativas agrícolas influi no nível de participação e na sustentabilidade. No entanto, com base na cooperativa agrícola foi possível perceber também que as estratégias individuais não constituem o caminho eficaz para resolver os problemas sociais, econômicos e ambientais estabelecidos no espaço rural no contexto da AF. A participação dos agricultores na esfera pública cooperativa configura o caminho mais eficaz de obter resoluções legítimas dos problemas condensados; quando canalizados para a esfera pública política sob as contribuições do conhecimento acumulado pelas esferas públicas especializadas.

Se o conceito de desenvolvimento esteve vinculado e, não raras vezes, confundido ao conceito de crescimento econômico no decorrer da maior parte do século XX foi devido aos pressupostos da economia liberal e neoliberal e conforme a racionalidade instrumental, para as quais era possível crescer indefinidamente, sem ter a devida preocupação com a escassez dos recursos naturais. Além disso, eles alimentavam a crença de que a ciência teria sempre solução às consequências nefastas das opções econômicas equivocadas. Em contrapartida, a racionalidade ambiental fortalece as distinções entre o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável, demonstrando os limites do crescimento econômico e a necessidade de investimentos equilibrados em diversas dimensões, especialmente na social, na econômica e na ambiental, a fim de alcançar a sustentabilidade pela lógica da preservação produtiva da natureza.

Portanto, a natureza tem suas forças, mas tem também seus limites, cujos fenômenos estão além da capacidade humana de querer enclausurá-los nas frágeis certezas científicas ou conceituais do pensamento humano moderno. Como solução sustentável aos problemas globais e locais, escutar cientificamente tais fenômenos, respeitando as leis da natureza,

ainda é o caminho mais seguro para desenvolver concomitantemente ações produtivas e conservacionistas no espaço rural, para esta e para as futuras gerações.

As expectativas dos agricultores familiares entrevistados manifestadas em relação ao cooperativismo e à agricultura foram no sentido de melhorar a qualidade de vida no espaço rural por meio da preservação produtiva, aproveitando os saberes tradicionais e incrementando as inovações tecnológicas às práticas produtivas.

A participação das cooperativas agrícolas em inúmeros espaços públicos, debatendo um sem-número de temas e envolvendo-se em questões relacionadas ao espaço rural afirmou-as como esferas públicas cooperativas na sociedade civil. Nelas, os problemas sentidos pelos agricultores familiares no mundo da vida são reforçados, enfeixados e condensados, a ponto de legitimarem-se por meio de ações comunicativas pelo entendimento. Entre tantos entendimentos possíveis, cresce nas cooperativas agrícolas o consenso em torno de realizar ações produtivas e preservacionistas do meio ambiente, concomitantemente.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília, DF: UNESCO, 1998.
- \_\_\_\_\_. **O futuro das regiões rurais**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- ALMEIDA, Jalcione. **A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no Sul do Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 1999. (Série Estudos Rurais).
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES DO OESTE CATARINENSE (APACO). **Sobre a APACO**. Chapecó, 2010. Disponível em: <<http://www.apaco.org.br/apaco.html>>. Acesso em: 18 jan. 2013.
- BELEDELI, Marcelo. Falta de sucessores ameaça o futuro da agricultura familiar. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, v. 79, n. 66, 27 ago. 2012. (Cadernos: Agronegócio).
- BENETTI, Maria Domingues. Endividamento e crise do cooperativismo empresarial do Rio Grande do Sul: análise do caso Fecotrigo/Centralsul, 1975-1983. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, FEE, p. 23-55, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Origem e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: FEE, 1982.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. v. 2. n. 9. Brasília, DF: UnB, 1997.
- BOGARDUS, Emory S. **Princípios de cooperação**. São Paulo: Lidador, 1964.
- BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude, PASSERON, Jean-Claude. **A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- BRASIL. Casa Civil. **Constituição Federal**. Brasília, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 28 jan. 2012.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Cooperativismo**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/cooperativismo-associativismo/cooperativismo>>. Acesso em: 28 maio 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 11.326 de 24 de julho de 2006**. Brasília, 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm)>. Acesso em: 25 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei Ordinária n. 12.205/2010**. Brasília, 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12205.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12205.htm)>. Acesso em: 28 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

BRUXEL, Arnaldo. **Os trinta povos guaranis**. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul; Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Porto Alegre: Sulina, 1978.

BÚRIGO, Fábio Luiz. **Cooperativa de crédito rural: agente de desenvolvimento local ou banco comercial de pequeno porte?** Chapecó, SC: Argos, 2007.

BÜTTENBENDER, Pedro Luís (Org.). **Gestão de cooperativas: fundamentos, estudos e práticas**. Ijuí, RS: Editora da UNIJUI, 2011.

CALDAS, Nádya Velleda. **A certificação de produtos orgânicos no Brasil e na Espanha**. Pelotas, RS: Editora Universitária Ufpel, 2013.

CALDEIRA, Clóvis. **O mutirão: formas de ajuda mútua no meio rural**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

CALHOUN, Craig. **Habermas and the Public Sphere**. 4. ed. Massachusetts: MIT, 1996.

CARLOTTO, Ampélio; GALIOTO, Antônio. **O cooperativismo riograndense: a história da cooperativa santa clara**. Carlos Barbosa, RS: Pró-Jornal Editora, 2000.

CARSON, Rachel L. **Primavera silenciosa**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

CASTRO, Elisa Guaraná de; et al. **Os jovens estão indo embora?: juventude rural e a construção de um ator político**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica/UFRRJ, EDUR, 2009.

CAUME, David J. **O MST e os assentamentos de reforma agrária: a construção de espaços sociais modelares**. Passo Fundo, RS: Editora da UPF, 2006.

CENTRO DE APOIO AO PEQUENO AGRICULTOR (CAPA). **O Capa: apresentação**. Pelotas, RS, 2012. Disponível em: <<http://www.capa.org.br/site/content/home/index.php>>. Acesso em: 12 ago. 2012.

CERIOLI, Paulo; MARTINS, Adalberto (Orgs). **Sistema cooperativista dos assentados**. São Paulo: Gráfica e Editora Peres Ltda, 1997. (Série: Cadernos de cooperação agrícola, 5).

CHALITA, Marie Anne Najm. **Competitividade e eficiência na citricultura paulista: uma análise a partir da gestão dos estabelecimentos agrícolas**. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

- CHIAVENATO, Idalberto. **Gerenciando pessoas**: o passo decisivo para a administração participativa. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 1994.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. (Relatório Brundtland). 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1991.
- COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA LINHA CEREJA LTDA (COMACEL). **Cooperativa Agrícola Mista Linha Cereja Ltda**. Arroio do Tigre, RS, 2011. Disponível em: <<http://www.comacel.net/index2.html>>. Acesso em 14 jul. 2013.
- COOPERATIVA AGROPECUÁRIA ALTO URUGUAI LTDA (COTRIMAIO). **Conheça a Cotrimaio**. Três de Maio, RS, 2012. Disponível em: <[http://www.cotrimaio.com.br/conheca\\_cotrimaio.htm](http://www.cotrimaio.com.br/conheca_cotrimaio.htm)>. Acesso em: 28 dez. 2012.
- COOPERATIVA AGROPECUÁRIA NOVA PETRÓPOLIS (Piá). **Institucional**: sobre a Piá. Nova Petrópolis, RS, 2012. Disponível em: <<http://www.pia.com.br/institucional/sobre>>. Acesso em 28 set. 2012.
- COOPERATIVA CENTRAL DOS ASSENTAMENTOS DO RIO GRANDE DO SUL (COCEARGS). **Estatuto Social**. Porto Alegre, 1998.
- COOPERATIVA CENTRAL GAÚCHA LTDA (CCGL). **Conheça a família CCGL**, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://www.ccgl.com.br/site>>. Acesso em: 28 abr. 2012.
- COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA (CRESOL-CENTRAL). **A Cresol Central**: histórico. Chapecó, SC, 2013. Disponível em: <<http://www.cresolcentral.com.br/a-cresol-central;jsessionid=XrpxuPnsKMSgMkg9lOndGtjH.portal01>>. Acesso em: 14 jan. 2013.
- COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS (COPTec). **Apresentação Coptec**. Porto Alegre, 2011. Disponível em <<http://www.coptec.org.br>>. Acesso em 28 de nov. 2012.
- COOPERATIVA MISTA DOS PEQUENOS AGRICULTORES DA REGIÃO SUL (COOPAR). **Estatuto Social**. São Lourenço do Sul, RS: 1992.
- CO-OPERATIVES OF UNITED KINGDOM LIMITED (CO-OPERATIVES UK). **Global Business Ownership, 2012**. Londres, 2012. Disponível em: <<http://www.uk.coop/2012/global>>. Acesso em: 28 dez. 2012.
- CORADINI, Odacir Luiz; FREDERICQ, Antoniette. **Agricultura, cooperativas e multinacionais**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 1981.
- COSTA BEBER, Ana Maria. **Turismo rural, modos de vida em mudança e percepções do rural**: um estudo a partir das práticas alimentares de famílias rurais em contexto de interação com turistas. 2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-

Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

CRESWELL, John. W. **Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DAL SÓGLIO, Fábio K. A crise ambiental planetária, a agricultura e o desenvolvimento. In: DAL SÓGLIO, Fábio K.; KUBO, Rumi R. (Org.) **Agricultura e sustentabilidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 17-32.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é participação política**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. 4. ed. São Paulo: Cortêz, 1999.

DRIMER, Alícia Kaplan de; DRIMER, Bernardo. **Las cooperativas: fundamentos, historia y doctrina**. 3. ed. Buenos Aires: INTERCOOP, 1981.

DUARTE, Laura Maria Goulart. **Capitalismo & cooperativismo no RGS: o cooperativismo empresarial e a expansão do capitalismo no setor rural do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: L&PM/ANPOCS, 1986.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Informação e tecnologia: hortaliças orgânicas**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.sct.embrapa.br/500p500r/Produto.asp?CodigoProduto=00081360>>. Acesso em: 28 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. **Sistema de produção**. v. 3. 2. ed. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://sistemadeproducao.cnptia.embrapa.br>>. Acesso em: 06 ago. 2012.

FEDOZZI, Luciano. Orçamento participativo e esfera pública: elementos para um debate conceitual. In: FISCHER, Nilton Bueno; MOLL, Jaqueline (Org.). **Por uma nova esfera pública: a experiência do Orçamento Participativo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 37-66.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). **Sobre o FBES**. Brasília, 2013. Disponível em: <[http://www.fbes.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=61&Itemid=57](http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57)>. Acesso em: 8 jan. 2013.

FREITAG, Barbara; ROUANET, Sérgio Paulo. **Habermas: sociologia**. São Paulo: Ática, 1980.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (FEE). **Mesorregiões: unidades geográficas**. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <[http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/unidades\\_geo\\_mesos.asp](http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/unidades_geo_mesos.asp)>. Acesso em: 8 jan. 2013.

GAZOLLA, Márcio. **Conhecimento, produção de novidades e ações institucionais: cadeias curtas das agroindústrias familiares**. 2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) -



Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

GIDE, Carlos. **Compêndio de economia política**. 3. ed. Porto Alegre: Globo, 1931.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e o educador social**: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortêz, 2010.

GÓLIKOV, V. A. **A Cooperativização da agricultura na U.R.S.S.** Moscovo: Progresso, 1976.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (ESTADO/RS). **Governador recebe carta com demandas da juventude rural**. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/noticias/1/105497/Governador-recebe-carta-com-demandas-da-juventude-rural/17/221/>>. Acesso em: 20 nov. 2012.

GRANDO, Marinês Zandavali. Um retrato da agricultura familiar gaúcha. Indicadores **Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 159-176, 2012. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/2645/3091>>. Acesso em: 28 jan. 2014.

GUARESCHI, Pedrinho. **Sociologia crítica**. 46. ed. Porto Alegre: EdPUC, 1999.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. v. 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

\_\_\_\_\_. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

\_\_\_\_\_. **O discurso filosófico da modernidade**. Lisboa: Dom Quixote, 1990.

\_\_\_\_\_. **Pensamento pós-metafísico**. Estudos filosóficos. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **Teoría de la acción comunicativa**: complementos y estudios previos. México: Ed. Rei, 1996.

\_\_\_\_\_. **Teoria do agir comunicativo**: racionalidade da ação e racionalização social. v. 1. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

\_\_\_\_\_. **Teoria do agir comunicativo**: sobre a crítica da razão funcionalista. v. 2. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012a.

HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções**: Europa 1789-1848. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria. Solidariedade, autogestão e cidadania: mapeando a economia solidária no Rio Grande do Sul. In: GAIGER, Luiz Inácio Germany. **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 17-54.

IDE, Hans-Ullrich. **A gente pega junto**: protagonismo na agricultura familiar. Porto Alegre: [s.n.], 2008.

INSTITUT FÜR MARKTÖKOLOGIE (IMO). **Our activities**, Weinfelden, 2012. Disponível em:

<[http://www.imo.ch/logicio/pmws/indexDOM.php?client\\_id=imo&page\\_id=home&lang\\_iso639=en](http://www.imo.ch/logicio/pmws/indexDOM.php?client_id=imo&page_id=home&lang_iso639=en)>. Acesso em: 28 ago. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**: mais da metade dos emigrantes brasileiros são mulheres. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em:

<[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=2017&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2017&id_pagina=1)>. Acesso em: 14 jan. 2013.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário de 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

\_\_\_\_\_. **População jovem no Brasil**: a dimensão demográfica, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em:

<[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/populacao\\_jovem\\_brasil/comentario1.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/populacao_jovem_brasil/comentario1.pdf)>. Acesso em: 14 jan. 2013.

\_\_\_\_\_. **Produto Interno Bruto dos Municípios: 2004-2008**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em:

<[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2004\\_2008/pibmunic2004\\_2008.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2004_2008/pibmunic2004_2008.pdf)>. Acesso em: 28 jul. 2011.

\_\_\_\_\_. **Vocabulário básico de recursos naturais e meio ambiente**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

\_\_\_\_\_. **PNAE 1995**: microdados. Rio de Janeiro, 1997. Disponível em:

<[ftp://ftp.ibge.gov.br/Estatisticas\\_Sociais/microdados\\_pesquisa\\_sobre\\_padroes\\_de\\_vida.zip](ftp://ftp.ibge.gov.br/Estatisticas_Sociais/microdados_pesquisa_sobre_padroes_de_vida.zip)>. Acesso em: 28 jul. 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA).

**Instrução Normativa n. 20**. Brasília, 1980. Disponível em:

<<http://www.incra.gov.br/index.php/component/search/?searchword=Instru%C3%A7%C3%A3o%20Normativa%20N%C2%BA%2020&searchphrase=all&Itemid=101>> Acesso em: 13 jan. 2012.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa sobre qualidade de vida, produção e renda nos assentamentos do Brasil 2010**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/numeros-da-reforma-agraria/file/1152-pesquisa-qualidade-de-vidanos-assentamentos-2010>>. Acesso em: 13 jan. 2012.

INTERNATIONAL CO-OPERATIVE ALLIANCE (ICA). **Principles**. London, 2012.

Disponível em: <<http://www.ica.coop/coop/principles.html>>. Acesso em: 12 jan. 2012.

JEAN, Bruno. A formação social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. **Produção familiar, processos e conflitos agrários**. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, p. 51-75, 1996. (Cadernos de Sociologia, 6).

JOLLIVET, Marcel (Org.). **Pour une agriculture diversifiée**. Paris: L'Harmattan, 1988.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (JUCERGS). **Estabelecimentos no Rio Grande do Sul em situação cadastral ATIVA no CNPJ de entidades com natureza jurídica 214-3: cooperativas.** Porto Alegre: JUCERGS, 2012.

KLOES, Luiz Salgado. História de pioneiros do movimento cooperativista no Brasil. **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo, RS, v. 18, n. 42, p. 11-50, 1983. (Série Cooperativismo).

KRAUZE, Luiz Elimar; KONZEN, Otto Guilherme. Autonomia financeira, liquidez e capitalização interna como fatores de desempenho global em cooperativas agropecuárias do Rio Grande do Sul, Brasil. **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo, RS, v. 36, n. 116, p. 151-176, 2001.

KREUTZ, Ivar José; SCHMIDT, Wilson. A trajetória do programa de produção orgânica da Cotrimaio. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 88-117, out. 2003.

KRUG, Ernesto Enio Budke. **Projeto de cooperação técnica, apoio às políticas e à participação social no desenvolvimento rural sustentável: IICA/MDA.** Porto Alegre: [s.n.], 2008.

LAGO, Adriano. **Fatores condicionantes do desenvolvimento de relacionamentos intercooperativos no cooperativismo agropecuário.** Porto Alegre: SESCOOP, 2009.

LAMARCHE, Hugues (Coord.). **Agricultura familiar: uma realidade multiforme.** v. 1. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993.

LAMARCHE, Hugues (Coord.). **Agricultura familiar: do mito à realidade.** v. 2. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

LAUSCHNER, Roque. **Cooperativismo e agricultura familiar.** Rio de Janeiro: 2010.

Disponível em:

<[http://www.coeptbrasil.org.br/portal/publico/apresentarConteudo.aspx?CODIGO=C201031711647171&TIPO\\_ID=4](http://www.coeptbrasil.org.br/portal/publico/apresentarConteudo.aspx?CODIGO=C201031711647171&TIPO_ID=4)>. Acesso em: 28 nov. 2012.

LEFF, Enrique. **Discursos sustentáveis.** São Paulo: Cortez, 2010a.

\_\_\_\_\_. **Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável.** Blumenau, SC: Edifurb, 2000.

\_\_\_\_\_. **Epistemologia ambiental.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010b.

\_\_\_\_\_. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LIMBERGER, Emiliano. **Cooperativa: empresa socializante.** Porto Alegre: Imprensa Livre, 1996.

MAGRI, Cledir Assisio; CORREA, Ciro Eduardo (Org.). **Cooperativismo de crédito familiar e solidário: instrumento de desenvolvimento e erradicação da pobreza: Passo Fundo, RS: IFIBE, 2012.**

MARCOS, Valéria de; FABRINI, João Edmilson. **Os camponeses e a práxis da produção coletiva**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MENDRAS, Henri. **La fin des paysans**. 2. ed. Paris: Actes Sud, 1984.

MASSUQUETTI, Angélica; MIELITZ NETTO, Carlos Guilherme Adalberto. O novo padrão de financiamento da agricultura brasileira. SEMINÁRIO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA E ESTUDOS RURAIS, 38., Rio de Janeiro, 2000. **Anais...** Campinas: Unicamp; Auburn: IRSA, Brasília: SOBER, 2000.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MEADOWS, Donella H. et al. **Limites do crescimento: um relatório para o projeto do clube de Roma sobre o dilema da humanidade**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MILANEZ, Francisco. Desenvolvimento sustentável. In: CATTANI, David Antonio (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 76-84.

MLADENATZ, Gromoslav. **Historia de las doctrinas cooperativas**. Buenos Aires: Intercoop, 1969.

NAREDO, José Manuel. Economía y sostenibilidad: la economía ecológica en perspectiva. **Pollis**, Caracas, v. 1, n. 1, p. 1-27, 2001.

NÓBREGA, Maílson da. A saída é consolidar o sistema capitalista. In: SICSÚ, João; CASTELAR, Armando (Org.). **Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento**. Brasília, DF: IPEA, 2009. p. 169-182.

OLIVEIRA, José Rudnei de. **O comprometimento do cooperado com a cooperativa**. 2007. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção, da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2007.

OLIVEIRA, Nestor Braz de. **Cooperativismo: guia prático**. 2. ed. Porto Alegre: OCERGS, 1984.

OLIVEIRA, Nythamar. **Habermas, o mundo da vida e a “terceira via” dos modernos**. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://www.geocities.ws/nythamar/habermas2.html>>. Acesso em: 12 jan. 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO BRASIL (OCB). **Panorama do cooperativismo brasileiro – ano 2011**. Brasília, 2012. Disponível em: <[http://www.ocb.org.br/gerenciador/ba/arquivos/panorama\\_do\\_cooperativismo\\_brasileiro\\_2011.pdf](http://www.ocb.org.br/gerenciador/ba/arquivos/panorama_do_cooperativismo_brasileiro_2011.pdf)>. Acesso em: 28 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. **Ramos: agropecuário**. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.brasilcooperativo.coop.br/site/ramos/index.asp>>. Acesso em: 12 out. 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (OCERGS). **Relatório de atividades e prestação de contas 2009 e Plano de Trabalho para 2010**. Porto Alegre: OCERGS, 2009.

\_\_\_\_\_. **Relatório de gestão, prestação de contas 2011 e Plano de Trabalho para 2012.** Porto Alegre: OCERGS, 2011.

\_\_\_\_\_. **Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://www.ocergs.coop.br/index.php/comunicacao/noticias/1877-projeto-geracao-cooperacao-alcanca-a-marca-de-50-mil-seguidores-no-facebook>>. Acesso em: 28 dez. 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **A ONU e a população mundial.** Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-em-acao/a-onu-e-a-populacao-mundial/>>. Acesso em: 14 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. **Agências da ONU lançam ano internacional de cooperativas 2012.** Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/agencias-da-onu-lancam-ano-internacional-das-cooperativas-2012/>>. Acesso em: 23 nov. 2011.

\_\_\_\_\_. **Agenda 21.** Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. **Rio + 20.** Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/>>. Acesso em: 28 nov. 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA/INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (FAO/INCRA). **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável.** Versão resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036. Brasília, 1994.

OSBORNE, Richard. **Dicionário de sociologia.** Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <[http://www.cmrj.ensino.eb.br/ensino/notas\\_aula/2bim2012/8HIS04.pdf](http://www.cmrj.ensino.eb.br/ensino/notas_aula/2bim2012/8HIS04.pdf)>. Acesso em: 28 nov. 2012.

OSÓRIO, Helen. Estrutura agrária e ocupacional. In: CAMARGO, Fernando; GUTFREIND, Ieda; REICHEL, Heloisa (Org.). **Colônia.** v. 1. Passo Fundo, RS: Méritos, 2006. p. 153-170. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

OSTROM, Elinor; MORAN, Emilio F. **Ecosistemas florestais: interação homem-ambiente.** São Paulo: SENAC/EDUSP, 2009.

PANDOLFO, Graziela Castro. **Escola e família: a socialização dos jovens agricultores familiares.** 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

PARRA FILHO, Domingos. **Metodologia científica.** 4. ed. São Paulo: Futura, 2001.

PEREIRA, Luiza Helena. A análise de conteúdo: um *approach* do social. In: NEVES, Clarissa Eckert Baeta; CORRÊA, Maíra Baumgarten (Org.). **Pesquisa social empírica: métodos e técnicas.** Porto Alegre: UFRGS, 1998. p. 87-113. (Cadernos de Sociologia, 9).

PINHO, Diva Benevides. **As cooperativas no desenvolvimento do Brasil: passado, presente e futuro: tentativa de síntese.** [S.l.]: ESETec, 2008.

\_\_\_\_\_. **Economia e cooperativismo**. São Paulo: Saraiva, 1977.

\_\_\_\_\_. **O cooperativismo no Brasil**: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

PINHO, Diva Benevides; PINHO, Carlos Marques. O estado brasileiro e o cooperativismo. **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo, RS, v. 10, n. 24, p. 99-127, 1980.

PINTO, Céli Regina Jardim; GUAZZELLI, Cesar A. Barcelos. **Ciências Humanas**: pesquisa e método. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. (Série Graduação).

PIZZI, Jovino. **O mundo da vida**: Husserl e Habermas. Ijuí, RS: Editora da Unijuí, 2006.

POCHMANN, Márcio. Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa. In: SEMINÁRIO NACIONAL DA JUVENTUDE RURAL. **Trabalhos apresentados...** Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.juventude.gov.br/conjuve/documentos/educacao-e-trabalho>>. Acesso em: 18 jan. 2013.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani César de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas de pesquisa. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2009.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Índice de Desenvolvimento Humano – Municipal: 1991-2000**. Brasília, 2000. Disponível em: <[http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20\(pelos%20dados%20de%202000\).htm](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20(pelos%20dados%20de%202000).htm)>. Acesso em: 28 jul. 2011.

RECH, Daniel. **Cooperativas**: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA (ECOVIDA). **A Rede**: certificação. Florianópolis, 2013. Disponível em: <<http://www.ecovida.org.br/category/a-rede/certificacao>>. Acesso em: 19 jan. 2013.

RÊGO, José de J. M. **Cooperativismo nacional**: dimensões política econômica brasileira. Brasília, DF: OCB, 1984.

RICCIARDI, Luiz; LEMOS, Roberto Jenkins. **Cooperativa, a empresa do século XXI**: como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos. São Paulo: LTR, 2000.

SABOURIN, Eric. **Os camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SARDAN, Jean-Pierre Oliver de. **Anthropologie et développement**: essai en socio-anthropologie du changement social. Paris: Karthala, 1995.

SCHNEIDER, José Odelso. A doutrina do cooperativismo nos tempos atuais. **Cadernos CEDOPE**, São Leopoldo, RS, n. 12, p. 7-23, 1994. (Série Cooperativismo).

\_\_\_\_\_. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. 2. ed. São Leopoldo, RS: Unisinos, 1999.

\_\_\_\_\_. Origens do cooperativismo moderno. In: MAY, Nilson Luiz (Coord.). **Compêndio de cooperativismo Unimed**. Porto Alegre: WS, 1998. p. 21-34.

\_\_\_\_\_. **A Certel**. São Leopoldo, RS, 2011. Disponível em:

<<http://br.mc1606.mail.yahoo.com>>. Acesso em: 10 out. 2011. (informação enviada por e-mail).

SCHNEIDER, José Odelso; LAUSCHNER, Roque. Evolução e situação do cooperativismo brasileiro. **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo, RS, n. 24, p. 27-47, 1980. (Separata).

SCHNEIDER, José Odelso; LENZ, Matias M.; PETRY, Almiro. **Realidade brasileira**: estudo de problemas brasileiros. 10. ed. Porto Alegre: Sulina, 1990.

SCHNEIDER, Sérgio. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno. In: FROEHLICH, José M.; DIESEL; Vivien. **Desenvolvimento rural**: tendências e debates contemporâneos. Ijuí, RS: Editora da Unijuí, 2006. p. 15-63.

\_\_\_\_\_. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. (Série Estudos Rurais).

\_\_\_\_\_. et al. (Orgs.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. (Série Estudos Rurais).

SCHULTZ, Glauco. **Relações com o mercado e (re) construção das identidades socioprofissionais na agricultura orgânica**. 2006. Tese (Doutorado em Agronegócio) - Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SECRETARIA ESTADUAL DA FAZENDA (SEFAZ/RS). **Apuração dos índices dos municípios**: módulo prefeituras: ano base 2004-2010. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<https://www.sefaz.rs.gov.br/DWN/GlmodBpref.aspx>>. Acesso em: 13 fev. 2012.

SECRETARIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, COOPERATIVISMO E PESCA (SDR/RS). **Lista das cooperativas agropecuárias**: Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

\_\_\_\_\_. **Programa do Cooperativismo Rural**. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <[http://www.sdr.rs.gov.br/conteudo.php?cod\\_conteudo=598&cod\\_menu=9](http://www.sdr.rs.gov.br/conteudo.php?cod_conteudo=598&cod_menu=9)>. Acesso em: 28 ago. 2012.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO (SESCOOP). **Saber cooperar**. Brasília, DF, v. 4, n. 10, maio/jun. 2013.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO NO RIO GRANDE DO SUL (SESCOOP/RS). Cooperativismo gaúcho divulga números e mostra sua

força. **O interior**: jornal do cooperativismo gaúcho, Porto Alegre, v. 39, n. 1031, p. 8-9, jul. 2012.

SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO RURAL HORIZONTES NOVOS (CREHNOR). **A Crehnor**. Sarandi, RS, 2013. Disponível em: <[http://www.crehnor.com.br/?page=acrehnor&sub\\_page=historia](http://www.crehnor.com.br/?page=acrehnor&sub_page=historia)>. Acesso em: 18 jan. 2013.

SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

STUIVER, Marian. **Understanding innovation and transition towards sustainable food systems: the new role of government and science**. Netherlands: Wageningen, 2011.

TEDESCO, João Carlos. **Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês**. Passo Fundo, RS: EDIUPF, 1999.

UNIÃO DAS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA (UNICAFES). **Quem somos**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://cirandas.net/unicafes/quem-somos>>. Acesso em 28 jan. 2013.

UNIÃO DAS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (UNICAFES/RS). **Lista das cooperativas**. Erechim, RS, 2013.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. São Paulo: Garamond, 2010.

VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira (Coord.). **Governança cooperativa: diretrizes e mecanismos para fortalecimento da governança em cooperativas de crédito**. Brasília, DF: BCB, 2010.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: FERREIRA, Angela Duarte Damasceno; BRANDENBURG, Alfio (Org.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998. p. 29-49.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1967.  
\_\_\_\_\_. **A objetividade do conhecimento nas ciências sociais**. São Paulo: Ática, 2006.

WEBER, Max; WINCKELMANN, Johannes. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. v. 1, 4. ed. Brasília, DF: Editora da UnB, 2000.

WEISHEIMER, Nilson. **A situação juvenil na agricultura familiar**. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

\_\_\_\_\_. **Juventudes rurais: mapa de estudos recentes**. Brasília, DF: MDA, 2005. (Estudos NEAD, 7).



WILKINSON, John. **Mercados, redes e valores**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

WINCKLER, Natália Carrão et al. **Sucessão familiar na Quarta Colônia do RS**: um estudo sob a luz da teoria dos papéis sociais. São Carlos, SP, 2013. Disponível em: <<http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/245/183>>. Acesso em: 25 abr. 2013.

WOORTMANN, Klass A. A.; WOORTMANN, Ellen. **Com parente não se negocia**. Brasília, DF: Editora da UnB, 1989. (Série Antropologia).

ZARTH, Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno**: o Rio Grande do Sul do século XIX. Ijuí, RS: Editora da Unijuí, 2002.

### APÊNDICE A - IDENTIFICAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

|    | Nome                       | Cooperativa   | Função                 | Data da entrevista |
|----|----------------------------|---------------|------------------------|--------------------|
| 1  | Altecir Antonio Komosinski | Cootap        | Dirigente              | 30/01/2012         |
| 2  | Adriana Severino Kraemer   | Pé na Terra   | Dirigente              | 15/02/2012         |
| 3  | Álvaro Leuttjohonn         | Ecovale       | Associado              | 05/09/2012         |
| 4  | Amilton Strelow            | Coopar        | Dirigente              | 18/10/2012         |
| 5  | Antonio Wunsch             | Cotrimaio     | Associado              | 07/11/2012         |
| 6  | Augusto Weber              | Ecovale       | Agente Externo         | 04/09/2012         |
| 7  | Carlos Gilvane Benemann    | Sul Ecológica | Associado              | 16/10/2012         |
| 8  | Cedemir Ludke              | Cooperac      | Associado              | 01/09/2012         |
| 9  | Celomar Mauch              | Coofan        | Agente Externo         | 16/08/2012         |
| 10 | Celso Alves da Silva       | Cootap        | Agente Externo         | 19/12/2012         |
| 11 | Clamir Balén               | Unicafes/RS   | Informante Qualificado | 05/02/2013         |
| 12 | Cláudio Risson             | Cresol        | Informante Qualificado | 29/08/2012         |
| 13 | Clécio Weber               | Ecovale       | Associado              | 04/09/2012         |
| 14 | Clélio Chuch               | Cotrimaio     | Agente Externo         | 06/11/2012         |
| 15 | Dari Radins                | Coopar        | Associado              | 17/10/2012         |
| 16 | Domingos Pinheiro          | Coofan        | Associado              | 16/08/2012         |
| 17 | Elimar Haupt               | Cotrimaio     | Associado              | 06/11/2012         |
| 18 | Elisete Amorim             | Coofan        | Associado              | 15/08/2012         |
| 19 | Ellemar Wojahn             | Coopar        | Agente Externo         | 21/11/2012         |
| 20 | Emerson Giacomelli         | Coceargs      | Informante Qualificado | 20/12/2012         |
| 21 | Erasmio Moura Quevedo      | Sul Ecológica | Associado              | 17/10/2012         |
| 22 | Erneci Barbosa da Rosa     | Pé na Terra   | Associado              | 15/02/2012         |
| 23 | Ernesto Alvaro Martinez    | Sul Ecológica | Agente Externo         | 11/10/2012         |
| 24 | Ernesto Enio Budke Krug    | Cooplib       | Informante Qualificado | 13/02/2012         |
| 25 | Fernanda Dias              | Ocergs        | Jovem                  | 31/01/2013         |
| 26 | Gilberto Kny               | Piá           | Dirigente              | 05/12/2012         |
| 27 | Gilmar Pastório            | Cooperac      | Agente Externo         | 28/08/2012         |
| 28 | Guilherme Teodoro. Kuhn    | Sul Ecológica | Associado              | 16/10/2012         |
| 29 | Henrique Specht            | Ecovale       | Dirigente              | 04/09/2012         |
| 30 | Herculano Frantz           | Ecovale       | Associado              | 04/09/2012         |
| 31 | Hugo Ludke                 | Sul Ecológica | Associado              | 16/10/2012         |
| 32 | Ildo Amaral                | Coofan        | Dirigente              | 15/08/2012         |
| 33 | Ilio Schiefferdecker       | Ecovale       | Associado              | 05/09/2012         |
| 34 | Ilton Ritter               | Coopar        | Associado              | 17/10/2012         |
| 35 | Irani Viegan               | Coopar        | Associado              | 17/10/2012         |

|    |                                  |               |                        |            |
|----|----------------------------------|---------------|------------------------|------------|
| 36 | Jeferson da Silva                | Cootap        | Associado              | 30/01/2012 |
| 37 | João Adelar Engelmann            | Cootap        | Associado              | 19/12/2012 |
| 38 | João Carlos Rutz                 | Sul Ecológica | Associado              | 17/10/2012 |
| 39 | João Carlos Ost                  | Piá           | Associado              | 22/02/2013 |
| 40 | Jorge Gauger                     | Cotrimaio     | Associado              | 06/11/2012 |
| 41 | Jorge Solismar da Silveira Costa | Cooafan       | Associado              | 15/08/2012 |
| 42 | José Baú                         | Cotrimaio     | Associado              | 07/11/2012 |
| 43 | Laércio Frantz                   | Ecolvale      | Associado              | 04/09/2012 |
| 44 | Leodemar Ferreira                | Coceargs      | Jovem                  | 04/12/2012 |
| 45 | Loro Nadal Bosembeker            | Sul Ecológica | Associado              | 16/10/2012 |
| 46 | Marcelo Witmann                  | Piá           | Agente Externo         | 23/10/2012 |
| 47 | Marciano Ravanello               | Comacel       | Agente Externo         | 24/02/2012 |
| 48 | Marcos Vinícius Cornelli         | Unicafes      | Jovem                  | 21/02/2013 |
| 49 | Marlei Waskow Mendonça           | Coopar        | Associado              | 18/10/2012 |
| 50 | Mário José Schafer               | Comacel       | Dirigente              | 24/02/2012 |
| 51 | Marlene Lazaretti                | Cooperac      | Associado              | 07/11/2012 |
| 52 | Natalício Rodrigues              | Sul Ecológica | Associado              | 05/02/2013 |
| 53 | Olivar Lazaretti                 | Cooperac      | Dirigente              | 07/11/2012 |
| 54 | Paulo Mielke                     | Sul Ecológica | Dirigente              | 15/08/2012 |
| 55 | Reinaldo Peglow                  | Sul Ecológica | Associado              | 17/10/2012 |
| 56 | Remiro Matté                     | Piá           | Associado              | 31/10/2012 |
| 57 | Roberto Ruppenthal               | Piá           | Associado              | 23/10/2012 |
| 58 | Rojane Bauer Gramps              | Piá           | Associado              | 23/10/2012 |
| 59 | Rui Sílvio Gularte               | Ecovale       | Associado              | 05/09/2012 |
| 60 | Sidinei Neo                      | Comacel       | Associado              | 24/02/2012 |
| 61 | Silceu Dalberto                  | Cotrimaio     | Dirigente              | 06/11/2012 |
| 62 | Tarcísio Zimmermann              | Independente  | Informante Qualificado | 16/11/2012 |
| 63 | Tiago Klug                       | Unicafes      | Jovem                  | 10/12/2012 |
| 64 | Valcir Zatti                     | Cooperac      | Associado              | 07/11/2012 |
| 65 | Valdemar Alves de Oliveira       | Crehnor       | Informante Qualificado | 30/08/2012 |
| 66 | Valdino Konrad                   | Coopar        | Associado              | 18/10/2012 |
| 67 | Vergílio Frederico Périus        | Ocergs        | Informante Qualificado | 04/12/2012 |
| 68 | Victória Noel Vazquez Fernandez  | Pé na Terra   | Agente Externo         | 04/10/2012 |
| 69 | Vilso José Antonello             | Independente  | Informante Qualificado | 27/11/2012 |

Elaborado pelo autor Nilson Binda, PGDR/UFRGS (2013).

## APÊNDICE B - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS INDIVIDUAIS (AGENTES EXTERNOS)

UFRGS/PGDR – ESTUDO SOBRE COOPERATIVISMO AGRÍCOLA, PARTICIPAÇÃO E SUSTENTABILIDADE.

Nilson Binda (doutorando): nilsonbinda@yahoo.com.br e Ivaldo Gehlen (orientador): ivaldo@ufrgs.br  
Esta pesquisa acadêmica visa obter informações sobre as cooperativas agrícolas para uma explicação sociológica da relação entre a participação e a sustentabilidade social, econômica e ambiental. As informações possibilitam análises sobre este universo social e a produção de estudos posteriores mais abrangentes e aprofundados.

Você foi selecionado (a) para participar. Agradecemos sua colaboração e franqueza. Qualquer dúvida, contatar: Ivaldo: 51 91126450. Obs.: *O sigilo das respostas será mantido.* Entrevistador: \_\_\_\_\_

Roteiro n.: [     ] Data: \_\_\_/\_\_\_/2012.

Nome: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_ Sexo: 1. [   ] M 2. [   ] F

Município: \_\_\_\_\_

Entidade \_\_\_\_\_ Cargo que ocupa: \_\_\_\_\_

| Identificação   | Observações |
|---|-------------|
| <p>Trajatória pessoal, escolaridade, qualificação, participação em outras organizações.<br/>Chegada ao cooperativismo, motivo. Principais ações (suas) no cooperativismo agrícola.<br/>O que considera mais relevante na história do cooperativismo.<br/>Percepção da situação das cooperativas agrícolas: cadastral, investimentos, empregos...<br/>Qual a questão considera mais relevante das ações do cooperativismo agrícola.<br/>Percepção da relação da Cooperativa com os agricultores (sociais, econômicas, ambientais), com o Estado, com os Mercados e com a Sociedade Civil.</p>  |             |
| <p style="text-align: center;"><b>Gestão do cooperativismo agrícola</b></p> <p>Percepção da estrutura organizacional, tomadas de decisões, consultorias, assessorias.<br/>Participação dos associados: homens, mulheres, jovens (sucessão) - proximidade e distanciamentos.<br/>Repasse das informações e transparência administrativa.<br/>Percepção da seleção de demandas: das cooperativas agrícolas e dos associados.<br/>Percebe estratégias do cooperativismo Agrícola, para o Desenvolvimento Sustentável.</p>  |             |
| <p style="text-align: center;"><b>Meio Ambiente</b></p> <p>Percepção do cooperativismo agrícola em relação ao meio ambiente, leis ambientais, CFB...<br/>Considera importante os associados investirem na produção orgânica (de base ecológica). Por quê?<br/>Considera as escolhas tecnológicas da cooperativa agrícola adequadas às práticas sustentáveis?<br/>Percepção das práticas em relação à destinação dos resíduos (agrícolas e domésticos), qualidade do solo, da água, manejo das pragas...<br/>Qual sua opinião em relação à certificação de produtos: convencional (transgênico), orgânico, ecológico...<br/>Qual a questão (social, econômica, ambiental) mais lhe preocupa em relação às cooperativas agrícolas e às práticas dos associados.</p> |             |
| <p style="text-align: center;"><b>Questões Gerais</b></p> <p>Percepção do comprometimento das cooperativas agrícolas, e de seus associados, com as questões sociais (saúde, educação...), culturais, lúdicas.<br/>Percepção da ação das cooperativas agrícolas com relação às condições de acesso (estradas...), qualidade da energia elétrica, créditos, políticas públicas...<br/>Em sua opinião, por quais razões os agricultores investem na cooperativa.<br/>Como gostaria que fosse a agricultura, o cooperativismo agrícola para os próximos cinco ou dez anos.<br/>Alguma questão gostaria de comentar?</p>   |             |

## APÊNDICE C - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS INDIVIDUAIS (DIRIGENTES)

UFRGS/PGDR: ESTUDO SOBRE COOPERATIVISMO AGRÍCOLA, PARTICIPAÇÃO E SUSTENTABILIDADE.

Nilson Binda (doutorando): nilsonbinda@yahoo.com.br e Ivaldo Gehlen (orientador): ivaldo@ufrgs.br  
Esta pesquisa acadêmica visa obter informações sobre as cooperativas agrícolas para uma explicação sociológica da relação entre a participação e a sustentabilidade social, econômica e ambiental. As informações possibilitam análises sobre este universo social e a produção de estudos posteriores mais abrangentes e aprofundados.

Você foi selecionado (a) para participar. Agradecemos sua colaboração e franqueza. Qualquer dúvida, contatar Ivaldo: 51 91126450. Obs.: *O sigilo das respostas será mantido.* Entrevistador: \_\_\_\_\_

Roteiro n.: [     ] Data: \_\_\_/\_\_\_/2012.

Nome: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_ Sexo: 1. [ ] M 2. [ ] F

Localidade: \_\_\_\_\_ Município: \_\_\_\_\_

Cooperativa: \_\_\_\_\_ Cargo que ocupa: \_\_\_\_\_

| Identificação  | Observações |
|--|-------------|
| <p>Trajetória pessoal, escolaridade, qualificação, participação em outras organizações.<br/>Chegada à cooperativa, motivo. Principais ações na cooperativa agrícola.<br/>História da cooperativa, fundação, motivo, apoio, principais ações e produtos.<br/>Percepção da situação da cooperativa: cadastral, investimentos, empregos...<br/>Qual a questão considera mais relevante em relação ao cooperativismo agrícola.<br/>Percepção da relação da Coop. com os agricultores (sociais, econômicas, ambientais), com o Estado, com os Mercados e com a Sociedade Civil.</p>   |             |
| <p style="text-align: center;">Gestão e Participação dos associados</p> <p>Estrutura organizacional, tomadas de decisões, consultorias, assessorias...<br/>Participação dos associados: homens, mulheres, jovens (sucessão) – proximidades e distanciamentos.<br/>Repasse das informações e transparência administrativa.<br/>Percepção da seleção de demandas: da cooperativa e dos associados.<br/>Estratégias da cooperativa para o Desenvolvimento Sustentável e provocação de práticas sustentáveis.<br/>Participação (representação) da cooperativa noutras esferas públicas.</p>  |             |
| <p style="text-align: center;">Meio Ambiente</p> <p>Como são feitas as escolhas das tecnologias para as práticas agrícolas e não-agrícolas? Existe alguma orientação por parte da cooperativa?<br/>Considera as tecnologias disponíveis, utilizadas, adequadas às práticas sustentáveis?<br/>Percepção das práticas em relação à destinação dos resíduos (agrícolas e domésticos), qualidade do solo, da água, manejo das pragas...<br/>A cooperativa possui produtores orgânicos, de base ecológica, certificação de produto? Participa de programa de reconversão da produção?<br/>Qual a questão ambiental mais preocupa a cooperativa, os agricultores associados.<br/>O que considera relevante no Código Florestal Brasileiro e nas leis ambientais?</p> |             |
| <p style="text-align: center;">Questões Gerais</p> <p>Qual o comprometimento da cooperativa com as questões sociais (saúde, educação), culturais, lúdicas.<br/>Preocupação com as condições de acesso, qualidade da energia elétrica, créditos, políticas públicas.<br/>Em sua opinião, por quais razões os agricultores investem na cooperativa.<br/>Como gostaria que fosse a agricultura para, o cooperativismo para os próximo cinco ou dez anos.<br/>Alguma questão gostaria de comentar?</p>   |             |

## APÊNDICE D - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS NAS FAMÍLIAS (ASSOCIADOS)

UFRGS/PGDR: ESTUDO SOBRE O COOPERATIVISMO AGRÍCOLA, PARTICIPAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

Nilson Binda (doutorando): nilsonbinda@yahoo.com.br e Ivaldo Gehlen (orientador): ivaldo@ufrgs.br  
Esta pesquisa acadêmica visa obter informações sobre as cooperativas agrícolas para uma explicação sociológica da relação entre a participação e a sustentabilidade social, econômica e ambiental. As informações possibilitam análises sobre este universo social e a produção de estudos posteriores mais abrangentes e aprofundados.

Você foi selecionado (a) para participar. Agradecemos sua colaboração e franqueza. Qualquer dúvida, contatar Ivaldo: 51 91126450. Obs.: *O sigilo das respostas será mantido.* Entrevistador: \_\_\_\_\_

Roteiro n.: [     ]                      Data: \_\_\_/\_\_\_/2012.  
Nome: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_ Sexo: 1. [   ] M 2. [   ] F  
Localidade: \_\_\_\_\_ Município: \_\_\_\_\_ Tempo que mora nesse local: \_\_\_\_\_  
Cooperativa: \_\_\_\_\_ Tempo de associado: \_\_\_\_\_

### Identificação

Trajatória pessoal, Nome, local de origem, etnia, escolaridade, qualificação, chegada à cooperativa, motivo, quem apoiou.

Como vê a situação da cooperativa, em que ela mais coopera e onde deveria cooperar mais.

Em relação à cooperativa

Qual a forma de participação na cooperativa (homem, Mulher, Jovem): grupo, núcleo, assembleia...

Onde mais discute assuntos da cooperativa.

Como recebe as informações da cooperativa.

Considera a administração transparente?

Recebe estímulos da cooperativa para a modernização tecnológica e provocação de práticas alternativas sustentáveis. Por qual meio? Recebe assistência técnica. De quem?

Qual seu comprometimento com a cooperativa e da cooperativa com o senhor, enquanto associado.

### Avaliação das práticas agrícolas

Produção de mudas: - origem das sementes, - dos substratos (terra),

Dos insumos (adubos/fertilizantes), - inseticidas/herbicidas, - tipo: orgânico ou outra, - origem, de fora?

Plantio: manejo do solo: preparo da área (mecanizado ou manual), faz plantio direto, rotação, pousio.

Tratos culturais: manejo das lavouras (capina manual, consórcio), manejo das pragas.

Colheita: mecanizada, manual, mão de obra, máquinas e equipamentos utilizados.

Armazenamento: na propriedade, na cooperativa, outro...

Transporte: próprio, da cooperativa, outro...

Comercialização: direto ao mercado, pela cooperativa, outro...

Cobertura vegetal: Superfície Agrícola Útil (SAU): área cultivada, Superfície Agrícola Disponível (SAD): área não cultivada, nativa, APP, PL. Explora com técnicas adequadas e assistência técnica.

Qual destinação dos resíduos agrícolas e domésticos.

Qualidade do solo, da água (origem, destino). Proteção das fontes.

### Questões Gerais

Considera importante a produção orgânica (de base Agroecológica). Por quê? Qual a questão ambiental mais lhe preocupa. Qual o seu comprometimento com a cooperativa.

Participa de ação pela educação, saúde, condições de acesso, qualidade da energia elétrica, créditos.

O Senhor tira férias, participa de esporte, tem lazer. Em que investe seu dinheiro.

Por que o senhor, como agricultor, investe na cooperativa agrícola: motivos, razões.

Como gostaria que fosse a agricultura e a cooperativa para os próximos cinco ou dez anos.

Alguma questão gostaria de comentar?

### Observações

## APÊNDICE E - ROTEIRO PARA COLETA DE INFORMAÇÕES NAS COOPERATIVAS

UFRGS/PGDR: ESTUDO SOBRE O COOPERATIVISMO AGRÍCOLA, PARTICIPAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

Nilson Binda (doutorando): nilsonbinda@yahoo.com.br e Ivaldo Gehlen (orientador): ivaldo@ufrgs.br  
Esta pesquisa acadêmica visa obter informações sobre as cooperativas agrícolas do RS para uma explicação sociológica da relação entre a participação e a sustentabilidade social, econômica e ambiental. As informações possibilitam análises sobre este universo social e a produção de estudos mais abrangentes e aprofundados.

Você foi selecionado (a) para participar. Agradecemos sua colaboração e franqueza. Qualquer dúvida, contatar Ivaldo: 51 91126450. *O sigilo das respostas será mantido.* Entrevistador: \_\_\_\_\_.

Roteiro n.: [     ],                      Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2012.

Cooperativa: \_\_\_\_\_

Informante: Nome: \_\_\_\_\_ . Cargo que ocupa: \_\_\_\_\_

| Identificação  | Observações |
|--|-------------|
| <p>História da cooperativa: fundadores, motivo, entidade apoio, principais ações e produtos.</p> <p>Situação da cooperativa: cadastral, maiores investimentos, empregos, mercados, estrutura, bens, dívidas.</p> <p>Qual questão mais preocupa a cooperativa?</p> <p>Canais comunicacionais com: Estado, governos, parlamentares e Sociedade Civil.</p>  |             |
| <p style="text-align: center;">Participação dos associados e conhecimento da realidade</p> <p>Participação dos associados: nas assembleias, pré-assembleia, grupos, etc.</p> <p>Canais de repasse das informações, boletins, jornais, programas de rádio e transparência na administração.</p> <p>Estratégias: para manter os associados ligados (fiéis), participantes, comprometidos à cooperativa.</p> <p>Desempenho dos dirigentes eleitos (diretoria, conselhos).</p> <p>Desempenho dos técnicos executivos contratados.</p> <p>Conhecimento da situação dos associados quanto à moradia, endividamento, investimentos.</p> <p>Participação da cooperativa noutras esferas.</p> <p>Patrimônio, bens, faturamento anual (ano base 2011).</p> <p>Destinação das 'sobras'.</p> <p>Assistência técnica, a cooperativa presta, onde os agricultores obtêm?</p> |             |
| <p style="text-align: center;">Meio Ambiente</p> <p>Questão da coleta e destinação dos resíduos, produzidos pela/na cooperativa (separa, recicla, quem recolhe, destino dos materiais).</p> <p>Quais técnicas de produção agrícola os associados mais utilizam.</p> <p>A fonte maior da renda (agrícola e não-agrícola).</p>   |             |
| <p style="text-align: center;">Questões Gerais</p> <p>Oscilação em termos de associação, estável, cresce.</p> <p>O que os agricultores buscam na cooperativa.</p> <p>Situação da mulher e dos jovens.</p> <p>Propostas da cooperativa para agricultura e para os agricultores.</p>   |             |

**APÊNDICE F - DIMENSÕES, VARIÁVEIS, INDICADORES E SUBINDICADORES DE ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE**

| <b>Dimensão de análise da sustentabilidade</b> | <b>Variáveis</b>                             | <b>Indicadores</b>  | <b>Subindicadores</b>                          |
|--|--|---|--|
| <b>Social</b>                                  | a) Estrutura organizacional das cooperativas | Assembleia,<br>Pré-assembleias,<br>Grupos.  | -  |
|  | b) Participação interna                      | Motivo<br>De mulheres<br>De jovens  | -  |
|  | c) Escolaridade                              | Não alfabetizado<br>Fundamental<br>Médio<br>Superior                                  | Completo<br>Incompleto                         |
|  | d) Qualificação                              | Cursos<br>Encontros<br>Assistência Técnica  | -  |
|  | e) Participação externa                      | Movimento Sindical,<br>Movimento Social,<br>Cultural/Educacional,<br>Saúde<br>Lúdica. | Frequente<br>Raramente<br>Nunca                |
| <b>Econômica</b>                               | a) Patrimônio                                | Tamanho da propriedade (ha),  | 0-10,<br>11-50,<br>51-100,<br>101 ou mais.     |
|  |  | Bens (máquinas, equipamentos)   | Próprio<br>Alugado                             |
|  | b) Mão de obra                               | Familiar  | Mútua ajuda                                    |
|  |  | Contratada  | Permanente<br>Temporária                       |
|  | c) Inovação                                  | Tecnológica   | Genética                                       |
|  | d) Mercado                                   | Convencional e Institucional  | -  |
| Consumo de alimentos próprios                  |  | Até a metade<br>Mais da metade  |  |
| <b>Ambiental</b>                               | a) Ação das cooperativas                     | Reciclagem<br>Cursos (treinamentos)<br>Legislação (informações)                       | -  |
|  | b) Ação nas propriedades                     | Área de mata nativa, APP, RL<br>Nascentes, córregos d'água                            | Protegido<br>Não protegido                     |
|  | c) Destinação dos resíduos                   | Doméstico<br>Agrícola   | Coleta pública<br>Recicla<br>Enterra<br>Queima |
|  | d) Insumos                                   | Sementes e mudas<br>Substratos e fertilizantes<br>Controladores de ervas e insetos    | Convencional<br>Orgânico                       |
|  | e) Manejo do solo                            | Rotação, Pousio<br>Plantio direto   | -  |
| Adubação orgânica                              |  | Utiliza<br>Não utiliza  |  |

Elaborado pelo autor Nilson Binda, PGDR/UFRGS (2013).



## APÊNDICE G - QUADRO SÍNTESE DA PESQUISA

| Tema                 | <b>A sustentabilidade e o cooperativismo agrícola no estado Rio Grande do Sul.</b>   |   |
|----------------------|--|---|
| Problema de Pesquisa | Que relação se pode estabelecer entre a participação dos associados na esfera pública e a sustentabilidade social, econômica e ambiental do cooperativismo agrícola no estado do Rio Grande do Sul, neste início do século XXI?  |   |
| Objetivos            | Geral  | Analisar a sustentabilidade do cooperativismo agrícola nas dimensões social, econômica e ambiental vinculada à participação dos agricultores na esfera pública, observando os discursos e as práticas de associados e agentes externos.   |
|                      | Específicos  | a) investigar os principais discursos e ações práticas dos associados e dos agentes externos na esfera pública cooperativa;<br>b) averiguar a estrutura organizacional das cooperativas agrícolas e seus mecanismos de participação nos processos administrativos;<br>c) analisar a participação de homens, mulheres e jovens na EPC e a implicação no processo sucessório nas propriedades rurais;<br>d) assinalar a participação externa de associados e dirigentes das cooperativas agrícolas na esfera pública da sociedade civil;<br>e) apontar as contribuições da inovação tecnológica para a sustentabilidade social, econômica e ambiental das cooperativas agrícolas e<br>f) Identificar as expectativas dos associados em relação ao cooperativismo e à agricultura. |
| Hipóteses            | I – Há uma relação entre a sustentabilidade social, econômica e ambiental do cooperativismo agrícola e a participação dos associados na esfera pública da sociedade civil.<br>II – A racionalidade ambiental é determinante para a realização de ações comunicativas na esfera pública cooperativa com repercussões nas práticas dos associados realizadas nas UFPAs dos agricultores familiares.  |   |
| Justificativa        | Por que estudar a sustentabilidade em cooperativas agrícolas relacionada à participação na esfera pública.<br>Por causa: - da crise ambiental e energética e da necessidade de suplantá-las; - dos discursos da ONU, ONGs, Ambientalistas, Governos... e da necessidade de efetivá-los; - da insustentabilidade econômica e da degradação do meio ambiente e da necessidade de práticas sustentáveis; - da diferenciação social no espaço rural e da necessidade de retroinnovar; - da necessidade de maior eficiência nas ações coletivas cooperativadas; - do paradigma do desenvolvimento sustentável; - da perspectiva de crescimento das cooperativas agrícolas; - da necessidade de avançar no conhecimento dessa temática através de pesquisas e inferências na realidade e - que a temática do cooperativismo ainda é pouco explorada nas Ciências Sociais e nos processos sociais agrários. |   |
| Referencial          | Teórico-conceitual   | Esfera pública e ação comunicativa pelo entendimento (Habermas)<br>Ação social pelo sentido (Weber)<br>Participação (Schneider)<br>Racionalidade ambiental (Leff)   |
|                      | Operacional  | Cooperativismo agrícola (esfera pública cooperativa)<br>Dimensões (social, econômica, ambiental)<br>Variáveis, Indicadores e Subindicadores.  |
| Eixo analítico       | Sustentabilidade.  |   |
| Categoria analítica  | Esfera Pública Cooperativa (EPC).  |   |

Elaborado pelo autor Nilson Binda, PGDR/UFRGS (2013).

**ANEXO A - UNICAFES/RS: RELAÇÃO DAS COOPERATIVAS E SEUS RESPECTIVOS  
MUNICÍPIOS-SEDE**

|    | <b>Cooperativa</b>    | <b>Município</b>      |
|----|-----------------------|-----------------------|
| 1  | AGRICOOOP             | Erechim               |
| 2  | AGROIPE               | Ipê                   |
| 3  | BASE NOROESTE         | Constantina           |
| 4  | COAMUR                | São João Urtiga       |
| 5  | COASA                 | Água Santa            |
| 6  | COCEL MARCELINO RAMOS | Marcelino Ramos       |
| 7  | COOESPERANÇA          | Santa Maria           |
| 8  | COOHASA               | Sananduva             |
| 9  | COOP. NOSSA TERRA     | Erechim               |
| 10 | COOPAADEN             | Dezesseis de Novembro |
| 11 | COOPAC                | Constantina           |
| 12 | COOPACEL              | Cerro Largo           |
| 13 | COOPAR                | São Lourenço do Sul   |
| 14 | COOPASC               | Santo Cristo          |
| 15 | COOPASUL              | Campinas do Sul       |
| 16 | COOPAX                | Porto Xavier          |
| 17 | COOPERAÉ              | Cândido Godói         |
| 18 | COOPERAR              | Coronel Bicaco        |
| 19 | COOPERBUTIA           | São Pedro Butiá       |
| 20 | COOPERCANA            | Porto Xavier          |
| 21 | COOPERCEDRO           | Santa Maria           |
| 22 | COOPERECOSOL          | Passo Fundo           |
| 23 | COOPERFAMILIAR        | Tenente Portela       |
| 24 | COOPERFAS             | Erechim               |
| 25 | COOPERG               | Roque Gonzales        |
| 26 | COOPERHAF             | Chapecó               |
| 27 | COOPERLUZ             | Santa Rosa            |
| 28 | COOPERMATE            | Getúlio Vargas        |
| 29 | COOPERMIS             | Jóia                  |
| 30 | COOPERNATURAL         | Picada Café           |
| 31 | COOPERSOL             | Santa Rosa            |
| 32 | COOPERTERESA          | Campinas das Missões  |
| 33 | COOPerval             | Ervál Grande          |
| 34 | COOPOVEC              | Porto Vera Cruz       |
| 35 | COOPRAL               | Alecrim               |
| 36 | COOPVIDA              | Sananduva             |
| 37 | COPAAL                | Aratiba               |

|    |                            |                     |
|----|----------------------------|---------------------|
| 38 | COPEQ                      | Panambi             |
| 39 | COPERAL                    | Erechim             |
| 40 | COPERFLOR                  | Florianópolis       |
| 41 | COTRISANA                  | Sananduva           |
| 42 | CREHNOR CENTRAL            | Sarandi             |
| 43 | CRERAL                     | Erechim             |
| 44 | CRESOL ARATIBA             | Aratiba             |
| 45 | CRESOL AUREA               | Aurea               |
| 46 | CRESOL BASE ALTO URUGUAI   | Erechim             |
| 47 | CRESOL BOA VISTA           | São Lourenço do Sul |
| 48 | CRESOL CAMPO NOVO          | Campo Novo          |
| 49 | CRESOL CERRO LARGO         | Cerro Largo         |
| 50 | CRESOL CONSTANTINA         | Constantina         |
| 51 | CRESOL ERECHIM             | Erechim             |
| 52 | CRESOL GETULIO VARGAS      | Getúlio Vargas      |
| 53 | CRESOL GUARANI DAS MISSÕES | Guarani das Missões |
| 54 | CRESOL HUMAITA             | Humaitá             |
| 55 | CRESOL ITATIBA DO SUL      | Itatiba do Sul      |
| 56 | CRESOL JACUTINGA           | Jacutinga           |
| 57 | CRESOL MARCELINO RAMOS     | Marcelino Ramos     |
| 58 | CRESOL PAIM FILHO          | Paim Filho          |
| 59 | CRESOL PORTO LUCENA        | Porto Lucena        |
| 60 | CRESOL PORTO XAVIER        | Porto Xavier        |
| 61 | CRESOL QUARTA COLONIA      | Faxinal do Soturno  |
| 62 | CRESOL SANANDUVA           | Sananduva           |
| 63 | CRESOL SANTA MARIA         | Santa Maria         |
| 64 | CRESOL SANTO CRISTO        | Santo Cristo        |
| 65 | CRESOL SÃO JOÃO URTIGA     | São João Urtiga     |
| 66 | CRESOL SÃO VALENTIM        | São Valentim        |
| 67 | CRESOL SARANDI             | Sarandi             |
| 68 | CRESOL TENENTE PORTELA     | Tenente Portela     |
| 69 | CRESOL TIRADENTES DO SUL   | Tiradentes do Sul   |
| 70 | ECOVALE                    | Santa Cruz do Sul   |
| 71 | FLORACOOP                  | Erechim             |
| 72 | UNICOOPER                  | Santa Rosa          |
| 73 | UNITEC                     | Três de Maio        |

Fonte: Unicafe/RS, 2013.

**ANEXO B - COCEARGS: RELAÇÃO DAS COOPERATIVAS FILIADAS E SEUS  
RESPECTIVOS MUNICÍPIOS-SEDE**

|    | <b>Cooperativa</b>                 | <b>Município</b>       |
|----|------------------------------------|------------------------|
| 1  | COOPERSUL                          | Piratini               |
| 2  | CONATERRA                          | Candiota               |
| 3  | COOMAVI                            | Manoel Viana           |
| 4  | COOPAC                             | Charqueadas            |
| 5  | COOPAN                             | Nova Santa Rita        |
| 6  | COOPAT                             | Tapes                  |
| 7  | COOPAVA                            | Piratini               |
| 8  | COOPERATIVA DE SUCOS               | Monte Vêneto           |
| 9  | COOPERATIVA REGIONAL CAPÃO DO CIPÓ | Capão do Cipó          |
| 10 | COOPERCAMPO                        | Jóia                   |
| 11 | COOPERCARNES                       | Hulha Negra            |
| 12 | COOPERFORTE                        | Santana do Livramento  |
| 13 | COOPERLAT                          | Pontão                 |
| 14 | COOPERLIVRE                        | Viamão                 |
| 15 | COOPERMISSÕES                      | São Miguel das Missões |
| 16 | COOPERSÃO MIGUEL                   | São Miguel das Missões |
| 17 | COOPERTAS                          | Pedras Altas           |
| 18 | COOPERTERRA                        | Tupanciretã            |
| 19 | COOPTAR                            | Pontão                 |
| 20 | COORAC                             | Itacorubi              |
| 21 | COPERAV                            | Viamão                 |
| 22 | COPESE                             | Veranópolis            |
| 23 | COPTEC                             | Nova Santa Rita        |
| 24 | COOTAP                             | Eldorado do Sul        |

Fonte: Coceargs, 2013.

**ANEXO C - COMPARATIVO DO PIB *PER CAPITA* E IDH DOS MUNICÍPIOS-SEDE DAS  
COOPERATIVAS AGRÍCOLAS**

| <b>Cooperativa</b> | <b>Município-sede</b> | <b>Mesorregião</b> | <b>PIB <i>per capita</i><sup>(*)</sup></b> | <b>IDH<sup>(**)</sup></b> |
|--------------------|-----------------------|--------------------|--|---------------------------|
| Comacel            | Arroio dos Tigre      | Centro Ocidental   | 15.187,33                                  | 0,764                     |
| Cooafan            | São José do Norte     | Sudeste            | 7.502,02                                   | 0,703                     |
| Coopar             | São Lourenço do Sul   | Sudeste            | 11.130,16                                  | 0,777                     |
| Cooperac           | Constantina           | Noroeste           | 11.332,44                                  | 0,796                     |
| Cootap             | Eldorado do Sul       | Metropolitana      | 13.360,15                                  | 0,803                     |
| Cotrimaio          | Três de Maio          | Noroeste           | 17.037,29                                  | 0,830                     |
| Ecovale            | Santa Cruz do Sul     | Centro Ocidental   | 27.128,70                                  | 0,817                     |
| Pé na Terra        | Novo Hamburgo         | Metropolitana      | 17.456,78                                  | 0,809                     |
| Piá                | Nova Petrópolis       | Metropolitana      | 17.185,77                                  | 0,847                     |
| Sul Ecológica      | Pelotas               | Sudeste            | 10.386,48                                  | 0,816                     |

Fonte: (\*) IBGE, 2008, (\*\*) PNUD, 2000.